

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	16
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	20
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	29
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	30
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	72
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	374
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	376

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	378

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	380
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	381
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	382

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	68.881.576
Preferenciais	0
Total	68.881.576

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	25/11/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2014	Ordinária		0,33995
Reunião de Diretoria	11/02/2014	Dividendo	24/02/2014	Ordinária		0,13002
Reunião de Diretoria	25/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2014	Ordinária		0,31470
Reunião de Diretoria	06/05/2014	Dividendo	30/05/2014	Ordinária		0,08118
Reunião de Diretoria	27/05/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2014	Ordinária		0,32146
Reunião de Diretoria	12/08/2014	Dividendo	29/08/2014	Ordinária		0,07732
Reunião de Diretoria	26/08/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2014	Ordinária		0,33652
Reunião de Diretoria	04/11/2014	Dividendo	28/11/2014	Ordinária		0,05570
Reunião de Diretoria	09/02/2015	Dividendo	27/02/2015	Ordinária		0,08984

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.381.154.731	1.224.458.597	1.048.104.983
1.01	Ativo Circulante	720.435.904	650.144.147	584.015.172
1.01.01	Disponibilidades	12.200.359	10.520.371	11.189.103
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	313.830.594	229.610.974	218.807.767
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	263.004.352	183.159.259	181.524.760
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.826.242	46.451.715	37.283.007
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	27.266.256	43.308.435	38.257.904
1.01.03.01	Carteira Própria	22.212.082	22.124.613	21.520.600
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	2.543.542	16.794.521	15.598.409
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	0	15	16
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	1.436.575	3.836.104	830.017
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.074.057	553.182	308.862
1.01.04	Relações Interfinanceiras	66.885.998	93.875.867	82.619.938
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10.428	24.538	14.211
1.01.04.02	Créd. Vin. Depósitos no Banco Central	63.224.237	90.682.209	79.509.305
1.01.04.03	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	78.861	53.704	156.002
1.01.04.04	Créd. Vin. Sistema Financeiro de Habitação	2.303.481	2.138.974	2.042.906
1.01.04.05	Repasse Interfinanceiros	1.069	611	508
1.01.04.06	Correspondentes	1.267.922	975.831	897.006
1.01.05	Relações Interdependências	592.943	670.056	467.615
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	592.943	670.056	467.615
1.01.06	Operações de Crédito	180.383.769	168.573.496	157.763.669
1.01.06.01	Setor Público	2.217.867	1.809.350	1.224.240
1.01.06.02	Setor Privado	186.104.639	173.888.073	164.543.109
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-7.939.206	-7.124.335	-8.003.805
1.01.06.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	469	408	125
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	0	534	11.811
1.01.07.01	Setor Público	0	534	11.811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.01.08	Outros Créditos	118.928.415	103.052.216	74.259.209
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	235.369	136.228	107.456
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	17.411.520	17.025.091	15.381.834
1.01.08.03	Rendas a Receber	4.093.920	3.595.710	2.610.369
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	462.885	35.292	14.193
1.01.08.06	Diversos	98.221.116	83.189.969	56.977.892
1.01.08.08	Provisão para Outros Créditos	-1.496.395	-930.074	-832.535
1.01.09	Outros Valores e Bens	347.570	532.198	638.156
1.01.09.01	Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	256.974	301.871	333.183
1.01.09.02	Provisão para Desvalorizações	-121.944	-143.042	-175.237
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	212.540	373.369	480.210
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	623.741.818	539.248.425	427.030.105
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.618.352	35.493.088	23.501.030
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	285.666	203.306	368.839
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.332.686	35.289.782	23.132.191
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	119.772.113	84.560.570	63.219.786
1.02.02.01	Carteira Própria	54.413.849	34.640.059	33.602.337
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	53.263.726	48.148.592	26.597.913
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	0	0	51.443
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	11.672.620	1.336.596	2.712.130
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	421.918	435.323	255.963
1.02.03	Relações Interfinanceiras	325.356	155.154	125.681
1.02.03.01	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	50.649	3.666	23.282
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	274.707	151.488	102.399
1.02.05	Operações de Crédito	402.392.854	357.713.961	278.615.286
1.02.05.01	Setor Público	57.562.918	46.934.459	11.570.315
1.02.05.02	Setor Privado	360.819.717	323.922.668	277.297.948
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-16.310.563	-13.350.370	-10.342.265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.05.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	320.782	207.204	89.288
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	477
1.02.06.01	Setor Público	0	0	477
1.02.07	Outros Créditos	50.531.451	60.902.689	60.336.270
1.02.07.01	Rendas a Receber	33.068	33.506	32.555
1.02.07.02	Créditos Específicos	1.549.300	1.390.451	1.263.075
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos	-223.528	-403.591	-531.078
1.02.07.04	Carteira de Câmbio	0	0	266
1.02.07.05	Negociação e Intermediação de Valores	397.159	865.007	247.298
1.02.07.06	Diversos	48.775.452	59.017.316	59.324.154
1.02.08	Outros Valores e Bens	101.692	422.963	1.231.575
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	101.692	422.963	1.231.575
1.03	Ativo Permanente	36.977.009	35.066.025	37.059.706
1.03.01	Investimentos	19.304.061	17.262.877	17.930.511
1.03.01.02	Participações em Controladas	19.157.170	17.142.007	17.869.421
1.03.01.02.01	No País	15.390.518	14.271.926	15.261.887
1.03.01.02.02	No Exterior	3.766.652	2.870.081	2.607.534
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	47.401	42.908	41.577
1.03.01.04	Outros Investimentos	148.203	126.667	68.764
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-48.713	-48.705	-49.251
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.934.420	6.271.209	5.760.635
1.03.02.01	Imóveis de Uso	6.184.847	5.350.039	3.996.388
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	8.625.435	8.015.866	8.666.137
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-7.875.862	-7.094.696	-6.901.890
1.03.04	Intangível	10.708.814	11.489.241	13.314.588
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	17.493.664	18.282.595	18.712.789
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-6.784.850	-6.793.354	-5.398.201
1.03.05	Diferido	29.714	42.698	53.972

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.647.042	1.668.051	1.649.247
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.617.328	-1.625.353	-1.595.275

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.381.154.731	1.224.458.597	1.048.104.983
2.01	Passivo Circulante	931.500.709	783.736.092	670.456.746
2.01.01	Depósitos	401.776.941	388.416.293	342.814.617
2.01.01.01	Depósitos à Vista	71.382.508	73.591.657	72.958.427
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	148.698.890	140.728.107	117.744.043
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	34.574.344	28.747.646	16.730.889
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	147.121.199	145.348.883	135.381.258
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	288.017.924	219.614.390	200.237.562
2.01.02.01	Carteira Própria	52.906.261	62.352.028	40.867.670
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	235.111.663	157.262.362	159.369.892
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	50.163.240	23.934.892	23.026.715
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Créd. e Sim.	38.239.208	16.323.035	14.573.365
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	11.921.648	7.611.857	8.453.350
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	2.384	0	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	31.463	34.862	24.456
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16	500	339
2.01.04.02	Correspondentes	31.447	34.362	24.117
2.01.05	Relações Interdependências	5.272.762	4.807.165	5.160.084
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.272.699	4.800.328	5.157.790
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	63	6.837	2.294
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	17.128.042	16.047.009	13.784.386
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	17.128.042	16.047.009	13.784.386
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	33.760.190	31.456.475	16.710.092
2.01.07.02	BNDES	14.705.219	12.378.775	11.279.551
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal	12.359.686	4.219.810	895.482
2.01.07.04	Finame	5.831.396	4.954.768	3.882.007
2.01.07.05	Outras Instituições	863.889	9.903.122	653.052
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	261.067	24.079	804

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.01.09	Outras Obrigações	135.089.080	99.400.927	68.698.030
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.373.790	24.162.216	646.621
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	334.885	276.183	350.729
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	17.378.967	10.493.750	12.075.195
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.042.030	1.164.727	1.648.250
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	16.830.606	19.696.585	19.016.935
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	173.465	70.911	326.172
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.629.365	5.219.026	3.121.529
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	4.110.613	2.179.794	0
2.01.09.09	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	368.814	320.248	242.577
2.01.09.10	Diversas	40.846.545	35.817.487	31.270.022
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	371.317.891	370.444.561	316.070.620
2.02.01	Depósitos	66.540.548	95.218.952	117.886.156
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	5.475.665	2.068.108	2.240.244
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	61.064.883	93.150.844	115.645.912
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	12.650.394	10.165.886	9.277.362
2.02.02.01	Carteira Própria	2.180.192	2.625.005	1.735.163
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	10.470.202	7.540.881	7.542.199
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	96.131.212	86.054.840	35.066.493
2.02.03.01	Recursos de Letras Imob, Hip, de Crédito e Similares	80.788.842	67.242.063	21.894.575
2.02.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	15.342.370	18.812.777	13.171.918
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	31.950.339	19.545.465	18.769.719
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	31.950.339	19.545.465	18.769.719
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	55.395.287	53.351.742	44.241.940
2.02.07.01	Tesouro Nacional	284.612	473.365	633.638
2.02.07.02	BNDES	28.545.425	30.306.657	29.004.561
2.02.07.04	Finame	26.565.250	22.571.720	14.603.741
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	19.336.277	11.828.004	3.503.966

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.09	Outras Obrigações	89.313.834	94.279.672	87.324.984
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	621.908	330.036	1.522.373
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	3.715.002	10.925.595	12.827.792
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	458.609	4.776.577	6.129.169
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	242.655	1.089.127	1.150.106
2.02.09.05	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.211.033	2.442.396	1.967.079
2.02.09.06	Operações Especiais	2.153	2.131	2.126
2.02.09.07	Dívidas Subordinadas	45.313.130	45.189.906	37.184.155
2.02.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	4.505.247	12.070.441	14.819.786
2.02.09.09	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	21.250.525	8.489.750	0
2.02.09.10	Diversas	8.993.572	8.963.713	11.722.398
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	415.919	418.215	371.369
2.05	Patrimônio Líquido	77.920.212	69.859.729	61.206.248
2.05.01	Capital Social Realizado	62.100.000	54.000.000	48.400.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	42.957.421	43.852.577	39.467.977
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	11.042.579	10.147.423	8.932.023
2.05.01.03	Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100.000	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	10.051	5.684	1
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.805	4.564	4.645
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	2.805	4.564	4.645
2.05.04	Reservas de Lucro	25.405.196	18.981.530	15.951.796
2.05.04.01	Legal	5.468.217	4.902.575	4.112.056
2.05.04.02	Estatutária	21.557.764	15.403.023	12.300.988
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-1.620.785	-1.324.068	-461.248
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-1.620.785	-1.324.068	-461.248
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-9.597.840	-3.132.049	-3.150.194
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-9.597.840	-3.132.049	-3.150.194

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	133.845.081	103.568.863	94.134.150
3.01.01	Operações de Crédito	82.080.542	67.640.226	62.371.214
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	548	12.252	19.961
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	47.740.183	30.752.196	26.142.978
3.01.04	Resultado de IFD	-3.798.174	-1.062.480	-482.309
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	389.206	326.017	4.242
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.668.507	4.686.104	5.799.435
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	1.764.269	1.214.548	278.629
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-109.888.574	-78.744.356	-66.645.745
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-76.559.482	-52.657.236	-47.667.421
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-15.492.281	-12.392.115	-7.951.070
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-534	-11.754	-17.692
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-17.814.624	-13.670.087	-11.008.155
3.02.06	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-21.653	-13.164	-1.407
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	23.956.507	24.824.507	27.488.405
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-11.312.437	-13.153.699	-11.901.871
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	16.850.135	15.788.652	15.243.580
3.04.02	Despesas de Pessoal	-17.166.497	-16.436.920	-14.798.015
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-15.643.368	-14.588.451	-13.646.895
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.362.084	-3.287.749	-3.249.378
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	10.576.176	6.554.609	7.132.340
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-9.022.929	-6.372.339	-5.465.003
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	6.456.130	5.188.499	2.881.500
3.05	Resultado Operacional	12.644.070	11.670.808	15.586.534
3.06	Resultado Não Operacional	114.602	9.947.914	1.237.541
3.06.01	Receitas	176.465	10.011.038	1.338.482
3.06.02	Despesas	-61.863	-63.124	-100.941
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	12.758.672	21.618.722	16.824.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-2.539.347	-5.072.938	-4.949.641
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-1.542.997	-3.120.690	-3.075.969
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-996.350	-1.952.248	-1.873.672
3.09	IR Diferido	2.554.121	1.292.994	2.015.123
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.460.594	-2.028.407	-1.579.687
3.10.01	Participações	-1.460.594	-2.028.407	-1.579.687
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	11.312.852	15.810.371	12.309.870
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,0399	5,57866	4,30226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	11.312.852	15.810.371	12.309.870
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.465.791	18.145	-5.009.390
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-11.258.686	848.195	-8.152.731
4.02.02	Efeitos Tributários dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.792.895	-830.050	3.143.341
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.847.061	15.828.516	7.300.480

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.175.173	17.514.509	929.324
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.758.672	21.618.722	16.824.075
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.575.272	-4.673.218	-24.169.366
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-98.947.243	-7.654.986	-51.391.405
6.01.02.02	TVM para Negociação e IFD	31.624.658	20.798.273	5.173.484
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-98.994	-751.560	622.627
6.01.02.04	Operações de Crédito	-73.867.146	-103.245.574	-99.373.647
6.01.02.05	Operações de Arrendamento Mercantil	534	11.754	17.693
6.01.02.06	Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	-804.357	-25.965.323	-12.487.214
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	869.280	1.170.939	2.920.525
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.665.413	-5.713.678	-2.892.868
6.01.02.09	Depósitos	-15.317.756	22.934.472	31.896.031
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	70.888.042	20.265.352	29.312.672
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	36.304.720	51.896.524	35.953.519
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	25.578.428	35.241.867	25.416.066
6.01.02.13	Outras Obrigações	-10.595.701	-2.535.220	-606.674
6.01.02.14	Resultados de Exercícios Futuros	-2.296	46.846	42.739
6.01.02.15	Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	27.457.972	-11.172.904	11.227.086
6.01.03	Outros	10.991.773	569.005	8.274.615
6.01.03.01	Provisão p/ Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	17.814.624	13.670.087	11.008.155
6.01.03.02	Depreciações e Amortizações	4.239.361	3.795.859	3.771.471
6.01.03.03	Result. na Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	3.123	2.530	2.255
6.01.03.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-6.456.130	-5.188.499	-2.881.500
6.01.03.05	Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-42.312	-33.001	-1.168.680
6.01.03.06	Lucro na Alienação de Invest./Participação Societária	-94	-9.821.827	-1.236
6.01.03.07	Ganho/Perda de Capital	12.024	15.628	21.551
6.01.03.08	Resultado da Conversão de Moeda Estrangeira	562.744	545.532	260.993
6.01.03.09	Provisão p/ Desvalorização de Valores e Bens	-16.990	-25.012	12.583

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.03.10	Amortização de Ágios em Investimentos	92.029	101.004	115.437
6.01.03.11	Provisão p/ Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.957.080	2.464.408	2.668.104
6.01.03.12	Atualização de Ativos e Passivos Atuariais	-1.904.258	-1.300.992	-3.896.665
6.01.03.13	Ef. das Mud. das Taxas de Câmbio em Caixa e Equiv.	-5.192.776	-3.663.956	-1.637.853
6.01.03.14	Outros Ajustes	-76.652	7.244	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.752.730	-15.154.524	-3.581.875
6.02.01	TVM Disponíveis para Venda	-3.371.310	-9.149.677	-3.882.222
6.02.02	TVM Mantidos até o Vencimento	-23.697.687	-17.398.291	3.377.406
6.02.03	Aquisição/Alienação de Imobilizado	-1.655.355	-1.349.393	-1.605.080
6.02.04	Aquisição/Alienação de Investimentos	-1.116.544	12.312.960	-1.509.548
6.02.05	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	3.849.173	1.751.182	1.623.953
6.02.06	Aquisição de Intangíveis/Diferidos	-2.761.007	-1.321.305	-1.586.384
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.462.410	8.447.606	16.321.027
6.03.01	Dívidas Subordinadas	7.171.798	10.185.545	9.995.102
6.03.03	Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	-296.717	-862.820	-461.247
6.03.04	Dividendos pagos	-965.026	-3.379.273	-1.278.492
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-3.674.036	-3.313.923	-4.148.698
6.03.06	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	8.226.391	5.818.077	12.214.362
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	5.192.776	3.663.956	1.637.853
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.077.629	14.471.547	15.306.329
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.655.971	58.184.424	42.878.095
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.733.600	72.655.971	58.184.424

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	54.000.000	5.684	4.564	18.981.530	0	-3.132.049	69.859.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	54.000.000	5.684	4.564	18.981.530	0	-3.132.049	69.859.729
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.312.852	0	11.312.852
5.05	Destinações	0	0	0	6.720.383	-11.245.523	0	-4.525.140
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-383.427	-467.677	0	-851.104
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.674.036	0	-3.674.036
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.103.810	-7.103.810	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.465.791	-6.465.791
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-456.296	-456.296
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial/Plano de Benefícios	0	0	0	0	0	-6.009.495	-6.009.495
5.11	Outras Transações de Capital	8.100.000	4.367	0	-296.717	-80.380	0	7.727.270
5.11.01	Transações com pagamento baseado em ações	0	4.367	0	3.419	0	0	7.786
5.11.02	Programa de recompra de ações	0	0	0	-300.136	0	0	-300.136
5.11.03	Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100.000	0	0	0	0	0	8.100.000
5.11.04	Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal	0	0	0	0	-80.380	0	-80.380
5.12	Outros	0	0	-1.759	0	13.051	0	11.292
5.12.01	Realização de reserva de reavaliação em colig./contr.	0	0	-1.759	0	1.091	0	-668
5.12.02	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	11.960	0	11.960
5.13	Saldo Final	62.100.000	10.051	2.805	25.405.196	0	-9.597.840	77.920.212

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	1.420.354	65.776.796
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	-4.570.548	-4.570.548
5.03	Saldo Ajustado	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	-3.150.194	61.206.248
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	15.810.371	0	15.810.371
5.05	Destinações	0	0	0	9.492.554	-15.816.702	0	-6.324.148
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-467.162	-2.543.063	0	-3.010.225
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.313.923	0	-3.313.923
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	9.959.716	-9.959.716	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	18.145	18.145
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	18.145	18.145
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	5.600.000	0	0	-5.600.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	5.683	0	-862.820	0	0	-857.137
5.12	Outros	0	0	-81	0	6.331	0	6.250
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em colig./Contr.	0	0	-81	0	81	0	0
5.12.02	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	6.250	0	6.250
5.13	Saldo Final	54.000.000	5.684	4.564	18.981.530	0	-3.132.049	69.859.729

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	723.842	58.148.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	1.135.354	1.135.354
5.03	Saldo Ajustado	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	1.859.196	59.284.044
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.309.870	0	12.309.870
5.05	Destinações	0	0	0	7.392.925	-12.316.873	0	-4.923.948
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-485.652	-1.084.504	0	-1.570.156
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.353.792	0	-3.353.792
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.878.577	-7.878.577	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-5.009.390	-5.009.390
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-5.009.390	-5.009.390
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	15.277.431	0	0	-15.277.431	0	0	0
5.08.01	Capitalização de Reservas	15.277.431	0	0	-15.277.431	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	1	0	-461.247	0	0	-461.246
5.12	Outros	0	0	-85	0	7.003	0	6.918
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em Colig./Contr.	0	0	-85	0	85	0	0
5.12.02	Dividendeos/JCP Prescritos	0	0	0	0	6.918	0	6.918
5.13	Saldo Final	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	-3.150.194	61.206.248

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	133.949.704	115.183.339	100.833.211
7.01.01	Intermediação Financeira	133.845.081	103.568.863	94.134.150
7.01.02	Prestação de Serviços	16.850.135	15.788.652	15.243.580
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-17.814.624	-13.670.087	-11.008.155
7.01.04	Outras	1.069.112	9.495.911	2.463.636
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-92.073.950	-65.074.269	-55.637.590
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.598.599	-9.066.125	-8.601.499
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-486.990	-460.914	-498.875
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.847.386	-1.908.961	-1.763.637
7.03.04	Outros	-7.264.223	-6.696.250	-6.338.987
7.03.04.01	Comunicações	-1.456.449	-1.367.701	-1.311.483
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.255.145	-1.119.937	-1.046.378
7.03.04.03	Transporte	-1.225.382	-1.147.315	-1.171.361
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-981.622	-818.024	-817.675
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-620.111	-709.261	-583.181
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-399.800	-371.097	-356.237
7.03.04.07	Outras	-1.325.714	-1.162.915	-1.052.672
7.04	Valor Adicionado Bruto	32.277.155	41.042.945	36.594.122
7.05	Retenções	-4.331.390	-3.896.863	-3.886.908
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.331.390	-3.896.863	-3.886.908
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.945.765	37.146.082	32.707.214
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.456.130	5.188.499	2.881.500
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.456.130	5.188.499	2.881.500
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.401.895	42.334.581	35.588.714
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	34.401.895	42.334.581	35.588.714
7.09.01	Pessoal	16.216.016	16.278.008	14.353.059
7.09.01.01	Remuneração Direta	10.654.376	10.267.727	9.252.998
7.09.01.02	Benefícios	2.388.937	2.233.595	2.052.148

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.09.01.03	F.G.T.S.	674.465	632.769	585.402
7.09.01.04	Outros	2.498.238	3.143.917	2.462.511
7.09.01.04.01	Participações no Lucro	1.460.594	2.028.407	1.579.687
7.09.01.04.02	Outros Encargos	1.037.644	1.115.510	882.824
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.734.469	9.255.010	8.208.539
7.09.02.01	Federais	5.000.095	8.548.057	7.538.292
7.09.02.02	Estaduais	738	822	715
7.09.02.03	Municipais	733.636	706.131	669.532
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.138.558	991.192	717.246
7.09.03.01	Aluguéis	1.138.558	991.192	717.246
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.312.852	15.810.371	12.309.870
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.674.036	3.313.923	3.353.792
7.09.04.02	Dividendos	851.104	3.010.225	1.570.156
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.787.712	9.486.223	7.385.922

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.278.136.948	1.162.167.882	1.014.080.577
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.078.581	68.841.638	57.006.716
1.01.01	Caixa e Depósitos Bancários	13.337.180	11.386.337	12.052.700
1.01.02	Depósitos Interfinanceiros	35.592.524	37.239.341	24.455.047
1.01.03	Aplicações em Operações Compromissadas	13.148.877	20.215.960	20.498.969
1.02	Aplicações Financeiras	106.605.119	110.019.404	104.821.333
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	106.245.244	109.376.121	100.218.967
1.02.01.01	Títulos para Negociação	12.441.262	18.991.047	16.925.114
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	93.803.982	90.385.074	83.293.853
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	359.875	643.283	4.602.366
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	359.875	643.283	4.602.366
1.03	Empréstimos e Recebíveis	967.249.541	846.504.192	731.457.334
1.03.01	Empréstimos a Instituições Financeiras Líquidos de Provisão	22.215.797	27.880.353	24.391.263
1.03.02	Aplicações em Operações Compromissadas	250.176.212	163.175.024	161.800.409
1.03.03	Empréstimos a Clientes Líquidos de Provisão	631.633.295	564.766.606	465.756.357
1.03.04	Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	63.224.237	90.682.209	79.509.305
1.04	Tributos Diferidos	23.555.759	21.954.460	23.630.415
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.555.759	21.954.460	23.630.415
1.05	Outros Ativos	85.613.703	83.712.964	65.332.770
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	24.165	43.904	65.211
1.05.03	Outros	85.589.538	83.669.060	65.267.559
1.05.03.01	Ativos por Impostos Correntes	8.976.596	11.684.020	9.041.395
1.05.03.02	Outros Ativos	76.612.942	71.985.040	56.226.164
1.06	Investimentos	15.922.103	14.213.312	13.880.354
1.06.01	Participações em Coligadas	15.922.103	14.213.312	13.880.354
1.07	Imobilizado	7.179.878	6.575.390	6.082.988
1.07.01	Imobilizado de Uso	7.179.878	6.575.390	6.082.988
1.08	Intangível	9.932.264	10.346.522	11.868.667

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.08.01	Intangíveis	9.301.963	9.720.793	11.247.299
1.08.02	Goodwill	630.301	625.729	621.368

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.278.136.948	1.162.167.882	1.014.080.577
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	2.995.367	3.433.119	2.556.566
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.105.625.511	998.737.871	858.340.588
2.03.01	Depósitos de Clientes	437.821.753	461.425.409	449.930.953
2.03.02	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	30.675.249	26.169.057	15.479.664
2.03.03	Obrigações por Operações Compromissadas	293.920.434	223.917.139	204.651.073
2.03.04	Obrigações de Curto Prazo	20.327.943	15.190.210	10.207.780
2.03.05	Obrigações de Longo Prazo	322.880.132	272.036.056	178.071.118
2.04	Provisões	7.672.712	7.486.541	6.343.160
2.05	Passivos Fiscais	5.098.523	11.608.381	12.188.254
2.05.01	Passivos por Impostos Correntes	2.641.450	5.454.383	5.035.984
2.05.02	Passivos por Impostos Diferidos	2.457.073	6.153.998	7.152.270
2.06	Outros Passivos	71.304.799	64.519.974	69.446.028
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	85.440.036	76.381.996	65.205.981
2.08.01	Capital Social Realizado	62.100.000	54.000.000	48.400.000
2.08.01.01	Capital Social	54.000.000	54.000.000	48.400.000
2.08.01.02	Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	0	0
2.08.02	Reservas de Capital	3.981.143	4.273.493	-461.107
2.08.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	5.602.650	5.597.900	141
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-1.621.507	-1.324.407	-461.248
2.08.04	Reservas de Lucros	26.625.511	19.972.166	16.132.046
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.164.398	-1.850.969	3.468.983
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-9.757.532	-3.202.393	-3.085.963
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.655.312	3.189.699	752.022

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	137.778.601	104.582.211	94.180.849
3.01.01	Receita de Juros	137.778.601	104.582.211	94.180.849
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-105.909.418	-74.376.888	-63.992.046
3.02.01	Despesas de Juros	-91.124.202	-62.848.122	-53.920.693
3.02.02	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes	-14.789.246	-11.514.175	-10.062.184
3.02.03	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos a instituições financeiras	4.030	-14.591	-9.169
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	31.869.183	30.205.323	30.188.803
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-16.264.666	-17.346.329	-15.180.056
3.04.02	Despesas de Pessoal	-18.862.738	-18.818.787	-16.476.673
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-10.476.003	-10.159.359	-9.600.780
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	27.544.337	24.041.158	22.308.802
3.04.05.01	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	19.777.831	18.073.922	16.340.376
3.04.05.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	271.183	114.164	-187.891
3.04.05.03	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	250.953	485.221	359.104
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas e Joint Ventures	3.548.174	2.295.913	589.741
3.04.05.05	Outras Receitas	3.696.196	3.071.938	5.207.472
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-14.470.262	-12.409.341	-11.411.405
3.04.06.01	Contribuições, taxas e Outros Impostos	-4.101.053	-4.032.792	-3.743.138
3.04.06.02	Amortização de Ativos Intangíveis	-3.008.435	-2.820.368	-2.866.362
3.04.06.03	Provisões	-2.076.273	-2.552.313	-2.024.781
3.04.06.04	Depreciação	-1.029.521	-879.820	-950.151
3.04.06.05	Outras Despesas	-4.254.980	-2.124.048	-1.826.973
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.604.517	12.858.994	15.008.747
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.261.021	-1.570.160	-3.603.430
3.06.01	Corrente	-3.557.302	-6.531.517	-5.440.473
3.06.02	Diferido	1.296.281	4.961.357	1.837.043
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.343.496	11.288.834	11.405.317
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.343.496	11.288.834	11.405.317

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.853.096	10.438.066	11.245.922
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.490.400	850.768	159.395
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,23	3,68	3,93
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,23	3,68	3,93

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.343.496	11.288.834	11.405.317
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.646.472	-116.430	-5.098.985
4.02.01	Ganhos/(Perdas) Líquidos Não Realizados sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-473.958	-1.194.891	846.937
4.02.02	(Ganhos)/Perdas Líquidos Realizados sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-250.953	-485.221	-359.104
4.02.03	Efeito Fiscal sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	262.967	226.811	2.402
4.02.04	Ganhos/(Perdas) Sobre Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda - Coligadas / Joint Ventures	13.386	-670.793	227.694
4.02.05	Ganhos Não Realizados s/ Hedge de Investimentos Líq. Exterior - Coligadas / Joint Ventures	257	224	2.380
4.02.06	Efeito Fiscal - Participação no Resultado Coligadas/Joint Ventures	-5.831	286.943	-98.382
4.02.07	Ganhos/(Perdas) em Remensurações de Planos de Benefícios Definidos	-10.539.014	3.166.587	-9.509.837
4.02.08	Efeito fiscal - Planos de Benefícios Definidos	4.529.519	-1.266.635	3.803.935
4.02.09	Ajuste de conversão de investimento no exterior	-182.845	-179.455	-15.010
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.697.024	11.172.404	6.306.332
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.297.956	10.321.636	6.146.937
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.399.068	850.768	159.395

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-26.775.724	-10.716.026	-7.797.627
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.971.572	17.373.602	19.612.001
6.01.01.01	Lucro Líquido	13.343.496	11.288.834	11.405.317
6.01.01.02	Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio no Caixa e Equivalentes de Caixa	-4.859.370	-3.440.862	-1.626.962
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes e Instituições Financeiras	17.067.558	13.519.754	12.543.251
6.01.01.05	Provisão para Desvalorização de Valores e Bens	-3.428	-3.225	5.693
6.01.01.07	Outros	133.848	-106.499	-124.987
6.01.01.08	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	2.076.273	2.552.313	2.024.781
6.01.01.09	Amortização de Ativos Intangíveis	3.008.435	2.820.368	2.866.362
6.01.01.10	Depreciação de Ativo Imobilizado	1.029.521	879.820	950.151
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-1.296.281	-4.961.357	-1.837.043
6.01.01.13	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Valores e Bens	-159.769	-84.070	-1.250.051
6.01.01.14	Ganhos com Aquisições	0	-7.444	0
6.01.01.15	Ganhos ou Perdas Líquidos de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	-3.548.174	-2.295.913	-589.741
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	-2.275	-187.700	-64.757
6.01.01.17	Ganhos ou Perdas Líquidos com Conversão de Investimento no Exterior	-693.616	-832.382	-460.749
6.01.01.18	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-250.953	-485.221	-359.104
6.01.01.19	Imparidade em Ativos	30.565	18.178	26.505
6.01.01.20	Atualização de Ativo/Passivo Atuarial	-1.904.258	-1.300.992	-3.896.665
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.747.296	-28.089.628	-27.409.628
6.01.02.03	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	27.457.972	-11.172.904	11.257.217
6.01.02.04	Variação Líquida em Empréstimos a Instituições Financeiras	5.668.587	-3.503.681	-1.579.490
6.01.02.05	Variação Líquida em Aplicações Compromissadas	-87.001.186	-1.374.615	-37.886.172
6.01.02.06	Variação Líquida em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	7.058.422	-1.081.255	6.100.766
6.01.02.07	Variação Líquida em Empréstimos a Clientes	-83.971.147	-112.573.717	-115.458.619
6.01.02.08	Variação Líquida em Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	203.761	153.071	1.264.368
6.01.02.09	Variação Líquida em Impostos Correntes	-105.509	-2.224.226	-143.581
6.01.02.10	Variação Líquida em Impostos Diferidos	-4.236.329	5.412.230	-3.737.800

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.11	Variação Líquida em Depósitos de Clientes	-23.603.656	11.494.456	31.789.792
6.01.02.12	Variação Líquida em Valores a Pagar a Instituições Financeiras	4.506.192	10.689.393	2.448.194
6.01.02.13	Variação Líquida em Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-440.784	534.403	371.818
6.01.02.14	Variação Líquida em Obrigações por Operações Compromissadas	70.003.295	19.266.065	25.751.212
6.01.02.15	Variação Líquida em Outros Passivos de Curto Prazo	5.137.734	4.982.429	1.523.599
6.01.02.17	Variação Líquida em Passivos de Longo Prazo	40.459.533	75.390.233	48.732.016
6.01.02.18	Variação Líquida em Outros Ativos	-15.634.928	-18.182.317	-5.950.926
6.01.02.19	Variação Líquida em Outros Passivos	3.750.747	-5.899.193	8.107.978
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.601.887	907.069	918.222
6.02.01	Compra de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-37.451.354	-57.529.251	-15.739.490
6.02.02	Vendas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	43.040.785	55.340.457	15.770.863
6.02.03	Compra de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-5.695	0	0
6.02.04	Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	296.208	4.269.973	3.989.259
6.02.05	Compra de Ativo Imobilizado	-1.734.969	-1.416.304	-2.248.778
6.02.06	Venda de Ativo Imobilizado	98.288	21.622	605.520
6.02.07	Aquisição de Ativos Intangíveis	-4.492.928	-1.349.237	-1.610.197
6.02.08	Alienação de Ativos Intangíveis	6.367	4.360	-83
6.02.09	Compra de Investimentos em Coligadas	0	-550.241	-1.000.000
6.02.10	Alienação de Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	5.588	270.373	69.875
6.02.14	Caixa Líquido por Aquisição oriundo da BB Americas	0	0	-8.611
6.02.16	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Recebidos	1.839.597	1.845.317	1.089.864
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.551.411	18.203.017	17.393.846
6.03.01	Variação de Participação de Não Controladores	0	7.178.646	-13.894
6.03.02	Captação de Passivos de Longo Prazo	21.225.522	18.837.651	23.592.958
6.03.03	Liquidação de Passivos de Longo Prazo	-2.740.979	-262.947	-296.782
6.03.04	Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4.632.996	-6.693.196	-5.427.190
6.03.06	Efeito Líquido na Alienação de Ações em Tesouraria	-300.136	-857.137	-461.246
6.03.08	Liquidação de Passivos Financeiros – Bônus Perpétuos	-8.100.000	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.03.09	Emissão de Instrumento de Capital Adicional	8.100.000	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	4.859.370	3.440.862	1.626.962
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.763.056	11.834.922	12.141.403
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.841.638	57.006.716	44.865.313
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.078.582	68.841.638	57.006.716

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	54.000.000	4.273.493	19.972.166	-1.850.969	-3.202.393	73.192.297	3.189.699	76.381.996
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	54.000.000	4.273.493	19.972.166	-1.850.969	-3.202.393	73.192.297	3.189.699	76.381.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.100.000	-292.350	-383.427	-4.129.753	0	3.294.470	-933.455	2.361.015
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-300.136	0	0	0	-300.136	0	-300.136
5.04.08	Instrumento elegível ao capital principal	8.100.000	0	0	0	0	8.100.000	0	8.100.000
5.04.09	Transações com pagamento baseado em ações	0	7.786	0	0	0	7.786	0	7.786
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-383.427	-4.141.713	0	-4.525.140	-1.004.903	-5.530.043
5.04.13	Outros	0	0	0	11.960	0	11.960	71.448	83.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.853.096	-6.555.139	5.297.957	1.399.068	6.697.025
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.853.096	0	11.853.096	1.490.400	13.343.496
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.555.139	-6.555.139	-91.332	-6.646.471
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda Líquidos Impostos	0	0	0	0	-454.285	-454.285	0	-454.285
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-6.009.495	-6.009.495	0	-6.009.495
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	154	154	0	154
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Instrumentos no Exterior	0	0	0	0	-91.513	-91.513	-91.332	-182.845
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.036.772	-7.036.772	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.036.772	-7.036.772	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	62.100.000	3.981.143	26.625.511	-1.164.398	-9.757.532	81.784.724	3.655.312	85.440.036

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	48.400.000	-461.107	16.132.046	3.468.983	-3.085.963	64.453.959	752.022	65.205.981
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	48.400.000	-461.107	16.132.046	3.468.983	-3.085.963	64.453.959	752.022	65.205.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.600.000	4.734.600	-6.067.162	-5.850.736	0	-1.583.298	1.586.909	3.611
5.04.01	Aumentos de Capital	5.600.000	0	-5.600.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-857.137	0	0	0	-857.137	0	-857.137
5.04.09	Variação de Participação Societária em Controladas	0	5.591.737	0	0	0	5.591.737	1.983.401	7.575.138
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-467.162	-5.856.986	0	-6.324.148	0	-6.324.148
5.04.11	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-396.492	-396.492
5.04.12	Outros	0	0	0	6.250	0	6.250	0	6.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.438.066	-116.430	10.321.636	850.768	11.172.404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.438.066	0	10.438.066	850.768	11.288.834
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-116.430	-116.430	0	-116.430
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda, Líquidos Impostos	0	0	0	0	-1.837.061	-1.837.061	0	-1.837.061
5.05.02.07	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	1.899.952	1.899.952	0	1.899.952
5.05.02.08	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	134	134	0	134
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-179.455	-179.455	0	-179.455
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.907.282	-9.907.282	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.907.282	-9.907.282	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	54.000.000	4.273.493	19.972.166	-1.850.969	-3.202.393	73.192.297	3.189.699	76.381.996

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	33.122.569	139	24.121.302	4.428.266	2.013.023	63.685.299	606.521	64.291.820
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.122.569	139	24.121.302	4.428.266	2.013.023	63.685.299	606.521	64.291.820
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.277.431	-461.246	-15.763.083	-4.431.378	0	-5.378.276	-13.894	-5.392.170
5.04.01	Aumentos de Capital	15.277.431	0	-15.277.431	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-461.246	0	0	0	-461.246	0	-461.246
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-485.652	-4.438.296	0	-4.923.948	0	-4.923.948
5.04.11	Variação de Participação dos Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-13.894	-13.894
5.04.12	Outros	0	0	0	6.918	0	6.918	0	6.918
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.245.922	-5.098.986	6.146.936	159.395	6.306.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.245.922	0	11.245.922	159.395	11.405.317
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.098.986	-5.098.986	0	-5.098.986
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis p/ Venda, Líquidos Impostos	0	0	0	0	620.498	620.498	0	620.498
5.05.02.07	Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	0	0	0	0	1.428	1.428	0	1.428
5.05.02.08	Superávit/(Déficit) em Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-5.705.902	-5.705.902	0	-5.705.902
5.05.02.09	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-15.010	-15.010	0	-15.010
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.773.827	-7.773.827	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.773.827	-7.773.827	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	48.400.000	-461.107	16.132.046	3.468.983	-3.085.963	64.453.959	752.022	65.205.981

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	146.989.548	114.798.690	105.828.560
7.01.01	Intermediação Financeira	138.300.736	105.181.597	94.352.062
7.01.02	Prestação de Serviços	23.474.028	21.145.859	21.547.851
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-14.785.216	-11.528.766	-10.071.353
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-91.124.202	-62.848.122	-53.920.693
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.672.997	-13.856.486	-12.717.809
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-7.673.740	-7.448.963	-7.280.489
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.668.002	-1.731.163	-1.585.566
7.03.04	Outros	-6.331.255	-4.676.360	-3.851.754
7.03.04.03	Atualizações de Obrigações Atuarias	-1.014.919	-925.954	-880.863
7.03.04.04	Prêmios Pagos a Clientes	-208.365	-156.045	-165.823
7.03.04.05	Atualização de Depósitos em Garantia	-538.835	-178.768	-274.870
7.03.04.06	Falhas em Serviços e Perdas Operacionais	-184.042	-204.315	-188.174
7.03.04.07	Despesas de Obrigações por operações vinculadas à cessão	-21.652	-11.304	-1.407
7.03.04.08	Outras	-4.363.442	-3.199.974	-2.340.617
7.04	Valor Adicionado Bruto	40.192.349	38.094.082	39.190.058
7.05	Retenções	-4.037.956	-3.700.188	-3.816.513
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.037.956	-3.700.188	-3.816.513
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.154.393	34.393.894	35.373.545
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.548.174	2.295.913	589.741
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.548.174	2.295.913	589.741
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.702.567	36.689.807	35.963.286
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	39.702.567	36.689.807	35.963.286
7.09.01	Pessoal	18.862.737	18.818.788	16.476.674
7.09.01.01	Remuneração Direta	12.127.248	12.623.523	11.291.584
7.09.01.02	Benefícios	2.865.445	2.628.723	1.906.370
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.870.044	3.566.542	3.278.720
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.362.073	5.602.952	7.346.569

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.09.02.01	Federais	5.103.521	4.438.153	6.330.398
7.09.02.02	Estaduais	802	887	788
7.09.02.03	Municipais	1.257.750	1.163.912	1.015.383
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.134.261	979.233	734.726
7.09.03.01	Aluguéis	1.134.261	979.233	734.726
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.343.496	11.288.834	11.405.317
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.674.036	3.313.923	3.353.792
7.09.04.02	Dividendos	851.104	3.010.225	1.570.156
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.327.956	4.113.918	6.321.974
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.490.400	850.768	159.395

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice dos Relatórios da Administração

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao ano de 2014, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

A conjuntura internacional manteve-se complexa em 2014 com dinâmicas distintas entre as principais economias. Os sinais de crescimento dos EUA contrastam com as dificuldades de vários países europeus, que conjugam baixo dinamismo econômico e riscos de deflação. Na Ásia, a conjuntura de desaceleração, ainda que suave, da economia chinesa vem desafiando as políticas de estímulo e influenciando negativamente os preços das principais *commodities*.

Mesmo em meio às complexidades do cenário internacional, a economia brasileira retomou uma trajetória moderada de crescimento no 2º semestre de 2014, ancorada em condições favoráveis do mercado de trabalho, com geração de empregos, continuidade do processo de formalização e expansão dos salários reais. O mercado de crédito evoluiu em ritmo compatível com a atividade econômica, sustentado pela solidez do sistema financeiro. Ante o processo de realinhamento de preços relativos, decorrente da maior desvalorização cambial e do reajuste de preços administrados, o Banco Central retomou o ciclo de elevação da taxa básica de juros.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns eventos que foram destaques:

- I. Lançamento, em abril, da STELO S.A., empresa de meios eletrônicos de pagamentos e e-commerce;
- II. Início de tratativas, em maio, da LIVELO S.A. para exploração de negócios relacionados a programa de fidelidade;
- III. Inauguração, em maio, da Agência Xangai do BB, primeira agência de um banco da América Latina na China;
- IV. Emissão, em junho, de US\$ 2,5 bilhões de bônus subordinados perpétuos, elegíveis à capital nível 1 sob as regras de Basileia III, uma das maiores captações dessa modalidade no mundo;
- V. Encerramento, em junho, do plano safra 2013/2014, com o maior desembolso da história, totalizando R\$ 76,3 bilhões;
- VI. Formação de parceria, em agosto, com a Votorantim Finanças e Banco Votorantim para ampliação da capacidade comercial e prospecção de novos negócios por correspondentes bancários, com foco em crédito consignado.
- VII. Aprovação, pelo Conselho de Administração, em agosto, da migração do programa de *American Depositary Receipt* (ADR) de nível I para o nível II, sujeito à autorização dos reguladores;
- VIII. Autorização pelos órgãos reguladores, em outubro, do início do funcionamento da Movera, empresa com finalidade de dinamizar negócios e prestar serviços especializados em microfinanças;
- IX. Celebração, em novembro, da parceria estratégica entre BB Elo Cartões Participações S.A e Cielo S.A para a criação de nova companhia com objetivo de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamentos pós-pagas (cartões de crédito) e de gestão da funcionalidade de compras via cartões de débito.
- X. Manutenção do BB, pelo terceiro ano consecutivo, na listagem no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) e, pela décima vez consecutiva, no Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa (ISE), em setembro e novembro, respectivamente.

3. Estratégia Corporativa para o período de 2015-2019

A nova Estratégia Corporativa do Banco do Brasil 2015-2019 foi elaborada a partir do trabalho participativo de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, após o debate dos desafios, movimentos e objetivos estratégicos para os próximos cinco anos. O documento foi aprovado pelos Conselhos Diretor e de Administração no segundo semestre de 2014.

A essência do Banco do Brasil, que expressa a razão de ser da empresa, o jeito de pensar e agir, deve ser compartilhada e praticada por toda a empresa. Foi norteada pelo conceito "Banco de mercado com espírito público" e se materializa pela Crença, Missão, Visão e Valores.

A crença do BB, "um mundo bom para todos exige espírito público em cada um de nós", baseia-se na busca constante da conciliação das necessidades e interesses do Banco e de todos seus públicos de relacionamento. São consideradas as dimensões individual e coletiva, seja atuando como banco de mercado, seja na realização de negócios sociais ou como protagonista do desenvolvimento do País.

A nova Missão: "Banco de Mercado com Espírito Público: Ser um Banco competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto a toda a sociedade".

A Visão de Futuro: "Ser o Banco mais relevante e confiável para a vida dos clientes, funcionários, acionistas e para o desenvolvimento do Brasil".

Para o período 2015-2019, o Banco tem como objetivo melhorar a experiência dos clientes, acionistas e sociedade, proporcionando relacionamentos duradouros. Pautado nos princípios da sustentabilidade, continuará priorizando o aumento da eficiência, produtividade, rentabilidade e das receitas com prestação de serviços.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 Grandes Números

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 18,2% no ano de 2014. O lucro por ação foi de R\$ 4,23 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,3 trilhão, crescimento de 10,0% em doze meses, com retorno sobre ativos de 1,0%, permitindo ao BB encerrar o ano como líder do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Destaque para sua atuação nos empréstimos a clientes. O patrimônio líquido alcançou R\$ 85,4 bilhões, incremento de 11,9% em doze meses.

Tabela 1. Destaques

R\$ milhões			(%)
Resultado¹	2013	2014	s/2013
Lucro Líquido do Período	11.289	13.343	18,2
Receita Líquida de Juros	41.734	46.654	11,8
Receita Líquida de Tarifas e Comissões	18.074	19.778	9,4
Despesas Administrativas ²	(28.978)	(29.339)	1,2
R\$ bilhões			(%)
Patrimoniais¹	Dez/13	Dez/14	s/Dez/13
Ativos	1.162	1.278	10,0
Empréstimos a Clientes Líquido de Provisões	565	632	11,8
Depósitos de Clientes	461	438	(5,1)
Patrimônio Líquido Total	76	85	11,9
Índice de Basileia % ³	14,5	16,1	10,8
			(%)
Indicadores	2013	2014	s/2013
Lucro por Ação (em R\$)	3,68	4,23	14,9
Retorno sobre Ativos %	0,97	1,04	7,5
Retorno sobre Patrimônio Líquido %	15,9	16,5	3,4
mil			(%)
Dados Estruturais	Dez/13	Dez/14	s/Dez/13
Base de Clientes	61.375	61.645	0,4
Total de Contas Correntes	39.786	38.085	(4,3)
PF	37.328	35.655	(4,5)
PJ	2.458	2.430	(1,2)
Agências	5,5	5,5	-
R\$			(%)
Indicadores de Mercado	Dez/13	Dez/14	s/Dez/13
Cotação de Fechamento - BBAS3	24,4	23,8	(2,6)
			(%)
Perfil de Funcionários	Dez/13	Dez/14	s/Dez/13
Funcionários	112.216	111.628	(0,5)
Feminino	46.580	46.364	(0,5)
Masculino	65.636	65.264	(0,6)
Escolaridade			
Ensino Médio	26.426	24.956	(5,6)
Graduação	51.568	49.772	(3,5)
Especialização, Mestrado e Doutorado	33.794	36.515	8,1
Demais	428	385	(10,0)
Rotatividade de Funcionários (%)	4,8	3,2	(34,4)

1 - Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas em IFRS.

2 - Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas;

3 - Índice de 2013 calculado conforme regras de Basileia III.

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 68,1 bilhões ao final de 2014. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre de setembro-dezembro de 2014, o Banco ocupa a 10ª posição, com 2,68% de participação.

A ação ordinária do BB (BBAS3) foi negociada em todos os pregões do Novo Mercado da BM&FBovespa, permanecendo listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag. Internacionalmente, o BB integra os índices MSCI LatAm Index, S&P Lac 40 e DJSI.

Ao final do período, o Programa de *American Depositary Receipt* (ADR) Nível I do Banco do Brasil possuía 22,3 milhões de recibos em circulação cotados a US\$ 8,68 por certificado.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP), em periodicidade trimestral. Assim, no ano foram destinados R\$ 4,5 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 851 milhões como

dividendos e R\$ 3,7 bilhões na forma de JCP. O lucro remanescente foi destinado à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas

Atendendo ao art. 243 da Lei 6.404/76, o BB informa que os investimentos em sociedades coligadas e *joint ventures* atingiram R\$ 15,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014.

5. Rede de Atendimento e Canais

O Banco do Brasil encerrou o período com 69,1 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, com presença em 99,8% dos municípios brasileiros.

A rede própria contava com 18.956 pontos, sendo 5.524 agências, 1.699 postos de atendimento e 11.733 postos de atendimento eletrônico com 44.182 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 23,9% do total.

Em 2014, o BB inaugurou quatro agências com atendimento especializado para o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE): em Teresina (PI), Ribeirão Preto (SP), Curitiba (PR) e Vitória (ES). Agora são sete unidades com esse modelo de atendimento.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, contava com 15.538 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, dentre os quais 6.191 pontos do Banco Postal. Nessa rede foram realizadas aproximadamente 367,6 milhões de transações no ano.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, em 30 de abril, a constituição de uma nova instituição financeira pelo BB e Correios em substituição ao contrato de correspondente no País. A efetiva constituição da nova instituição depende da conclusão dos estudos técnicos, que estão em andamento, das aprovações nas respectivas governanças, bem como das autorizações regulatórias, com destaque para o Ministério da Fazenda, Ministério das Comunicações, MPOG/DEST, além do Bacen.

A rede compartilhada contava, em dezembro de 2014, com 34.641 pontos de atendimento, sendo 16.779 do Banco24horas, representando incremento de 8,1% em relação a 2013. Somente nessa rede foram realizadas, durante 2014, 39 milhões de transações por clientes do BB, crescimento de 45,7% no ano.

O Autoatendimento Celular continuou crescendo na preferência dos clientes. Em 2014, foram realizadas 1,3 bilhão de transações nesse canal, crescimento de 163,4% em relação a 2013, por 4,4 milhões de usuários. Dessa forma, pela primeira vez, os acessos no celular superaram os realizados na Internet. As transações realizadas nos canais de autoatendimento via celular e Internet já representam 33,6% do total.

Além de contar com mais de 100 transações disponíveis, o Autoatendimento Celular apresentou inovações ao longo de 2014, como o Saque Móvel, que permite programar e realizar saques nos caixas eletrônicos do BB de forma ágil, e a inédita solução de simulação de financiamento de veículos.

Destaca-se também o desempenho dos canais de autoatendimento:

- I. Internet: 2,4 bilhões de transações efetivadas por pessoas físicas e 11,5 milhões de clientes habilitados a utilizar o canal;
- II. Setor Público (*internet* e celular): 458,3 milhões de transações realizadas por 28,7 mil usuários;
- III. Central de Atendimento: 240,6 milhões de transações realizadas e 12,9 milhões de clientes habilitados;
- IV. Gerenciador Financeiro: 1,7 bilhão de transações, sendo utilizado por mais de 755 mil empresas, principalmente de pequeno porte.
- V. Terminais de Auto Atendimento: 3,3 bilhões de transações efetivadas

Em abril de 2014, o BB disponibilizou aos seus clientes micro e pequenas empresas a liberação de crédito de operações de Antecipação de Crédito ao Lojista (ACL) por meio dos caixas eletrônicos. A funcionalidade agrega comodidade e conveniência aos empresários, que podem antecipar suas vendas por meio de cartão de crédito em qualquer terminal da Rede BB.

No exterior, a rede de atendimento é composta por 45 unidades localizadas em 24 países. Ao final de 2014, havia 1.083 bancos atuando como correspondentes do BB em 135 países. Na Argentina, a rede do Banco Patagonia conta com 195 pontos de atendimento. O Banco do Brasil Américas, nos Estados Unidos, possui uma rede de 5 agências e por meio de convênios estabelecidos tem disponíveis 55 mil terminais de saques e consultas e 7 mil terminais de depósito, saques e consultas, além de serviços de *internet e mobile banking*.

Destaque para a inauguração, em maio, de uma agência do BB na cidade de Xangai, China. É a primeira agência de um banco da América Latina naquele país. O objetivo é apoiar a ampliação do intercâmbio comercial com o país, o investimento daquela nação no Brasil e a atuação de multinacionais brasileiras.

6. Negócios

6.1 Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes do BB atingiram R\$ 650,6 bilhões em dezembro/2014, com expansão de 12,1% em doze meses.

Ao final de dezembro/2014, os empréstimos e financiamentos para clientes pessoa física totalizaram R\$ 269,6 bilhões. Já os empréstimos e financiamentos à pessoa jurídica alcançaram saldo de R\$ 381,0 bilhões.

Destaque para financiamentos rurais e agroindustriais encerrou o ano com saldo de R\$ 170,1 bilhões. As provisões para perdas de empréstimos do BB totalizaram R\$ 19,0 bilhões em dezembro de 2014.

6.1.1 Clientes Pessoa Física

Os destaques das principais linhas de crédito que compõem a carteira são:

Crédito Consignado

O crédito consignado permanece com maior representatividade na carteira para pessoas físicas. Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais significativos dessa carteira. A carteira ainda é composta por aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor privado.

Financiamentos de Veículos

As operações originadas nas agências do Banco do Brasil continuam como foco na estratégia empréstimos a clientes pessoa física. O perfil destas novas operações continuou dentro dos critérios adotados nos últimos anos, assegurando a qualidade da carteira dentro da série histórica de desempenho.

Crédito Imobiliário

Os desembolsos para o crédito imobiliário pessoas físicas cresceram 27,4% em relação ao ano de 2013.

6.1.2 Clientes Pessoa Jurídica

O desempenho das principais linhas de crédito pessoa jurídica é apresentado a seguir:

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 54,1 bilhões no ano, com destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Investimento Agropecuário, FCO, PROGER e Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Crédito Imobiliário

As operações contratadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida até dezembro/2014 permitiram a produção de 332 mil unidades habitacionais, considerando todas as faixas de renda abrangidas no programa.

Micro e Pequenas Empresas

Em 2014, o Banco do Brasil divulgou nova campanha publicitária para reforçar seu posicionamento junto ao segmento como o “Banco da Micro e Pequena Empresa”, valorizando o poder transformador desse segmento com oferta de crédito, soluções e diferenciais de mercado.

Ao final de dezembro de 2014, o BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE, mantendo-se como principal parceiro do segmento.

Nas operações de crédito com o segmento, o Banco do Brasil utilizou o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar o risco e ampliar o volume da carteira, facilitando o acesso ao crédito. Ao final de dezembro, havia 474,9 mil operações com cobertura do FGO, totalizando o saldo aplicado de R\$ 21,4 bilhões.

O BB continuou utilizando o site Empreendedor (bb.com.br/empreendedor), que apresenta soluções de produtos e serviços, para apoiar empreendedores individuais e empresas dos setores de franquias e de turismo. Em 2014 foram 414.992 acessos. Apoiou também os Arranjos Produtivos Locais (APL) aplicando R\$ 3,78 bilhões em operações de crédito com empresas integrantes de APL.

No Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), a atuação do Banco objetiva a expansão dos negócios junto ao segmento de empreendedores e está alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Em dezembro, alcançou o desembolso acumulado de R\$ 4,6 bilhões em operações de crédito para capital de giro e investimentos. Foram beneficiados 1,6 milhão de clientes pessoas físicas e jurídicas em todo o País, atendidos por meio da rede de agências BB e parceiros.

Em outubro foi autorizado, pelos órgãos reguladores, o início do funcionamento da Movera, empresa coligada do BB, que tem como objetivo específico de atuar no mercado de microfinanças. As operações de MPO serão conduzidas por agentes de microcrédito contratados pela empresa parceira. O BB continuará responsável por definir a estratégia, fornecer a metodologia de crédito e os sistemas de gestão dos negócios.

Clientes Atacado

O Banco do Brasil participou de Operações Estruturadas, que são concessões de crédito realizadas sob medida para atender a necessidades específicas do cliente. As principais contratações do ano somaram mais de R\$ 75,5 bilhões. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 31,9 bilhões, dos quais R\$ 16,9 bilhões em operações de financiamento de longo prazo - tais como BNDES, FCO, Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Financiamento à Produção e R\$ 15,0 bilhões em emissões no Mercado de Capitais, por meio de Debêntures, Notas Promissórias e cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

6.1.3 Agronegócios

Os empréstimos a clientes na modalidade de financiamentos rurais e agroindustriais encerrou o ano com saldo de R\$ 170,1 bilhões. Esse montante representa um incremento de 13,5% em relação a dezembro/2013.

Na contratação de operações de crédito rural o BB incentivou a utilização mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Em dezembro, 58,4% das operações de custeio agrícola contratadas na safra 2014/2015 estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro) e/ou seguro de preço (contratos de opções). O índice de inadimplência da carteira de agronegócio, em atraso acima de 90 dias, chegou a 0,69%.

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio continuou presente, na oferta das linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) que incentivam os produtores rurais a utilizarem técnicas sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. No ano, o Programa ABC contratou mais de 6.365 financiamentos, atingindo o montante de R\$ 2,9 bilhões.

Em apoio aos investimentos em armazenagem, o BB recebeu R\$ 3,4 bilhões em propostas em 2014, advindos do Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), vigente desde o início da safra 2013/2014.

Além disso, correspondeu a 81,8% do total financiado em custeio agrícola pelo BB em 2014 o financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõem os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15.

6.2 Captações

Os Depósitos de Clientes do BB totalizaram R\$ 437,8 bilhões ao final de dezembro de 2014, redução de 5,1% em relação ao ano anterior.

6.3 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), continuou como líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de 2014, atingiu o total de R\$ 542,4 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 22,8%, consolidando sua posição de maior administradora do País. Esse resultado representou um crescimento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A BB DTVM também se destaca como a maior gestora de recursos de terceiros do País, com um volume total de R\$ 554,7 bilhões e *market share* de 21,7%.

6.4 Clientes Governo

Foram repassados R\$ 21,2 milhões de Crédito Instalação, por meio de 46,5 mil Cartões de Pagamento de Benefícios, para famílias de assentados da reforma agrária. Adicionalmente, 2.214 municípios e 24 estados já aderiram ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil, próprio para ações de socorro em casos de calamidades públicas.

6.5 Cartões

O faturamento com cartões alcançou R\$ 238,3 bilhões, crescimento anual de 15,7%, com destaque para a modalidade débito, que avançou 16,7%. Tal desempenho se dá por meio do fortalecimento do relacionamento com o cliente, da mobilização da rede de agências, da maior utilização do meio de pagamento pelo consumidor e da busca por novos negócios no segmento de cartões, como o lançamento da plataforma *Ourocard Corporate Banking*, direcionado às grandes empresas.

Com foco na eficiência e nos ganhos de escala e aproveitando as oportunidades advindas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento BB iniciou, em 2014, um processo de reorganização dos negócios vinculados ao cartão.

Nesse contexto, em abril, foi lançada a STELO S.A., por meio da controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS), empresa de meios eletrônicos de pagamentos e e-commerce, com objetivo de aumentar as oportunidades de negócios e soluções no segmento de carteira digital. Em maio, foram iniciadas as tratativas para criação da LIVELO S.A., através da CBSS, com objetivo de explorar os negócios relacionados a programa de fidelidade.

Em novembro, por meio de sua subsidiária integral, BB Elo Cartões Participações S.A., o BB anunciou um acordo com a Cielo S.A. para criação de uma *Joint Venture* que terá o direito de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas (cartões de crédito) e de gestão da funcionalidade de compras via cartões de débito. A nova companhia foi avaliada em R\$ 11,6 bilhões. A conclusão do negócio está ainda condicionada ao cumprimento de prazos regulamentares e o fechamento de condições contratuais.

6.6 Seguros, Previdência e Capitalização

No ano de 2014, os negócios da *holding* BB Seguridade Participações, empresa do BB que atua nas áreas de seguros, previdência e capitalização, agregaram R\$ 2,8 bilhões de lucro líquido atribuível ao controlador. A empresa

está listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, e possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Para mais informações acesse: www.bancodobrasilseguridade.com.br.

6.7 Gestão Previdenciária

O volume de recursos administrados pelo Banco do Brasil, por meio de 28 fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social, totalizou R\$ 33,4 bilhões no período, o que representa 41,1% de participação de mercado. As tarifas geradas com a administração dos fundos e a prestação de serviços previdenciários de assessoria em atuária, investimentos, benefícios, folha de pagamentos e apoio técnico alcançaram o montante de R\$ 73,8 milhões.

No ano de 2014, a BB Previdência alcançou patrimônio de R\$ 2,6 bilhões, sendo 42 planos empresariais de 52 empresas patrocinadoras, dois planos instituídos de duas entidades classistas e setoriais e 75,9 mil participantes. Esse Fundo de Pensão Multipatrocinado é administrado pelo Banco e realiza a gestão de planos de previdência complementar fechada disponibilizados aos empregados de empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista e de planos instituídos por sindicato, entidade de classe e outros.

6.8 Mercado de Capitais

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI), e no exterior por meio da BB Securities (Nova Iorque, Londres e Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. O serviço de compra e venda de ações para os clientes de varejo na rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos móveis movimentou R\$ 13,1 bilhões, dos quais R\$ 12 bilhões foram pelo *home broker*.

Conforme o *ranking* Anbima, as principais realizações do Banco no período foram:

- I. Coordenou 75 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias e debêntures, totalizando volume de R\$ 14,9 bilhões, ficando em 3º lugar no *ranking* de origemação consolidado e 16,1% de participação de mercado;
- II. Atuou em 30 operações de emissões externas, que totalizaram US\$ 30,0 bilhões alcançando o 1º lugar no *ranking*;
- III. Realizou operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), FIDC e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com um volume de R\$ 458,4 milhões no mercado de securitização.

6.9 Serviços

Dentre os serviços bancários oferecidos a clientes pessoas jurídicas, inclusive governo, destacaram-se no período:

- I. A cobrança bancária, a arrecadação de guias e o débito automático, nos quais foram atendidos mais de 629 mil empresas, movimentando R\$ 599,6 bilhões e 603 milhões de títulos;
- II. Os convênios de folha de pagamento, com o processamento de mais de R\$ 1,9 bilhão, atendendo a 16 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas;
- III. Os pagamentos de benefícios em montante superior a R\$ 7,0 bilhões/mês nos diversos programas do governo realizados por meio de cartão específico e crédito em conta;
- IV. A arrecadação de tributos que somou o volume de R\$ 665,5 bilhões, 2,93% acima do verificado em 2013. O produto que mais se destacou foi a Arrecadação de Tributos Federais (DARF) e do Simples Nacional, com 6,8% de crescimento, totalizando R\$ 233,1 bilhões;
- V. O portal Licitações-e, onde foram realizados 40,9 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 26,3 bilhões.

Para todos os clientes correntistas, o BB oferece o serviço de Débito Direto Autorizado que somou 1,24 milhão de sacados eletrônicos, com 13% de participação de mercado e mais de 55,2 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

6.10 Comércio Exterior

O BB encerrou o exercício de 2014 mantendo sua tradicional liderança nas operações de câmbio de exportação e de importação com *market share* de 27,6% e 23,5%, respectivamente.

No financiamento ao comércio exterior, destaque para as operações de Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE), que alcançaram montante de US\$ 10,3 bilhões e participação de 26,3% do mercado. O volume financiado em importações foi de US\$ 5,4 bilhões. No Programa de Financiamento às Exportações (Proex), modalidade Financiamento, os desembolsos atingiram US\$ 456,2 milhões. Já os recursos desembolsados por meio das modalidades do BNDES-Exim totalizaram US\$ 475,7 milhões, até novembro de 2014, último dado disponível.

A utilização da *internet* como plataforma de contratação de operações foi amplamente utilizada em 2014. Mais de 63,8% dos contratos de câmbio de exportação e 40,1% dos de importação foram fechados por este canal. O BB investe ainda em ações de capacitação em negócios internacionais. O ano de 2014 contabilizou 9.200 pessoas treinadas, entre empresários, estudantes e profissionais do setor. Os cursos são oferecidos em todo o País, inclusive no formato *in company*.

6.11 Consórcios

A BB Administradora de Consórcios encerrou o ano com uma carteira de mais de 565 mil cotas ativas, crescimento de 29,1% em 12 meses. Destaque para o segmento de automóveis, que cresceu 30,2%, atingindo 528 mil cotas em dezembro. Durante o ano, foram comercializadas mais de 130 mil novas cotas de consórcio, que representou R\$ 3,9 bilhões em cartas de crédito.

7. Gestão Corporativa

7.1 Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil é formada pelo Conselho de Administração - composto por oito membros e assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna - e pela Diretoria Executiva - composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove Vice-presidentes) e por vinte e sete Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco instituiu processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Auditor Geral, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de Governança Corporativa e de Ética também dão suporte às melhores práticas de governança adotadas pelo Banco do Brasil.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Foi concluída, em abril, a reestruturação da Vice-Presidência de Negócios de Atacado (VIPAT). O novo modelo de atuação do BB nesse segmento tem como pressupostos a melhoria de processos e o incremento dos negócios, de modo a fortalecer a imagem do Banco do Brasil junto aos clientes do mercado atacado e ampliar a participação desse segmento no resultado da Empresa.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa. No ano, o Banco do Brasil realizou seis encontros com investidores e analistas no País, três *roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participou de dez conferências no País e

outras onze no exterior, além de promover quatro teleconferências de resultado. Ao todo foram realizados mais de 855 atendimentos a analistas de mercados e investidores, incluindo a participação em reuniões e os atendimentos telefônicos.

7.3 Controles Corporativos

Gestão de Riscos

O Banco do Brasil implementou aprimoramentos no gerenciamento de riscos com a criação, na Diretoria de Gestão de Riscos, de gerência responsável pela condução do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), da gestão dos riscos de estratégia, reputação, atuarial e socioambiental e da integração de riscos no âmbito do BB e das suas Entidades Ligadas.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

As atividades de controles internos desenvolvidas no ano tiveram como premissa a apuração independente da conformidade dos processos com as leis e regulamentos externos e internos, a avaliação e certificação dos controles definidos pelos gestores dos processos e a validação dos modelos internos de riscos, do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e das metodologias de provisão (PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e PDC - Provisão para Demandas Contingentes).

O Banco do Brasil manteve como prioridade a gestão integrada das áreas de controles e riscos, a partir da unificação de critérios para identificação de riscos, avaliação de controles e retroalimentação de todo o Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Em 2014 foi criada a Unidade de Risco Operacional (URO) com o objetivo de dar continuidade na evolução da gestão do risco operacional no BB e propiciar as condições necessárias para redução das perdas, disseminação de cultura de gestão desse risco, através do aperfeiçoamento dos instrumentos de identificação, avaliação, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais.

Ouvidoria BB

A Ouvidoria Externa atuou diretamente em diversos movimentos estratégicos e apresentou proposições de melhorias para produtos e serviços que foram implementados em 2014, visando agilizar o atendimento às demandas dos clientes e evitar futuras reclamações, minimizando a evasão da margem de contribuição e mitigando perdas operacionais.

Esses investimentos relacionados ao aprimoramento do atendimento ao cliente refletiram na melhoria de indicadores públicos de reclamações, tais como as demandas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e ao Instituto de Defesa do Consumidor (Procon).

Em 2014, o BB reduziu em 34,9% as denúncias procedentes junto ao Bacen, fato que o colocou fora das cinco primeiras posições no *ranking* do regulador, terminando o ano na oitava posição entre os dez bancos com mais de dois milhões de clientes. Essa melhora verificou-se também nos Procons, com redução de 56,4% na quantidade de demandas registradas em relação ao ano anterior, de acordo a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), além de melhoria nos índices de solução dessas demandas.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Análise do Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

O Banco continuou apoiando e contribuindo ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério Público do Estado de São Paulo. O BB também capacita seus funcionários em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos.

O BB, em abril de 2014, aderiu à Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), com o objetivo de estar em conformidade à regulação norte americana que busca identificar contribuintes norte-americanos, ou US Person, na denominação utilizada nos Estados Unidos, que possuam ativos financeiros superiores a US\$ 50 mil no exterior. O Governo Brasileiro aderiu ao acordo com os Estados Unidos em setembro, por meio do IGA (Intergovernmental Agreement).

Foi instituído o Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI com o objetivo de fortalecer e uniformizar o processo de gestão de segurança da informação no BB. O Banco realiza periodicamente avaliações de riscos de segurança da informação com o desígnio de identificar as necessidades da Instituição, com foco no negócio e na ampliação da integração da segurança da informação com todos os processos empresariais.

O BB possui convênios com órgãos de segurança, como o Exército Brasileiro e a Polícia Federal, para a contínua capacitação de seus funcionários, com objetivo de mitigar investidas criminosas contra o Conglomerado e utiliza da análise de dados e informações sobre as ocorrências delituosas, produzindo conhecimento para subsidiar as decisões estratégicas da Instituição.

Com objetivo de minimizar os impactos de eventuais interrupções em seus processos estratégicos o Banco adota metodologia de Gestão da Continuidade de Negócios (GCN) baseada nas melhores práticas de mercado, com finalidade de garantir a manutenção de suas operações mesmo diante de cenários adversos.

7.4 Tecnologia

As diretrizes de tecnologia do Banco do Brasil tiveram foco na eficiência operacional voltada aos processos e à gestão. São aplicadas em soluções de mobilidade, conveniência e integração tecnológica, orientadas para o melhor relacionamento com clientes internos e externos.

Nessa linha, destacam-se:

- I. O Programa de Transformação Tecnológica (PTT), com o objetivo de aperfeiçoar processos, plataformas e infraestruturas existentes, por meio da reorganização da metodologia de construção e manutenção de soluções de tecnologia e arquitetura orientada a serviços;
- II. O Programa de Otimização dos Recursos de TI (PORTI), que busca a eficiência no uso de recursos de tecnologia, incluindo a reavaliação constante das premissas de arquitetura, contratação e gestão de serviços. No ano de 2014, o PORTI gerou otimização de recursos de R\$ 167,0 milhões;
- III. Iniciativas em mobilidade, com a definição de uma plataforma para desenvolvimento e gestão de dispositivos móveis e novas soluções de mobilidade para os negócios, visando tornar o Mobile um dos principais canais de negócios e boas experiências para os clientes;
- IV. Estudos para evolução da Governança de TI, na forma de melhorias nos processos de gestão da TI, seleção dos projetos e gestão do portfólio de TI, declaração da Arquitetura Corporativa, atuação para mitigação dos riscos e aumento da conformidade e segurança em TI;
- V. O fomento das capacidades empresariais relacionadas a competências digitais, visando preparar a transformação do Banco para atuar com agilidade e eficiência nas novas oportunidades criadas pela emergência dos negócios digitais;
- VI. A aplicação de novas abordagens para ampliar a vanguarda, a presença e a efetividade do BB em seus mercados, como *big data*, computação em nuvem interna, métodos ágeis e experiência do cliente.

8. Pessoas

Em 2014, a Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) investiu R\$ 137,8 milhões em educação corporativa (equivalentes a R\$ 1.234,55 por funcionário). O investimento possibilitou ofertar 8.660.841 horas em ações de capacitação, em diferentes modalidades (presencial, a distância, e em serviço), além de proporcionar a obtenção ou manutenção de certificações legais em investimentos (CPA 10 e 20) por 6.538 funcionários.

Também foram destaques no período:

- I. Lançamento do Portal UniBB BomPraTodos, nos idiomas inglês e espanhol, para capacitação e integração dos funcionários da rede externa;
- II. Lançamento do aplicativo UniBB *Mobile*, disponível na *App Store* e na *Google Play*, que permite aos funcionários acessar conteúdos educacionais por meio de *smartphones* e *tablets*;
- III. Disponibilização do Portal UniBB adaptado para funcionários com deficiência visual, democratizando o acesso a ações de capacitação via web;
- IV. Lançamento da Biblioteca Virtual, que disponibiliza aos funcionários mais de 2.500 *e-books*, na integra, organizados em 40 áreas de conhecimento;
- V. Disponibilização do Programa de *Mentoring* para os gerentes gerais da rede agências;
- VI. Lançamento de Trilhas de Aprendizagem sobre Atendimento, Ética (pré-requisito, para ascensão profissional) e outros temas estratégicos;
- VII. Realizado processo de formação de funcionários aprovados no Programa de Ascensão Profissional, processo sucessório para o exercício de funções executivas;
- VIII. Realização do processo de formação de dirigentes e executivos, em parceria com as mais conceituadas escolas de negócios do Brasil e do exterior, como a *The MIT Sloan School of Management (EUA)*;
- IX. Oferta de 4.476 novas bolsas de estudo, 1600 na modalidade graduação, 1.800 de pós-graduação e 1.000 de idiomas estrangeiros, além de 76 funcionários selecionados para bolsas de mestrado/doutorado, aumento de 33% em relação ao último processo seletivo;
- X. Lançamento do Programa Jovem Aprendiz BB. O Programa de Aprendizagem, que já conta com cerca de 4 mil adolescentes contratados, passa a contemplar jovens com 18 a 24 anos;
- XI. Implementação do Programa *Trainee* BB, visando identificar funcionários da rede de agências com alto desempenho e formação acadêmica relevante, para participarem de estágio orientado nas Unidades Estratégicas;
- XII. Disponibilização do Radar do Gestor para acompanhamento do desempenho no decorrer da trajetória profissional e diagnóstico multidimensional, para orientar o aprimoramento profissional dos gestores de agências Varejo e Governo;
- XIII. Lançamento da Certificação de Gestão, com base no Radar do Gestor, utilizando critérios objetivos para fortalecer o encareiramento de gestores de agências com base no mérito;
- XIV. Realização dos 14º e do 15º certames de Certificação Interna de Conhecimentos, com a participação de 105.406 funcionários.

Remuneração e Benefícios

Em 20.05.2014, foi pago o valor do Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado - PDG referente ao ano de 2013 e em 13.11.2014 referente ao 1º semestre de 2014. O PDG é um programa de reconhecimento e premiação do desempenho negocial e de gestão.

Em 25.02.2014, o Banco distribuiu a Participação nos Lucros ou Resultados do 2º semestre de 2013 e em 13.10.2014 referente ao 1º semestre de 2014.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 2. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	(%)		
	2013	2014	s/2013
Proventos	10.557	10.618	0,6
Encargos Sociais	3.553	3.870	8,9
Benefícios	2.200	2.357	7,1
Participação nos Lucros e Resultados ¹	2.033	1.467	(27,8)
Honorários de Diretores e Conselheiros	33	42	27,0
Treinamento	47	60	29,5

1 - Inclui o montante de R\$ 11.057 mil relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva em 2014 (R\$ 10.416 mil em 2013).

9. Desenvolvimento Sustentável

Em relação à atuação socioambiental do BB, merecem destaque:

- I. Atendimento de 1.945 municípios pela Estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). O Banco conta com 24.676 funcionários capacitados no tema. São 1.515 Planos de Negócios em implementação, com 697.333 beneficiários e o saldo das operações contratadas, após o início desses Planos, atingiu a marca de 8,2 bilhões;
- II. Doação de R\$ 51,8 milhões à Fundação Banco do Brasil (FBB) para aplicação em projetos e programas sociais, desenvolvidos ou apoiados pela Fundação, majoritariamente relacionados à inclusão socioprodutiva por meio das tecnologias sociais;
- III. Doação de R\$ 4,3 milhões aos Fundos dos Direitos de Crianças e Adolescentes;
- IV. Seleção, no âmbito do Projeto Voluntários BB FBB, de 57 projetos voltados à geração de trabalho e renda e/ou conservação ambiental, para receberem apoio da Fundação Banco do Brasil e outros parceiros;
- V. Seleção para o apoio, no âmbito do Projeto Voluntários BB FIA, de 99 projetos que promovem ações de proteção, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
- VI. Pelo 5º ano consecutivo o BB integra o *Sustainability Yearbook* da RobecoSAM – organização responsável pelo processo de seleção do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova Iorque;
- VII. Assinatura, em março, do termo de adesão à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte;
- VIII. Realização do *Workshop The 2050 Criteria*, em abril, com representantes das diversas áreas de negócio do BB para debater o financiamento de *commodities* agrícolas, florestais e marinhas em bases sustentáveis;
- IX. Certificação, em março, como uma das cem empresas que possuem as melhores práticas em cidadania corporativa pela empresa Gestão RH.
- X. Lançamento, na Febraban, pelo Programa Água Brasil, em abril, do estudo acadêmico Políticas Públicas para o Setor Financeiro que promovam a Conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio 92 à Rio+20 com uma Visão Prospectiva da Rio+50;
- XI. Publicação, em maio, das novas diretrizes de sustentabilidade para o crédito, abordando os setores de Petróleo & Gás e Transportes;
- XII. Apoio, em junho, da "Campanha de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil", em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Ministério do Trabalho e Emprego e Unicef;
- XIII. Listado, em junho, entre as empresas mais verdes do mundo pela revista semanal norte americana *Newsweek* em parceria com a *Corporate Knights Capital*;
- XIV. Reconhecimento, em julho, pelo 10º ano consecutivo como uma empresa "Amiga da Criança" pela Fundação Abrinq;
- XV. Qualificação, em julho, para compor o rol de investimentos sustentáveis do banco de investimento suíço *Notenstein Private Bank*;
- XVI. Disponibilização, em julho, no Portal da Sustentabilidade, das "Diretrizes Socioambientais para Assuntos Polêmicos" do Banco do Brasil. O documento tem o objetivo de explicitar o posicionamento do Banco em

- temas controversos e polêmicos e que, em razão dessa particularidade, ganharam notoriedade junto à sociedade;
- XVII. Recebimento, em agosto, pela primeira vez, da certificação do Inventário de emissão de Gases de Efeito Estufa (ISO 14064), pela *WayCarbon*;
 - XVIII. Manutenção, em agosto, da Certificação Ambiental do SGA - Escopo Edifício Altino Arantes (SP) - para o período 2014/2017, em conformidade com os procedimentos e requerimentos da Norma Internacional ISO 14001:2004;
 - XIX. Qualificação, em agosto, para a Categoria "Ouro" no Inventário Corporativo de Emissões de Gases do Efeito Estufa - GEE, pelo Programa Brasileiro GHG Protocol;
 - XX. Manutenção, em setembro, pelo terceiro ano consecutivo, da participação no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI), que reúne empresas com as melhores práticas de sustentabilidade em nível mundial;
 - XXI. Realização, em setembro, do II Encontro do BB no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) com o tema Mulheres e Sustentabilidade, com objetivo de prestar contas da atuação do BB nas ações do PNPM e produzir insumos para discussões internas, como a revisão da Agenda 21;
 - XXII. Realização, em outubro, do IV Prêmio Valores do Brasil, onde foram reconhecidos 20 casos reais de sucesso em responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;
 - XXIII. Lançamento, em novembro, do guia "Integração Ambiental, Social e de Governança para Bancos: Um Guia para a Implementação", de autoria do WWF-Internacional, com o apoio do Banco *Credit Suisse*;
 - XXIV. Manutenção, em novembro, pelo décimo ano consecutivo, da participação no Índice de Sustentabilidade BM&F Bovespa- ISE;
 - XXV. Recebimento, em novembro, do prêmio "Época Empresa Verde". A premiação avalia as metas da empresa e os resultados de suas ações em sustentabilidade;
 - XXVI. Atingida, em dezembro, a marca de 18 mil funcionários cadastrados no Portal do Voluntariado BB;
 - XXVII. Entrega de 10.592 equipamentos a 151 instituições de todo o País para uso em finalidades sociais no âmbito do Programa de Inclusão e Transformação Social por meio da Doação de Computadores Substituídos;
 - XXVIII. Aprovação de R\$ 2,3 milhões em apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável que buscam a estruturação de cadeias produtivas e a geração de trabalho e renda, na parceria estratégica entre BB e BNDES para utilização de recursos não reembolsáveis do Fundo Social;
 - XXIX. Construção, em 2014, de 20,6 mil Cisternas de Placas para Água de Beber e de Produção, beneficiando 103 mil pessoas no semiárido brasileiro. Atendimento, pela FBB, por meio do Programa AABB Comunidade, a 40,4 mil crianças e adolescentes, em 324 municípios de 25 Estados brasileiros.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o sítio www.bb.com.br/sustentabilidade.

10. Informações Legais

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 95,2% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 66 bilhões em dezembro de 2014, decréscimo de 0,18% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, as empresas do Conglomerado do Banco do Brasil contrataram a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 4,4 milhões, que representam 17,2% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 3. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco do Brasil S.A.	01/07/2014	11/01/2015	Assessoria - Regulação Internacional	1.232,5
Banco Votorantim S.A.	13/02/2014	15/08/2014	Assessoria - Pré Certificação de Controles	1.000,0
BB Tokyo Branch	24/01/2014	23/01/2015	Consultoria - <i>Corporate Tax</i>	760,1
Merchant Esolutions Inc	04/11/2014	01/01/2015	Assessoria - Organização e Controle	429,0
Neoenergia S.A.	10/01/2014	14/05/2014	Assessoria - Regras contábeis	298,8
Cielo S.A.	30/06/2014	31/07/2014	Assessoria - Regulamentação do setor	138,1
Banco Votorantim S.A.	01/12/2014	01/01/2015	Assessoria - <i>Corporate Tax</i>	130,0
BB - Banco de Investimentos S.A.	24/10/2014	01/01/2015	Assessoria - FIDC	86,0
Brasilcap Capitalizacao S.A.	22/09/2014	30/12/2014	Assessoria - Sorteios	81,4
Neoenergia S.A.	13/11/2014	30/04/2015	Assessoria - Requerimentos para Divulgação	75,5
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	01/10/2014	01/11/2014	Assessoria - Configuração Segura de Servidores	61,0
BB Securities Ltd.	13/06/2014	30/06/2014	Assessoria - Regulamentação do setor	45,5
Banco Patagonia S.A.	09/01/2014	10/03/2015	Consultoria - Requerimentos regulatórios da resolução geral 622/13	32,1
BB Securities Asia Pte. Ltd.	02/01/2014	31/12/2014	Assessoria - <i>Corporate Tax</i> para o ano fiscal de 2014	18,0
Banco do Brasil – AG. Viena	20/06/2014	20/06/2014	Treinamento - tema Fit & Proper	10,3
Banco Patagonia S.A.	05/06/2014	30/12/2014	Consultoria - Requerimentos regulatórios	9,8

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Conglomerado Banco do Brasil informa que, no ano de 2014, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, BACEN, SUSEP, PREVIC e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 676/11, o BB esclarece:

- I. Os investimentos fixos ano de 2014 somaram o valor de R\$ 1.948,0 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 942,3 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 903,8 milhões);
- II. Mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 17,8 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- III. Firmou em 2012, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo valor total de R\$ 6.800.000.000,00 (seis bilhões e oitocentos milhões de reais). A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2014;
- IV. No período ocorreram as seguintes modificações societárias: (i) incorporação da Vida Seguradora S.A pela Mapfre Vida S.A; (ii) incorporação da Mapfre Affinity Seguradora pela Mapfre Seguros Gerais S.A; (iii) aprovada a incorporação da BB Capitalização pela BB Seguros.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- I. Em março, o BB foi premiado pelo instituto norte-americano Ethisphere como uma das empresas mais éticas do mundo em 2014 – “*World’s Most Ethical Companies (WME)*”;

- II. Em março, recebeu a certificação “*Top Employer*”, sendo listado como um dos cinco melhores empregadores do País;
- III. Em abril, foi o Banco mais bem avaliado pelo IGov Pessoas - índice de práticas em Gestão de Pessoas, levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- IV. Em abril, o Banco do Brasil foi escolhido como uma das empresas de maior prestígio no País em 2014, recebendo o diploma de: As empresas de maior prestígio – *ranking* Revista Época Negócios com o 2º lugar na categoria Bancos e 12º lugar no *ranking* geral;
- V. Em abril, o Banco do Brasil foi escolhido como uma das empresas mais amadas do País em 2014, recebendo o diploma de “As empresas mais amadas do Brasil 2014” – *ranking* Revista Consumidor Moderno com o 2º lugar na categoria Bancos;
- VI. Em maio, o BB foi escolhido como uma das empresas mais lembradas pelo homem do campo quando o assunto é crédito rural, recebendo o diploma de: *Top of Mind* Rural 2014 – *ranking* Revista Rural – 1º lugar na categoria Crédito Rural;
- VII. Em maio, o BB recebeu o Prêmio CIC Brasil, da Revista ClienteSA, na categoria “Melhor atendimento multicanal” com o case “SAC BB - Rompendo as barreiras da comunicação e caminhando além das fronteiras: conectado a você!”. A premiação reconhece as organizações líderes na qualidade do serviço oferecido ao cliente;
- VIII. Em maio, o Banco do Brasil foi apresentado entre as maiores companhias do mundo no *ranking* elaborado pela revista norte-americana *Forbes*. O Banco do Brasil ocupa a quarta melhor colocação entre as empresas brasileiras e a 104ª posição geral;
- IX. Em julho, o Banco do Brasil foi relacionado entre as 500 maiores empresas do mundo, *ranking* elaborado pela revista *Fortune*. O Banco do Brasil ocupa a segunda melhor colocação entre as empresas brasileiras e a 125ª posição geral;
- X. Em agosto, o Banco do Brasil recebeu o Prêmio “As Melhores da Dinheiro 2014”, eleito como a “Empresa do Ano” e também foi a empresa vencedora no setor “Bancos”;
- XI. Em outubro, o Banco do Brasil figurou entre as melhores empresas para você trabalhar, 2º lugar na categoria “Instituições Públicas”, com 68,0 pontos;
- XII. Em outubro, o Banco do Brasil recebeu o prêmio “*Top of Mind* 2014 - As marcas mais lembradas em todo o País”, elaborado pelo Instituto Datafolha;
- XIII. Em outubro, recebeu prêmio de líder em Gestão de Pessoas no prêmio “As Empresas Mais Conscientes do Brasil”. O prêmio identifica e reconhece as empresas que caminham na direção de uma nova forma de atuar.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao ano de 2014, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

A conjuntura internacional manteve-se complexa em 2014 com dinâmicas distintas entre as principais economias. Os sinais de crescimento dos EUA contrastam com as dificuldades de vários países europeus, que conjugam baixo dinamismo econômico e riscos de deflação. Na Ásia, a conjuntura de desaceleração, ainda que suave, da economia chinesa vem desafiando as políticas de estímulo e influenciando negativamente os preços das principais commodities.

Mesmo em meio às complexidades do cenário internacional, a economia brasileira retomou uma trajetória moderada de crescimento no 2º semestre de 2014, ancorada em condições favoráveis do mercado de trabalho, com geração de empregos, continuidade do processo de formalização e expansão dos salários reais. O mercado de crédito evoluiu em ritmo compatível com a atividade econômica, sustentado pela solidez do sistema financeiro. Ante o processo de realinhamento de preços relativos, decorrente da maior desvalorização cambial e do reajuste de preços administrados, o Banco Central retomou o ciclo de elevação da taxa básica de juros.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns eventos que foram destaques:

- I. Lançamento, em abril, da STELO S.A., empresa de meios eletrônicos de pagamentos e e-commerce;
- II. Início de tratativas, em maio, da LIVELO S.A. para exploração de negócios relacionados a programa de fidelidade;
- III. Inauguração, em maio, da Agência Xangai do BB, primeira agência de um banco da América Latina na China;
- IV. Emissão, em junho, de US\$ 2,5 bilhões de bônus subordinados perpétuos, elegíveis à capital nível 1 sob as regras de Basileia III, uma das maiores captações dessa modalidade no mundo;
- V. Encerramento, em junho, do plano safra 2013/2014, com o maior desembolso da história, totalizando R\$ 76,3 bilhões;
- VI. Formação de parceria, em agosto, com a Votorantim Finanças e Banco Votorantim para ampliação da capacidade comercial e prospecção de novos negócios por correspondentes bancários, com foco em crédito consignado.
- VII. Aprovação, pelo Conselho de Administração, em agosto, da migração do programa de *American Depositary Receipt* (ADR) de nível I para o nível II, sujeito à autorização dos reguladores;
- VIII. Autorização pelos órgãos reguladores, em outubro, do início do funcionamento da Movera, empresa com finalidade de dinamizar negócios e prestar serviços especializados em microfinanças;
- IX. Celebração, em novembro, da parceria estratégica entre BB Elo Cartões Participações S.A e Cielo S.A para a criação de nova companhia com objetivo de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamentos pós-pagas (cartões de crédito) e de gestão da funcionalidade de compras via cartões de débito.
- X. Manutenção do BB, pelo terceiro ano consecutivo, na listagem no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) e, pela décima vez consecutiva, no Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa (ISE), em setembro e novembro, respectivamente.

3. Estratégia Corporativa para o período de 2015-2019

A nova Estratégia Corporativa do Banco do Brasil 2015-2019 foi elaborada a partir do trabalho participativo de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, após o debate dos desafios, movimentos e

objetivos estratégicos para os próximos cinco anos. O documento foi aprovado pelos Conselhos Diretor e de Administração no segundo semestre de 2014.

A essência do Banco do Brasil, que expressa a razão de ser da empresa, o jeito de pensar e agir, deve ser compartilhada e praticada por toda a empresa. Foi norteadada pelo conceito "Banco de mercado com espírito público" e se materializa pela Crença, Missão, Visão e Valores.

A crença do BB, "um mundo bom para todos exige espírito público em cada um de nós", baseia-se na busca constante da conciliação das necessidades e interesses do Banco e de todos seus públicos de relacionamento. São consideradas as dimensões individual e coletiva, seja atuando como banco de mercado, seja na realização de negócios sociais ou como protagonista do desenvolvimento do País.

A nova Missão: "Ser um Banco competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto a toda a sociedade".

A Visão de Futuro: "Ser o Banco mais relevante e confiável para a vida dos clientes, funcionários, acionistas e para o desenvolvimento do Brasil".

Para o período 2015-2019, o Banco tem como objetivo melhorar a experiência dos clientes, acionistas e sociedade, proporcionando relacionamentos duradouros. Pautado nos princípios da sustentabilidade, continuará priorizando o aumento da eficiência, produtividade, rentabilidade e das receitas com prestação de serviços.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Relatório da Administração 2014
Exercício 2014

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 Grandes Números

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 11,2 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 15,0% no ano de 2014. O lucro por ação foi de R\$ 4,04 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,4 trilhão, crescimento de 10,2% em doze meses, com retorno sobre ativos de 0,8%, permitindo ao BB encerrar o ano como líder do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Destaque para sua atuação no crédito com 21,0% de participação de mercado. O patrimônio líquido alcançou R\$ 80,6 bilhões, incremento de 11,6% em doze meses.

Tabela 1. Destaques

R\$ milhões			
Resultado¹	2013	2014	s/ 2013
Lucro Líquido	15.758	11.246	(28,6)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	28.366	29.501	4,0
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	23.301	25.070	7,6
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	3.230	4.471	38,4
Despesas Administrativas ²	(34.800)	(36.695)	5,4
R\$ bilhões			
Patrimoniais	Dez/13	Dez/14	s/ Dez/13
Ativos	1.304	1.437	10,2
Carteira de Crédito Ampliada ³	693	761	9,8
Captações Comerciais ⁴	607	635	4,5
Patrimônio Líquido	72	81	11,6
Índice de Basileia %⁵	14,5	16,1	10,8
mil			
Indicadores	2013	2014	s/ 2013
Lucro por Ação (em R\$)	5,6	4,0	(27,4)
Retorno sobre Ativos %	1,3	0,8	(36,1)
Retorno sobre Patrimônio Líquido %	22,9	15,0	(34,6)
R\$			
Dados Estruturais	Dez/13	Dez/14	s/ Dez/13
Base de Clientes	61.375	61.645	0,4
Total de Contas Correntes	39.786	38.085	(4,3)
PF	37.328	35.655	(4,5)
PJ	2.458	2.430	(1,2)
Agências	5,5	5,5	1,4
Funcionários	112,2	111,6	(0,5)
Recursos Administrados (R\$ bilhões)	493,7	554,7	12,4
R\$			
Indicadores de Mercado	Dez/13	Dez/14	s/ Dez/13
Valor Patrimonial - BBAS3	25,2	28,1	11,6
Cotação de Fechamento - BBAS3	24,4	23,8	(2,6)
R\$			
Perfil de Funcionários	Dez/13	Dez/14	s/ Dez/13
Funcionários	112.216	111.628	(0,5)
Feminino	46.580	46.364	(0,5)
Masculino	65.636	65.264	(0,6)
Escolaridade			
Ensino Médio	26.426	24.956	(5,6)
Graduação	51.568	49.772	(3,5)
Especialização, Mestrado e Doutorado	33.794	36.515	8,1
Demais	428	385	(10,0)
Rotatividade de Funcionários (%)	4,8	3,2	(34,4)

1 - Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas;

2 - Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas;

3 - Inclui Títulos e Valores Mobiliários Privados e Garantias Prestadas;

4 - Depósitos Totais, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

5 - Índice de 2013 calculado conforme regras de Basileia III.

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 68,1 bilhões ao final de 2014. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre de setembro-dezembro de 2014, o Banco ocupa a 10ª posição, com 2,68% de participação.

A ação ordinária do BB (BBAS3) foi negociada em todos os pregões do Novo Mercado da BM&FBovespa, permanecendo listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag. Internacionalmente, o BB integra os índices MSCI LatAm Index, S&P Lac 40 e DJSI.

Ao final do período, o Programa de *American Depositary Receipt* (ADR) Nível I do Banco do Brasil possuía 22,3 milhões de recibos em circulação cotados a US\$ 8,68 por certificado.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP), em periodicidade trimestral. Assim, no ano foram destinados R\$ 4,5 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 851 milhões como dividendos e R\$ 3,7 bilhões na forma de JCP. O lucro remanescente foi destinado à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 2. Participações Societárias Consolidadas, detidas pelo BB Banco Múltiplo

			Participação	Saldo de		Result.
R\$ mil	Atividade		Total - % Dez/14	Investimento Dez/13	Dez/14	de 2014
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	332.003	725.057	38.076
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	4.073	575	(371)
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.716.195	3.893.195	232.132
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	106.823	121.831	623
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	88.352	142.968	38.077
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	1.023.383	1.221.749	51.180
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	11.556	15.303	1.794
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	111.025	143.921	14.288
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.136	7.145	180
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	973.600	1.228.999	440.689
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.433.969	3.714.071	339.181
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	70.000	119.537	22.500
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	2.766.615	2.825.136	1.209.765
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.501	131.638	755.067
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	3.180.736	3.662.042	2.293.685
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	19.023	19.030	17.142
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	463.718	586.915	180.555
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	155.094	164.162	181.363
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	13.282	14.534	1.928
BB Money Transfers Inc.	Serviços	(I)	0,00	4.488	-	(366)
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia)	Informática	(I)	99,97	161.639	207.606	60.063

(I) Controladas, consolidadas integralmente;

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente;

Tabela 3. Participações Societárias não Consolidadas

			Participação Total - %	Saldo de Investimento		Result. de Particip.
R\$ mil	Atividade		Dez/14	Dez/13	Dez/14	2014
Participações não Consolidadas						
Cadam S.A.	Mineradora	(III)	21,64	25.929	25.201	(728)
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(III)	15,44	2.462	2.525	67
Itapebi Geração de Energia ¹	Energia	(III)	0,00	-	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(III)	11,11	8.747	8.221	(448)

(III) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

1 – A participação na empresa Itapebi Geração de energia foi transferida para o Grupo Neoenergia em Set/13.

5. Rede de Atendimento e Canais

O Banco do Brasil encerrou o período com 69,1 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, com presença em 99,8% dos municípios brasileiros.

A rede própria contava com 18.956 pontos, sendo 5.524 agências, 1.699 postos de atendimento e 11.733 postos de atendimento eletrônico com 44.182 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 23,9% do total.

Em 2014, o BB inaugurou quatro agências com atendimento especializado para o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE): em Teresina (PI), Ribeirão Preto (SP), Curitiba (PR) e Vitória (ES). Agora são sete unidades com esse modelo de atendimento.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, contava com 15.538 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, dentre os quais 6.191 pontos do Banco Postal. Nessa rede foram realizadas aproximadamente 367,6 milhões de transações no ano.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, em 30 de abril, a constituição de uma nova instituição financeira pelo BB e Correios em substituição ao contrato de correspondente no País. A efetiva constituição da nova instituição depende da conclusão dos estudos técnicos, que estão em andamento, das aprovações nas respectivas governanças, bem como das autorizações regulatórias, com destaque para o Ministério da Fazenda, Ministério das Comunicações, MPOG/DEST, além do Bacen.

A rede compartilhada contava, em dezembro de 2014, com 34.641 pontos de atendimento, sendo 16.779 do Banco24horas, representando incremento de 8,1% em relação a 2013. Somente nessa rede foram realizadas, durante 2014, 39 milhões de transações por clientes do BB, crescimento de 45,7% no ano.

O Autoatendimento Celular continuou crescendo na preferência dos clientes. Em 2014, foram realizadas 1,3 bilhão de transações nesse canal, crescimento de 163,4% em relação a 2013, por 4,4 milhões de usuários. Dessa forma, pela primeira vez, os acessos no celular superaram os realizados na Internet. As transações realizadas nos canais de autoatendimento via celular e Internet já representam 33,6% do total.

Além de contar com mais de 100 transações disponíveis, o Autoatendimento Celular apresentou inovações ao longo de 2014, como o Saque Móvel, que permite programar e realizar saques nos caixas eletrônicos do BB de forma ágil, e a inédita solução de simulação de financiamento de veículos.

Destaca-se também o desempenho dos canais de autoatendimento:

- I. Internet: 2,4 bilhões de transações efetivadas por pessoas físicas e 11,5 milhões de clientes habilitados a utilizar o canal;
- II. Setor Público (*internet* e celular): 458,3 milhões de transações realizadas por 28,7 mil usuários;
- III. Central de Atendimento: 240,6 milhões de transações realizadas e 12,9 milhões de clientes habilitados;
- IV. Gerenciador Financeiro: 1,7 bilhão de transações, sendo utilizado por mais de 755 mil empresas, principalmente de pequeno porte.
- V. Terminais de Auto Atendimento: 3,3 bilhões de transações efetivadas

Em abril de 2014, o BB disponibilizou aos seus clientes micro e pequenas empresas a liberação de crédito de operações de Antecipação de Crédito ao Lojista (ACL) por meio dos caixas eletrônicos. A funcionalidade agrega comodidade e conveniência aos empresários, que podem antecipar suas vendas por meio de cartão de crédito em qualquer terminal da Rede BB.

No exterior, a rede de atendimento é composta por 45 unidades localizadas em 24 países. Ao final de 2014, havia 1.083 bancos atuando como correspondentes do BB em 135 países. Na Argentina, a rede do Banco Patagonia

conta com 195 pontos de atendimento. O Banco do Brasil Américas, nos Estados Unidos, possui uma rede de 5 agências e por meio de convênios estabelecidos tem disponíveis 55 mil terminais de saques e consultas e 7 mil terminais de depósito, saques e consultas, além de serviços de *internet* e *mobile banking*.

Destaque para a inauguração, em maio, de uma agência do BB na cidade de Xangai, China. É a primeira agência de um banco da América Latina naquele país. O objetivo é apoiar a ampliação do intercâmbio comercial com o país, o investimento daquela nação no Brasil e a atuação de multinacionais brasileiras.

6. Negócios

6.1 Carteira de Crédito

A carteira de crédito do BB atingiu R\$ 687,9 bilhões, com expansão de 10,3% em doze meses. O BB manteve sua liderança em crédito no SFN com 21,0% de participação de mercado. A composição das principais linhas carteira é apresentada abaixo:

- I. R\$ 179,2 bilhões em operações com pessoa física, sem agro, evolução de 6,8%;
- II. R\$ 290,9 bilhões em operações com empresas (indústria, comércio e serviços), sem agro, crescimento de 11,6%;
- III. R\$ 163,6 bilhões em crédito ao setor rural e agroindustrial, aumento de 13,6%.

A inadimplência permaneceu sob controle e abaixo do SFN. O indicador que mede a razão entre as operações com atraso superior a 90 dias e a carteira de crédito encerrou o período em 2,0%, contra 2,9% do sistema. O Banco também apresenta uma estrutura de crédito melhor que a do SFN. As operações classificadas nos níveis de risco de AA-C encerraram o ano em 94,7% do total da carteira, contra 93,1% do sistema.

6.1.1 Clientes Pessoa Física

Os destaques das principais linhas de crédito que compõem a carteira são:

Crédito Consignado

Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais representativos dessa carteira, com 88,4% do total, sendo ainda composta por aposentados e pensionistas do INSS (7,7%) e funcionários do setor privado (3,9%). O crédito consignado permanece como a principal linha na carteira para pessoas físicas, com 35,8% do total, já considerando as aquisições de crédito e a participação no Banco Votorantim. O crescimento nos últimos doze meses foi de 3,7%, mantendo assim a liderança do Banco no segmento, com 25,5% de participação de mercado.

Ainda nessa linha, destaque para a carteira orgânica, que são operações originadas nos canais próprios do Banco, com saldo de R\$ 58,8 bilhões e crescimento de 12,4% em relação a 2013.

Financiamentos de Veículos

O saldo das operações de financiamento de veículos, incluindo aquisições de crédito e participação no Banco Votorantim, alcançou R\$ 32,8 bilhões, queda de 7,4% em relação a 2013.

Destaque para as operações originadas nas agências do Banco do Brasil que alcançaram saldo de R\$ 10,6 bilhões. O perfil destas novas operações continuou dentro dos critérios adotados nos últimos anos, assegurando a qualidade da carteira dentro da série histórica de desempenho.

Crédito Imobiliário

O crédito imobiliário pessoa física finalizou o ano com saldo de R\$ 28,5 bilhões, expansão de 54,3% em doze meses. Os desembolsos atingiram R\$ 12,3 bilhões em 2014, 27,4% a mais que no ano de 2013.

6.1.2 Clientes Pessoa Jurídica

O desempenho das principais linhas de crédito pessoa jurídica é apresentado a seguir:

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 54,1 bilhões no ano, com destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Investimento Agropecuário, FCO, PROGER e Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Crédito Imobiliário

O BB encerrou o período com R\$ 10,8 bilhões contratados de financiamento à produção. O saldo da carteira atingiu R\$ 10,3 bilhões em dezembro, crescimento de 74,0% em doze meses.

As operações contratadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida até dezembro/2014 permitiram a produção de 332 mil unidades habitacionais, considerando todas as faixas de renda abrangidas no programa.

Micro e Pequenas Empresas

Em 2014, o Banco do Brasil divulgou nova campanha publicitária para reforçar seu posicionamento junto ao segmento como o “Banco da Micro e Pequena Empresa”, valorizando o poder transformador desse segmento com oferta de crédito, soluções e diferenciais de mercado.

Ao final de dezembro de 2014, o BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE, mantendo-se como principal parceiro do segmento. O saldo das operações de crédito para MPE atingiu R\$ 102,2 bilhões, incremento de 2,4% em doze meses. Cabe destaque a destinação de R\$ 64,6 bilhões para capital de giro, que representou 63,2% da carteira de crédito MPE. O saldo dos financiamentos de investimentos às MPE chegou a R\$ 35,5 bilhões, crescimento de 9,7% em relação a dezembro de 2013.

Nas operações de crédito com o segmento, o Banco do Brasil utilizou o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar o risco e ampliar o volume da carteira, facilitando o acesso ao crédito. Ao final de dezembro, havia 474,9 mil operações com cobertura do FGO, totalizando o saldo aplicado de R\$ 21,4 bilhões.

O BB continuou utilizando o site Empreendedor (bb.com.br/empreendedor), que apresenta soluções de produtos e serviços, para apoiar empreendedores individuais e empresas dos setores de franquias e de turismo. Em 2014 foram 414.992 acessos. Apoiou também os Arranjos Produtivos Locais (APL) aplicando R\$ 3,78 bilhões em operações de crédito com empresas integrantes de APL.

No Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), a atuação do Banco objetiva a expansão dos negócios junto ao segmento de empreendedores e está alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Em dezembro, alcançou o desembolso acumulado de R\$ 4,6 bilhões em operações de crédito para capital de giro e investimentos. Foram beneficiados 1,6 milhão de clientes pessoas físicas e jurídicas em todo o País, atendidos por meio da rede de agências BB e parceiros.

Em outubro foi autorizado, pelos órgãos reguladores, o início do funcionamento da Movera, empresa coligada do BB, que tem como objetivo específico de atuar no mercado de microfinanças. As operações de MPO serão conduzidas por agentes de microcrédito contratados pela empresa parceira. O BB continuará responsável por definir a estratégia, fornecer a metodologia de crédito e os sistemas de gestão dos negócios.

Clientes Atacado

Em dezembro, a carteira de crédito de clientes atacado apresentou saldo de R\$ 159,5 bilhões, crescimento de 12,2% na comparação com o mesmo período de 2013.

O Banco do Brasil participou de Operações Estruturadas, que são concessões de crédito realizadas sob medida para atender a necessidades específicas do cliente. As principais contratações do ano somaram mais de R\$ 75,5

bilhões. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 31,9 bilhões, dos quais R\$ 16,9 bilhões em operações de financiamento de longo prazo - tais como BNDES, FCO, Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Financiamento à Produção e R\$ 15,0 bilhões em emissões no Mercado de Capitais, por meio de Debêntures, Notas Promissórias e cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

6.1.3 Agronegócios

O BB atingiu 63,5% de participação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A carteira de agronegócios encerrou dezembro com saldo de R\$ 163,6 bilhões. Esse montante representa um incremento de 13,6% em relação ao mesmo período de 2013. Destaca-se o saldo de R\$ 36,0 bilhões em operações contratadas no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e R\$ 22,1 bilhões no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Na contratação de operações de crédito rural o BB incentivou a utilização mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Em dezembro, 58,4% das operações de custeio agrícola contratadas na safra 2014/2015 estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro) e/ou seguro de preço (contratos de opções). O índice de inadimplência da carteira de agronegócio, em atraso acima de 90 dias, chegou a 0,69%.

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio continuou presente, na oferta das linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) que incentivam os produtores rurais a utilizarem técnicas sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. No ano, o Programa ABC contratou mais de 6.365 financiamentos, atingindo o montante de R\$ 2,9 bilhões.

Em apoio aos investimentos em armazenagem, o BB recebeu R\$ 3,4 bilhões em propostas em 2014, advindos do Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), vigente desde o início da safra 2013/2014.

Além disso, correspondeu a 81,8% do total financiado em custeio agrícola pelo BB em 2014 o financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõem os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15.

6.2 Captações

As captações comerciais do BB totalizaram R\$ 634,6 bilhões em dezembro de 2014, entre operações realizadas no mercado doméstico e internacional.

Destacaram-se:

- I. R\$ 103,8 bilhões em Letras de Crédito do Agronegócio e R\$ 14,4 bilhões em Letras de Crédito Imobiliário;
- II. R\$ 122,4 bilhões em repasses de fundos e programas. Entre os aqueles mais utilizados destacaram-se: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé), Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame/BNDES), Fundo de Marinha Mercante (FMM) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Todos geraram *funding* para operações de crédito no BB;
- III. R\$ 23,5 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas. O saldo de operações enquadradas como capital de nível II somou R\$ 6,5 bilhões.

6.3 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), continuou como líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de 2014, atingiu o total de R\$ 542,4 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 22,8%, consolidando sua posição de maior administradora do País. Esse resultado representou um crescimento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A BB DTVM também se destaca como a maior gestora de recursos de terceiros do País, com um volume total de R\$ 554,7 bilhões e *market share* de 21,7%.

6.4 Clientes Governo

As operações de crédito com a Administração Pública atingiram R\$ 29,2 bilhões em dezembro de 2014, crescimento de 56,9% em 12 meses disponibilizando recursos para investimentos dos estados e municípios, principalmente em infraestrutura. Foram repassados R\$ 21,2 milhões de Crédito Instalação, por meio de 46,5 mil Cartões de Pagamento de Benefícios, para famílias de assentados da reforma agrária. Adicionalmente, 2.214 municípios e 24 estados já aderiram ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil, próprio para ações de socorro em casos de calamidades públicas.

6.5 Cartões

O faturamento com cartões alcançou R\$ 238,3 bilhões, crescimento anual de 15,7%, com destaque para a modalidade débito, que avançou 16,7%. Tal desempenho se dá por meio do fortalecimento do relacionamento com o cliente, da mobilização da rede de agências, da maior utilização do meio de pagamento pelo consumidor e da busca por novos negócios no segmento de cartões, como o lançamento da plataforma *Ourocard Corporate Banking*, direcionado às grandes empresas.

Com foco na eficiência e nos ganhos de escala e aproveitando as oportunidades advindas do marco regulatório no setor de meios eletrônicos de pagamento BB iniciou, em 2014, um processo de reorganização dos negócios vinculados ao cartão.

Nesse contexto, em abril, foi lançada a STELO S.A., por meio da controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS), empresa de meios eletrônicos de pagamentos e e-commerce, com objetivo de aumentar as oportunidades de negócios e soluções no segmento de carteira digital. Em maio, foram iniciadas as tratativas para criação da LIVELO S.A., através da CBSS, com objetivo de explorar os negócios relacionados a programa de fidelidade.

Em novembro, por meio de sua subsidiária integral, BB Elo Cartões Participações S.A., o BB anunciou um acordo com a Cielo S.A. para criação de uma *Joint Venture* que terá o direito de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas (cartões de crédito) e de gestão da funcionalidade de compras via cartões de débito. A nova companhia foi avaliada em R\$ 11,6 bilhões. A conclusão do negócio está ainda condicionada ao cumprimento de prazos regulamentares e o fechamento de condições contratuais.

6.6 Seguros, Previdência e Capitalização

No ano de 2014, os negócios da *holding* BB Seguridade Participações, empresa do BB que atua nas áreas de seguros, previdência e capitalização, agregaram R\$ 2,3 bilhões de lucro líquido ao conglomerado BB. A empresa está listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, e possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Para mais informações acesse: www.bancodobrasilseguridade.com.br.

6.7 Gestão Previdenciária

O volume de recursos administrados pelo Banco do Brasil, por meio de 28 fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social, totalizou R\$ 33,4 bilhões no período, o que representa 41,1% de participação de mercado. As tarifas geradas com a administração dos fundos e a prestação de serviços previdenciários de assessoria em atuária, investimentos, benefícios, folha de pagamentos e apoio técnico alcançaram o montante de R\$ 73,8 milhões.

No ano de 2014, a BB Previdência alcançou patrimônio de R\$ 2,6 bilhões, sendo 42 planos empresariais de 52 empresas patrocinadoras, dois planos instituídos de duas entidades classistas e setoriais e 75,9 mil participantes. Esse Fundo de Pensão Multipatrocinado é administrado pelo Banco e realiza a gestão de planos de previdência complementar fechada disponibilizados aos empregados de empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista e de planos instituídos por sindicato, entidade de classe e outros.

6.8 Mercado de Capitais

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI), e no exterior por meio da BB Securities (Nova Iorque, Londres e Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. O serviço de compra e venda de ações para os clientes de varejo na rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos móveis movimentou R\$ 13,1 bilhões, dos quais R\$ 12 bilhões foram pelo *home broker*.

Conforme o *ranking* Anbima, as principais realizações do Banco no período foram:

- I. Coordenou 75 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias e debêntures, totalizando volume de R\$ 14,9 bilhões, ficando em 3º lugar no *ranking* de originação consolidado e 16,1% de participação de mercado;
- II. Atuou em 30 operações de emissões externas, que totalizaram US\$ 30,0 bilhões alcançando o 1º lugar no *ranking*;
- III. Realizou operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), FIDC e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com um volume de R\$ 458,4 milhões no mercado de securitização.

6.9 Serviços

Dentre os serviços bancários oferecidos a clientes pessoas jurídicas, inclusive governo, destacaram-se no período:

- I. A cobrança bancária, a arrecadação de guias e o débito automático, nos quais foram atendidos mais de 629 mil empresas, movimentando R\$ 599,6 bilhões e 603 milhões de títulos;
- II. Os convênios de folha de pagamento, com o processamento de mais de R\$ 1,9 bilhão, atendendo a 16 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas;
- III. Os pagamentos de benefícios em montante superior a R\$ 7,0 bilhões/mês nos diversos programas do governo realizados por meio de cartão específico e crédito em conta;
- IV. A arrecadação de tributos que somou o volume de R\$ 665,5 bilhões, 2,93% acima do verificado em 2013. O produto que mais se destacou foi a Arrecadação de Tributos Federais (DARF) e do Simples Nacional, com 6,8% de crescimento, totalizando R\$ 233,1 bilhões;
- V. O portal Licitações-e, onde foram realizados 40,9 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 26,3 bilhões.

Para todos os clientes correntistas, o BB oferece o serviço de Débito Direto Autorizado que somou 1,24 milhão de sacados eletrônicos, com 13% de participação de mercado e mais de 55,2 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

6.10 Comércio Exterior

O BB encerrou o exercício de 2014 mantendo sua tradicional liderança nas operações de câmbio de exportação e de importação, com volumes de US\$ 62,2 bilhões e US\$ 51,2 bilhões e *market share* de 27,6% e 23,5%, respectivamente.

No financiamento ao comércio exterior, destaque para as operações de Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE), que alcançaram montante de US\$ 10,3 bilhões e participação de 26,3% do mercado. O volume financiado em importações foi de US\$ 5,4 bilhões. No Programa de Financiamento às Exportações (Proex), modalidade Financiamento, os desembolsos atingiram US\$ 456,2 milhões. Já os recursos desembolsados por meio das modalidades do BNDES-Exim totalizaram US\$ 475,7 milhões, até novembro de 2014, último dado disponível.

A utilização da *internet* como plataforma de contratação de operações foi amplamente utilizada em 2014. Mais de 63,8% dos contratos de câmbio de exportação e 40,1% dos de importação foram fechados por este canal. O BB

investe ainda em ações de capacitação em negócios internacionais. O ano de 2014 contabilizou 9.200 pessoas treinadas, entre empresários, estudantes e profissionais do setor. Os cursos são oferecidos em todo o País, inclusive no formato *in company*.

6.11 Consórcios

A BB Administradora de Consórcios encerrou o ano com uma carteira de mais de 565 mil cotas ativas, crescimento de 29,1% em 12 meses. Destaque para o segmento de automóveis, que cresceu 30,2%, atingindo 528 mil cotas em dezembro. Durante o ano, foram comercializadas mais de 130 mil novas cotas de consórcio, que representou R\$ 3,9 bilhões em cartas de crédito. A companhia apresentou retorno sobre patrimônio líquido acumulado de 110,5% no ano.

7. Gestão Corporativa

7.1 Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil é formada pelo Conselho de Administração - composto por oito membros e assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna - e pela Diretoria Executiva - composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove Vice-presidentes) e por vinte e sete Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco instituiu processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Auditor Geral, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de Governança Corporativa e de Ética também dão suporte às melhores práticas de governança adotadas pelo Banco do Brasil.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Foi concluída, em abril, a reestruturação da Vice-Presidência de Negócios de Atacado (VIPAT). O novo modelo de atuação do BB nesse segmento tem como pressupostos a melhoria de processos e o incremento dos negócios, de modo a fortalecer a imagem do Banco do Brasil junto aos clientes do mercado atacado e ampliar a participação desse segmento no resultado da Empresa.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa. No ano, o Banco do Brasil realizou seis encontros com investidores e analistas no País, três *roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, participou de dez conferências no País e outras onze no exterior, além de promover quatro teleconferências de resultado. Ao todo foram realizados mais de 855 atendimentos a analistas de mercados e investidores, incluindo a participação em reuniões e os atendimentos telefônicos.

7.3 Controles Corporativos

Gestão de Riscos

O Banco do Brasil implementou aprimoramentos no gerenciamento de riscos com a criação, na Diretoria de Gestão de Riscos, de gerência responsável pela condução do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), da gestão dos riscos de estratégia, reputação, atuarial e socioambiental e da integração de riscos no âmbito do BB e das suas Entidades Ligadas.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

As atividades de controles internos desenvolvidas no ano tiveram como premissa a apuração independente da conformidade dos processos com as leis e regulamentos externos e internos, a avaliação e certificação dos controles definidos pelos gestores dos processos e a validação dos modelos internos de riscos, do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e das metodologias de provisão (PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e PDC - Provisão para Demandas Contingentes).

O Banco do Brasil manteve como prioridade a gestão integrada das áreas de controles e riscos, a partir da unificação de critérios para identificação de riscos, avaliação de controles e retroalimentação de todo o Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Em 2014 foi criada a Unidade de Risco Operacional (URO) com o objetivo de dar continuidade na evolução da gestão do risco operacional no BB e propiciar as condições necessárias para redução das perdas, disseminação de cultura de gestão desse risco, através do aperfeiçoamento dos instrumentos de identificação, avaliação, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais.

Ouvidoria BB

A Ouvidoria Externa atuou diretamente em diversos movimentos estratégicos e apresentou proposições de melhorias para produtos e serviços que foram implementados em 2014, visando agilizar o atendimento às demandas dos clientes e evitar futuras reclamações, minimizando a evasão da margem de contribuição e mitigando perdas operacionais.

Esses investimentos relacionados ao aprimoramento do atendimento ao cliente refletiram na melhoria de indicadores públicos de reclamações, tais como as demandas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e ao Instituto de Defesa do Consumidor (Procon).

Em 2014, o BB reduziu em 34,9% as denúncias procedentes junto ao Bacen, fato que o colocou fora das cinco primeiras posições no *ranking* do regulador, terminando o ano na oitava posição entre os dez bancos com mais de dois milhões de clientes. Essa melhora verificou-se também nos Procons, com redução de 56,4% na quantidade de demandas registradas em relação ao ano anterior, de acordo a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), além de melhoria nos índices de solução dessas demandas.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Análise do Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Segurança Institucional

O Banco continuou apoiando e contribuindo ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério Público do Estado de São Paulo. O BB também capacita seus funcionários em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos.

O BB, em abril de 2014, aderiu à Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), com o objetivo de estar em conformidade à regulação norte americana que busca identificar contribuintes norte-americanos, ou US Person, na denominação utilizada nos Estados Unidos, que possuam ativos financeiros superiores a US\$ 50 mil no exterior. O Governo Brasileiro aderiu ao acordo com os Estados Unidos em setembro, por meio do IGA (Intergovernmental Agreement).

Foi instituído o Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI com o objetivo de fortalecer e uniformizar o processo de gestão de segurança da informação no BB. O Banco realiza periodicamente avaliações de riscos de segurança da informação com o desígnio de identificar as necessidades da Instituição, com foco no negócio e na ampliação da integração da segurança da informação com todos os processos empresariais.

O BB possui convênios com órgãos de segurança, como o Exército Brasileiro e a Polícia Federal, para a contínua capacitação de seus funcionários, com objetivo de mitigar investidas criminosas contra o Conglomerado e utiliza da análise de dados e informações sobre as ocorrências delituosas, produzindo conhecimento para subsidiar as decisões estratégicas da Instituição.

Com objetivo de minimizar os impactos de eventuais interrupções em seus processos estratégicos o Banco adota metodologia de Gestão da Continuidade de Negócios (GCN) baseada nas melhores práticas de mercado, com finalidade de garantir a manutenção de suas operações mesmo diante de cenários adversos.

7.4 Tecnologia

As diretrizes de tecnologia do Banco do Brasil tiveram foco na eficiência operacional voltada aos processos e à gestão. São aplicadas em soluções de mobilidade, conveniência e integração tecnológica, orientadas para o melhor relacionamento com clientes internos e externos.

Nessa linha, destacam-se:

- I. O Programa de Transformação Tecnológica (PTT), com o objetivo de aperfeiçoar processos, plataformas e infraestruturas existentes, por meio da reorganização da metodologia de construção e manutenção de soluções de tecnologia e arquitetura orientada a serviços;
- II. O Programa de Otimização dos Recursos de TI (PORTI), que busca a eficiência no uso de recursos de tecnologia, incluindo a reavaliação constante das premissas de arquitetura, contratação e gestão de serviços. No ano de 2014, o PORTI gerou otimização de recursos de R\$ 167,0 milhões;
- III. Iniciativas em mobilidade, com a definição de uma plataforma para desenvolvimento e gestão de dispositivos móveis e novas soluções de mobilidade para os negócios, visando tornar o Mobile um dos principais canais de negócios e boas experiências para os clientes;
- IV. Estudos para evolução da Governança de TI, na forma de melhorias nos processos de gestão da TI, seleção dos projetos e gestão do portfólio de TI, declaração da Arquitetura Corporativa, atuação para mitigação dos riscos e aumento da conformidade e segurança em TI;
- V. O fomento das capacidades empresariais relacionadas a competências digitais, visando preparar a transformação do Banco para atuar com agilidade e eficiência nas novas oportunidades criadas pela emergência dos negócios digitais;
- VI. A aplicação de novas abordagens para ampliar a vanguarda, a presença e a efetividade do BB em seus mercados, como *big data*, computação em nuvem interna, métodos ágeis e experiência do cliente.

8. Pessoas

Em 2014, a Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) investiu R\$ 137,8 milhões em educação corporativa (equivalentes a R\$ 1.234,55 por funcionário). O investimento possibilitou ofertar 8.660.841 horas em ações de capacitação, em diferentes modalidades (presencial, a distância, e em serviço), além de proporcionar a obtenção ou manutenção de certificações legais em investimentos (CPA 10 e 20) por 6.538 funcionários.

Também foram destaques no período:

- I. Lançamento do Portal UniBB BomPraTodos, nos idiomas inglês e espanhol, para capacitação e integração dos funcionários da rede externa;
- II. Lançamento do aplicativo UniBB *Mobile*, disponível na *App Store* e na *Google Play*, que permite aos funcionários acessar conteúdos educacionais por meio de *smartphones* e *tablets*;
- III. Disponibilização do Portal UniBB adaptado para funcionários com deficiência visual, democratizando o acesso a ações de capacitação via web;

- IV. Lançamento da Biblioteca Virtual, que disponibiliza aos funcionários mais de 2.500 *e-books*, na integra, organizados em 40 áreas de conhecimento;
- V. Disponibilização do Programa de *Mentoring* para os gerentes gerais da rede agências;
- VI. Lançamento de Trilhas de Aprendizagem sobre Atendimento, Ética (pré-requisito, para ascensão profissional) e outros temas estratégicos;
- VII. Realizado processo de formação de funcionários aprovados no Programa de Ascensão Profissional, processo sucessório para o exercício de funções executivas;
- VIII. Realização do processo de formação de dirigentes e executivos, em parceria com as mais conceituadas escolas de negócios do Brasil e do exterior, como a *The MIT Sloan School of Management (EUA)*;
- IX. Oferta de 4.476 novas bolsas de estudo, 1600 na modalidade graduação, 1.800 de pós-graduação e 1.000 de idiomas estrangeiros, além de 76 funcionários selecionados para bolsas de mestrado/doutorado, aumento de 33% em relação ao último processo seletivo;
- X. Lançamento do Programa Jovem Aprendiz BB. O Programa de Aprendizagem, que já conta com cerca de 4 mil adolescentes contratados, passa a contemplar jovens com 18 a 24 anos;
- XI. Implementação do Programa *Trainee* BB, visando identificar funcionários da rede de agências com alto desempenho e formação acadêmica relevante, para participarem de estágio orientado nas Unidades Estratégicas;
- XII. Disponibilização do Radar do Gestor para acompanhamento do desempenho no decorrer da trajetória profissional e diagnóstico multidimensional, para orientar o aprimoramento profissional dos gestores de agências Varejo e Governo;
- XIII. Lançamento da Certificação de Gestão, com base no Radar do Gestor, utilizando critérios objetivos para fortalecer o encareiramento de gestores de agências com base no mérito;
- XIV. Realização dos 14º e do 15º certames de Certificação Interna de Conhecimentos, com a participação de 105.406 funcionários.

Remuneração e Benefícios

Em 20.05.2014, foi pago o valor do Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado - PDG referente ao ano de 2013 e em 13.11.2014 referente ao 1º semestre de 2014. O PDG é um programa de reconhecimento e premiação do desempenho negocial e de gestão.

Em 25.02.2014, o Banco distribuiu a Participação nos Lucros ou Resultados do 2º semestre de 2013 e em 13.10.2014 referente ao 1º semestre de 2014.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 4. Remuneração e Benefícios

	R\$ milhões		
	2013	2014	s/ 2013
Folha de pagamento ¹	16.533	17.841	7,9
Previdência Complementar ²	1.836	1.321	(28,1)
Planos de Saúde ²	970	1.014	4,5
Participação nos Lucros e Resultados ³	2.204	1.623	(26,4)
Treinamento ⁴	59	75	27,6

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa 22 (Despesas de Pessoal);

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa 27;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa 22 (Despesas de Pessoal).

9. Desenvolvimento Sustentável

Em relação à atuação socioambiental do BB, merecem destaque:

- I. Atendimento de 1.945 municípios pela Estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). O Banco conta com 24.676 funcionários capacitados no tema. São 1.515 Planos de Negócios em implementação, com 697.333 beneficiários e o saldo das operações contratadas, após o início desses Planos, atingiu a marca de 8,2 bilhões;
- II. Doação de R\$ 51,8 milhões à Fundação Banco do Brasil (FBB) para aplicação em projetos e programas sociais, desenvolvidos ou apoiados pela Fundação, majoritariamente relacionados à inclusão socioprodutiva por meio das tecnologias sociais;
- III. Doação de R\$ 4,3 milhões aos Fundos dos Direitos de Crianças e Adolescentes;
- IV. Seleção, no âmbito do Projeto Voluntários BB FBB, de 57 projetos voltados à geração de trabalho e renda e/ou conservação ambiental, para receberem apoio da Fundação Banco do Brasil e outros parceiros;
- V. Seleção para o apoio, no âmbito do Projeto Voluntários BB FIA, de 99 projetos que promovem ações de proteção, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
- VI. Pelo 5º ano consecutivo o BB integra o *Sustainability Yearbook* da RobecoSAM – organização responsável pelo processo de seleção do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova Iorque;
- VII. Assinatura, em março, do termo de adesão à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte;
- VIII. Realização do *Workshop The 2050 Criteria*, em abril, com representantes das diversas áreas de negócio do BB para debater o financiamento de *commodities* agrícolas, florestais e marinhas em bases sustentáveis;
- IX. Certificação, em março, como uma das cem empresas que possuem as melhores práticas em cidadania corporativa pela empresa Gestão RH.
- X. Lançamento, na Febraban, pelo Programa Água Brasil, em abril, do estudo acadêmico Políticas Públicas para o Setor Financeiro que promovam a Conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio 92 à Rio+20 com uma Visão Prospectiva da Rio+50;
- XI. Publicação, em maio, das novas diretrizes de sustentabilidade para o crédito, abordando os setores de Petróleo & Gás e Transportes;
- XII. Apoio, em junho, da "Campanha de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil", em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Ministério do Trabalho e Emprego e Unicef;
- XIII. Listado, em junho, entre as empresas mais verdes do mundo pela revista semanal norte americana *Newsweek* em parceria com a *Corporate Knights Capital*;
- XIV. Reconhecimento, em julho, pelo 10º ano consecutivo como uma empresa "Amiga da Criança" pela Fundação Abrinq;
- XV. Qualificação, em julho, para compor o rol de investimentos sustentáveis do banco de investimento suíço *Notenstein Private Bank*;
- XVI. Disponibilização, em julho, no Portal da Sustentabilidade, das "Diretrizes Socioambientais para Assuntos Polêmicos" do Banco do Brasil. O documento tem o objetivo de explicitar o posicionamento do Banco em temas controversos e polêmicos e que, em razão dessa particularidade, ganharam notoriedade junto à sociedade;

- XXVII. Recebimento, em agosto, pela primeira vez, da certificação do Inventário de emissão de Gases de Efeito Estufa (ISO 14064), pela *WayCarbon*;
- XXVIII. Manutenção, em agosto, da Certificação Ambiental do SGA - Escopo Edifício Altino Arantes (SP) - para o período 2014/2017, em conformidade com os procedimentos e requerimentos da Norma Internacional ISO 14001:2004;
- XIX. Qualificação, em agosto, para a Categoria "Ouro" no Inventário Corporativo de Emissões de Gases do Efeito Estufa - GEE, pelo Programa Brasileiro GHG Protocol;
- XX. Manutenção, em setembro, pelo terceiro ano consecutivo, da participação no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI), que reúne empresas com as melhores práticas de sustentabilidade em nível mundial;
- XXI. Realização, em setembro, do II Encontro do BB no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) com o tema Mulheres e Sustentabilidade, com objetivo de prestar contas da atuação do BB nas ações do PNPM e produzir insumos para discussões internas, como a revisão da Agenda 21;
- XXII. Realização, em outubro, do IV Prêmio Valores do Brasil, onde foram reconhecidos 20 casos reais de sucesso em responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;
- XXIII. Lançamento, em novembro, do guia "Integração Ambiental, Social e de Governança para Bancos: Um Guia para a Implementação", de autoria do WWF-Internacional, com o apoio do Banco *Credit Suisse*;
- XXIV. Manutenção, em novembro, pelo décimo ano consecutivo, da participação no Índice de Sustentabilidade BM&F Bovespa- ISE;
- XXV. Recebimento, em novembro, do prêmio "Época Empresa Verde". A premiação avalia as metas da empresa e os resultados de suas ações em sustentabilidade;
- XXVI. Atingida, em dezembro, a marca de 18 mil funcionários cadastrados no Portal do Voluntariado BB;
- XXVII. Entrega de 10.592 equipamentos a 151 instituições de todo o País para uso em finalidades sociais no âmbito do Programa de Inclusão e Transformação Social por meio da Doação de Computadores Substituídos;
- XXVIII. Aprovação de R\$ 2,3 milhões em apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável que buscam a estruturação de cadeias produtivas e a geração de trabalho e renda, na parceria estratégica entre BB e BNDES para utilização de recursos não reembolsáveis do Fundo Social;
- XXIX. Construção, em 2014, de 20,6 mil Cisternas de Placas para Água de Beber e de Produção, beneficiando 103 mil pessoas no semiárido brasileiro. Atendimento, pela FBB, por meio do Programa AABB Comunidade, a 40,4 mil crianças e adolescentes, em 324 municípios de 25 Estados brasileiros.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o site www.bb.com.br/sustentabilidade.

10. Informações Legais

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 95,2% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 66 bilhões em dezembro de 2014, decréscimo de 0,18% em relação ao mesmo período do ano anterior. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 6,1 bilhões e das pequenas empresas R\$ 34,9 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 2,0 bilhões e para as pequenas empresas R\$ 22,2 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, as empresas do Conglomerado do Banco do Brasil contrataram a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 4,4 milhões, que representam 17,2% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 5. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco do Brasil S.A.	01/07/2014	11/01/2015	Assessoria - Regulação Internacional	1.232,5
Banco Votorantim S.A.	13/02/2014	15/08/2014	Assessoria - Pré Certificação de Controles	1.000,0
BB Tokyo Branch	24/01/2014	23/01/2015	Consultoria - Corporate Tax	760,1
Merchant Esolutions Inc	04/11/2014	01/01/2015	Assessoria - Organização e Controle	429,0
Neoenergia S.A.	10/01/2014	14/05/2014	Assessoria - Regras contábeis	298,8
Cielo S.A.	30/06/2014	31/07/2014	Assessoria - Regulamentação do setor	138,1
Banco Votorantim S.A.	01/12/2014	01/01/2015	Assessoria - Corporate Tax	130,0
BB - Banco de Investimentos S.A.	24/10/2014	01/01/2015	Assessoria - FIDC	86,0
Brasilcap Capitalizacao S.A.	22/09/2014	30/12/2014	Assessoria - Sorteios	81,4
Neoenergia S.A.	13/11/2014	30/04/2015	Assessoria - Requerimentos para Divulgação	75,5
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	01/10/2014	01/11/2014	Assessoria - Configuração Segura de Servidores	61,0
BB Securities Ltd.	13/06/2014	30/06/2014	Assessoria - Regulamentação do setor	45,5
Banco Patagonia S.A.	09/01/2014	10/03/2015	Consultoria - Requerimentos regulatórios da resolução geral 622/13	32,1
BB Securities Asia Pte. Ltd.	02/01/2014	31/12/2014	Assessoria - Corporate Tax para o ano fiscal de 2014	18,0
Banco do Brasil - AG. Viena	20/06/2014	20/06/2014	Treinamento - tema Fit & Proper	10,3
Banco Patagonia S.A.	05/06/2014	30/12/2014	Consultoria - Requerimentos regulatórios	9,8

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Conglomerado Banco do Brasil informa que, no ano de 2014, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, BACEN, SUSEP, PREVIC e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece:

- I. Os investimentos fixos ano de 2014 somaram o valor de R\$ 1.948,0 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 942,3 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 903,8 milhões);
- II. Possui R\$ 945 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis relativas a 2014;
- III. Mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 17,8 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- IV. Firmou em 2012, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo valor total de R\$ 6.800.000.000,00 (seis bilhões e oitocentos milhões de reais). A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2014;
- V. No período ocorreram as seguintes modificações societárias: (i) incorporação da Vida Seguradora S.A pela Mapfre Vida S.A; (ii) incorporação da Mapfre Affinity Seguradora pela Mapfre Seguros Gerais S.A; (iii) aprovada a incorporação da BB Capitalização pela BB Seguros.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- I. Em março, o BB foi premiado pelo instituto norte-americano Ethisphere como uma das empresas mais éticas do mundo em 2014 – "*World's Most Ethical Companies (WME)*";
- II. Em março, recebeu a certificação "*Top Employer*", sendo listado como um dos cinco melhores empregadores do País;
- III. Em abril, foi o Banco mais bem avaliado pelo IGov Pessoas - índice de práticas em Gestão de Pessoas, levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- IV. Em abril, o Banco do Brasil foi escolhido como uma das empresas de maior prestígio no País em 2014, recebendo o diploma de: As empresas de maior prestígio – *ranking* Revista Época Negócios com o 2º lugar na categoria Bancos e 12º lugar no *ranking* geral;
- V. Em abril, o Banco do Brasil foi escolhido como uma das empresas mais amadas do País em 2014, recebendo o diploma de "As empresas mais amadas do Brasil 2014" – *ranking* Revista Consumidor Moderno com o 2º lugar na categoria Bancos;
- VI. Em maio, o BB foi escolhido como uma das empresas mais lembradas pelo homem do campo quando o assunto é crédito rural, recebendo o diploma de: *Top of Mind* Rural 2014 – *ranking* Revista Rural – 1º lugar na categoria Crédito Rural;
- VII. Em maio, o BB recebeu o Prêmio CIC Brasil, da Revista ClienteSA, na categoria "Melhor atendimento multicanal" com o case "SAC BB - Rompendo as barreiras da comunicação e caminhando além das fronteiras: conectado a você!". A premiação reconhece as organizações líderes na qualidade do serviço oferecido ao cliente;
- VIII. Em maio, o Banco do Brasil foi apresentado entre as maiores companhias do mundo no *ranking* elaborado pela revista norte-americana *Forbes*. O Banco do Brasil ocupa a quarta melhor colocação entre as empresas brasileiras e a 104ª posição geral;
- IX. Em julho, o Banco do Brasil foi relacionado entre as 500 maiores empresas do mundo, *ranking* elaborado pela revista *Fortune*. O Banco do Brasil ocupa a segunda melhor colocação entre as empresas brasileiras e a 125ª posição geral;
- X. Em agosto, o Banco do Brasil recebeu o Prêmio "As Melhores da Dinheiro 2014", eleito como a "Empresa do Ano" e também foi a empresa vencedora no setor "Bancos";
- XI. Em outubro, o Banco do Brasil figurou entre as melhores empresas para você trabalhar, 2º lugar na categoria "Instituições Públicas", com 68,0 pontos;
- XII. Em outubro, o Banco do Brasil recebeu o prêmio "*Top of Mind* 2014 - As marcas mais lembradas em todo o País", elaborado pelo Instituto Datafolha;

- XIII. Em outubro, recebeu prêmio de Líder em Gestão de Pessoas no prêmio “As Empresas Mais Conscientes do Brasil”. O prêmio identifica e reconhece as empresas que caminham na direção de uma nova forma de atuar.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil", "Banco", "Grupo" ou "Conglomerado") é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito, entre outras atribuições.

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Banco do Brasil mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado. Estão sujeitos à autorregulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos administradores e membros do Conselho Fiscal, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 24.03.2015.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2013, exceto pela aplicação das seguintes normas com vigência a partir de 01.01.2014:

- (i) Emendas à IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros;
- (ii) IFRIC 21 – Tributos.

Os efeitos da aplicação destes normativos encontram-se descritos a seguir.

Emendas à IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros – Em função das emendas à IAS 32, o Banco alterou sua política contábil relacionada à compensação de ativos e passivos financeiros. As emendas esclarecem quando a entidade tem um direito legalmente exequível de compensar valores reconhecidos e quando uma liquidação pelo efeito bruto é equivalente a uma liquidação de forma líquida.

A aplicação dessas emendas não apresentou efeitos materiais sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

IFRIC 21 – Tributos – Em função dessa Interpretação, o Banco alterou sua política contábil relacionada à contabilização de uma obrigação fiscal a pagar, sendo esta obrigação um passivo dentro do escopo da IAS 37.

A aplicação da IFRIC 21 não apresentou efeitos materiais sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no Balanço Patrimonial Consolidado como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado Consolidado e na Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado.

O Banco reavalia o processo de consolidação pelo menos a cada data de reporte. Essa análise considera a possibilidade de alterações estruturais, o que inclui mudanças nos arranjos contratuais do Grupo.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O Banco controla quando possui poder sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como *ágio (goodwill)*. No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece *ágio* derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum *ágio* é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

Perda de controle – Em conformidade com a IFRS 10, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o *ágio*, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades de propósito específico (EPE) – O Banco patrocina a formação de EPEs para transações de securitização de ativos, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma EPE, o Banco avalia uma série de critérios estabelecidos na IFRS 10. As EPEs são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma EPE caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle, conforme estabelecido na IFRS 10.

Empreendimento em conjunto (*joint venture*) – Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, ao invés de direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimentos em conjunto utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos do Grupo em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em *joint ventures*, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na Demonstração do Resultado Consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimento do Banco em *joint ventures* são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as companhias são consideradas quando o Banco avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na Demonstração do Resultado Consolidado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em coligadas, qualquer diferença positiva entre o custo do investimento e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na Demonstração do Resultado Consolidado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da coligada se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Em conformidade com a IAS 28, quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação ou outro evento. As políticas contábeis do Banco para compensação de ativos e passivos financeiros e impostos sobre a renda são apresentadas nos itens "j" e "t" desta Nota, respectivamente.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período e (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de Outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no Balanço Patrimonial Consolidado.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro (ou de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo da taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O cálculo da taxa efetiva inclui todas as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado incluem, principalmente:

(i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros; (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Entretanto, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Receita de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pela investidas.

Receita de dividendos – As receitas auferidas com dividendos são reconhecidas no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em 'Receita líquida de juros', baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do Balanço Patrimonial Consolidado "Caixa e depósitos bancários", "Depósitos interfinanceiros" e "Aplicações em operações compromissadas", exceto recursos de uso restrito.

f) Instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza do instrumento e sua intenção. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria caso sejam mantidos para negociação na data de originação ou aquisição, ou sejam assim designados pela Administração durante o reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; (ii) por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo; ou (iii) for um derivativo (exceto um derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de cobertura designado e efetivo – Nota 3.h).

Os derivativos classificados pelo Banco nessa categoria são: (i) derivativos destinados a negociação, tais como *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo; (ii) derivativos não qualificados para *hedge accounting*, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

O Banco somente designa um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial quando os seguintes critérios são observados: (i) a designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; (ii) os ativos e os passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou (iii) o instrumento financeiro possui um ou mais derivativos embutidos, o que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Não é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados nessa categoria para outras, à exceção de ativos financeiros não-derivativos mantidos para negociação, os quais podem ser reclassificados após o reconhecimento inicial quando: (i) em raras circunstâncias, o instrumento financeiro não for mais mantido com o propósito de venda no curto prazo; ou (ii) ele satisfizer a definição de um empréstimo e recebível, e se o Banco tiver a intenção e a habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Resultado Consolidado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Derivativos embutidos – Segundo a IAS 39, alguns contratos híbridos podem conter um componente derivativo e outro componente não derivativo. Em tais casos, o componente derivativo é conhecido como um derivativo embutido e o componente não derivativo representa o contrato principal. Quando os riscos e características econômicas de derivativos embutidos não são rigorosamente relacionados com os riscos do contrato principal, e o contrato principal não é registrado ao valor justo por meio do resultado, o derivativo embutido é bifurcado e reportado ao valor justo

com ganhos e perdas sendo reconhecidos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda – O Banco classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação, exceto no caso do reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (Nota 3.i). Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são apropriados como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em Outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais o Banco tem a intenção positiva e capacidade financeira comprovada de mantê-los até o vencimento. São inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em Receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Em conformidade com a IAS 39, o Banco não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento antes do vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois de o Banco ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e não tenha podido ser razoavelmente previsto pela entidade.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, exceto: (i) aqueles que o Banco pretende vender imediatamente ou no curto prazo, que serão classificados como mantidos para negociação, e aqueles que o Banco, por ocasião do reconhecimento inicial, designe como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda; ou (ii) aqueles para os quais o Banco possa não recuperar substancialmente a totalidade de seu investimento inicial, salvo por conta de redução no valor recuperável do crédito.

Os empréstimos e recebíveis são apresentados no Balanço Patrimonial subdivididos em quatro categorias: (i) Depósitos compulsórios em bancos centrais; (ii) Empréstimos a instituições financeiras; (iii) Empréstimos a clientes; e (iv) Aplicações em operações compromissadas, cuja data de realização seja superior a 90 dias.

Depósitos compulsórios em bancos centrais – Os depósitos compulsórios em bancos centrais referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos aos Bancos Centrais dos países onde o Banco possui operações. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os

bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Os depósitos compulsórios são inicialmente registrados ao valor justo, e avaliados subsequentemente, quando aplicável, pelo custo amortizado. As respectivas receitas financeiras são registradas em Receita de juros de depósitos compulsórios em bancos centrais.

Empréstimos a instituições financeiras – Os empréstimos a instituições financeiras são constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios. As respectivas receitas financeiras são registradas em Receita de juros de empréstimos a instituições financeiras.

Empréstimos a clientes – Os empréstimos a clientes são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. As receitas financeiras geradas por empréstimos a clientes são registradas em Receita de juros de empréstimos a clientes.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta de provisão e o valor da perda por redução ao valor recuperável (Nota 3.i) é reconhecido no resultado como Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas incorridas na carteira. Quando os empréstimos ou grupos de empréstimos similares têm problemas de recuperação e o seu valor contábil é reduzido por meio de uma conta de provisão, a receita de juros é a partir de então reconhecida utilizando a taxa efetiva de juros até o momento em que os empréstimos são considerados como de curso anormal, o que geralmente ocorre quando o empréstimo está vencido há mais de 60 dias.

O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de empréstimos a clientes, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes.

Empréstimos a clientes vencidos por 60 dias ou mais são considerados como empréstimos de curso anormal e, em função dessa classificação, têm o reconhecimento da receita de juros e outros encargos financeiros suspensos.

A receita de juros sobre os empréstimos a clientes considerados de curso anormal somente é reconhecida no resultado quando recebida. Para todos os empréstimos de curso anormal, quaisquer valores recebidos, seja a critério do cliente ou como resultado de procedimentos judiciais, são contabilizados obedecendo a seguinte ordem: (i) como pagamento de encargos financeiros; (ii) como pagamento de receita de juros já reconhecida; (iii) como pagamento de juros vencidos até a data de pagamento, mas ainda não reconhecidos e, finalmente, (iv) como pagamento do capital.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos juros incorridos. O valor pago por títulos adquiridos com contrato de revenda, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em: (i) vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompras e; (ii) vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro,

independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são mensurados e registrados no Balanço Patrimonial Consolidado ao valor justo. Os passivos financeiros registrados ao valor justo referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do período.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no Balanço Patrimonial Consolidado somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente ao caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em: (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e; (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado (principal ou o mais vantajoso) na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. Um mercado é tido como ativo se transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nas situações em que não existe um preço cotado em mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, o Banco estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis

relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. O método de avaliação escolhido incorpora todas as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco. Os métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Os referidos modelos são ajustados para capturar a variação dos preços e o custo de liquidação da posição, assim servindo como ajuste compensatório do *spread* inerente aos riscos de crédito e de liquidez e, principalmente, para suprir as limitações teóricas dos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração. As estimativas e julgamentos necessários dependem, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

Os métodos de mensuração utilizados pelo Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros estão detalhados na Nota 38.

g) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

h) Instrumentos financeiros para proteção (*Hedge Accounting*)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gestão de riscos como instrumentos de *hedge* na qualificação de um relacionamento de *hedge*. No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge* e de forma contínua, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em compensar as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuídos aos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período estabelecido para o relacionamento de *hedge*, e se os resultados observados estão dentro do intervalo de 80% a 125%. Em situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxo de caixa que possam por fim afetar a demonstração de resultado.

Hedge de valor justo – Para os *hedges* de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é coberto é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na

demonstração do resultado. Os valores justos dos instrumentos de *hedge* são apresentados no balanço patrimonial em ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Nos casos de expiração ou venda, rescisão ou exercício do instrumento de *hedge*, ou quando a posição de *hedge* não mais atender aos critérios para contabilização como *hedge accounting* ou a entidade revoga a designação, a relação de *hedge* é prospectivamente descontinuada. Entretanto, se o derivativo é novado (transferido) para uma *clearing* por ambas as partes como consequência de leis ou regulamentos sem a alteração de condições, exceto aquelas necessárias para a novação, ele não é considerado expirado ou rescindido.

Qualquer ajuste ao item objeto de *hedge* até o momento da descontinuação do relacionamento de *hedge*, para o qual o método da taxa efetiva de juros é aplicável, é amortizado ao longo da vida útil remanescente do instrumento como parte da taxa efetiva de juros recalculada.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos designados como *hedges* para proteção de risco de mercado. Os instrumentos utilizados são os contratos futuros, *swaps* ou opções. A composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de risco de mercado encontra-se detalhada na Nota 39.

Hedge de fluxo de caixa – Para os *hedges* de fluxo de caixa designados e qualificados, a parte efetiva do ganho ou de perda no instrumento de *hedge* é inicialmente reconhecida como elemento separado do patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados. A parte não efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para demonstração do resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Nos casos de expiração ou venda, rescisão ou exercício do instrumento de *hedge*, ou quando a posição de *hedge* não mais atender aos critérios para contabilização como *hedge accounting* ou a entidade revoga a designação, a relação de *hedge* é prospectivamente descontinuada. Entretanto, se o derivativo é novado (transferido) para uma *clearing* por ambas as partes como consequência de leis ou regulamentos sem a alteração de condições, exceto aquelas necessárias para a novação, ele não é considerado expirado ou rescindido.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Hedge de investimento líquido em operações no exterior – *Hedges* de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedges* de itens monetários que são registrados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte efetiva do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de investimento líquido em operações no exterior.

Derivativos não qualificados para *hedge accounting* – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (Nota 3.f). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, *swaps*, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial.

i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação e as perdas por redução no valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável

do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelo Banco, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; (iii) o Banco, por motivos econômicos ou legais, relacionados à dificuldade financeira do mutuário, dá ao mutuário uma concessão que o Banco, de outro modo, não consideraria; (iv) ficar provável que o mutuário entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando, desde o reconhecimento inicial dos ativos, que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados provenientes de um grupo de ativos financeiros, embora a redução ainda não possa ser identificada com os ativos financeiros individuais no grupo, incluindo mudanças adversas na situação de pagamento de mutuários no grupo ou condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com inadimplência nos ativos no grupo.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução no valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, o Banco usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Empréstimos a clientes – Na avaliação da redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes, o Banco verifica se existem evidências objetivas de perdas em relação a esses ativos financeiros, com o objetivo de classificá-los em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade).

As operações com problemas de recuperabilidade são divididas em dois grupos em função da significância das operações: (i) operações em imparidade individualmente significativas, para tratamento de forma individualizada; e (ii) operações em imparidade individualmente não significativas, para tratamento de forma coletiva.

Para a segmentação dos empréstimos a clientes com evidências de perdas em "individualmente significativas" e "individualmente não significativas", a Administração adota como parâmetro as alçadas corporativas para concessão dos créditos mais significativos. Dessa forma, adota-se como ponto de corte, para determinação da significância das operações, o valor máximo de alçada negocial para realização de operações com pessoas jurídicas, assim considerado o valor de endividamento do cliente a partir do qual suas novas operações necessitariam de aprovação em nível decisório estratégico do Banco.

Para permitir que a Administração determine se um evento de perda pode vir a se materializar, em um empréstimo a cliente avaliado individualmente, são verificados, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, a cada data de reporte, a necessidade de eventual redução ao valor recuperável dos ativos financeiros individualmente considerados. Estas informações também são utilizadas para determinar a classificação das operações em alto, médio ou baixo risco.

A identificação de um evento de perda para uma contraparte em uma operação específica faz com que todas as demais operações com aquela contraparte sejam também classificadas como com evidência de perda.

Caso o Banco determine que os eventos de perda não afetam o valor recuperável dos empréstimos a clientes individualmente avaliados, os ativos financeiros são incluídos em um grupo de ativos com características de risco de crédito semelhantes e os avalia coletivamente para fins de redução ao valor recuperável. Os empréstimos a clientes que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

A avaliação coletiva de perdas por redução ao valor recuperável, aplicada às operações classificadas como em imparidade individualmente não significativa, baseia-se na aplicação dos Índices de Perdas Históricas (IPH) observados na carteira do Banco. Os IPH são apurados a partir da observação das perdas incorridas pelo Banco, por safras mensais, a partir do décimo terceiro mês anterior à data de encerramento do exercício, no caso de operações com prazo a decorrer de até trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como "curto prazo"), ou a partir do décimo nono mês anterior, no caso de operações com prazo a decorrer superior a trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de redução ao valor recuperável, como "longo prazo").

O IPH mensal de curto prazo é calculado por meio do acompanhamento, por até doze meses, das migrações de operações para perdas frente ao saldo contábil inicial de operações selecionadas no mês imediatamente anterior aos doze meses de acompanhamento. O IPH mensal de longo prazo é apurado de forma análoga ao de curto prazo, estendendo-se o período de acompanhamento de perdas para até dezoito meses.

Com a finalidade de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, o cálculo dos IPH mensais é realizado de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Caso a evidência de perda por redução ao valor recuperável em um relacionamento com uma contraparte individual ou em uma base coletiva se materialize, o valor da perda é reconhecido em Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, em contrapartida a uma conta redutora do respectivo ativo financeiro. Os valores registrados a título de provisão representam a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração.

Se o valor de uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida diminuir, e tal situação puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, ela é revertida pela redução da respectiva conta redutora, sendo tal reversão reconhecida no resultado do período.

Os empréstimos a clientes são baixados contra a sua respectiva conta redutora quando considerados incobráveis ou não recuperáveis. O Banco normalmente baixa os empréstimos quando nenhum pagamento for recebido depois de transcorridos 360 dias de vencido ou em até 540 dias para empréstimos com prazo de vencimento superior a 36 meses. Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado em Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes.

As provisões para perdas em empréstimos a clientes, registradas em 31.12.2014 e 31.12.2013 foram consideradas pela Administração como suficientes para fazer face às perdas incorridas com esses empréstimos a clientes.

Empréstimos renegociados – Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse definitiva das garantias. Isso pode envolver a extensão do tempo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios sejam cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável.

Em quase todos os casos, o Banco exige pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos repactuados para que um empréstimo renegociado não seja mais considerado como em atraso ou de curso anormal. Empréstimos renegociados retornam à condição de atraso ou de curso anormal após 60 dias de vencido nos termos da renegociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está abaixo do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável de um ativo financeiro, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou

concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em Outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida pelo Banco será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do período será registrada em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo com problemas de recuperabilidade e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor recuperável anteriormente reconhecida no resultado.

Se o valor justo de um instrumento de dívida disponível para venda com problemas de recuperabilidade posteriormente aumentar e esse aumento puder ser relacionado objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por imparidade, esta é revertida por meio do resultado. Caso contrário, ela é revertida por meio de outros resultados abrangentes. As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Havendo evidência objetiva de redução no valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por redução ao valor recuperável. Se, num período subsequente, o montante da perda por redução ao valor recuperável diminui e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do período.

j) Compensação de ativos e de passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se, e apenas se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em outras situações, eles são apresentados separadamente.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O valor atribuído ao imobilizado de uso também inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, data em que o Brasil deixou de ser considerado um país de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue.

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 55 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o Parágrafo 43 da IAS 16.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em Outras receitas operacionais, impactando o resultado do período em que o ativo foi alienado.

I) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (Outras despesas) na Demonstração do Resultado Consolidado.

A amortização é calculada utilizando o método linear para alocar o valor depreciável dos ativos intangíveis ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

	Vida útil estimada
<i>Software</i>	5 a 10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	2 a 10 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	5 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios.

m) Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. Os bens não de uso são registrados em Outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

Os bens não de uso são registrados inicialmente pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5, são reclassificados para o grupamento de Ativos não correntes disponíveis para venda.

A IFRS 13 trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não corrente disponível para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

As informações sobre os bens não de uso classificados como disponíveis para venda são detalhadas na Nota 24.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em Outras receitas operacionais.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total (Nota 3.i).

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não é alocada a nenhum ativo em particular, incluindo ágio, que constitui parte do valor contábil do investimento na coligada ou entidade controlada em conjunto.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em Outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de Outras despesas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual estabelece

os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em: (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração do valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em: (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

No caso do ágio gerado pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado ao Banco do Brasil em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor do ágio pago com o valor presente dos resultados do Banco projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos líquidos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas com base no custo de capital próprio do Banco.

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos por aquisição de folhas de pagamento está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem o desempenho esperado, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Os ativos intangíveis adquiridos por combinação de negócios, representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte para verificar se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se qualquer indicação existe para esses ativos, o Banco estima os seus valores recuperáveis. A metodologia de apuração do

valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos e, se relevante, o valor residual ao ativo arrendado, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Os ativos arrendados a clientes sob contratos em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados são incluídos no imobilizado e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil econômica estimada desses ativos. A receita de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento em 'Outras receitas operacionais'. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como uma despesa na mesma base que a receita do arrendamento.

Banco como arrendatário – Ativos obtidos sob arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo correspondente é incluído no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação de longo prazo. A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é a taxa implícita do arrendamento, se for praticável determiná-la, ou a taxa incremental do empréstimo. Aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos nos quais são incorridos.

Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Transações de venda e *leaseback* – Caso uma transação de venda e *leaseback* resulte em um arrendamento financeiro, qualquer excesso do valor da venda sobre o valor contábil do ativo não é reconhecido imediatamente como receita pelo Banco, mas é diferido e amortizado ao longo do prazo do arrendamento. Se uma transação de venda e *leaseback* resulta em um arrendamento operacional, o reconhecimento imediato ou diferido de qualquer ganho ou perda será uma função da diferença entre o preço de venda e o valor justo. Se o preço de venda está ao valor justo ou abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for acima do valor justo, o excesso é diferido e amortizado sobre o período em que se espera que o ativo seja usado.

p) Programas de fidelidade de cliente

Os programas de fidelidade são usados pelo Banco para fornecer aos seus clientes incentivos para compra de produtos ou serviços. Em alguns casos, se um cliente adquire produtos ou serviços, o Banco concede a ele créditos, frequentemente definidos como pontos. O cliente pode trocar os pontos por prêmios tais como produtos ou serviços do próprio Banco, ou ainda trocar por produtos oferecidos por um parceiro.

Em conformidade com a IFRIC 13, uma parte da receita recebida na venda de produtos e serviços é alocada aos créditos de prêmios e reconhecida como um passivo até que o Banco cumpra sua obrigação de entregar os prêmios aos clientes.

A importância alocada aos pontos é mensurada a valor justo com base na média histórica de utilização dos pontos de fidelidade e no valor justo dos prêmios pelos quais os pontos podem ser resgatados.

q) Garantias financeiras prestadas

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida em conformidade com a IAS 37. A provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas é registrada em Outros passivos.

r) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo – Conforme determina a IAS 19, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida no resultado no período em que os respectivos serviços são prestados pelos empregados como contrapartida às contribuições do mesmo período.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, sendo que: (i) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e (ii) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em Outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da legislação.

s) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisões quando as condições mostram que: (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados; (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança. As provisões decorrentes da aplicação da IAS 37 são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o andamento dos processos; (iii) a opinião dos advogados do Banco; e (iv) a experiência do Banco com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando o Banco entende que a realização da receita é praticamente certa. Os ativos contingentes são avaliados continuamente para garantir que o ativo e a respectiva receita sejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final a ser proferida pela corte julgadora. Geralmente, essas obrigações fiscais são apresentadas pelo seu efeito líquido em relação aos depósitos judiciais, reconhecidos em 'Outros ativos'.

t) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as demais entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro

tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Diferenças temporárias – são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

Compensação de impostos sobre os lucros

Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legal de compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

u) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

v) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias potenciais diluíveis. O efeito da diluição resulta em uma redução no lucro por ação, em decorrência do pressuposto de que os bônus de subscrição concedidos serão exercidos.

w) Juros sobre o capital próprio e dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na Demonstração do Resultado Consolidado.

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (*payout*). A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes a 40% sobre o lucro líquido acima mencionado, em base trimestral. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

x) Melhorias às IFRS e pronunciamentos recentemente emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo IASB e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidência relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2014.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39, pois muitos usuários de demonstrações contábeis e outras partes interessadas consideravam que os requisitos constantes na IAS 39 eram de difícil compreensão, aplicação e interpretação. Em resposta às diversas solicitações de que a contabilização de instrumentos financeiros fosse aprimorada rapidamente, o projeto de substituição da IAS 39 foi dividido em três fases principais: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de cobertura.

A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: (i) custo amortizado e (ii) valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Relativamente aos requerimentos de mensuração e classificação de passivos financeiros, o efeito mais significativo diz respeito à contabilização de variações no valor justo de um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A variação no valor justo de referidos passivos atribuível a mudanças no risco de crédito passam a ser reconhecidas em Outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos de tais mudanças resulte em ou aumente o descasamento contábil do resultado.

Em novembro de 2013, o IASB introduziu novos requisitos para *hedge accounting* na IFRS 9. Os novos requisitos têm o pressuposto de alinhar *hedge accounting* mais próximo com a gestão de risco.

Em julho de 2014, o IASB concluiu o projeto de substituição da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção desta norma.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – Em maio de 2014, o IASB publicou uma nova norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida. O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção desta norma.

Emendas à IAS 16 – Imobilizado – Em maio de 2014, o IASB emitiu emendas à IAS 16 onde esclarece que o uso de métodos de cálculo para depreciação de um ativo baseados em receita não é apropriado.

Estas emendas à IAS 16 são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção desta norma.

Emendas à IAS 38 – Ativos Intangíveis – Em maio de 2014, o IASB emitiu emendas à IAS 38 as quais esclarecem que a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo seu uso é inadequada, sendo permitida apenas em determinadas circunstâncias: (i) onde o ativo intangível é expresso como uma medida de receita; ou (ii) onde pode ser demonstrado que as receitas e o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

Estas emendas à IAS 38 são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção desta norma.

Alterações à IFRS 11 – Negócios em Conjunto – As alterações à IFRS 11 fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta que constitua um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Estas alterações à IFRS 11 são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção desta norma.

Emendas à IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados – Em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão à IAS 19, onde o Banco deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos.

Estas emendas à IAS 19 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de julho de 2014, com aplicação antecipada permitida. O Banco considera não haver efeitos materiais sobre as demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da adoção dessas emendas à IAS 19 (R1).

O Banco decidiu não adotar antecipadamente todas essas alterações. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas ou emendas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes – Imparidade

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos a clientes de forma a avaliar se perdas por imparidade devem ser registradas na demonstração do resultado. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e do cliente e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação econômico-financeira do cliente. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Os empréstimos a clientes que são avaliados individualmente e não apresentam perda em seu valor recuperável, assim como todos os empréstimos a clientes que individualmente não são considerados significativos, são avaliados coletivamente em grupos de ativos com características de risco semelhante para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

No processo de avaliação de empréstimos a clientes individualmente significativos, o Banco verifica, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, periodicamente, a necessidade de eventual registro de perda por imparidade dos ativos financeiros individualmente considerados.

A avaliação coletiva dos empréstimos a clientes leva em consideração, entre outros fatores, os dados da carteira de crédito, os níveis de inadimplência, a utilização de crédito, as concentrações de riscos e os dados econômicos. As estimativas são baseadas em informações obtidas de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

O Banco reconhece perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados a valor justo, levando em conta a experiência histórica de perda por imparidade e outras circunstâncias conhecidas na ocasião da avaliação. Com essa finalidade, as perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para perdas em empréstimos a clientes.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de provisão para perdas, podem ser obtidas nas Notas 3 e 23, respectivamente.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – Imparidade

O Banco considera que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3 e 27.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas/ganhos gerados pelo Banco estão sujeitos ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 35).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como: (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes; (ii) mudanças na regulamentação governamental afetas a questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento; (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial relativa aos planos de benefício definido depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam: (i) taxas de juros assumidas; (ii) tábuas de mortalidade; (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias; (iv) índice de inflação de preços; (v) índice anual de reajustes salariais; e (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos. Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os ativos contingentes são somente reconhecidos nas demonstrações contábeis quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representada pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

			Atividade	País de constituição	% Participação Total	
					31.12.2014	31.12.2013
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	(1)	Bancária	Áustria	100%	100%	
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	Ilhas Cayman	100%	100%	
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	Brasil	100%	100%	
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	Singapura	100%	100%	
Banco do Brasil Securities LLC.	(1)	Corretora	Estados Unidos	100%	100%	
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	Inglaterra	100%	100%	
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	Estados Unidos	100%	100%	
Brasileian American Merchant Bank	(1)	Bancária	Ilhas Cayman	100%	100%	
BB Americas	(1)	Bancária	Estados Unidos	100%	100%	
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%	
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	Argentina	58,96%	58,96%	
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%	
Segmento Gestão de Recursos						
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%	
Segmento Seguridade						
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,25%	66,25%	
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,25%	66,25%	
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	Brasil	66,25%	66,25%	
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	66,25%	66,25%	
BB Capitalização S.A.	(3)	Capitalização	Brasil	-	66,25%	
Segmento Meios de Pagamento						
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%	
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	Brasil	100%	100%	
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%	
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	Brasil	100%	100%	
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(2)	Turismo	Brasil	100%	100%	
BB Money Transfers Inc.	(3)	Prestação de Serviços	Estados Unidos	-	100%	
BB Tecnologia e Serviços S.A. (Antiga Cobra Tecnologia S.A.)	(1)	Informática	Brasil	99,97%	99,97%	
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	(1)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-	
Loans Finance Company Limited (EPE)	(1)	Securitização	Ilhas Cayman	-	-	

(1) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro/2014.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2014.

(3) Empresas descontinuadas durante o Exercício/2014.

Foram consolidadas as entidades de propósito específico (EPE) que o Banco possui denominadas Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (Dollar) e Loans Finance Company Limited (Loans).

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos: (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de *basis swap*, que é acionável somente em caso de *default* de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

a) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

	R\$ mil		
31.12.2014	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	1.735.802	11.087.590	362.007
Ativo não corrente	6.828.218	2.538.682	34.116
Passivo corrente	471.906	10.890.172	168.440
Passivo não corrente	427.383	132.829	-
Receitas	3.506.752	3.278.033	785.066
Lucro líquido	3.433.458	807.976	56.061
Resultado abrangente total	3.429.576	807.976	56.061
Dividendos pagos a acionistas não controladores	953.095	51.808	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,75%	41,04%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.158.792	331.593	15
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.586.847	1.068.382	83

	R\$ mil		
31.12.2013	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros ⁽¹⁾
Ativo corrente	1.284.786	9.607.124	293.997
Ativo não corrente	6.196.013	2.524.195	27.742
Passivo corrente	3.475	9.889.363	145.558
Passivo não corrente	427.382	267.609	-
Receitas	2.444.256	2.909.827	639.375
Lucro líquido	2.433.643	421.908	33.248
Resultado abrangente total	2.411.857	421.908	33.248
Dividendos pagos a acionistas não controladores	276.023	-	-
Participação de acionistas não controladores (%)	33,75%	41,04%	-
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	677.608	173.151	9
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.379.355	810.272	72

(1) Informações contábeis relativas às empresas BB Tecnologia e Serviços S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A., BB Cor Participações S.A., BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. e BB Capitalização S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

	R\$ mil			
31.12.2014	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	BB Capitalização S.A. ⁽¹⁾
Ativo corrente	612.607	699.285	2.423.777	-
Ativo não corrente	7.159.763	35.007	77	-
Passivo corrente	991.055	687.389	2.388.847	-
Passivo não corrente	427.383	-	-	-
Receitas	2.222.111	1.307.953	2.426.225	266
Lucro líquido	2.178.080	1.289.645	1.289.371	83
Resultado abrangente total	2.175.805	1.288.034	1.287.764	83

(1) A BB Capitalização S.A. foi incorporada pela BB Seguros Participações S.A. no 4º Trimestre/2014.

	R\$ mil			
31.12.2013	BB Seguros Participações S.A.	BB Cor Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	BB Capitalização S.A.
Ativo corrente	668.531	508.689	1.745.807	5.585
Ativo não corrente	6.088.813	33.400	80	-
Passivo corrente	6.647	500.247	1.712.487	75
Passivo não corrente	427.383	-	-	-
Receitas	1.574.931	912.840	1.805.127	425
Lucro líquido	1.537.685	907.012	906.887	54
Resultado abrangente total	1.515.923	906.988	906.863	54

6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganização societária na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) aprovaram a incorporação da BB Capitalização S.A. (BB Capitalização) ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças (Acordo) com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental),

desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a) a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% de participação do capital social total;
- b) a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes, no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

IRB – Brasil Resseguros S.A.

Em 24.05.2013, a BB Seguros e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.08.2013, homologou-se o aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas. Como a homologação do aumento do capital social do IRB era condição precedente para o pagamento pela BB Seguros da aquisição de 212.421 ações ordinárias, foi efetivado o pagamento à União do montante de R\$ 547.409 mil. Dessa forma, a BB Seguros passou a deter 20,51% do capital do IRB.

Ademais, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a BB Seguros, a União, o Bradesco Auto Re – Companhia de Seguros S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Valor justo dos ativos e passivos do IRB – Brasil Resseguros S.A.

	R\$ mil
	30.09.2013
Caixa e depósitos bancários	15.541
Ativos financeiros	5.465.934
Ativo imobilizado	168.898
Intangíveis identificados	127.236
Ativos por impostos correntes	27.742
Ativos por impostos diferidos	236.626
Operações com seguros e resseguros	2.515.534
Outros ativos	4.362.013
Valor justo dos ativos	12.919.524
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	278.239
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	7.523.585
Passivo por impostos correntes	73.011
Passivo por impostos diferidos	54.657
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.568.776
Outros passivos	716.068
Valor justo dos passivos	10.214.336
Valor justo dos ativos líquidos	2.705.188
Participação da BB Seguros - %	20,51%
Participação da BB Seguros	554.853
Preço pela aquisição das ações (20,51%)	(547.409)
Ganho por compra vantajosa na aquisição	(7.444)

Ativos intangíveis identificados na transação

	R\$ mil
	30.09.2013
Relacionados à carteira de clientes	119.030
Marca	8.206
Total	127.236

Os ativos intangíveis identificados vêm sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 3, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente. Para o exercício de 2014, os valores amortizados totalizaram R\$ 7.165 mil (R\$ 4.261 mil no exercício de 2013).

Além da celebração do Acordo de Acionistas e do aumento de capital social, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu, entre outras, as seguintes etapas:

- conversão das ações preferenciais do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* (ação preferencial com direito a veto em determinadas deliberações), detida pela União.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) em 16.04.2013 e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 16.09.2013.

BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade)

Em 20.02.2013, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco do Brasil decidiu pela realização de Oferta Pública Inicial de Ações (IPO) da BB Seguridade. A ata da assembleia foi arquivada na Junta Comercial do Distrito

Federal em 14.03.2013, sob o n.º 20130248401 e publicada no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, em 25.03.2013.

A oferta, cujo emissor foi a BB Seguridade Participações S.A., consistiu na distribuição pública secundária de ações, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM n.º 400/2003.

Em 25.04.2013, foram ofertadas 500 milhões de ações, 100% ordinárias, negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o *ticker* BBSE3, com preço fixado em R\$ 17,00. A liquidação da Oferta Base (500 milhões de ações), acrescida do Lote Adicional (100 milhões de ações), resultou na alienação de 30% das ações.

Em 20.05.2013, foi encerrada a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade com o exercício integral do lote suplementar da oferta (75 milhões de ações). Com isso, o Banco do Brasil passou a deter 66,25% das ações ordinárias da BB Seguridade. Os recursos arrecadados foram integralmente revertidos ao Banco do Brasil, acionista vendedor. A BB Seguridade não recebeu quaisquer recursos decorrentes da oferta. A diferença entre o valor pelo qual foi ajustada a participação dos acionistas não controladores e o valor justo da contrapartida recebida foi reconhecida no patrimônio líquido, sendo atribuível aos acionistas controladores.

Apuração do resultado no IPO

	R\$ mil
	20.05.2013
Valor da alienação de ações da BB Seguridade	11.475.000
Custo das ações vendidas	(1.983.401)
Custos incrementais na alienação de ações da BB Seguridade	(172.037)
Impostos	(3.727.825)
Valor reconhecido no patrimônio líquido e atribuível aos acionistas controladores	5.591.737

Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev)

Em 19.12.2011, formalizou-se Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pela Brasilprev, de 100% do capital social e votante da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência - MNCVP), então pertencentes à BB Seguros (49%) e à Mapfre Brasil Participações S.A. (51%).

Participação acionária detida pela BB Seguros	% do Capital Total
Antes da transação	49,000
Após a transação ⁽¹⁾	74,995

(1) A Brasilprev é uma *joint venture* na qual a BB Seguros detém participação direta de 74,995% do capital total. Logo, após a venda das participações societárias à Brasilprev, a BB Seguros passou a deter, indiretamente, 74,995% do capital social da MNCVP.

O valor ajustado para o negócio foi de R\$ 157.974 mil, corrigidos pela taxa CDI até a data da liquidação. Em 31.07.2012, ocorreu a liquidação financeira do contrato pelo valor de R\$ 166.958 mil.

	R\$ mil
	31.07.2012
Preço pago na aquisição	166.958
Patrimônio líquido da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	24.637
<i>Goodwill</i> registrado na Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽¹⁾	142.321

(1) Como resultado de um estudo técnico de alocação do preço de compra, a Brasilprev reconheceu um ativo intangível relacionado a carteira de clientes.

Adicionalmente, essa venda representou para o Banco do Brasil a perda de influência significativa sobre a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A., com consequente assunção de controle compartilhado. De acordo com a IAS 28, na perda de influência significativa, o investidor deve mensurar a valor justo qualquer investimento remanescente que mantenha na antiga coligada.

Também deve reconhecer no resultado qualquer diferença entre o valor justo do investimento remanescente, acrescido de qualquer montante proveniente da alienação da participação parcial na coligada, e o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa. Além disso, os ganhos ou perdas desta transação são reconhecidos no resultado somente na extensão da participação de outros investidores não relacionados a esta coligada.

	%
Participação remanescente na antiga coligada	36,75
Participação alienada na antiga coligada	12,25
Total	49,00

Esses procedimentos resultaram em um ganho de R\$ 12.662 mil reconhecido em Outras receitas operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil		
	31.07.2012		
	36,75%	12,25%	49%
Valor justo do investimento remanescente acrescido de qualquer montante proveniente da alienação parcial da coligada	109.249	36.417	145.666
Valor contábil do ativo líquido contribuído ⁽¹⁾	(51.705)	(17.235)	(68.940)
Impostos (34%)	(19.567)	(6.520)	(26.087)
Eliminação de ganhos/perdas não realizados	(37.977)	-	(37.977)
Ganho na mensuração a valor justo do investimento remanescente	-	12.662	12.662

(1) Inclui o montante de R\$ 57.116 mil relativo ao registro a valor justo do investimento quando da aquisição do Banco Nossa Caixa.

O ativo intangível relacionado a carteira de clientes vem sendo amortizado em consonância com a sua vida útil estimada. Para o exercício de 2014, o valor amortizado totalizou R\$ 3.540 mil.

Em 30.11.2013, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A., recebendo todo o seu acervo líquido. O capital social da Brasilprev não foi aumentado em decorrência da incorporação, visto que era a única acionista da Brasilprev Nosso Futuro e o valor do acervo líquido da incorporada já estava representado em seu patrimônio líquido.

b) Reorganização Societária na área de cartões

Alelo

A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), empresa atuante na área de cartões pré-pagos, até então controlada pelo BB Banco de Investimento S.A. e pela Bradescard na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente, foi transferida, a partir de agosto/2013, para a Elo Participações, que passou a deter 100% do seu capital social.

A Elo Participações é atualmente uma entidade controlada em conjunto entre o Banco e o Banco Bradesco (Bradesco), com participação indireta na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente.

O objetivo da reestruturação foi maximizar a governança da Alelo por meio da estrutura de governança própria da Elo Participações. Os atos societários se realizaram de modo que as participações finais indiretas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco S.A. na Alelo e na Elo Participações não sofreram alterações.

Livelo

Em 14.05.2014, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelio é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- a) atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- b) reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios;
- c) desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua *joint venture* Alelo, lançaram, em 16.04.2014, a empresa Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

O principal propósito é o de criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo, atualmente subsidiária integral da Alelo.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

c) Reorganização Societária – Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria *holding*.

O Banco realizará a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

China

No dia 30.05.2014, o Banco inaugurou sua primeira agência na China. O Banco possuía um escritório de representação em Xangai, o qual foi transformado em agência com o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial com o país, buscar o aumento dos investimentos chineses no Brasil e, também, para dar suporte às multinacionais brasileiras no mercado chinês.

Bloco Europa

Desde 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao BB AG Viena, subsidiária integral do Banco do Brasil na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do BB AG Viena. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

BB USA Holding Company Inc.

Em 03.05.2013, o Banco do Brasil adquiriu a totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., até então pertencentes ao BB AG Viena.

O valor da transação foi efetivado com base no patrimônio líquido ajustado da BB USA Holding Company Inc. de 30.04.2013 pelo valor de US\$ 644 mil (R\$ 1.293 mil). A transação não ocasionou o registro de efeitos extraordinários nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco.

A BB USA Holding Company Inc. é uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de White Plains no Estado de Nova Iorque.

d) Reorganização Societária – Banco Votorantim

Em 31.07.2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30.06.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920 mil, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros, minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados.

Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco Votorantim, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 de ações ordinárias e 262.199.310 de ações preferenciais, todas sem valor nominal. Essas novas ações foram atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no capital social da BV Participações.

A incorporação não acarretou qualquer alteração no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do Banco do Brasil.

e) Reorganização Societária – Itapebi

Em 16.12.2013, foi aprovada a alienação de participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimento S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referentes à venda dessa participação. O valor estabelecido para o negócio foi de R\$ 270.373 mil, corrigidos pela taxa CDI até a data da liquidação. Em 02.01.2014, ocorreu a liquidação financeira do contrato pelo valor de R\$ 270.673 mil.

	R\$ mil
	20.12.2013
Valor da venda	270.373
Valor contábil do investimento na Itapebi Geração de Energia S.A.	56.505
Ganho registrado na venda ⁽¹⁾	213.868

(1) Valor registrado em Outras receitas operacionais.

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses segmentos, o Banco também participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregados em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. Por essa razão, o Banco apresenta os seus resultados por segmentos de acordo com esse arcabouço normativo, denominado consolidado gerencial, por serem os resultados reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- Os investimentos em entidades controladas em conjunto (joint ventures) são consolidados proporcionalmente à participação do Banco;
- As receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento;
- O montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia é mensurado pela diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- Mudanças na proporção de capital detido por acionistas não controladores, que resultam em ganhos ou perdas na alienação de participações societárias.

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada na Nota 5. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da Instituição.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a coligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2014							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	142.903.275	110.594	57.354	8.941.686	543.147	763.596	(397.040)	152.922.612
Despesas de juros	(94.786.290)	(234.399)	-	-	(12.145)	(19.421)	544.210	(94.508.045)
Receita líquida de juros	48.116.985	(123.805)	57.354	8.941.686	531.002	744.175	147.170	58.414.567
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(15.940.743)	-	-	-	-	26.058	(299.475)	(16.214.160)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	32.176.242	(123.805)	57.354	8.941.686	531.002	770.233	(152.305)	42.200.407
Receitas não de juros	20.415.706	955.703	1.421.454	9.916.706	3.096.928	1.313.034	(1.516.897)	35.602.634
Receita líquida de tarifas e comissões	15.635.331	559.258	1.394.318	1.013.649	2.244.314	1.124.283	(986.572)	20.984.581
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	342.065	3.926	-	(115.343)	-	(10.917)	74.367	294.098
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	294.134	(33.607)	(2.476)	(209)	-	-	-	257.842
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	565.202	(448)	-	(239)	4.459	4.999	-	573.973
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	4.480.394	-	-	31.820	4.512.214
Outras receitas operacionais	3.578.974	426.574	29.612	4.538.454	848.155	194.669	(636.512)	8.979.926
Despesas não de juros	(45.448.901)	(565.494)	(235.065)	(13.310.769)	(1.984.896)	(1.398.134)	1.552.023	(61.391.236)
Despesas com pessoal	(19.284.006)	(67.029)	(68.566)	(538.675)	(219.072)	(266.526)	6.942	(20.436.932)
Despesas administrativas	(11.284.189)	(41.213)	(25.780)	(741.188)	(370.002)	(409.359)	1.132.840	(11.738.891)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.798.209)	(59.837)	(97.109)	(511.511)	(295.488)	(228.896)	6	(4.991.044)
Amortização de ativos intangíveis	(2.540.676)	(668)	-	(36.125)	(33.319)	(1.469)	-	(2.612.257)
Provisões	(1.376.094)	1.991	8.487	(34.612)	(18.434)	21.448	-	(1.397.214)
Depreciação	(1.030.523)	(2.927)	-	(21.247)	(112.545)	(7.353)	-	(1.174.595)
Outras despesas operacionais	(6.135.204)	(395.811)	(52.097)	(11.427.411)	(936.036)	(505.979)	417.623	(19.034.915)
Lucro antes dos impostos	7.143.047	266.404	1.243.743	5.547.623	1.643.034	685.133	(117.179)	16.411.805
Impostos	(484.429)	(55.172)	(488.689)	(1.999.507)	(549.211)	(163.928)	50.140	(3.690.796)
Correntes	(2.295.240)	(100.572)	(485.414)	(2.002.865)	(553.711)	(205.985)	-	(5.643.787)
Diferidos	1.810.811	45.400	(3.275)	3.358	4.500	42.057	50.140	1.952.991
Lucro líquido do período	6.658.618	211.232	755.054	3.548.116	1.093.823	521.205	(67.039)	12.721.009
Atribuível aos acionistas controladores	6.351.913	211.232	755.054	2.379.641	1.093.823	521.190	(67.039)	11.245.814
Atribuível às participações de acionistas não controladores	306.705	-	-	1.168.475	-	15	-	1.475.195
Total dos ativos	1.324.141.119	6.013.027	985.885	116.832.752	8.057.890	4.394.219	(22.939.380)	1.437.485.512
Total dos passivos	1.245.365.656	3.185.616	854.247	110.095.099	6.125.718	1.640.633	(10.394.651)	1.356.872.318
Total do patrimônio líquido	78.775.463	2.827.411	131.638	6.737.653	1.932.172	2.753.586	(12.544.729)	80.613.194

								R\$ mil
	Exercício/2013							Consolidado Gerencial
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	110.980.679	46.845	57.927	3.390.588	371.762	562.449	(611.108)	114.799.142
Despesas de juros	(67.489.784)	(201.428)	-	(4)	(11.331)	(29.716)	422.637	(67.309.626)
Receita líquida de juros	43.490.895	(154.583)	57.927	3.390.584	360.431	532.733	(188.471)	47.489.516
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(13.504.297)	-	-	-	-	6.333	(217.047)	(13.715.011)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	29.986.598	(154.583)	57.927	3.390.584	360.431	539.066	(405.518)	33.774.505
Receitas não de juros	28.447.400	1.477.402	1.285.648	8.318.146	2.759.106	1.135.033	(716.883)	42.705.852
Receita líquida de tarifas e comissões	14.513.661	531.401	1.274.723	821.011	2.122.583	967.574	(802.241)	19.428.712
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	627.955	(1.696)	-	(100.769)	-	(10.251)	51.266	566.505
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	273.124	197.629	-	(18.923)	(107)	(11.944)	(1)	439.778
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	579.438	26.147	-	-	-	-	-	605.585
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	3.409.467	-	-	18.022	3.427.489
Outras receitas operacionais	12.453.222	723.921	10.925	4.207.360	636.630	189.654	16.071	18.237.783
Despesas não de juros	(43.330.309)	(571.924)	(169.359)	(8.183.448)	(1.687.343)	(1.323.322)	1.430.733	(53.834.972)
Despesas com pessoal	(19.139.513)	(52.209)	(44.469)	(435.643)	(185.039)	(232.721)	6.208	(20.083.386)
Despesas administrativas	(11.107.553)	(29.139)	(22.550)	(715.073)	(271.710)	(241.401)	1.002.350	(11.385.076)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.357.267)	(61.181)	(92.954)	(458.223)	(282.827)	(170.577)	7	(5.423.022)
Amortização de ativos intangíveis	(2.332.500)	(9)	-	(34.604)	(17.467)	(1.379)	-	(2.385.959)
Provisões	(358.148)	9.549	16.805	31.234	11.576	(19.402)	-	(308.386)
Depreciação	(880.965)	(2.935)	-	(23.217)	(104.898)	(6.721)	-	(1.018.736)
Outras despesas operacionais	(5.154.363)	(436.000)	(26.191)	(6.547.922)	(836.978)	(651.121)	422.168	(13.230.407)
Lucro antes dos impostos	15.103.689	750.895	1.174.216	3.525.282	1.432.194	350.777	308.332	22.645.385
Impostos	(3.733.746)	(91.511)	(207.231)	(1.074.915)	(460.503)	(73.712)	(405.460)	(6.047.078)
Correntes	(5.377.806)	(116.572)	(210.321)	(1.081.845)	(463.714)	(129.659)	(444.678)	(7.824.595)
Diferidos	1.644.060	25.061	3.090	6.930	3.211	55.947	39.218	1.777.517
Lucro líquido do período	11.369.943	659.384	966.985	2.450.367	971.691	277.065	(97.128)	16.598.307
Atribuível aos acionistas controladores	11.177.666	659.384	966.985	1.802.283	971.691	277.056	(97.128)	15.757.937
Atribuível às participações de acionistas não controladores	192.277	-	-	648.084	-	9	-	840.370
Total dos ativos	1.217.435.342	5.903.659	689.319	88.908.626	6.080.062	4.004.768	(19.106.653)	1.303.915.123
Total dos passivos	1.147.834.122	2.495.981	151.399	82.833.118	4.582.743	1.881.023	(8.088.057)	1.231.690.329
Total do patrimônio líquido	69.601.220	3.407.678	537.920	6.075.508	1.497.319	2.123.745	(11.018.596)	72.224.794

R\$ mil								
	Exercício/2012							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial
Receitas de juros	102.151.101	133.911	63.975	5.311.433	288.290	456.673	(410.448)	107.994.935
Despesas de juros	(59.419.842)	(258.024)	-	-	(1.222)	(38.696)	442.238	(59.275.546)
Receita líquida de juros	42.731.259	(124.113)	63.975	5.311.433	287.068	417.977	31.790	48.719.389
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.157.553)	-	-	-	-	-	(242.873)	(11.400.426)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	31.573.706	(124.113)	63.975	5.311.433	287.068	417.977	(211.083)	37.318.963
Receitas não de juros	19.088.227	953.730	1.179.161	5.471.529	2.237.577	1.080.139	(1.391.534)	28.618.829
Receita líquida de tarifas e comissões	14.073.405	464.435	1.177.160	374.103	1.767.048	978.720	(1.074.900)	17.759.971
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(717.642)	(2.166)	-	(51.637)	-	-	56.890	(714.555)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	391.294	64.329	(7.048)	-	(5)	-	-	448.570
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	230.212	32.393	-	997	-	-	-	263.602
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	2.519.376	-	-	5.986	2.525.362
Outras receitas operacionais	5.110.958	394.739	9.049	2.628.690	470.534	101.419	(379.510)	8.335.879
Despesas não de juros	(38.806.239)	(390.202)	(208.193)	(8.723.502)	(1.360.499)	(1.266.324)	1.416.188	(49.338.771)
Despesas com pessoal	(16.926.232)	(50.068)	(58.026)	(390.994)	(139.701)	(221.864)	5.335	(17.781.550)
Despesas administrativas	(10.410.038)	(22.306)	(22.318)	(934.817)	(227.825)	(269.359)	1.177.131	(10.709.532)
Contribuições, taxas e outros impostos	(3.602.822)	(52.236)	(85.020)	(311.382)	(224.788)	(151.874)	6.634	(4.421.488)
Amortização de ativos intangíveis	(2.374.009)	(8)	-	(22.517)	(9.815)	(1.676)	-	(2.408.025)
Provisões	(272.775)	(831)	4.342	(23.606)	(12.595)	(11.561)	-	(317.026)
Depreciação	(1.061.081)	(2.613)	-	(15.452)	(99.761)	(9.021)	-	(1.187.928)
Outras despesas operacionais	(4.159.282)	(262.140)	(47.171)	(7.024.734)	(646.014)	(600.969)	227.088	(12.513.222)
Lucro antes dos impostos	11.855.694	439.415	1.034.943	2.059.460	1.164.146	231.792	(186.429)	16.599.021
Impostos	(2.595.264)	(84.581)	(417.468)	(752.462)	(395.105)	(72.597)	79.354	(4.238.123)
Correntes	(5.076.528)	(108.466)	(415.138)	(760.681)	(395.876)	(95.957)	1.006	(6.851.640)
Diferidos	2.481.264	23.885	(2.330)	8.219	771	23.360	78.348	2.613.517
Lucro líquido do período	9.260.430	354.834	617.475	1.306.998	769.041	159.195	(107.075)	12.360.898
Atribuível aos acionistas controladores	9.104.380	354.834	617.475	1.306.998	769.041	159.467	(107.075)	12.205.120
Atribuível às participações de acionistas não controladores	156.050	-	-	-	-	(272)	-	155.778
Total dos ativos	1.083.599.518	6.180.755	921.453	69.427.954	4.654.755	4.095.177	(19.572.064)	1.149.307.548
Total dos passivos	1.018.427.232	3.502.307	789.959	64.755.850	3.707.762	1.577.854	(4.952.833)	1.087.808.131
Total do patrimônio líquido	65.172.286	2.678.448	131.494	4.672.104	946.993	2.517.323	(14.619.231)	61.499.417

h) Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	Exercício/2014								R\$ mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							Consolidado IFRS
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	152.922.612	(5.656.161)	(313)	1.667	(8.762.176)	(540.433)	(80.923)	(105.672)	137.778.601
Despesas de juros	(94.508.045)	3.396.356	1.230	-	-	12.145	1.960	(27.848)	(91.124.202)
Receita líquida de juros	58.414.567	(2.259.805)	917	1.667	(8.762.176)	(528.288)	(78.963)	(133.520)	46.654.399
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	4.030	-	-	-	-	-	-	4.030
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(16.214.160)	1.478.393	-	-	-	-	(26.058)	(27.421)	(14.789.246)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	42.200.407	(777.382)	917	1.667	(8.762.176)	(528.288)	(105.021)	(160.941)	31.869.183
Receitas não de juros	35.602.634	(589.108)	589.642	(1.655)	(5.380.912)	(2.878.805)	(80.289)	282.830	27.544.337
Receita líquida de tarifas e comissões	20.984.581	(455.781)	33	-	1.274.262	(2.211.586)	(340)	186.662	19.777.831
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	294.098	(75.366)	404	-	115.343	-	11.071	(74.367)	271.183
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	257.842	(5.659)	217	(1.667)	220	-	-	-	250.953
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	573.973	(300.643)	955.020	12	2.144.236	180.575	(4.999)	-	3.548.174
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	4.512.214	-	-	-	(4.480.394)	-	-	(31.820)	-
Outras receitas operacionais	8.979.926	248.341	(366.032)	-	(4.434.579)	(847.794)	(86.021)	202.355	3.696.196
Despesas não de juros	(61.391.236)	2.588.178	363.093	-	12.710.684	1.976.824	92.763	(149.309)	(43.809.003)
Despesas com pessoal	(20.436.932)	831.608	25.306	-	500.031	217.249	-	-	(18.862.738)
Despesas administrativas	(11.738.891)	460.404	21.394	-	459.892	368.634	10.160	(57.596)	(10.476.003)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.991.044)	205.287	20.059	-	336.811	292.452	35.380	2	(4.101.053)
Amortização de ativos intangíveis	(2.612.257)	(466.290)	668	-	36.125	33.319	-	-	(3.008.435)
Provisões	(1.397.214)	(700.485)	-	-	28.691	18.434	(25.699)	-	(2.076.273)
Depreciação	(1.174.595)	8.381	2.927	-	21.150	112.545	71	-	(1.029.521)
Outras despesas operacionais	(19.040.303)	2.249.273	292.739	-	11.327.984	934.191	72.851	(91.715)	(4.254.980)
Lucro antes dos impostos	16.411.805	1.221.688	953.652	12	(1.432.404)	(1.430.269)	(92.547)	(27.420)	15.604.517
Impostos	(3.690.796)	(339.530)	(31.471)	-	1.317.747	537.896	(4.727)	(50.140)	(2.261.021)
Correntes	(5.643.787)	216.114	6.642	-	1.320.561	542.421	747	-	(3.557.302)
Diferidos	1.952.991	(555.644)	(38.113)	-	(2.814)	(4.525)	(5.474)	(50.140)	1.296.281
Lucro líquido do período	12.721.009	882.158	922.181	12	(114.657)	(892.373)	(97.274)	(77.560)	13.343.496
Atribuível aos acionistas controladores	11.245.814	857.270	922.181	12	(104.974)	(892.373)	(97.274)	(77.560)	11.853.096
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.475.195	24.888	-	-	(9.683)	-	-	-	1.490.400
Total dos ativos	1.437.485.512	(49.583.248)	108.085	-	(105.579.506)	(7.279.935)	(1.413.521)	4.399.561	1.278.136.948
Total dos passivos	1.356.872.318	(53.429.000)	(118.764)	-	(106.815.377)	(5.971.671)	(17.339)	2.176.745	1.192.696.912
Total do patrimônio líquido	80.613.194	3.845.752	226.849	-	1.235.871	(1.308.264)	(1.396.182)	2.222.816	85.440.036
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	75.975.095	5.177.242	226.849	-	887.168	(1.308.264)	(1.396.182)	2.222.816	81.784.724
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	4.638.099	(1.331.490)	-	-	348.703	-	-	-	3.655.312

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (joint ventures).

	Exercício/2013								R\$ mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							Consolidado IFRS
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	114.799.142	(6.757.896)	(335)	-	(3.274.713)	(368.288)	(23.828)	208.129	104.582.211
Despesas de juros	(67.309.626)	4.456.336	1.549	-	-	11.331	-	(7.712)	(62.848.122)
Receita líquida de juros	47.489.516	(2.301.560)	1.214	-	(3.274.713)	(356.957)	(23.828)	200.417	41.734.089
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	(14.591)	-	-	-	-	-	-	(14.591)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(13.715.011)	2.231.435	-	-	-	-	(6.333)	(24.266)	(11.514.175)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	33.774.505	(84.716)	1.214	-	(3.274.713)	(356.957)	(30.161)	176.151	30.205.323
Receitas não de juros	42.705.852	(11.115.581)	552.058	(334)	(5.035.922)	(2.648.468)	(106.202)	(310.245)	24.041.158
Receita líquida de tarifas e comissões	19.428.712	(296.634)	31	-	915.203	(2.096.212)	(50.487)	173.309	18.073.922
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	566.505	(512.095)	-	-	100.769	-	10.251	(51.266)	114.164
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	439.778	14.575	346	(345)	18.923	-	11.944	-	485.221
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	605.585	(756.791)	856.092	13	1.502.887	88.127	-	-	2.295.913
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	3.427.489	-	-	-	(3.409.467)	-	-	(18.022)	-
Outras receitas operacionais	18.237.783	(9.564.636)	(304.411)	(2)	(4.164.237)	(640.383)	(77.910)	(414.266)	3.071.938
Despesas não de juros	(53.834.972)	2.996.690	275.415	(20.925)	7.691.414	1.687.848	107.200	(290.157)	(41.387.487)
Despesas com pessoal	(20.083.386)	618.278	17.495	348	411.740	184.043	32.695	-	(18.818.787)
Despesas administrativas	(11.385.076)	569.285	14.710	-	434.587	271.412	8.731	(73.008)	(10.159.359)
Contribuições, taxas e outros impostos	(5.423.022)	760.440	12.194	-	329.838	280.269	7.489	-	(4.032.792)
Amortização de ativos intangíveis	(2.385.959)	(486.527)	9	-	34.604	17.467	38	-	(2.820.368)
Provisões	(308.386)	(2.275.670)	-	-	22.406	18.819	(9.482)	-	(2.552.313)
Depreciação	(1.018.736)	6.536	2.925	-	23.217	104.898	1.340	-	(879.820)
Outras despesas operacionais	(13.230.407)	3.804.348	228.082	(21.273)	6.435.022	810.940	66.389	(217.149)	(2.124.048)
Lucro antes dos impostos	22.645.385	(8.203.607)	828.687	(21.259)	(619.221)	(1.317.577)	(29.163)	(424.251)	12.858.994
Impostos	(6.047.078)	3.370.662	(151.165)	(209.552)	602.496	455.216	3.801	405.460	(1.570.160)
Correntes	(7.824.595)	91.557	(115.773)	(209.552)	612.198	458.434	11.536	444.678	(6.531.517)
Diferidos	1.777.517	3.279.105	(35.392)	-	(9.702)	(3.218)	(7.735)	(39.218)	4.961.357
Lucro líquido do período	16.598.307	(4.832.945)	677.522	(230.811)	(16.725)	(862.361)	(25.362)	(18.791)	11.288.834
Atribuível aos acionistas controladores	15.757.937	(4.813.819)	677.522	(230.811)	(46.249)	(862.361)	(25.362)	(18.791)	10.438.066
Atribuível às participações de acionistas não controladores	840.370	(19.126)	-	-	29.524	-	-	-	850.768
Total dos ativos	1.303.915.123	(57.423.762)	76.704	-	(80.208.615)	(5.483.730)	(1.853.930)	3.146.092	1.162.167.882
Total dos passivos	1.231.690.329	(61.524.258)	552.265	406.419	(81.183.050)	(4.483.363)	(943.522)	1.271.066	1.085.785.886
Total do patrimônio líquido	72.224.794	4.100.496	(475.561)	(406.419)	974.435	(1.000.367)	(910.408)	1.875.026	76.381.996
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	69.526.296	3.967.680	(475.561)	(406.419)	616.050	(1.000.367)	(910.408)	1.875.026	73.192.297
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.698.498	132.816	-	-	358.385	-	-	-	3.189.699

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

	Exercício/2012								R\$ mil
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾							Consolidado IFRS
		Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros	Transações Intersegmentos	
Receitas de juros	107.994.935	(8.280.119)	(1.881)	831	(5.234.515)	(284.833)	(5.711)	(7.858)	94.180.849
Despesas de juros	(59.275.546)	5.355.813	2.720	-	-	1.222	-	(4.902)	(53.920.693)
Receita líquida de juros	48.719.389	(2.924.306)	839	831	(5.234.515)	(283.611)	(5.711)	(12.760)	40.260.156
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	-	(9.169)	-	-	-	-	-	-	(9.169)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.400.426)	1.356.053	-	-	-	-	-	(17.811)	(10.062.184)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	37.318.963	(1.577.422)	839	831	(5.234.515)	(283.611)	(5.711)	(30.571)	30.188.803
Receitas não de juros	28.618.829	(1.351.681)	550.214	(826)	(3.368.711)	(2.214.271)	(183.197)	258.445	22.308.802
Receita líquida de tarifas e comissões	17.759.971	(454.827)	55	-	662.252	(1.740.618)	(182.974)	296.517	16.340.376
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(714.555)	531.866	51	-	51.637	-	-	(56.890)	(187.891)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	448.570	(89.414)	(52)	-	-	-	-	-	359.104
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	263.602	(1.406.283)	865.072	4	871.154	(3.808)	-	-	589.741
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	2.525.362	-	-	-	(2.519.376)	-	-	(5.986)	-
Outras receitas operacionais	8.335.879	66.977	(314.912)	(830)	(2.434.378)	(469.845)	(223)	24.804	5.207.472
Despesas não de juros	(49.338.771)	2.160.413	270.089	-	8.063.356	1.355.551	245.181	(244.677)	(37.488.858)
Despesas com pessoal	(17.781.550)	720.422	15.297	-	372.406	138.876	57.876	-	(16.476.673)
Despesas administrativas	(10.709.532)	539.976	10.408	-	394.662	227.539	66.834	(130.667)	(9.600.780)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.421.488)	196.625	8.886	-	238.292	222.291	18.890	(6.634)	(3.743.138)
Amortização de ativos intangíveis	(2.408.025)	(490.796)	8	-	22.517	9.815	119	-	(2.866.362)
Provisões	(317.026)	(1.741.088)	-	-	20.744	12.595	(6)	-	(2.024.781)
Depreciação	(1.187.928)	116.067	2.521	-	15.452	99.761	3.976	-	(950.151)
Outras despesas operacionais	(12.513.222)	2.819.207	232.969	-	6.999.283	644.674	97.492	(107.376)	(1.826.973)
Lucro antes dos impostos	16.599.021	(768.690)	821.142	5	(539.870)	(1.142.331)	56.273	(16.803)	15.008.747
Impostos	(4.238.123)	(164.041)	(30.516)	-	541.995	384.575	(17.966)	(79.354)	(3.603.430)
Correntes	(6.851.640)	437.670	2.223	-	583.894	385.345	3.041	(1.006)	(5.440.473)
Diferidos	2.613.517	(601.711)	(32.739)	-	(41.899)	(770)	(21.007)	(78.348)	1.837.043
Lucro líquido do período	12.360.898	(932.731)	790.626	5	2.125	(757.756)	38.307	(96.157)	11.405.317
Atribuível aos acionistas controladores	12.205.120	(936.071)	790.626	5	2.125	(757.756)	38.030	(96.157)	11.245.922
Atribuível às participações de acionistas não controladores	155.778	3.340	-	-	-	-	277	-	159.395
Total dos ativos	1.149.307.548	(70.132.768)	43.103	-	(62.176.438)	(4.509.986)	(1.678.914)	3.228.032	1.014.080.577
Total dos passivos	1.087.808.131	(69.559.633)	(77.732)	-	(62.946.769)	(3.597.147)	(284.260)	(2.467.994)	948.874.596
Total do patrimônio líquido	61.499.417	(573.135)	120.835	-	770.331	(912.839)	(1.394.654)	5.696.026	65.205.981
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	60.925.250	(750.990)	120.835	-	770.331	(912.839)	(1.394.654)	5.696.026	64.453.959
Patrimônio líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	574.167	177.855	-	-	-	-	-	-	752.022

(1) O principal componente refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, elaborada de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem os ajustes mencionados na Nota 48 e a desconsolidação dos investimentos em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*).

i) Operações internacionais
Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil		Outros países		R\$ mil Total
	Exercício/2014	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2014
Ativo	1.168.533.808	242.523.594	(132.920.454)	109.603.140	1.278.136.948
Receitas	158.114.145	10.635.959	(3.427.166)	7.208.793	165.322.938
Despesas	(144.822.066)	(9.085.267)	1.927.891	(7.157.376)	(151.979.442)
Lucro antes dos impostos	15.110.254	1.993.538	(1.499.275)	494.263	15.604.517
Lucro líquido	13.292.079	1.550.692	(1.499.275)	51.417	13.343.496

	Brasil		Outros países		R\$ mil Total
	Exercício/2013	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2013
Ativo	1.057.024.605	193.185.420	(88.042.143)	105.143.277	1.162.167.882
Receitas	123.516.518	8.960.198	(3.853.347)	5.106.851	128.623.369
Despesas	(111.732.740)	(7.554.926)	1.953.131	(5.601.795)	(117.334.535)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	12.959.883	1.799.327	(1.900.216)	(100.889)	12.858.994
Lucro/(prejuízo) líquido	11.783.778	1.405.272	(1.900.216)	(494.944)	11.288.834

	Brasil		Outros países		R\$ mil Total
	Exercício/2012	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2012
Ativo	926.744.496	160.435.684	(73.099.603)	87.336.081	1.014.080.577
Receitas	112.842.384	6.364.009	(2.716.742)	3.647.267	116.489.651
Despesas	(101.070.856)	(5.388.881)	1.375.403	(4.013.478)	(105.084.334)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	15.113.552	1.236.534	(1.341.339)	(104.805)	15.008.747
Lucro/(prejuízo) líquido	11.771.528	975.128	(1.341.339)	(366.211)	11.405.317

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e para os ativos são oriundas das dependências localizadas na América do Sul e Central. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Receitas de juros	137.778.601	104.582.211	94.180.849
Empréstimos a clientes ⁽¹⁾	78.611.495	63.780.740	57.289.412
Aplicações em operações compromissadas	27.884.751	15.992.067	14.157.473
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽²⁾	9.482.298	6.097.315	5.382.958
Empréstimos a instituições financeiras	7.146.919	6.113.309	3.725.169
Depósitos compulsórios em bancos centrais	5.509.564	4.591.245	5.666.672
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.297.595	2.015.274	2.189.943
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7.105	310.891	589.603
Outras receitas de juros	7.838.874	5.681.370	5.179.619
Despesas de juros	(91.124.202)	(62.848.122)	(53.920.693)
Depósitos de clientes	(31.412.337)	(26.939.350)	(28.235.625)
Obrigações por operações compromissadas	(29.722.121)	(17.517.378)	(15.342.962)
Obrigações de longo prazo	(28.379.462)	(17.593.064)	(9.538.511)
Valores a pagar a instituições financeiras	(1.119.703)	(210.179)	(322.145)
Obrigações de curto prazo	(363.559)	(366.486)	(214.684)
Outras despesas de juros	(127.020)	(221.665)	(266.766)
Receita líquida de juros	46.654.399	41.734.089	40.260.156

(1) Inclui receitas de juros reconhecidas sobre operações de crédito com redução ao valor recuperável no total de R\$ 6.302.174 mil em 2014 (R\$ 4.690.708 mil em 2013).

(2) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 85.005 mil em 2014 (R\$ 33.017 mil em 2013 e R\$ 88.328 em 2012).

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Prestação de serviços a clientes	13.502.919	12.602.378	11.974.831
Conta corrente	3.996.943	4.163.461	4.545.738
Rendas de cartões	3.789.885	3.072.592	2.695.086
Arrecadações	1.694.869	1.522.190	1.375.575
Cobrança	1.487.696	1.410.830	1.323.599
Interbancária e transferência de recursos	1.142.839	1.051.433	972.737
Operações de crédito e cadastro	955.358	1.002.740	732.353
Câmbio	323.081	292.945	256.795
Rendas do mercado de capitais	112.248	86.187	72.948
Administração de recursos de terceiros	4.746.867	4.147.015	3.731.167
Comissões	3.433.440	3.166.461	2.406.488
Comercialização de seguros	1.955.058	1.469.866	1.133.396
Comercialização de produtos de capitalização	705.094	598.214	325.906
Comercialização de produtos de previdência	395.328	344.190	454.696
Convênios de cooperação técnica e financeira	377.960	754.191	492.490
Garantias prestadas	141.500	142.340	130.118
Outros serviços	201.260	242.292	259.954
Receita de tarifas e comissões	22.025.986	20.300.486	18.502.558
Despesa de tarifas e comissões	(2.248.155)	(2.226.564)	(2.162.182)
Prestação de serviços	(2.196.429)	(2.176.715)	(2.130.479)
Despesas de comissões	(11.206)	(22.484)	(5.464)
Outros serviços	(40.520)	(27.365)	(26.239)
Receita líquida de tarifas e comissões	19.777.831	18.073.922	16.340.376

10 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Instrumentos financeiros derivativos	280.639	549.471	(458.751)
Outros ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(9.456)	(435.307)	270.860
Total	271.183	114.164	(187.891)

11 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Instrumentos de dívida	251.273	472.746	294.833
Instrumentos de patrimônio	(320)	12.475	64.271
Total	250.953	485.221	359.104

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
Outras receitas operacionais	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Ganhos com planos de benefícios – Plano 1 – Previ ⁽¹⁾	1.348.061	598.311	1.355.235
Resultado com planos de benefícios – Acordos de superávit	906.727	968.787	1.091.079
Recuperação de encargos e despesas	767.761	671.701	869.670
Operações com cartões	760.933	449.890	344.486
Ganhos com conversão de investimentos no exterior	693.616	832.382	460.750
Títulos e créditos a receber	612.392	474.518	391.250
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	159.769	84.070	1.250.051
Reversão de provisões para pagamentos diversos	98.453	196.116	32.062
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽²⁾	73.643	86.999	92.511
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes ⁽³⁾	2.275	187.700	64.757
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(3.043.506)	(2.597.266)	(1.833.515)
Outras	1.316.072	1.118.730	1.089.136
Total	3.696.196	3.071.938	5.207.472

(1) Refere-se ao reconhecimento no resultado de certos componentes de custo de planos de benefícios definidos (Nota 45).

(2) Refere-se principalmente a atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(3) Em 2013, inclui o valor do ganho obtido na alienação de participação societária na Itapebi Geração de Energia S.A.

	R\$ mil		
Outras despesas operacionais	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Atualização de obrigações atuariais	(1.014.919)	(925.954)	(880.863)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(661.870)	-	-
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	(538.835)	(178.768)	(274.870)
(Constituição)/reversão de perdas em outros ativos	(251.537)	(91.289)	102.562
Bônus de relacionamento negocial	(208.365)	(156.045)	(165.823)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(184.042)	(204.315)	(188.174)
Prêmio de seguro de vida – crédito direto ao consumidor	(158.611)	(129.374)	(149.180)
Atualização de valores a liberar	(101.078)	(57.588)	(31.602)
Prestação de garantia, fiança ou aval	(86.415)	(75.176)	(69.229)
Comissões por recebimento de créditos	(77.440)	(75.026)	(72.301)
Ganhos/(perdas) de capital	(32.713)	(18.126)	(22.202)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(26.925)	(23.334)	(23.860)
Despesas com Proagro	(25.020)	(18.915)	(15.946)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(21.652)	(11.304)	(1.407)
Atualização monetária de juros sobre o capital próprio e dividendos	(9.357)	(40.506)	(12.133)
Ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(5.999)	(3.197)	(263)
Programa de recuperação fiscal – Refis ⁽¹⁾	(14)	(37.196)	-
(Constituição)/reversão de perdas por desvalorização de valores e bens	3.428	3.225	(5.693)
Outras	(853.616)	(81.160)	(15.989)
Total	(4.254.980)	(2.124.048)	(1.826.973)

(1) Refere-se à adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários – Refis (Nota 34).

13 – DESPESAS COM PESSOAL

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Proventos	(10.618.149)	(10.557.431)	(9.678.805)
Encargos sociais	(3.870.044)	(3.553.410)	(3.264.909)
Benefícios	(2.357.336)	(2.200.359)	(1.544.131)
Participação nos lucros ⁽¹⁾	(1.467.306)	(2.033.364)	(1.582.143)
Previdência complementar	(447.657)	(394.640)	(334.102)
Treinamentos	(60.452)	(46.672)	(41.816)
Honorários de diretores e conselheiros	(41.794)	(32.911)	(30.767)
Total	(18.862.738)	(18.818.787)	(16.476.673)

(1) Inclui o montante de R\$ 11.057 mil relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (R\$ 10.416 mil em 2013 e R\$ 8.162 mil em 2012) (Nota 36.I).

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Serviços contratados de terceiros	(1.668.002)	(1.731.163)	(1.585.566)
Gastos com comunicações	(1.468.142)	(1.382.015)	(1.315.197)
Transporte	(1.223.768)	(1.144.398)	(1.162.891)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(1.134.261)	(979.233)	(734.726)
Serviços de vigilância e segurança	(1.004.892)	(842.118)	(837.403)
Processamento de dados	(909.542)	(760.234)	(724.882)
Manutenção e conservação	(660.223)	(597.611)	(559.700)
Propaganda e publicidade	(418.148)	(389.800)	(368.503)
Água, energia e gás	(372.998)	(347.953)	(381.190)
Serviços técnicos especializados	(354.141)	(316.712)	(230.188)
Promoções e relações públicas	(262.474)	(234.650)	(237.362)
Viagens	(159.596)	(134.819)	(149.009)
Material de escritório e similar	(130.463)	(133.242)	(136.884)
Contribuições filantrópicas	(76.899)	(139.439)	(60.338)
Outras	(632.454)	(1.025.972)	(1.116.941)
Total	(10.476.003)	(10.159.359)	(9.600.780)

15 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários	13.337.180	11.386.337
Disponibilidades em moeda nacional	9.158.427	9.648.428
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.178.753	1.737.909
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	48.741.402	57.455.301
Aplicações em depósitos interfinanceiros	35.592.524	37.239.341
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	13.148.878	20.215.960
Total de caixa e equivalentes de caixa	62.078.582	68.841.638

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

16 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Sem remuneração ⁽¹⁾	14.087.806	16.275.235
Banco Central do Brasil	14.087.806	16.275.235
Com remuneração ⁽²⁾	49.136.431	74.406.974
Banco Central do Brasil	49.136.431	74.406.974
Total	63.224.237	90.682.209

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

(2) Recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança no Brasil e depósitos à vista no exterior.

17 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.156.488	42.157.040
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	18.671.563	22.986.414
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(19.730)	(23.760)
Total	57.808.321	65.119.694

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras		
Saldo inicial	(23.760)	-
(Constituição)/Reversão	4.030	(23.760)
Baixa	-	-
Saldo final	(19.730)	(23.760)

18 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Revendas a liquidar – posição bancada	13.148.877	20.215.960
Letras do Tesouro Nacional	12.827.441	20.000.000
Notas do Tesouro Nacional	698	-
Outros títulos	320.738	215.960
Revendas a liquidar – posição financiada ⁽¹⁾	250.176.212	163.175.024
Letras do Tesouro Nacional	129.650.254	64.619.972
Notas do Tesouro Nacional	87.523.798	9.009.092
Letras Financeiras do Tesouro	33.002.160	89.412.694
Outros títulos	-	133.266
Total	263.325.089	183.390.984

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 31, subgrupo carteira de terceiros.

19 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos de dívida	10.900.847	17.961.295
Títulos públicos federais brasileiros	8.000.437	16.789.420
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.480.124	374.301
Títulos de governos estrangeiros	855.664	603.257
Títulos emitidos por empresas não financeiras	272.340	71.091
Aplicações em fundos mútuos de investimento	229.011	2.892
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	63.271	120.334
Instrumentos de patrimônio	47.100	45.073
Ações negociáveis	47.100	45.073
Total de instrumentos de dívida e patrimônio	10.947.947	18.006.368
Instrumentos financeiros derivativos ativos	1.493.315	984.679
Swaps	846.297	692.410
Operações a termo	576.996	259.062
Opções	61	1.452
Outros ⁽¹⁾	69.961	31.755
Total	12.441.262	18.991.047

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos financeiros derivativos passivos	2.650.184	3.090.969
Opções	1.407.944	2.274.673
Swaps	879.991	573.243
Operações a termo	136.005	148.000
Outros	226.244	95.053
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	345.183	342.150
Total	2.995.367	3.433.119

Valor justos dos ativos de negociação que se encontram vinculados a:

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Compromissos de recompra	765.873	4.477.637
Depósitos compulsórios	75.357	168.411
Prestação de garantia	37.355	44.467
Total	878.585	4.690.515

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2014 e 31.12.2013 não foram reclassificados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

No reconhecimento inicial, todos os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado têm sido classificados como mantidos para negociação.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado reconhecidos no balanço patrimonial consolidado

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	(65.974)	(116.438)
Títulos de governos estrangeiros	137.338	64.770
Aplicações em fundos mútuos de investimento	-	1.000
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(2.555)	208
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(14.745)	(5.648)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(63.991)	33.734
Títulos públicos federais brasileiros	(122.021)	(210.502)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de patrimônio	546	7.056
Ações negociáveis	546	7.056
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros derivativos	72.308	281.998
Ganhos/(perdas) de outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(20.268)	(23.301)
Total	(13.388)	149.315

20 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos de dívida	93.674.786	89.672.207
Títulos emitidos por empresas não financeiras	42.809.371	39.575.429
Títulos públicos federais brasileiros	35.899.153	38.090.759
Títulos de governos estrangeiros	6.573.178	4.937.037
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	3.549.048	3.553.802
Fundos mútuos de investimento	3.547.654	2.590.690
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.296.382	924.490
Instrumentos de patrimônio	129.196	712.867
Ações negociáveis	129.196	712.867
Total	93.803.982	90.385.074

Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda vinculados a:

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Compromissos de recompra	14.125.407	33.724.932
Prestação de garantia	13.093.437	5.106.387
Depósitos compulsórios	367.184	335.665
Total	27.586.028	39.166.984

Os ativos financeiros disponíveis para venda que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

(BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos períodos encerrados em 31.12.2014 e 31.12.2013 não foram reclassificados ativos financeiros disponíveis para venda.

Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda reconhecidos no balanço patrimonial consolidado

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de dívida	(1.248.685)	(524.734)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	29.775	37.520
Títulos de governos estrangeiros	11.436	(87.438)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(17.401)	21.923
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(331.424)	386.945
Fundos mútuos de investimento	(457.322)	(256.524)
Títulos públicos federais brasileiros	(483.749)	(627.160)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de patrimônio	251	1.210
Ações negociáveis	251	1.210
Total	(1.248.434)	(523.524)

21 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos de dívida		
Títulos emitidos por empresas financeiras	328.164	369.349
Títulos públicos federais brasileiros	31.711	204.596
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	-	69.338
Total	359.875	643.283

Vencimentos dos ativos financeiros mantidos até o vencimento:

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
A vencer em até um ano	40.638	273.933
A vencer entre 1 e 5 anos	-	40.303
A vencer entre 5 e 10 anos	492	1.024
A vencer após 10 anos	318.745	328.023
Total	359.875	643.283

Nos períodos encerrados em 31.12.2014 e 31.12.2013 não foram reclassificados títulos da categoria ativos financeiros mantidos até o vencimento.

22 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES

Carteira por modalidades

R\$ mil			
	Prazo médio (em meses)	31.12.2014	31.12.2013
Operações de crédito		616.636.934	550.394.504
Empréstimos e títulos descontados⁽¹⁾	57	238.688.547	226.747.268
- Pessoas jurídicas		147.560.214	141.277.328
- Pessoas físicas		91.128.333	85.469.940
Financiamentos⁽²⁾	52	168.766.043	149.275.079
- Pessoas jurídicas		155.702.554	135.811.714
- Pessoas físicas		13.063.489	13.463.365
Financiamentos rurais e agroindustriais	81	170.127.548	149.840.730
- Pessoas jurídicas		52.290.488	51.720.647
- Pessoas físicas		117.837.060	98.120.083
Financiamentos imobiliários	313	38.733.052	24.323.202
- Pessoas jurídicas		10.550.407	5.997.591
- Pessoas físicas		28.182.645	18.325.611
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	365	493	613
- Pessoas jurídicas		493	613
- Pessoas físicas		-	-
Operações de crédito vinculadas a cessões	253	321.251	207.612
- Pessoas jurídicas		-	-
- Pessoas físicas		321.251	207.612
Outros créditos com características de concessão de crédito		33.086.767	29.163.398
Operações com cartão de crédito	4	19.925.427	17.535.405
- Pessoas jurídicas		950.448	727.205
- Pessoas físicas		18.974.979	16.808.200
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	9	12.562.503	11.235.211
- Pessoas jurídicas		12.531.050	11.127.811
- Pessoas físicas		31.453	107.400
Avais e fianças honrados	8	235.369	136.228
- Pessoas jurídicas		235.369	134.684
- Pessoas físicas		-	1.544
Outros	198	363.468	256.554
- Pessoas jurídicas		337.921	214.926
- Pessoas físicas		25.547	41.628
Operações de arrendamento mercantil	44	860.563	861.913
- Pessoas jurídicas		822.478	826.321
- Pessoas físicas		38.085	35.592
Total dos empréstimos a clientes		650.584.264	580.419.815
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		(18.950.969)	(15.653.209)
(Provisão para operações de crédito)		(18.550.592)	(15.512.412)
(Provisão para outros créditos)		(376.192)	(121.223)
(Provisão para arrendamento mercantil)		(24.185)	(19.574)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas		631.633.295	564.766.606

(1) O saldo de "Empréstimos e títulos descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e títulos descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito pagas em parcelas.

(2) O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação e outros financiamentos de médio prazo a pequenas, médias e grandes empresas com recursos oriundos de repasses. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.

Carteira por setores de atividade econômica

	R\$ mil			
	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Setor público	60.013.641	9,2%	48.978.582	8,4%
Administração pública	28.940.768	4,4%	19.008.687	3,3%
Petroleiro	19.480.155	3,0%	18.455.043	3,2%
Energia elétrica	10.231.265	1,6%	9.847.658	1,7%
Serviços	416.533	0,1%	284.309	0,0%
Demais atividades	944.920	0,1%	1.382.885	0,2%
Setor privado	590.570.623	90,8%	531.441.233	91,6%
Pessoas físicas	269.602.841	41,5%	232.580.975	40,1%
Pessoas jurídicas	320.967.782	49,3%	298.860.258	51,5%
Mineração e metalurgia	36.853.990	5,7%	36.302.161	6,3%
Agronegócio de origem vegetal	34.506.174	5,3%	33.388.924	5,8%
Serviços	23.120.702	3,6%	22.857.847	3,9%
Automotivo	22.529.029	3,5%	21.958.119	3,8%
Transportes	20.076.409	3,1%	17.216.362	3,0%
Combustíveis	19.820.970	3,0%	19.377.987	3,3%
Imobiliário	18.426.753	2,8%	13.679.510	2,4%
Comércio varejista	17.115.910	2,6%	16.113.480	2,8%
Energia elétrica	15.232.338	2,3%	8.715.117	1,5%
Agronegócio de origem animal	14.034.401	2,2%	12.985.749	2,2%
Atividades específicas da construção	12.693.680	2,0%	12.890.317	2,2%
Têxtil e confecções	11.413.662	1,8%	11.728.827	2,0%
Eletroeletrônico	10.529.628	1,6%	10.778.265	1,9%
Insumos agrícolas	9.697.249	1,5%	8.606.759	1,5%
Papel e celulose	9.568.838	1,5%	9.477.628	1,6%
Químico	7.986.785	1,2%	8.285.801	1,4%
Comércio atacadista e indústrias diversas	7.449.699	1,1%	7.117.910	1,2%
Madeireiro e moveleiro	6.754.916	1,0%	6.893.994	1,2%
Construção pesada	5.947.526	0,9%	5.530.739	1,0%
Instituições e serviços financeiros	5.720.814	0,9%	3.632.439	0,6%
Telecomunicações	5.574.951	0,9%	6.742.232	1,2%
Demais atividades	5.913.358	0,9%	4.580.091	0,8%
Total dos empréstimos a clientes	650.584.264	100,0%	580.419.815	100,0%

O Banco concede empréstimos a diversas entidades vinculadas ao Governo Federal, o acionista controlador. As operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, inclusive taxa de juros e garantias normais exigidas para operações realizadas com entidades não relacionadas. O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração. As operações contratadas com partes relacionadas totalizaram R\$ 26.418.743 mil (R\$ 22.804.702 mil em 31.12.2013).

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	46.569.765	41.707.822
31 a 60 dias	29.271.968	28.193.974
61 a 90 dias	23.871.961	24.931.608
91 a 180 dias	64.324.483	60.631.089
181 a 360 dias	99.104.844	95.847.716
361 a 1080 dias	164.318.211	143.828.382
1081 a 1800 dias	96.975.305	73.157.173
Acima de 1800 dias	116.814.100	104.363.899
Demais ⁽¹⁾	355.017	568.882
Subtotal	641.605.654	573.230.545
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	2.388.763	862.781
15 a 30 dias	723.587	586.502
31 a 60 dias	895.073	1.101.262
61 a 90 dias	819.471	675.590
91 a 180 dias	1.282.043	1.213.226
181 a 360 dias	1.617.075	1.500.627
Acima de 360 dias	1.252.598	1.249.282
Subtotal	8.978.610	7.189.270
Total	650.584.264	580.419.815

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 25.999 mil, que obedecem as regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Até um ano ⁽¹⁾	342.868	416.116
Entre um e cinco anos	513.888	442.012
Após cinco anos	3.807	3.785
Total	860.563	861.913

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Créditos renegociados

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Créditos renegociados no período ⁽¹⁾	43.067.541	34.137.992
Renegociados por atraso ⁽²⁾	4.616.717	2.537.886
- Pessoas jurídicas	3.746.013	1.810.886
- Pessoas físicas	870.704	727.000
Renovados ⁽³⁾	38.450.824	31.600.106
- Pessoas físicas	38.450.824	31.600.106

Movimentação dos créditos renegociados por atraso

Saldo Inicial	7.093.500	6.260.714
Contratações ⁽²⁾	4.616.717	2.537.886
Recebimento e apropriação de juros	(746.528)	(70.293)
Baixas para prejuízo	(1.790.558)	(1.634.807)
Saldo Final ⁽⁴⁾	9.173.131	7.093.500
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	1.424.479	1.382.830
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	15,5%	19,5%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando *internet*, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 158.367 mil no Banco Múltiplo (R\$ 193.517 mil em 31.12.2013) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.230.776 mil (R\$ 5.394.415 mil em 31.12.2013) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

23 – PROVISÃO PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES
a) Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Constituição de provisão	17.071.589	13.505.163	12.534.082
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	(2.282.343)	(1.990.988)	(2.471.898)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	14.789.246	11.514.175	10.062.184

b) Movimentação

R\$ mil					
31.12.2014					
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	15.512.412	16.743.779	(13.682.306)	(23.293)	18.550.592
Empréstimos e títulos descontados	9.425.247	12.212.162	(10.138.157)	(28.138)	11.471.114
Financiamentos	1.578.916	1.826.056	(1.162.780)	4.872	2.247.064
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.338.059	2.110.839	(2.235.296)	-	4.213.602
Financiamentos imobiliários	167.865	591.869	(146.073)	(27)	613.634
Operações de crédito vinculadas a cessões	2.325	2.853	-	-	5.178
Outros créditos com características de concessão de crédito	121.223	298.919	(43.950)	-	376.192
Operações com cartão de crédito	44.893	9.411	-	-	54.304
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	21.958	102.105	(19.237)	-	104.826
Avais e fianças honrados	50.609	171.494	(11.539)	-	210.564
Outros	3.763	15.909	(13.174)	-	6.498
Operações de arrendamento mercantil	19.574	28.891	(23.287)	(993)	24.185
Total	15.653.209	17.071.589	(13.749.543)	(24.286)	18.950.969

R\$ mil					
31.12.2013					
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	13.321.474	13.283.321	(11.087.563)	(4.820)	15.512.412
Empréstimos e títulos descontados	8.064.973	7.569.881	(6.204.787)	(4.820)	9.425.247
Financiamentos	1.304.550	1.531.078	(1.256.712)	-	1.578.916
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.866.673	3.794.814	(3.323.428)	-	4.338.059
Financiamentos imobiliários	82.635	382.333	(297.103)	-	167.865
Operações de crédito vinculadas a cessões	2.643	5.215	(5.533)	-	2.325
Outros créditos com características de concessão de crédito	211.208	205.587	(295.572)	-	121.223
Operações com cartão de crédito	37.333	168.632	(161.072)	-	44.893
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	60.585	10.211	(48.838)	-	21.958
Avais e fianças honrados	104.077	23.356	(76.824)	-	50.609
Outros	9.213	3.388	(8.838)	-	3.763
Operações de arrendamento mercantil	44.046	16.255	(40.727)	-	19.574
Total	13.576.728	13.505.163	(11.423.862)	(4.820)	15.653.209

c) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades

	31.12.2014							R\$ mil
	Individual		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	10.282.320	1.890.067	606.354.614	16.660.525	616.636.934	18.550.592		598.086.342
Empréstimos e títulos descontados	5.779.589	1.187.391	232.908.958	10.283.723	238.688.547	11.471.114		227.217.433
Financiamentos	2.712.416	336.699	166.053.627	1.910.365	168.766.043	2.247.064		166.518.979
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.672.135	278.032	168.455.413	3.935.570	170.127.548	4.213.602		165.913.946
Financiamentos imobiliários	118.180	87.945	38.614.872	525.689	38.733.052	613.634		38.119.418
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	493	-	493	-		493
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-	321.251	5.178	321.251	5.178		316.073
Outros créditos com características de concessão de crédito	340.054	273.120	32.746.713	103.072	33.086.767	376.192		32.710.575
Operações com cartão de crédito	835	225	19.924.592	54.079	19.925.427	54.304		19.871.123
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	152.332	86.008	12.410.171	18.818	12.562.503	104.826		12.457.677
Avais e fianças honrados	186.887	186.887	48.482	23.677	235.369	210.564		24.805
Outros	-	-	363.468	6.498	363.468	6.498		356.970
Operações de arrendamento mercantil	2.660	70	857.903	24.115	860.563	24.185		836.378
Total	10.625.034	2.163.257	639.959.230	16.787.712	650.584.264	18.950.969		631.633.295

	31.12.2013							R\$ mil
	Individual		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	7.160.532	1.070.188	543.233.972	14.442.224	550.394.504	15.512.412		534.882.092
Empréstimos e títulos descontados	2.583.304	688.796	224.163.964	8.736.451	226.747.268	9.425.247		217.322.021
Financiamentos	2.277.409	213.538	146.997.670	1.365.378	149.275.079	1.578.916		147.696.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.233.378	149.904	147.607.352	4.188.155	149.840.730	4.338.059		145.502.671
Financiamentos imobiliários	66.441	17.950	24.256.761	149.915	24.323.202	167.865		24.155.337
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	613	-	613	-		613
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-	207.612	2.325	207.612	2.325		205.287
Outros créditos com características de concessão de crédito	331.106	43.749	28.832.292	77.474	29.163.398	121.223		29.042.175
Operações com cartão de crédito	150	1	17.535.255	44.892	17.535.405	44.893		17.490.512
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	202.059	-	11.033.152	21.958	11.235.211	21.958		11.213.253
Avais e fianças honrados	126.179	43.748	10.049	6.861	136.228	50.609		85.619
Outros	2.718	-	253.836	3.763	256.554	3.763		252.791
Operações de arrendamento mercantil	5.199	7	856.714	19.567	861.913	19.574		842.339
Total	7.496.837	1.113.944	572.922.978	14.539.265	580.419.815	15.653.209		564.766.606

d) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por tipo de pessoa

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Operações de crédito	18.550.592	15.512.412
Empréstimos e títulos descontados	11.471.114	9.425.247
- Pessoas jurídicas	7.052.710	5.301.836
- Pessoas físicas	4.418.404	4.123.411
Financiamentos	2.247.064	1.578.916
- Pessoas jurídicas	1.791.071	1.217.213
- Pessoas físicas	455.993	361.703
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.213.602	4.338.059
- Pessoas jurídicas	379.459	225.388
- Pessoas físicas	3.834.143	4.112.671
Financiamentos imobiliários	613.634	167.865
- Pessoas jurídicas	114.442	23.569
- Pessoas físicas	499.192	144.296
Operações de crédito vinculadas a cessões	5.178	2.325
- Pessoas jurídicas	-	-
- Pessoas físicas	5.178	2.325
Outros créditos com características de concessão de crédito	376.192	121.223
Operações com cartão de crédito	54.304	44.893
- Pessoas jurídicas	33.411	20.462
- Pessoas físicas	20.893	24.431
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	104.826	21.958
- Pessoas jurídicas	104.826	21.958
- Pessoas físicas	-	-
Avais e fianças honrados	210.564	50.609
- Pessoas jurídicas	210.564	49.796
- Pessoas físicas	-	813
Outros	6.498	3.763
- Pessoas jurídicas	2.943	2.332
- Pessoas físicas	3.555	1.431
Operações de arrendamento mercantil	24.185	19.574
- Pessoas jurídicas	22.846	16.233
- Pessoas físicas	1.339	3.341
Total	18.950.969	15.653.209

24 – ATIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos não correntes disponíveis para venda referem-se a imóveis não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

Quando aplicável, a mensuração do valor justo não recorrente desses bens é baseada em laudos de avaliação elaborados em conformidade com as metodologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estes laudos são elaborados por profissionais legalmente habilitados pelos sistemas Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por envolverem fundamentalmente informações observáveis, essas mensurações de valor justo são classificadas como Informações de Nível 2.

Em consonância com a recomendação da ABNT, a metodologia de avaliação comumente utilizada é o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM), seguida do Método Evolutivo.

O MCDDM consiste em analisar uma amostra de bens no mercado, cujas características sejam as mais semelhantes possíveis às do bem em avaliação e através dessa amostra obter o respectivo valor. Os elementos considerados neste tipo de avaliação estão atrelados às características econômicas, físicas e de localização do bem em análise. Exemplos desses elementos: negociações efetivamente realizadas, preços de bens em oferta, padrão construtivo, estado de conservação, idade da edificação, relevo, consistência de solo, utilização, situação no contexto urbano, infraestrutura urbana, atividades existentes no entorno – comércio, indústria e serviços etc.

O Método Evolutivo é aquele em que o valor do bem é obtido através da composição do valor do terreno com o custo de reprodução das benfeitorias (devidamente depreciado), ou seja, pelo somatório dos valores de seus componentes multiplicado pelo fator de comercialização. Este método é indicado no caso de inexistência de dados amostrais semelhantes em número suficiente para a aplicação unicamente do MCDDM. Por este método, o valor do terreno normalmente é determinado pelo MCDDM e as benfeitorias são apropriadas com base em uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes ou com base no custo unitário básico de construção ou orçamento.

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Imóveis	24.165	43.892
Imobilizado retirado do uso	-	11
Total	24.165	43.904

No exercício de 2014, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não correntes em R\$ 159.769 mil (R\$ 84.070 mil no exercício de 2013).

25 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			Dividendos	
	31.12.2014		31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012	Exercício/2014	Exercício/2013
	Total	ON	Total	ON									
Coligadas							65.321	57.048	14.219	36.771	45.924	502	26.786
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾	13,53	13,53	13,53	13,53	352.311	266.328	47.668	36.034	15.104	9.776	5.838	-	-
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽¹⁾	12,12	12,12	12,12	12,12	75.070	75.192	9.099	9.114	286	464	1.111	347	445
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP ⁽¹⁾	11,11	11,11	11,11	11,11	73.991	78.720	8.221	8.746	(448)	4.090	1.421	78	-
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE ⁽¹⁾	12,09	12,09	12,09	12,09	2.757	26.089	333	3.154	(723)	383	191	77	270
Itapebi Geração de Energia S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.058	35.291	-	26.071
Outros ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.072	-	-
Joint Ventures							15.856.782	14.156.264	3.533.955	2.259.142	543.817	1.839.095	1.932.937
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	9.333.456	8.928.509	4.666.728	4.464.254	259.388	(178.001)	(1.141.030)	59.666	-
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.786.901	2.333.492	2.783.733	2.443.722	973.502	750.465	470.153	632.091	958.372
Cielo S.A. ⁽⁵⁾	28,75	28,75	28,68	28,68	4.466.533	3.322.750	2.286.444	1.954.223	880.968	774.144	652.327	551.440	480.642
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁶⁾	50,00	49,00	50,00	49,00	2.806.877	2.537.039	1.695.140	1.560.221	132.802	124.507	(41.130)	-	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁷⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.105.090	1.597.619	1.578.712	1.198.134	739.440	447.344	330.048	359.275	169.241
Neoenergia S.A.	11,99	11,99	11,99	11,99	9.547.893	9.418.413	1.144.516	1.128.995	39.749	11.411	120.003	24.228	265.536
IRB-Brasil Resseguros S.A. ⁽⁸⁾	20,51	20,51	20,51	20,51	3.004.843	2.773.015	616.314	568.765	82.101	57.166	-	34.116	-
Elo Participações S.A.	49,99	49,99	49,99	49,99	1.204.600	922.679	602.180	461.247	185.034	88.127	(3.808)	44.102	14.436
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁹⁾	66,66	49,99	66,66	49,99	428.995	302.599	396.717	312.462	216.153	123.405	112.083	131.898	43.329
Kepler Weber S.A.	17,46	17,46	17,56	17,56	494.367	365.798	86.298	64.241	24.818	10.325	3.399	2.279	1.381
CBSS – Alelo ⁽¹⁰⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.975	80.008	-	-
BV Participações S.A. ⁽¹¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.726)	(38.236)	-	-
Total					36.683.684	32.948.242	15.922.103	14.213.312	3.548.174	2.295.913	589.741	1.839.597	1.959.723

(1) Embora os direitos de voto real e potencial detidos nessas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.

(2) Investimento alienado em dezembro/2013.

(3) Investimento no Banco Bladex S.A. foi reclassificado em conformidade com a IAS 39.

(4) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,68%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 693.836 mil.

(5) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 1.002.124 mil.

(6) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 33,13%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 291.702 mil.

(7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,68%.

(8) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 13,59%.

(9) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 44,16%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

(10) Investimento transferido para Elo Participações S.A. em virtude de reorganização societária na área de cartões em agosto/2013.

(11) Investimento incorporado pelo Banco Votorantim S.A. em virtude de reorganização societária em julho/2013.

b) Coligadas

Empresa	Localização		Descrição	Participação Estratégica ⁽¹⁾
	País de constituição	Sede		
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Brasil	São Paulo (SP)	Empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário.	Sim
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Brasil	São Paulo (SP)	Atua no ramo de securitização em operações imobiliárias.	Sim
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Empresa especializada na exploração do seguro de crédito à exportação.	Sim
Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Atua com a prestação de serviços de assessoria com fins de licitação.	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

Informações financeiras resumidas das coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2014				R\$ mil
	Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	
Ativos correntes	164.505	121.532	35.086	67.146	
Ativos não correntes	776.921	3.769	42.226	3.945	
Passivos correntes	267.363	50.231	3.321	53.821	
Passivos não correntes	321.752	-	-	14.513	
Receitas	1.227.758	18.352	7.371	17.370	
Lucro ou (prejuízo) do período	111.633	2.359	(4.031)	(5.977)	
Outros resultados abrangentes	-	17	-	-	
Resultado abrangente total	111.633	2.376	(4.031)	(5.977)	
Patrimônio líquido ajustado	352.311	75.070	73.991	2.757	
% de participação	13,53%	12,12%	11,11%	12,09%	
Saldo do investimento	47.668	9.099	8.221	333	

31.12.2013					R\$ mil
	Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	
Ativos correntes	144.446	179.530	80.571		69.377
Ativos não correntes	643.912	5.586	22.171		6.008
Passivos correntes	251.162	109.924	24.022		43.245
Passivos não correntes	270.868	-	-		6.051
Receitas	1.031.928	22.336	48.378		30.328
Lucro ou (prejuízo) do período	72.253	3.829	8.455		3.167
Outros resultados abrangentes	-	(44)	-		-
Resultado abrangente total	72.253	3.785	8.455		3.167
Patrimônio líquido ajustado	266.328	75.192	78.720		26.089
% de participação	13,53%	12,12%	11,11%		12,09%
Saldo do investimento	36.034	9.114	8.746		3.154

c) Joint Ventures

Empresa	Localização		Descrição	Participação Estratégica ⁽¹⁾
	País de constituição	Sede		
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Sim
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Sim
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	Sim
Neoenergia S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Holding de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	Não
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Sim
CBSS – Alelo	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões-benefício e cartões pré-pago.	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Sim
Kepler Weber S.A.	Brasil	Porto Alegre (RS)	Atua na indústria e comércio de produtos e matérias-primas relacionadas a metalurgia, comércio exterior e comércio de produtos destinados a agroindústria.	Não
Elo Participações S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Sim
IRB-Brasil Resseguros S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Tem por objetivo exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

Informações financeiras resumidas das *joint ventures* não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2014							R\$ mil
	Banco Votorantim S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Cielo S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais Joint Ventures	
Ativos correntes	48.594.345	6.051.158	16.267.869	9.283.397	104.704.775	957.615	19.225.110	
Caixa e equivalentes de caixa	190.243	150.137	43.796	342.193	22	166	9.731	
Outros ativos correntes	48.404.102	5.901.021	16.224.073	8.941.204	104.704.753	957.449	19.215.379	
Ativos não correntes	52.556.508	6.626.387	1.849.795	3.913.155	9.970.996	9.051.227	8.895.450	
Passivos correntes	56.992.898	6.232.641	9.563.401	9.386.940	11.939.708	460.949	21.496.146	
Passivos financeiros	50.741.575	-	5.838.069	-	-	344.117	106.395	
Outros passivos correntes	6.251.323	6.232.641	3.725.332	9.386.940	11.939.708	116.832	21.389.751	
Passivos não correntes	34.824.499	3.658.003	4.087.730	1.002.735	100.630.973	-	1.491.610	
Passivos financeiros	33.359.864	-	2.506.140	-	-	-	-	
Outros passivos não correntes	1.464.635	3.658.003	1.581.590	1.002.735	100.630.973	-	1.491.610	
Receitas	17.188.476	2.679.957	8.963.910	1.810.141	9.952.168	1.350.367	12.765.429	
Receita de juros	14.903.964	571.414	1.846.134	648.601	8.755.848	-	4.441.597	
Despesa de juros	(7.771.809)	-	(42.236)	-	-	-	-	
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(2.057.009)	-	-	-	-	-	-	
Depreciação e amortização	(35.423)	(10.013)	(342.547)	(67.407)	(12.583)	(4.407)	(44.133)	
Despesa de IR/CSLL	144.919	(686.046)	(1.560.148)	(182.230)	(643.949)	(41.846)	(1.014.673)	
Lucro ou (prejuízo) do período	518.777	1.298.175	3.063.778	265.604	985.985	549.102	1.236.859	
Outros resultados abrangentes	4.757	(1.399)	154	2.117	414	-	678	
Resultado abrangente total	523.534	1.296.776	3.063.932	267.721	986.399	549.102	1.237.537	
Patrimônio líquido ajustado	9.333.456	2.786.901	4.466.533	2.806.877	2.105.090	9.547.893	5.132.804	
% de participação	50,00%	74,99%	28,75%	50,00%	74,99%	11,99%	-	
Saldo do investimento ⁽¹⁾	4.666.728	2.089.897	1.284.320	1.403.438	1.578.712	1.144.516	1.590.760	
Ágio sobre investimentos	-	693.836	1.002.124	291.702	-	-	110.749	

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

R\$ mil							
31.12.2013							
	Banco Votorantim S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Cielo S.A	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Neoenergia S.A.	Demais Joint Ventures
Ativos correntes	59.925.181	5.279.451	10.835.184	8.852.925	76.464.034	1.317.889	17.552.180
Caixa e equivalentes de caixa	206.299	213.977	14.985	227.673	557	138	33.676
Outros ativos correntes	59.718.882	5.065.474	10.820.199	8.625.252	76.463.477	1.317.751	17.518.504
Ativos não correntes	48.306.651	5.046.721	2.717.419	3.002.503	9.129.040	8.269.205	6.867.202
Passivos correntes	65.015.507	5.259.949	6.615.110	8.451.219	8.884.070	65.565	18.776.228
Passivos financeiros	60.474.256	-	1.094.700	-	-	1.002	115.807
Outros passivos correntes	4.541.251	5.259.949	5.520.410	8.451.219	8.884.070	64.563	18.660.421
Passivos não correntes	34.287.816	2.732.731	3.614.742	867.170	75.111.385	103.116	1.279.062
Passivos financeiros	32.659.763	-	2.215.375	-	-	3.940	-
Outros passivos não correntes	1.628.053	2.732.731	1.399.367	867.170	75.111.385	99.176	1.279.062
Receitas	17.039.952	2.091.603	7.853.852	1.519.825	3.811.897	1.492.809	8.357.067
Receita de juros	13.014.594	461.278	1.220.647	577.444	2.824.389	145.121	1.079.216
Despesa de juros	(5.881.281)	-	(39.509)	-	-	(11.056)	-
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(3.869.248)	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(33.499)	(9.366)	(318.086)	(63.969)	(29.060)	(3.178)	(25.259)
Despesa de IR/CSLL	(3.869.248)	(358.976)	(1.412.583)	43.966	(376.996)	1.936	(578.886)
Lucro ou (prejuízo) do período	(356.002)	1.000.754	2.699.247	249.013	596.498	648.340	698.922
Outros resultados abrangentes	(39.026)	(11.747)	115	-	30	-	(2.474)
Resultado abrangente total	(395.028)	989.007	2.699.362	249.013	596.528	648.340	696.448
Patrimônio líquido ajustado	8.928.509	2.333.492	3.322.750	2.537.039	1.597.619	9.418.413	4.364.092
% de participação	50,00%	74,99%	28,68%	50,00%	74,99%	11,99%	-
Saldo do investimento ⁽¹⁾	4.464.254	1.749.886	952.099	1.268.519	1.198.134	1.128.995	1.295.966
Ágio sobre investimentos	-	693.836	1.002.124	291.702	-	-	110.749

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

d) Movimentação

	R\$ mil	
	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo inicial	14.213.312	13.880.354
Aquisição	-	550.241
Alienações	(5.588)	(270.373)
Equivalência patrimonial	3.548.174	2.295.913
Dividendos	(1.839.597)	(1.959.723)
Demais movimentações	5.802	(283.100)
Saldo final	15.922.103	14.213.312

e) Outras informações

O Banco aplica os requerimentos da IAS 39 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento em coligadas e *joint ventures*.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo sempre que a aplicação da IAS 39 indicar que o investimento tem problemas de recuperação.

De acordo com as análises efetuadas pelo Banco, não foi identificada nenhuma evidência objetiva de perda nos investimentos em coligadas e *joint ventures*.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco está exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e *joint ventures* apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e *joint ventures* nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e *joint ventures* não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

26 – IMOBILIZADO DE USO

R\$ mil								
	Terrenos	Edificações	Móveis e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Outros	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31.12.2012	213.287	4.842.774	1.636.457	2.270.125	4.779.799	11.444	578.787	14.332.673
Aquisições	1.056	294.269	208.669	489.485	342.248	2.182	78.395	1.416.304
Baixas	(788)	(12.658)	(87.786)	(19.197)	(504.268)	(998)	(40.474)	(666.169)
Outras movimentações ⁽¹⁾	(110)	(49.544)	1.167.148	39.381	(1.167.146)	-	(8.933)	(19.204)
Saldo em 31.12.2013	213.445	5.074.841	2.924.488	2.779.794	3.450.633	12.628	607.775	15.063.604
Aquisições	144	253.917	424.533	491.752	509.240	1.313	54.070	1.734.969
Baixas	(16.770)	(374.896)	(78.713)	(26.736)	(124.309)	(27)	(19.784)	(641.235)
Outras movimentações	(2.689)	(3.253)	(19.879)	-	19.870	-	(7.269)	(13.220)
Saldo em 31.12.2014	194.130	4.950.609	3.250.429	3.244.810	3.855.434	13.914	634.792	16.144.118
Depreciação acumulada								
Saldo em 31.12.2012	-	(2.537.278)	(856.805)	(1.265.783)	(3.219.344)	(7.326)	(357.781)	(8.244.317)
Despesa de depreciação	-	(155.426)	(158.744)	(117.275)	(410.414)	(1.037)	(36.924)	(879.820)
Baixas	-	13.638	78.084	16.655	501.234	1.194	28.010	638.815
Outras movimentações ⁽¹⁾	-	33.763	(738.196)	(28.001)	722.034	-	16.073	5.673
Saldo em 31.12.2013	-	(2.645.303)	(1.675.661)	(1.394.404)	(2.406.490)	(7.169)	(350.622)	(8.479.649)
Despesa de depreciação	-	(165.148)	(206.733)	(200.398)	(415.395)	(1.437)	(40.410)	(1.029.521)
Baixas	-	338.535	62.953	13.434	127.022	1.267	18.023	561.234
Outras movimentações	-	4.513	10.478	(9.335)	(10.566)	28	(185)	(5.067)
Saldo em 31.12.2014	-	(2.467.403)	(1.808.963)	(1.590.703)	(2.705.429)	(7.311)	(373.194)	(8.953.003)
Perda por imparidade								
Saldo em 31.12.2012	-	(4.408)	-	-	(960)	-	-	(5.368)
Perdas	-	(4.042)	-	-	-	-	-	(4.042)
Reversões	-	845	-	-	-	-	-	845
Saldo em 31.12.2013	-	(7.605)	-	-	(960)	-	-	(8.565)
Perdas	-	(5.999)	-	-	-	-	-	(5.999)
Reversões	-	2.367	-	-	960	-	-	3.327
Saldo em 31.12.2014	-	(11.237)	-	-	-	-	-	(11.237)
Valor contábil								
Saldo em 31.12.2013	213.445	2.421.933	1.248.827	1.385.390	1.043.183	5.459	257.153	6.575.390
Saldo em 31.12.2014	194.130	2.471.969	1.441.466	1.654.107	1.150.005	6.603	261.598	7.179.878

(1) Reclassificação de aproximadamente 45,4 mil terminais de autoatendimento do grupamento Equipamentos de processamento de dados para o grupamento Móveis e Equipamentos no montante de R\$ 1.167.146 mil.

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 210.315 mil (R\$ 225.948 mil em 31.12.2013).

Os valores das perdas e reversões de perdas por imparidade são registrados em Outras despesas e Outras receitas na Demonstração do Resultado Consolidado, respectivamente.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k.

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

							R\$ mil
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Valores a pagar	1.237.725	882.880	727.849	566.189	338.051	893.208	4.645.902

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais no exercício foram de R\$ 1.134.261 mil (R\$ 979.233 mil no exercício de 2013). O Banco do Brasil não mantém contratos de subarrendamento.

27 – ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Ágio por segmento operacional e por unidade geradora de caixa

Segmento Operacional / Unidade Geradora de Caixa	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Bancário		
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	591.582	591.582
BB Americas ⁽¹⁾	38.719	34.147
Total	630.301	625.729

(1) O ágio originado pela aquisição da participação no exterior é convertido pela taxa de câmbio de fechamento na data das demonstrações contábeis.

Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

BB Américas

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios da empresa avaliada. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa BB Américas foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Banco Nossa Caixa

O teste de valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2014 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2015 e projeções internas de resultado a partir de 2016, por cinco anos.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo custo de capital próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

As taxas de descontos utilizadas para o teste de valor recuperável dos ágios do BB Américas e Banco Nossa Caixa são determinadas pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM, referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia é composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice EMBI + BR¹, como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta do Banco do Brasil, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa excederem os seus respectivos valores recuperáveis.

¹ Emerging Market Bond Index Plus – Brasil – correspondente à média ponderada dos prêmios pagos por uma carteira virtual de títulos da dívida externa brasileira em relação a papéis de prazo equivalente do Tesouro dos Estados Unidos. É a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, considerados de risco zero.

Nos exercícios de 2014 e 2013, não houve registro de perda por imparidade sobre os ágios.

Premissas utilizadas no teste de valor recuperável

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de crescimento	Taxa de desconto
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,5 % a.a.	12,3 % a.a.
BB Américas ⁽²⁾	2,0 % a.a.	9,44 % a.a.

(1) Média geométrica dos cinco anos de projeção

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção

b) Movimentação do ágio

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Valor bruto do ágio no início do ano	625.729	621.368
Perda por imparidade acumulada no início do ano	-	-
Saldo contábil do ágio no início do ano	625.729	621.368
Ágio reconhecido exercício	-	-
Valor bruto do ágio ao final do ano	625.729	621.368
Variação cambial	4.572	4.361
Perda por imparidade acumulada ao final do ano	-	-
Saldo contábil do ágio ao final do ano	630.301	625.729

c) Ativos intangíveis de vida útil definida

	R\$ mil					
	Software	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 31.12.2012	1.693.962	9.266.042	3.205.369	3.733.520	191.562	18.090.455
Gerados internamente	76.705	-	-	-	-	76.705
Aquisições	228.259	1.044.273	-	-	-	1.272.532
Baixas	(19.966)	(1.539.950)	-	(2.310)	(143)	(1.562.369)
Variação cambial	-	-	(46.107)	(3.445)	(1.511)	(51.063)
Saldo em 31.12.2013	1.978.960	8.770.365	3.159.262	3.727.765	189.908	17.826.260
Saldo em 31.12.2013	1.978.960	8.770.365	3.159.262	3.727.765	189.908	17.826.260
Gerados internamente	194.789	-	-	-	-	194.789
Aquisições	317.130	3.980.931	15	-	64	4.298.140
Baixas	(28.607)	(2.282.927)	(15)	(2.826.208)	(43)	(5.137.801)
Variação cambial	-	-	(26.762)	(1.159)	(1.292)	(29.213)
Saldo em 31.12.2014	2.462.272	10.468.369	3.132.500	900.398	188.636	17.152.174
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2012	(917.838)	(3.891.525)	(1.213.597)	(646.662)	(123.746)	(6.793.368)
Amortizações	(99.631)	(1.882.319)	(365.093)	(433.812)	(39.513)	(2.820.368)
Baixas	17.998	1.539.950	61	-	-	1.558.009
Saldo em 31.12.2013	(999.471)	(4.233.894)	(1.578.629)	(1.080.474)	(163.259)	(8.055.727)
Saldo em 31.12.2013	(999.471)	(4.233.894)	(1.578.629)	(1.080.474)	(163.259)	(8.055.727)
Amortizações	(134.479)	(1.874.561)	(363.491)	(614.655)	(21.249)	(3.008.435)
Baixas	22.240	2.282.927	15	960.842	43	3.266.068
Saldo em 31.12.2014	(1.111.709)	(3.825.528)	(1.942.106)	(734.286)	(184.465)	(7.798.094)
Perda por imparidade						
Saldo em 31.12.2012	-	(49.788)	-	-	-	(49.788)
Reversões ⁽³⁾	-	48	-	-	-	48
Saldo em 31.12.2013	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Saldo em 31.12.2013	-	(49.740)	-	-	-	(49.740)
Perdas	(2.378)	-	-	-	-	(2.378)
Saldo em 31.12.2014	(2.378)	(49.740)	-	-	-	(52.117)
Valor contábil						
Saldo em 31.12.2013	979.489	4.486.731	1.580.633	2.647.291	26.649	9.720.793
Saldo em 31.12.2014	1.348.185	6.593.102	1.190.394	166.111	4.171	9.301.963

(1) Em 2013, incluía o direito de utilização da rede Banco Postal para serviços de correspondente bancário no valor de R\$ 2.823.857 mil, adquirido no 2º semestre de 2011.

(2) Inclui, principalmente, as marcas adquiridas em combinações de negócios.

(3) Houve reversão de perda por imparidade durante o exercício de 2013 decorrente, principalmente, da rescisão de contratos de folhas de pagamento de prefeituras.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com as políticas estabelecidas na Nota 3.I.

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	R\$ mil					
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Valores a amortizar	2.400.628	2.156.489	1.632.655	1.420.051	796.008	896.132
						9.301.963

28 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
Outros ativos	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	23.251.633	18.262.402
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional	14.510.352	9.115.604
Superávit Previ – Fundos Previdenciais (Nota 45.f)	8.274.132	7.966.278
Devedores diversos no país	6.478.045	3.797.274
Títulos e créditos a receber	6.396.973	6.479.217
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	6.233.307	15.544.218
Rendas a receber	3.770.662	2.341.220
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	2.296.993	2.140.264
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.226.441	1.116.919
Negociação e intermediação de valores	1.144.825	1.169.336
Impostos pagos antecipadamente	520.267	785.162
Despesas pagas antecipadamente	404.321	552.031
Adiantamentos a empregados	276.989	282.030
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	205.452	198.676
Relações interfinanceiras/interdependências	13.152	32.865
Outros	1.609.399	2.201.544
Total	76.612.943	71.985.040

	R\$ mil	
Outros passivos	31.12.2014	31.12.2013
Credores diversos no país	15.073.912	12.168.320
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	13.522.786	13.008.908
Obrigações com bandeiras de cartão de crédito	8.751.896	7.772.138
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 45.e)	7.769.579	8.134.976
Recebimentos por conta de terceiros	5.607.815	5.082.482
Encargos e obrigações trabalhistas	4.139.008	4.028.581
Carteira de câmbio líquida	2.438.694	2.287.293
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	2.061.573	2.161.357
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	1.430.099	419.129
Depósitos vinculados a garantias	1.264.972	1.060.628
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.229.682	1.148.815
Impostos	1.058.967	667.011
Credores diversos no exterior	1.019.239	833.605
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	425.282	418.823
Obrigações por negociação e intermediação de valores	288.808	792.572
Provisão para perdas sobre garantias prestadas	193.877	145.678
Outros	5.028.609	4.389.658
Total	71.304.798	64.519.974

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

29 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Brasil	405.708.939	431.459.971
Depósitos à vista	65.882.249	69.689.987
Sem remuneração	65.476.959	68.594.720
Com remuneração ⁽¹⁾	405.290	1.095.267
Depósitos a prazo	191.127.800	221.041.877
Depósitos de poupança	148.698.890	140.728.107
Exterior	32.112.814	29.965.438
Depósitos à vista	8.342.105	6.072.436
Sem remuneração	8.342.105	6.072.436
Depósitos a prazo	23.770.709	23.893.002
Total	437.821.753	461.425.409

(1) Referem-se a "Special Accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

30 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos de instituições financeiras	30.353.883	25.961.441
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação do Banco	321.366	207.616
Total	30.675.249	26.169.057

31 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Carteira própria	53.677.152	59.691.670
Títulos privados	48.255.571	34.060.889
Letras Financeiras do Tesouro	4.053.439	15.947.419
Letras do Tesouro Nacional	20.199	6.709.995
Outros títulos	1.347.943	2.973.367
Carteira de terceiros	240.243.282	164.225.469
Letras do Tesouro Nacional	120.936.659	64.763.743
Notas do Tesouro Nacional	86.307.443	8.939.530
Letras Financeiras do Tesouro	32.999.180	88.984.254
Outros títulos	-	1.537.942
Total	293.920.434	223.917.139

32 – OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações por empréstimos	20.214.696	15.134.816
Financiamentos à importação	106.889	54.747
Financiamentos à exportação	6.358	647
Total	20.327.943	15.190.210

Em 31.12.2014, a taxa média ponderada de juros aplicável às obrigações de curto prazo no exterior era de 1,56% a.a. (1,74% a.a. em 31.12.2013).

33 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações por repasses	89.157.344	84.834.637
Dívidas subordinadas	54.530.972	47.369.209
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	147.245.591	110.678.199
Fundos financeiros e de desenvolvimento	10.840.398	7.661.423
Bônus perpétuos	20.918.130	20.874.324
Debêntures	-	7.570
Outras	187.697	610.694
Total	322.880.132	272.036.056

a) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque: (i) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); (ii) Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau); (iii) Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop); (iv) Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e (v) Poupança Rural. Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações por repasses		
Do País – Instituições Oficiais	89.156.867	84.810.176
Do Exterior	477	24.461
Total	89.157.344	84.834.637

Do País – Instituições Oficiais

		R\$ mil	
Programas	Taxa de Atualização	31.12.2014	31.12.2013
Tesouro Nacional – Crédito Rural		284.612	473.365
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado) Pré 6,35% a.a.	158.098	332.048
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a.	87.435	85.372
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	37.723	54.590
Outros		1.356	1.355
BNDES ⁽¹⁾	Pré 0,00% a.a. 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 0,50% a.a. a 6,83% a.a.	43.250.644	42.685.432
Caixa Econômica Federal ⁽²⁾	Pré 5,10% a.a. (média)	12.359.686	4.219.810
Finame ⁽³⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var.Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	32.398.036	27.528.447
Outras instituições oficiais		863.889	9.903.122
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	-	9.028.770
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. ou 6,75% a.a.(se aplicado)	863.861	874.324
Outros		28	28
Total		89.156.867	84.810.176

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 47 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 344 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 43 meses.

Notas:

TMS – Taxa Média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR – Taxa Referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

IGP-M – Índice Geral de Preços – Mercado

Do Exterior

		R\$ mil	
		31.12.2014	31.12.2013
Recursos livres – Resolução CMN nº 3.844/2010		-	23.984
Fundo especial de apoio às pequenas e médias empresas industriais		477	477
Total		477	24.461

b) Dívidas subordinadas

						R\$ mil	
Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013	
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					20.467.309	18.529.802	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					19.898.074	17.925.347	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					563.304	591.651	
Encargos a capitalizar					5.931	12.804	
CDBs subordinados emitidos no país					4.110.613	5.137.043	
	900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	-	1.468.869	
	1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.461.107	2.187.159	
	1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.649.506	1.481.015	
Dívidas subordinadas no exterior					7.861.671	7.644.863	
US\$ mil	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	-	710.925	
US\$ mil	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.787.935	1.584.030	
US\$ mil	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	4.045.769	3.563.218	
US\$ mil	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	2.027.967	1.786.690	
Letras financeiras subordinadas					22.101.905	16.057.992	
	1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.618.598	1.448.056	
	1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.478.868	1.319.658	
	335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	489.988	437.238	
	13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	19.536	17.433	
	700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	962.833	859.178	
	512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	657.343	586.275	
	215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	275.968	246.006	
	115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	147.720	131.614	
	35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	47.073	41.892	
	49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	63.375	56.523	
	690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	880.550	786.372	
	300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	396	353	
	873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	1.153.646	1.027.447	
	52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	67.048	59.799	
	308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	395.001	352.613	
	184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	236.829	211.397	
	12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	15.358	13.697	
	7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	9.497	8.464	
	100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	132.244	117.746	
	20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	26.485	23.558	
	500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	663.389	590.094	
	315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	418.195	371.773	
	100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	127.122	113.379	
	10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	12.962	11.561	
	27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	35.299	31.476	
	40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	51.884	46.275	
	17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	22.804	20.317	
	22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	28.221	25.170	
	1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.251.347	1.133.034	
	4.680.900	111,00% do CDI	01/2013	01/2019	5.694.568	5.681.470	
	266.400	111,00% do CDI	02/2013	02/2019 ⁽³⁾	-	288.124	
	1.000.000	114,00% do CDI	03/2014	03/2021	1.095.127	-	
	265.091	115,00% do CDI	04/2014	04/2021	288.116	-	
	71.674	113,00% do CDI	05/2014	05/2021	77.577	-	
	400.000	IPCA+8,08%	05/2014	05/2022	431.255	-	
	52.000	112,00% do CDI	05/2014	05/2020	55.967	-	
	3.037	114,00% do CDI	05/2014	04/2020	3.288	-	
	78.386	114,00% do CDI	05/2014	05/2020	84.532	-	
	64.000	114,00% do CDI	05/2014	05/2021	68.792	-	
	703.341	115,00% do CDI	05/2014	05/2021	758.757	-	
	30.100	112,00% do CDI	06/2014	06/2020	32.215	-	
	50.000	114,00% do CDI	06/2014	06/2021	53.429	-	
	119.700	115,00% do CDI	06/2014	06/2021	128.514	-	
	12.000	113,00% do CDI	08/2014	08/2021	12.606	-	
	15.600	112,00% do CDI	08/2014	08/2020	16.350	-	
	261.500	114,00% do CDI	08/2014	08/2020	274.042	-	
	14.700	115,00% do CDI	08/2014	08/2021	15.402	-	
	30.000	113,00% do CDI	09/2014	09/2021	31.104	-	
	100.000	114,00% do CDI	09/2014	09/2020	103.249	-	
	1.500.000	115,00% do CDI	09/2014	09/2021	1.548.444	-	
	37.880	115,00% do CDI	10/2014	10/2021	38.992	-	
Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(10.526)	(491)	
Total das dívidas subordinadas ⁽⁴⁾					54.530.972	47.369.209	

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extra mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operação liquidada antecipadamente.

(4) O montante de R\$ 37.065.165 mil (R\$ 32.747.645 mil em 31.12.2013) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil.

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

c) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

						R\$ mil		
Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013	
Programa "Global Medium-Term Notes"						11.031.350	9.771.502	
	US\$	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	-	237.271	
	US\$	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	2.572.930	2.268.011	
	US\$	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.358.763	1.197.145	
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	3.284.535	2.515.367	
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	551.404	553.411	
	EUR	700.000	3,75%	07/2013	07/2018	2.519.088	2.280.146	
		300.000		03/2014				
	CHF	275.000	2,50%	12/2013	06/2019	744.630	720.151	
"Senior Notes"						6.452.265	5.682.804	
	US\$	500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.346.214	1.185.458	
	US\$	1.925.000	3,88%	10/2012	10/2022	5.106.051	4.497.346	
Notas Estruturadas	US\$	53.850	0,90 a 3,55%		06/2021	143.540	302.680	
Certificado de Depósito ⁽¹⁾						9.291.680	10.325.498	
Curto Prazo ⁽²⁾			0,06 a 4,54%			8.797.314	7.071.906	
Longo Prazo			1,61 a 4,54%		06/2017	494.366	3.253.592	
Certificado de Operações Estruturadas					02/2015	2.384	-	
Letras de Crédito Imobiliário					12/2016	14.155.946	3.390.290	
Letras de Crédito do Agronegócio						102.325.298	77.887.575	
Curto Prazo ⁽²⁾						21.576.941	12.932.745	
Longo Prazo ⁽³⁾						12/2019	80.748.357	
Letras Financeiras						2.546.806	2.287.233	
Curto Prazo ⁽²⁾						2.506.321	-	
Longo Prazo						104,00% a 106,50% do CDI	01/2017	40.485
Banco Patagonia ⁽⁴⁾						ARS	395.309	
Curto Prazo ⁽²⁾						308.060	641.635	
Longo Prazo						03/2016	87.249	
Entidades de Propósitos Específicos no Exterior (EPE) ⁽⁵⁾						968.025	475.461	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior								
	US\$	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	-	58.571	
	US\$	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	223.591	253.526	
	US\$	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	79.402	163.364	
Notas Estruturadas	US\$	250.000	Libor 6m+2,5%	12/2014	11/2034	665.032	-	
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(67.012)	(86.479)	
Total						147.245.591	110.678.199	

(1) Títulos emitidos no exterior em US\$, EUR, GBP, RMB e AUD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e/ou nacional com vencimento até 360 dias.

(3) Operações com prazo compreendido entre 12 meses até 72 meses.

(4) Títulos emitidos com taxas de 21,00% a.a. a 28,00% a.a. e Badlar+297ptos. a Badlar+450 pto.

(5) A estrutura das Entidades de Propósitos Específicos consolidadas pelo Banco é apresentada na Nota 5.

Notas:

Libor – Taxa interbancária do mercado de Londres.

Badlar – Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Marinha Mercante	5.813.891	4.351.838
Pasep	2.259.845	2.063.491
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	1.534.405	387.000
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	725.304	729.816
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	254.640	-
Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC	51.632	-
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	9.494	12.939
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	-	25.241
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera	-	21.995
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR / NPT	-	14.883
Outros	191.187	54.220
Total	10.840.398	7.661.423

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem como objetivo prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval do país. Os recursos recebidos são remunerados pela variação da Taxa Média Selic (TMS). A remuneração dos recursos aplicados em operações ativas é de 0,1% ou 0,5% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos de itens nacionais ou mais variação cambial (dólar americano) para financiamentos de itens importados. O risco de crédito das operações contratadas é do Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

O Programa de Formação do Servidor Público – PASEP é um programa governamental brasileiro que tem o objetivo de promover a distribuição de renda entre a população. Além disso, os recursos podem ser aplicados em favor do desenvolvimento econômico-social. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados com base na taxa de rentabilidade das aplicações realizadas no Banco Central do Brasil – Taxa extramercado (DEDIP). Quando aplicados em operações de crédito, a remuneração é a Taxa Referencial – TR adicionada a juros de 6% ao ano. O risco de crédito das operações contratadas é assumido integralmente pelo Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

Os Fundos do Governo do Estado de São Paulo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, através da geração de *funding* para operações de crédito ou repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados pelas taxas praticadas pelo Fundo de Investimento BB Nossa Caixa Renda Fixa Governos. À medida que são aplicados, os recursos passam a ser remunerados pelas taxas de juros praticadas pelas operações de crédito. O Banco administra o fundo na qualidade de agente financeiro do tesouro estadual. O risco de crédito das operações é integralmente assumido pelos Fundos. Se os recursos não são concedidos sob forma de empréstimos, o resgate é feito, aleatoriamente, mediante pedido formal do alocador, ou quando do seu encerramento. Caso sejam concedidos sob forma de empréstimos, o resgate é realizado no dia útil subsequente ao pagamento das parcelas realizados pelos mutuários.

e) Bônus perpétuos

					R\$ mil	
Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2014	31.12.2013
Bônus perpétuos						
	US\$	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	4.835.886	4.277.041
	US\$	1.500.000	8,50%	10/2009	4.037.923	3.558.392
	R\$	8.100.000 ⁽¹⁾	5,50%	09/2012	69.207	8.324.729
	US\$	2.000.000	6,25%	01/2013	5.355.519	4.720.277
	US\$	2.500.000	9,00%	06/2014	6.627.916	-
Total		13.350.000			20.926.451	20.880.439
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(8.321)	(6.115)
Total					20.918.130	20.874.324

(1) Os bônus emitidos em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, oriundos de Contrato de Mútuo com a União, até 27.08.2014, eram autorizados pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (Capital Complementar) e estavam sujeitos ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192/2013, portanto eram reconhecidos nesse grupamento. Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar esse instrumento elegível ao capital principal. Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido (Nota 36.c), permanecendo neste grupamento o saldo de juros a pagar existentes antes da reclassificação do instrumento.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 41 – Capital Regulatório e Limite de Imobilização.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 18.502.534 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 18.445.734 mil em 31.12.2013).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de US\$ 1.500.000 mil, tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de US\$ 1.000.000 mil e US\$ 750.000 mil, respectivamente, e o bônus emitido em janeiro de 2013, no valor de US\$ 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução n.º 4.192 de 01.03.2013, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

O bônus emitido em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os novos termos e condições alterados em 27 de setembro de 2013 e o bônus emitido em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de "absorção de perdas" (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, impedindo que a instituição se torne inviável;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção do Títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

f) Debêntures

					R\$ mil
Empresa	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
Ativos S.A.	CDI + 1,50%	03/2010	03/2014	-	7.570

g) Outras obrigações

			R\$ mil
			31.12.2014
			31.12.2013
Obrigações por empréstimos			162.084
Financiamentos à importação			25.613
Total			187.697
			610.694

h) Obrigações de longo prazo, por prazo de exigibilidade

								R\$ mil
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Sem vencimento	Total
Obrigações por repasses	33.760.702	13.477.249	9.680.776	6.826.275	5.267.968	20.144.373	-	89.157.344
Dívidas subordinadas	4.110.613	1.618.598	2.951.225	6.248.995	26.427.319	13.174.222	-	54.530.972
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	50.483.690	3.371.784	1.881.065	2.742.679	81.492.987	7.273.386	-	147.245.591
Fundos financeiros e de desenvolvimento	6.629.365	842.207	842.207	842.207	842.207	842.207	-	10.840.398
Bônus perpétuos	368.814	-	-	-	-	-	20.549.316	20.918.130
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	31.283	31.283	31.283	31.283	31.283	31.283	-	187.697
Total	95.384.467	19.341.121	15.386.555	16.691.439	114.061.763	41.465.471	20.549.316	322.880.132

34 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**Ativos contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis consolidadas.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões para perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, tais como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades) e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas de autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Refis)

Em novembro de 2013, o Banco do Brasil e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento e Pagamento à Vista de Débitos Tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído por lei em 2013, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e à

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata lei de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras.

Os principais processos incluídos nesses programas referem-se aos questionamentos: (i) calcular e recolher o PIS/PASEP e Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta de lei de 1991, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida por lei de 1998; (ii) CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido deduzido da despesa de CSLL na base de cálculo respectiva, determinada por lei de 1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa e; (iii) IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre abonos pagos em dissídio coletivo alusivo ao período 1996/1997.

O resultado líquido resultante da adesão aos programas foi apurado conforme o quadro a seguir. O Banco do Brasil não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no Programa.

	R\$ mil
Resultado líquido – Refis	Exercício/2013
Banco do Brasil e Controladas	247.814
Outras despesas operacionais (Nota 12)	(37.196)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 35.b)	289.168
Parcela atribuível aos acionistas não controladores	(4.158)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	339.229
Banco Votorantim	214.700
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	52.596
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	71.933
Total	587.043

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em reclamações de clientes e usuários sobre indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários no período dos Planos Econômicos sobre aplicações financeiras e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, geralmente julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31.12.2014, o salário mínimo era R\$ 724.

O Banco é réu em processos exigindo o pagamento da diferença entre a taxa de inflação real e a taxa de inflação utilizada nas aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II) existentes nas décadas de 80 e 90.

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Movimentação das provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis

R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	2.857.960	2.377.072
Constituição	880.471	1.079.580
Reversão da provisão ⁽¹⁾	(1.114.143)	(108.328)
Baixa por pagamento	(888.951)	(799.200)
Ajuste combinação de negócios	28.982	28.982
Atualização monetária	306.248	279.854
Saldo final	2.070.567	2.857.960
Demandas fiscais		
Saldo inicial	221.746	164.471
Constituição	126.220	82.018
Reversão da provisão	(127.345)	(25.137)
Baixa por pagamento	(20.963)	(7.772)
Atualização monetária	6.857	8.166
Saldo final	206.515	221.746
Demandas cíveis		
Saldo inicial	4.406.835	3.801.617
Constituição ⁽²⁾	3.474.594	3.911.049
Reversão da provisão ⁽²⁾	(1.715.869)	(2.966.156)
Baixa por pagamento	(980.188)	(601.960)
Ajuste combinação de negócios	36.866	36.866
Atualização monetária	173.392	225.419
Saldo final	5.395.630	4.406.835
Total das demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	7.672.712	7.486.541

(1) Em 2014, a variação observada na reversão das demandas trabalhista foi proveniente da implantação de nova metodologia de apuração da provisão para demandas contingentes, que propiciou melhor adequação dos volumes provisionados ao risco estimado pelo Banco.

(2) Em 2014, as variações observadas no volume de constituição e reversão de provisões foram impactadas pela revisão da metodologia de apuração da provisão para demandas contingentes, que gerou reforço em determinados eventos de perda e reversão em outros. Em 2013, as variações observadas no volume das provisões para demandas cíveis foram provenientes de eventos extraordinários, tais como: (i) ajustes na metodologia de apuração das provisões; (ii) implementação de um novo sistema de controle e gestão de ações judiciais; e (iii) constituição de provisão extraordinária de R\$ 1.267 milhões relativa às ações de planos econômicos.

Fluxos estimados de saída de benefícios econômicos

R\$ mil			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.009.643	111.156	4.385.708
De 5 a 10 anos	60.846	72.087	986.696
Acima de 10 anos	78	23.272	23.226
Total	2.070.567	206.515	5.395.630

Dado o cenário de incertezas de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, os fluxos de saída de benefícios econômicos têm sido estimados com base nas melhores informações disponíveis.

b) Passivos contingentes

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que provavelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando a chance de vencer é igual à chance de perder, não havendo elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo.

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Demandas trabalhistas	167.371	123.365
Demandas fiscais ⁽¹⁾	10.840.767	8.439.618
Demandas cíveis	3.685.014	4.062.299
Total	14.693.152	12.625.282

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.462.448 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 220.474 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 67.636 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.392.894 mil.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos judiciais em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Demandas trabalhistas	3.981.305	3.235.045
Demandas fiscais	8.535.656	7.499.915
Demandas cíveis	10.734.672	7.527.442
Total	23.251.633	18.262.402

35 – IMPOSTO DE RENDA

a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração do Resultado Consolidado

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Impostos correntes			
Do exercício	(3.556.158)	(6.538.748)	(5.433.582)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.144)	7.231	(6.891)
Total	(3.557.302)	(6.531.517)	(5.440.473)
Impostos diferidos			
Variação da participação societária em controladas – BB Seguridade	-	3.859.369	-
Atualização de depósitos judiciais	(310.066)	(236.128)	(243.581)
Decorrente de ganhos atuariais	(634.216)	(228.196)	(516.887)
Ajustes de combinação de negócios	181.691	175.618	191.036
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	59.127	157.873	156.082
Ajustes decorrentes de provisão para perdas em empréstimos a clientes	(193.312)	(121.906)	515.052
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	(138.030)	(34.738)	(69.166)
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	521	374	(794)
Outros encargos diferidos	2.330.566	1.389.091	1.805.301
Total	1.296.281	4.961.357	1.837.043
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(2.261.021)	(1.570.160)	(3.603.430)

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.604.517	12.858.994	15.008.747
Despesa de IR (25%) e de CSLL (15%) pelas alíquotas legais	(6.241.807)	(5.143.598)	(6.003.499)
Encargos dos juros sobre o capital próprio	1.469.614	1.325.569	1.341.517
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	1.419.269	918.365	235.897
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	465.165	384.839	375.041
Resultado com conversão de investimentos no exterior	277.446	332.953	184.300
Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Nota 34)	-	289.168	-
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	349.292	322.544	263.314
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.261.021)	(1.570.160)	(3.603.430)
Alíquota efetiva	14,49%	12,21%	24,01%

c) IR e CSLL lançados contra o patrimônio líquido

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(2.261.021)	(1.570.160)	(3.603.430)
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	4.786.655	(752.881)	3.707.955
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado abrangente	2.525.634	(2.323.041)	104.525

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado**Passivos**

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	(504.917)	(4.161.973)
Ganho por compra vantajosa em aquisições	(917.729)	(917.729)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(373.935)	(605.783)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(78.900)	(138.161)
Atualização de depósitos judiciais	(88.924)	(88.924)
Outras diferenças temporárias	(492.668)	(241.428)
Total	(2.457.073)	(6.153.998)

Ativos

	R\$ mil			
	31.12.2013	Constituições	Baixas	31.12.2014
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	10.824.662	7.405.223	(5.457.831)	12.772.054
Provisão com plano de benefícios pós-emprego	3.253.990	729.630	(875.788)	3.107.832
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	2.994.617	671.472	(597.004)	3.069.085
Contribuição social a compensar	1.458.907	182.337	(364.674)	1.276.570
Combinação de negócios	1.119.451	259.005	-	1.378.456
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	871.561	3.571.668	(3.642.803)	800.426
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	357.791	174	-	357.965
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	237.662	74.994	(81.642)	231.014
Outras provisões	835.819	309.749	(583.211)	562.357
Total	21.954.460	13.204.252	(11.602.953)	23.555.759

As agências do Banco do Brasil em Nova Iorque e Miami possuem créditos tributários não reconhecidos em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração, no montante de R\$ 731.169 mil, sendo R\$ 440.714 mil referente a prejuízos fiscais, R\$ 48.199 mil referente a diferenças temporárias e R\$ 242.256 mil referente a outros itens.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	R\$ mil
	Ativos fiscais diferidos
Em 2015	6.287.476
Em 2016	5.577.102
Em 2017	5.255.736
Em 2018	5.121.694
Em 2019	723.071
Em 2020	188.282
Em 2021	108.049
Em 2022	54.917
Em 2023	52.571
Em 2024	50.532
Em 2025	136.329
Total	23.555.759

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014.

No exercício de 2014, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 7.993.660 mil, correspondentes a 123,78% da projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2013.

36 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial por ação ordinária

	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	81.784.724	73.192.297
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	29,25	26,06
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	23,77	24,40

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2013), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal do Brasil é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013.

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após aditivação do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do

balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos.

Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de capital

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 5.602.650 mil (R\$ 5.597.900 mil em 31.12.2013) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações e ao aumento da participação societária no Banco Patagonia decorrente da oferta pública de aquisição obrigatória de ações.

e) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Reservas de lucros	26.625.511	19.972.166
Reserva legal	5.468.217	4.902.575
Reservas estatutárias	21.157.294	15.069.591
Margem operacional	16.946.706	10.802.484
Equalização de dividendos	4.210.588	4.267.107

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

g) Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Dividendos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
Juros sobre o capital próprio	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
2º Trimestre/2014				
Dividendos	216.417	0,077	19.08.2014	29.08.2014
Juros sobre o capital próprio	899.716	0,321	11.06.2014	30.06.2014
3º Trimestre/2014				
Dividendos	155.816	0,056	14.11.2014	28.11.2014
Juros sobre o capital próprio	941.310	0,337	11.09.2014	30.09.2014
4º Trimestre/2014				
Dividendos	251.260	0,090	19.02.2015	27.02.2015
Juros sobre o capital próprio	950.678	0,340	11.12.2014	30.12.2014
Total destinado aos acionistas no Exercício/2014	4.525.140	1,617		
Dividendos	851.104	0,304		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.674.036	1,313		
Lucro líquido do período ⁽²⁾	11.312.852			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2013				
Dividendos	279.429	0,098	21.05.2013	31.05.2013
Juros sobre o capital próprio	753.777	0,265	11.03.2013	28.03.2013
2º Trimestre/2013				
Dividendos	2.177.881	0,767	22.08.2013	30.08.2013
Juros sobre o capital próprio	802.241	0,283	11.06.2013	28.06.2013
3º Trimestre/2013				
Dividendos	187.733	0,067	21.11.2013	29.11.2013
Juros sobre o capital próprio	886.279	0,314	11.09.2013	30.09.2013
4º Trimestre/2013				
Dividendos	365.182	0,130	13.02.2014	24.02.2014
Juros sobre o capital próprio	871.626	0,310	11.12.2013	30.12.2013
Total destinado aos acionistas no Exercício/2013	6.324.148	2,234		
Dividendos	3.010.225	1,062		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.313.923	1,172		
Lucro líquido do período ⁽²⁾	15.810.371			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido do período apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados

antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado no resultado do período e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Resultados acumulados não apropriados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2014, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.469.614 mil (R\$ 1.325.569 mil no exercício de 2013).

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31.12.2014		31.12.2013	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.659.005.282	57,9	1.670.678.890	58,3
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167	3,0	98.145.267	3,4
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
FGO Fundo de Investimento em Ações	-	-	896.508	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	297.387.714	10,4	298.792.014	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar ⁽¹⁾	-	-	5.522.648	0,2
Ações em tesouraria ⁽²⁾	68.881.576	2,4	56.702.328	2,0
Outros acionistas	840.142.448	29,3	833.721.140	29,1
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Ligada ao acionista controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 31.12.2014, inclui 29.138 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (12.680 ações em 31.12.2013).

	Ações ON	
	31.12.2014	31.12.2013
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	10.007	7
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	112.867	99.908
Conselho Fiscal	1.176	-
Comitê de Auditoria	75	75

j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31.12.2013	2.865.417.020	56.702.328
Movimentação	-	12.179.248
Saldos em 31.12.2014	2.865.417.020	68.881.576

	31.12.2014		31.12.2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	833.621.216	29,1	848.930.393	29,6
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	10.777.100		7.518.300	
Alienação de ações pelo BNDESPar	5.522.648		-	
Alienação/(aquisição) de ações pela Previ	1.404.300		(1.268.700)	
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	896.508		8.570.300	
Alienação de ações pelo FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	-		6.360.290	
Aquisição de ações (programas de recompra)	(12.311.300)		(36.277.300)	
Aquisição de ações – pagamento baseado em ações	-		(224.981)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	109.093		12.914	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	840.019.565	29,3	833.621.216	29,1

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

k) Ações em tesouraria

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do Programa de 2012, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a este programa, 353.588 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 31.12.2014, foram adquiridas 5.461.900 ações, no montante de R\$ 142.769 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 24,80, R\$ 26,14 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 31.12.2014, o Banco possuía 68.881.576 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.621.507 mil, das quais 68.410.254 ações decorrentes dos programas de recompra, 471.290 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

l) Pagamento baseado em ações

Programa 2011

Em fevereiro de 2012, foram adquiridas 130.146 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria. Em 08.03.2012, foram transferidas 130.131 ações aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. A primeira e a segunda parcela anual foram desbloqueadas em 08.03.2013 e 10.03.2014, respectivamente. A terceira parcela, de 43.361 ações será desbloqueada em 09.03.2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2012

O Programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

O Banco do Brasil e a BB DTVM adquiriram 232.093 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação. O Banco adquiriu 212.301 ações, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014, e as demais diferidas para transferência futura, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	53.064	11.03.2015
Segunda parcela	53.064	10.03.2016
Terceira parcela	53.065	10.03.2017
Total	159.193	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 10.282 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva (3.170 ações no exercício de 2014). As demais, 9.510 ações, diferidas para transferência futura, em parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.588 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 23,31 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.812 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	70.694	11.03.2015
Segunda parcela	70.694	11.03.2016
Terceira parcela	70.694	13.03.2017
Quarta parcela	70.694	12.03.2018
Total	282.776	

A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil, ao custo médio de R\$ 23,83, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 4.918 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em 4 parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

37 – LUCRO POR AÇÃO

	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	11.853.096	10.438.066	11.245.922
Média ponderada das ações em circulação – básico e diluída	2.800.275.232	2.834.080.029	2.861.260.055
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)	4,23	3,68	3,93

O **lucro por ação básico** é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O **lucro por ação diluído** é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação, incluindo o efeito de todas as ações ordinárias potenciais diluíveis.

O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro líquido por ação básico e diluído são iguais.

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	13.337.180	13.337.180	11.386.337	11.386.337
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.224.237	63.224.237	90.682.209	90.682.209
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	57.808.321	56.801.142	65.119.694	63.649.951
Aplicações em operações compromissadas	263.325.089	263.286.130	183.390.984	183.334.231
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.441.262	12.441.262	18.991.047	18.991.047
Ativos financeiros disponíveis para venda	93.803.982	93.803.982	90.385.074	90.385.074
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	359.875	189.482	643.283	512.725
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	631.633.295	625.182.968	564.766.606	565.876.719
Passivo				
Depósitos de clientes	437.821.753	438.819.463	461.425.409	461.436.131
Valores a pagar a instituições financeiras	30.675.249	25.366.694	26.169.057	26.245.888
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.995.367	2.995.367	3.433.119	3.433.119
Obrigações por operações compromissadas	293.920.434	292.693.591	223.917.139	223.335.833
Obrigações de curto prazo	20.327.943	18.563.191	15.190.210	15.200.013
Obrigações de longo prazo	322.880.132	326.589.061	272.036.056	273.881.452

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios em bancos centrais equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para *swaps*, futuros e termo de moedas) e o modelo *Black-Scholes* (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos são estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. Os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto que o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O *spread* de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada chamado IPP. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira. Ele é baseado em informações de Nível 2, em especial taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes à operação.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Obrigações de curto prazo

As obrigações de curto prazo têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, utilizando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Obrigações de longo prazo

As obrigações de longo prazo têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou

que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos que possuímos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por *rating*. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, são utilizados os *spreads* desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o *rating* do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os *ratings*, as *durations* e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos *spreads* de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Crédito, e o preço mais baixo é utilizado.

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por *rating*), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso *spread* de crédito. Por conservadorismo, os preços obtidos por estes *spreads* são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.

No último período apresentado, não houve mudança entre os níveis informados no quadro de hierarquia de níveis.

				R\$ mil
	Saldo em 31.12.2014	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	106.245.244	55.771.111	50.474.133	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.441.262	9.153.265	3.287.997	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.947.947	9.153.265	1.794.682	-
Títulos públicos	10.410.219	8.929.939	1.480.280	-
Títulos privados	537.728	223.326	314.402	-
Derivativos	1.493.315	-	1.493.315	-
<i>Swaps</i>	846.297	-	846.297	-
Operações a termo	576.996	-	576.996	-
Opções	61	-	61	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	69.961	-	69.961	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	93.803.982	46.617.846	47.186.136	-
Títulos públicos	46.061.393	45.366.536	694.857	-
Títulos privados	47.742.589	1.251.310	46.491.279	-
Passivo	2.995.367	-	2.995.367	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.995.367	-	2.995.367	-
Instrumentos de dívida	345.183	-	345.183	-
Derivativos	2.650.184	-	2.650.184	-
<i>Swaps</i>	879.991	-	879.991	-
Operações a termo	136.005	-	136.005	-
Opções	1.407.944	-	1.407.944	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	226.244	-	226.244	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	945.459.722	-	945.459.722	-
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	56.801.142	-	56.801.142	-
Aplicações em operações compromissadas	263.286.130	-	263.286.130	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	189.482	-	189.482	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	625.182.968	-	625.182.968	-
Passivo	1.102.032.000	-	1.102.032.000	-
Depósitos de clientes	438.819.463	-	438.819.463	-
Valores a pagar a instituições financeiras	25.366.694	-	25.366.694	-
Obrigações por operações compromissadas	292.693.591	-	292.693.591	-
Obrigações de curto prazo	18.563.191	-	18.563.191	-
Obrigações de longo prazo	326.589.061	-	326.589.061	-

				R\$ mil
	Saldo em 31.12.2013	Distribuição por Nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço de forma recorrente				
Ativo	109.376.121	60.175.496	49.200.625	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.991.047	16.176.915	2.814.132	-
Instrumentos de dívida e patrimônio	18.006.368	16.176.915	1.829.453	-
Títulos públicos	16.514.763	16.029.372	485.391	-
Títulos privados	1.491.605	147.543	1.344.062	-
Derivativos	984.679	-	984.679	-
Swaps	692.410	-	692.410	-
Operações a termo	259.062	-	259.062	-
Opções	1.452	-	1.452	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	31.755	-	31.755	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.385.074	43.998.581	46.386.493	-
Títulos públicos	43.978.538	43.296.046	682.492	-
Títulos privados	46.406.536	702.535	45.704.001	-
Passivo	3.433.119	-	3.433.119	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.433.119	-	3.433.119	-
Instrumentos de dívida	342.150	-	342.150	-
Derivativos	3.090.969	-	3.090.969	-
Swaps	573.243	-	573.243	-
Operações a termo	148.000	-	148.000	-
Opções	2.274.673	-	2.274.673	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	95.053	-	95.053	-
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	813.373.626	217.582	813.156.044	-
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	63.649.951	-	63.649.951	-
Aplicações em operações compromissadas	183.334.231	-	183.334.231	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	512.725	217.582	295.143	-
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	565.876.719	-	565.876.719	-
Passivo	1.000.099.317	-	1.000.099.317	-
Depósitos de clientes	461.436.131	-	461.436.131	-
Valores a pagar a instituições financeiras	26.245.888	-	26.245.888	-
Obrigações por operações compromissadas	223.335.833	-	223.335.833	-
Obrigações de curto prazo	15.200.013	-	15.200.013	-
Obrigações de longo prazo	273.881.452	-	273.881.452	-

39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente as seguintes características: (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma *commodity* etc.); (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

a) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
	Valor de referência	Valor de referência
Contratos de futuros		
Compromissos de compra	3.867.780	3.598.210
Risco de moedas	2.820.606	3.304.942
Risco de taxa de juros	1.040.374	135.893
Outros riscos	6.800	157.375
Compromissos de venda	9.453.414	11.280.667
Risco de taxa de juros	8.952.722	8.323.242
Risco de moedas	403.338	417.955
Outros riscos	97.354	2.539.470

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica. Os contratos têm seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa para garantia das operações.

	R\$ mil			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de operações a termo				
Posição ativa	10.155.637	576.996	7.180.478	259.062
Risco de moedas	10.076.826	538.002	7.171.743	256.971
Risco de taxa de juros	22.497	22.497	-	-
Outros riscos	56.314	16.497	8.735	2.091
Posição passiva	5.333.561	(136.005)	5.180.123	(148.000)
Risco de moedas	5.292.794	(111.386)	5.164.438	(143.715)
Risco de taxa de juros	22.497	(22.497)	-	-
Outros riscos	18.270	(2.122)	15.685	(4.285)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em mercado de balcão.

	31.12.2014		31.12.2013	
	R\$ mil			
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de opções				
Posição comprada	36.297	61	215.487	1.452
Risco de moedas	36.297	61	215.487	1.452
Posição vendida	3.395.577	(1.407.944)	4.964.140	(2.274.673)
Risco de taxa de juros	3.094.436	(1.404.251)	4.689.648	(2.270.942)
Risco de moedas	54.447	(1.528)	216.568	(1.528)
Outros riscos	246.694	(2.165)	57.924	(2.203)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

	31.12.2014		31.12.2013	
	R\$ mil			
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de swap				
Posição ativa	7.487.677	846.297	31.734.234	692.410
Risco de moedas	6.422.397	787.259	9.041.608	568.255
Risco de taxa de juros	1.065.280	59.038	22.692.626	124.155
Posição passiva	11.032.438	(879.991)	9.090.616	(573.243)
Risco de moedas	10.356.380	(813.096)	7.332.448	(442.911)
Risco de taxa de juros	676.058	(66.895)	1.227.432	(125.117)
Outros riscos	-	-	530.736	(5.215)

Os contratos de swap são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os *swaps* de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos *swaps* de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

	31.12.2014		31.12.2013	
	R\$ mil			
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	2.442.456	69.961	3.383.410	31.755
Risco de moedas	2.442.456	69.961	3.383.410	31.755
Posição passiva	3.066.544	(226.244)	7.046.452	(95.053)
Risco de moedas	3.066.544	(226.244)	7.046.452	(95.053)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

b) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência – posição ativa	Vencimento em dias				R\$ mil	
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2014	31.12.2013
Contratos de futuros	737.187	2.828.056	291.932	10.605	3.867.780	3.598.210
Contratos de operações a termo	3.889.311	3.442.807	1.785.825	1.037.694	10.155.637	7.180.478
Contratos de opções	30.947	-	5.350	-	36.297	215.487
Contratos de swap	2.188.648	2.313.538	1.398.300	1.587.191	7.487.677	31.734.234
Outros contratos de derivativos	2.256.985	107.644	15.102	62.725	2.442.456	3.383.410

Valor de referência – posição passiva	Vencimento em dias				R\$ mil	
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2014	31.12.2013
Contratos de futuros	220.344	1.356.154	61.413	7.815.503	9.453.414	11.280.667
Contratos de operações a termo	2.949.713	1.515.220	642.274	226.354	5.333.561	5.180.123
Contratos de opções	100.030	2.418.442	780.008	97.097	3.395.577	4.964.140
Contratos de swap	990.030	1.632.262	3.750.430	4.659.716	11.032.438	9.090.616
Outros contratos de derivativos	1.011.238	714.661	1.277.525	63.119	3.066.544	7.046.452

c) Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor justo

As operações de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilidade das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. O principal objetivo da implementação de uma contabilidade de *hedge* consiste em registrar os ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto de *hedge* afetam o resultado contábil da entidade, de forma a reduzir a volatilidade do resultado contábil criada pelo registro dos derivativos ao valor justo.

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado. O Banco optou por utilizar o *hedge* de valor justo com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. O Banco do Brasil utiliza como instrumento de *hedge* um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap*) com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na IAS 39, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos de hedge de valor justo		
Ativo	345.853	343.552
Swap	345.853	343.552
Itens objeto de hedge de valor justo		
Passivo	345.183	342.150
Outros passivos	345.183	342.150

Para os exercícios de 2014 e 2013, foram reconhecidos ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objetos de *hedge*.

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(8.416)	-	-
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	8.282	-	-
Efeito líquido	(134)	-	-
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	5.143	46.230	34.794
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(5.986)	(43.537)	(36.253)
Efeito líquido	(843)	2.693	(1.459)

40 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Créditos contratados a liberar	150.309.018	149.933.684
Garantias prestadas	8.739.412	11.687.365
Créditos de exportação confirmados	2.450.185	2.177.818
Créditos abertos para importação	874.343	538.429

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil contratados, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Em atendimento à IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco do Brasil constituiu provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas em 31.12.2014 no valor de R\$ 193.877 mil (R\$ 145.678 mil em 31.12.2013).

41 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Gerenciamento de capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Bacen divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura a Unidade Contadoria e as Diretorias de Gestão de Riscos, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para

as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de ajustes prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2014, os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais passaram a ser deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras (não consolidadas) e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 8.100.000 mil, que compunha o Capital Complementar do Banco, foi autorizado pelo Bacen a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial.

De acordo com a Circular Bacen n.º 3.726/2014, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Financeiro até 31.12.2017. A partir de janeiro de 2015, a apuração também deve ser elaborada com base no Conglomerado Prudencial, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

	R\$ mil	
	Conglomerado financeiro	
	31.12.2014	31.12.2013
PR – Patrimônio de Referência	126.588.485	118.234.351
Nível I	89.538.218	85.500.897
Capital Principal (CP)	71.035.684	67.055.163
Patrimônio Líquido	70.675.464	70.537.211
Instrumentos elegíveis a capital principal	8.100.000	-
Ajustes prudenciais	(7.739.780)	(3.482.048)
Capital Complementar	18.502.534	18.445.734
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	16.132.770	8.489.750
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	2.369.764	9.955.984
Nível II	37.050.267	32.733.454
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	37.065.165	32.747.645
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 – Letras Financeiras	3.959.773	-
Dívidas subordinadas autorizadas segundo as normas anteriores à Res. CMN n.º 4.192/2013	33.105.392	32.747.645
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	20.467.309	18.529.802
Recursos captados no exterior ⁽³⁾	4.800.822	5.400.925
Recursos captados com CDB ⁽³⁾	1.292.346	1.453.889
Recursos captados com Letras Financeiras ⁽³⁾	6.544.915	7.363.029
Dedução do Nível II	(14.898)	(14.191)
Instrumentos de Captação emitidos por instituição financeira	(14.898)	(14.191)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	785.973.522	813.623.083
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	734.716.021	761.431.384
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	11.545.497	15.239.976
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	39.712.004	36.951.723
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	86.457.087	89.498.539
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	40.131.398	28.735.812
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,39%	10,51%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,04%	8,24%
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,11%	14,53%

(1) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Índice de imobilização e capital excedente

	Conglomerado financeiro	
	31.12.2014	31.12.2013
Índice de imobilização	22,18%	23,47%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização (R\$ mil)	35.212.663	31.362.914

Conforme definido pelo Banco Central do Brasil, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

42 – GESTÃO DE RISCOS

a) Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, entre outros. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a aplicação em todos os níveis do Banco.

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas Subsidiárias Integrais, é centralizada no Comitê de Risco Global (CRG), composto por membros do Conselho Diretor, tendo por finalidade principal estabelecer as estratégias para gestão de riscos, limites globais de exposição a riscos e níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos.

A Diretoria de Gestão de Riscos (DIRIS), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito proporcionando sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

A Unidade de Risco Operacional (URO), que também se reporta ao VICRI, é responsável pela gestão do risco operacional com o foco na redução de perdas, disseminação da cultura de risco operacional e aperfeiçoamento dos instrumentos e das ferramentas utilizadas para mitigação do risco.

A Diretoria de Controles Internos (DICOI) atua de forma independente como uma segunda camada de controle e validação dos riscos. Os riscos tratados no Pilar II demonstram a necessidade do Banco em manter volume de capital adequado a todos os riscos envolvidos no negócio. O Banco instituiu conceitos, categorias e atividades de gestão para os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental, em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN 3.988/11 e da Circular Bacen 3.547/11.

Adicionalmente, o BB atribuiu a responsabilidade pela gestão dos riscos do Pilar II à Diretoria de Gestão de Riscos, em conjunto com a Diretoria de Estratégia e Organização, no caso dos riscos de estratégia e de reputação, e com a Unidade Desenvolvimento Sustentável, para o risco socioambiental.

O Comitê de Administração (CA), em conjunto com o Comitê de Risco Global (CRG) e o Subcomitê de Risco Operacional foram definidos como a estrutura de governança para deliberar os assuntos relacionados a esses riscos.

O risco de taxa de juros do banking book segue a governança estabelecida para risco de mercado e o risco de concentração e o risco de crédito da contraparte seguem a governança estabelecida para o risco de crédito.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foram criados os Subcomitês de Risco de Crédito (SRC), de Risco de Mercado e de Liquidez (SRML) e de Risco Operacional (SRO), que decidem e/ou instrumentalizam o CRG, tendo poder decisório por delegação.

Dentre as competências do SRC, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco de crédito, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre a implementação de ações que viabilizem o gerenciamento da carteira de crédito;
- (iii) estabelecer indicadores de apuração do risco da carteira de crédito e respectivas metas, planos de contingência afetos à gestão do risco de crédito, entre outros; e
- (iv) encaminhar ao CRG propostas sobre os assuntos relacionados a risco de crédito.

Dentre as competências do SRML, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos para gestão de risco de mercado e de liquidez, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) definir limites específicos de exposição a risco de mercado;
- (iii) analisar e propor ao CRG os limites globais de exposição a risco de mercado;
- (iv) analisar e propor ao CRG a alocação de capital para cobertura do risco de mercado;
- (v) propor ao CRG a reserva mínima e os limites globais de risco de liquidez;
- (vi) propor ao CRG os planos de contingência de liquidez; e
- (vii) avaliar os resultados de *backtesting* e adotar, quando necessário, as medidas corretivas nos modelos de gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Dentre as competências do SRO, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco operacional, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre o estabelecimento de indicadores chave de risco e das faixas de tolerância, alerta e crítica para os respectivos indicadores;
- (iii) aprovar limites específicos de exposição ao risco operacional;
- (iv) aprovar planos de contingência afetos à gestão do risco operacional;
- (v) definir ações de mitigação para perdas e indicadores chave de risco situados nas faixas críticas;
- (vi) acompanhar e avaliar as medidas implementadas para gerenciamento do risco operacional associado aos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco; e
- (vii) propor limites globais de exposição ao risco operacional.

Os subcomitês reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quórum de instalação e a conveniência administrativa.

Quanto aos mecanismos de reporte dos níveis de exposição aos riscos à alta administração, destaca-se o painel de riscos, elaborado e reportado mensalmente aos subcomitês de riscos e ao CRG.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

- a) planejamento: fase de coleta, análise dos dados e elaboração de propostas;
- b) decisão: as propostas são apreciadas e deliberadas de forma colegiada, nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;
- c) execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas; e
- d) acompanhamento: verificação sobre o cumprimento das deliberações e reporte aos subcomitês/CRG.

c) Risco de mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de suas posições próprias.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de mensuração de riscos e processos de comunicação e informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo *Riskwatch* tem como principais objetivos:

- (i) consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- (ii) fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo *Riskwatch*, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), *duration*, *yield* etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo CRG, estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CRG estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: aplicados às carteiras de negociação e de não negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao risco de taxas de juros da carteira de não negociação (Parcela RBan) e aprovados pelo CRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR, estresse e volume financeiro.

Limites específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das carteiras de negociação e de não negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira de não negociação (fatores de risco da Parcela RBan) e aprovados pelo SRML. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse.

Limites operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidenciação do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A DIRIS reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das carteiras de negociação e não negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos comitês estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do relatório de gestão de riscos de mercado.

Em caso de extrapolação de limites, a DIRIS, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado "Ficha de Extrapolação de Limites". Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

A comunicação dos riscos incorridos pelo Banco para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias mensais dos Comitês e Subcomitês Estratégicos de Riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Teste de Estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos, para negociação, e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, títulos públicos, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco	Exposição	R\$ mil			
		31.12.2014		31.12.2013	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	4.893	(5.155)	(3.711)	3.789
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	(18)	18	(23)	23
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(782)	811	(924)	965
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(4.878)	4.891	(8.651)	9.108
Total		(785)	565	(13.309)	13.885

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação

Fatores de risco	Exposição	R\$ mil			
		31.12.2014		31.12.2013	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(5.006.342)	5.280.901	(4.074.557)	4.154.789
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	2.542.058	(2.591.922)	2.244.765	(2.285.274)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(676.513)	721.644	(891.688)	950.951
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	650.558	(645.603)	(131.537)	194.250
Total		(2.490.239)	2.765.020	(2.853.017)	3.014.716

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança uni caudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real *versus* dólar, real *versus* euro, real *versus* iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Processo de *backtesting*

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

O *backtesting* é realizado com periodicidade mensal, comparando-se as variações negativas ocorridas nas posições (perdas) com as estimativas do valor em risco (VaR).

Os modelos de *backtesting* utilizam métodos estatísticos de avaliação baseados em testes de hipóteses (Kupiec, Christoffersen e de Basileia), com nível de significância de 99%.

Todos os métodos consistem em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo modelo de VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo de *backtesting*, que preveem faixas de aceitação que dependem do tamanho da série.

Nos testes de Kupiec e Christoffersen, existe um limite inferior e um limite superior da faixa, rejeitando eventos quando estes estiverem fora da faixa e não rejeitando caso estejam dentro da faixa. O teste de Christoffersen também verifica se as extrapolações ocorreram de forma independente ao longo do tempo, situação de não rejeição.

Para o teste de Basileia (Traffic Lights), há uma faixa verde, abaixo de um número definido de extrapolações, em que o modelo está acurado; uma faixa amarela, entre dois valores de limite que coloca o modelo sob observação e uma faixa vermelha, acima de um número definido de extrapolações, em que o modelo é considerado não acurado.

A tabela abaixo relaciona as quatro vezes e os percentuais relacionados de extrapolação em relação ao VaR, de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Data	% em comparação ao VaR
03/02/2012	115,48%
27/05/2013	100,12%
29/05/2013	127,37%
20/08/2013	104,64%

O modelo de VaR se mostrou consistente, dado que os testes realizados indicaram que os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos e pelo nível de confiança (99%).

Resultados do VaR do Consolidado Financeiro

VaR mínimo, médio e máximo

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2014	1.837.711	2.556.596	3.332.013
Janeiro a dezembro / 2013	1.142.232	1.710.861	2.520.732

As tabelas abaixo reportam os valores de VaR mínimo, médio e máximo, desagregados por fator de risco – taxas de juros (taxa prefixada, cupom de índices de preços, cupom de taxas de juros, cupom de moedas estrangeiras), taxa de câmbio, preço de *commodities* e preço de ações – para os períodos de janeiro a dezembro de 2014 e de 2013.

2014	Trading Book			Banking Book						R\$ mil
	Taxa pré-fixada	Cupom de índices de preço	Ações	Taxa pré-fixada	Cupom de taxas de juros	Cupom de índices de preço	Cupom de moedas estrangeiras	Commodities	Variação cambial	
Máximo	30.596	1.476	811	3.852.044	2.802.860	267.125	1.611.853	39.469	200.873	
Médio	11.344	756	68	3.439.927	1.906.554	203.714	1.101.475	19.332	106.224	
Mínimo	2.933	443	-	2.751.085	1.099.477	126.808	788.862	2.681	25.227	

2013	Trading Book			Banking Book						R\$ mil
	Taxa pré-fixada	Cupom de índices de preço	Ações	Taxa pré-fixada	Cupom de taxas de juros	Cupom de índices de preço	Cupom de moedas estrangeiras	Commodities	Variação cambial	
Máximo	27.640	29.115	269	3.825.566	3.709.014	208.656	1.326.313	16.217	114.788	
Médio	21.224	12.321	119	3.105.477	2.420.335	167.651	1.036.708	6.833	58.172	
Mínimo	12.766	827	-	2.476.325	1.309.977	88.989	728.946	2.681	23.356	

Para os períodos reportados, não houve posições ou instrumentos financeiros não computados na apuração dos valores de VaR.

Grupo *trading*

Para efeito de gestão, o Banco do Brasil segrega as operações de *trading book* (carteira de negociação) das demais operações, estabelecendo estratégias e limites próprios. Os grupos a seguir demonstrados, *trading* internacional e *trading* doméstico, são subconjuntos da carteira de negociação.

VaR mínimo, médio e máximo do grupo *trading* internacional

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2014	1.143	3.727	11.640
Janeiro a dezembro / 2013	1.882	10.595	69.879

VaR mínimo, médio e máximo do grupo *trading* doméstico

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2014	72	1.335	20.864
Janeiro a dezembro / 2013	2	2.057	27.177

(iii) Teste de estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) testes retrospectivos;
- (ii) testes prospectivos; e
- (iii) testes de análise de sensibilidade.

Teste retrospectivo

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da Instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 04.01.2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros, são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2014	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	3.204.906	(453.034)
Moedas estrangeiras	2.674.793	(1.037.827)
Commodities	12.277	(66.196)
Ações	-	-
Total	5.891.976	

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2013	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	(758.755)
Moedas estrangeiras	407.463	(1.412.644)
Commodities	8.956	(5.231)
Ações	-	-
Total	4.626.720	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2014	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	3.204.906	505.017
Moedas estrangeiras	2.674.793	866.650
Commodities	12.277	3.632
Ações	-	-
Total	5.891.976	

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2013	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	742.888
Moedas estrangeiras	407.463	753.013
Commodities	8.956	4.114
Ações	-	-
Total	4.626.720	

Informamos que as premissas assumidas para os para os testes retrospectivos foram:

Para a pior perda, base 31.12.2014, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
- (ii) cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -8,12% na data de 01.08.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2014, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 16.10.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
- (ii) cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de 18,58% na data de 22.03.2002; e
- (iii) cotação do Dólar Americano (USD) na ordem de 7,58% na data de 06.10.2008.

Para a pior perda, base 31.12.2013, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 05.11.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;

- (ii) cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de 18,58% na data de 22.03.2002.

Para o maior ganho, base 31.12.2013, os valores mais relevantes resultaram dos choques históricos conforme segue:

- (i) curva corporativa prefixada de 16.10.2002 para instrumentos com vencimento entre 731 e 1832 dias úteis;
 (ii) cotação do Peso Argentino (ARS) na ordem de -10,29% na data de 26.03.2002.

Explicamos que a coluna "exposição líquida" é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado nas tabelas abaixo por fator de risco:

Detalhamento das exposições líquidas para o teste de estresse retrospectivo

Fator de Risco	R\$ mil	
	Exposição líquida	
	31.12.2014	31.12.2013
Moeda Estrangeira	2.674.793	407.463
CHF	51.350	47.053
CAD	2.367	1.965
EUR	699.489	675.104
GBP	50.902	(3.815)
JPY	(11.989)	(60.880)
USD	1.016.895	1.177.509
Outras moedas	865.779	(1.429.473)
Commodities	12.277	8.956
Boi gordo	-	680
Café	4.570	6.520
Milho	3.238	1.345
Soja	4.469	411
Taxas de juros	3.204.906	4.210.301
Prefixado	2.927.840	4.137.270
Cupom de índices de preço	32.841	30.527
Cupom de moeda estrangeira	244.225	42.504
Total	5.891.976	4.626.720

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima, estão: Títulos emitidos pelo governo brasileiro, Títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos.

Com relação aos resultados de piores perdas e maiores ganhos calculados pela metodologia retrospectiva, cabe explicar que se referem às perdas e ganhos calculados por simulação histórica. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco ativo ou passivo de acordo com as variações históricas, positivas ou negativas, nas curvas corporativas usadas no teste de estresse.

Dessa forma, no cenário de pior perda, são calculadas as piores perdas obtidas por simulação histórica para cada fator de risco, independente de sua exposição líquida ativa ou passiva, o mesmo ocorrendo para maiores ganhos. Sobre os resultados em cenário de estresse, há ainda o impacto de um *holding period* de 21 dias úteis, o que representa multiplicar a perda ou ganho diário por raiz de 21, conforme definido pela alta administração da instituição. A tabela abaixo apresenta as perdas e ganhos por fator de risco, calculadas por simulação histórica, com dados a partir de 1º de janeiro de 2000 e observando-se o *holding period* de 21 dias úteis.

Detalhamento das perdas e ganhos para o teste de estresse retrospectivo

Fator de Risco	R\$ mil			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Perda	Ganho	Perda	Ganho
Moeda Estrangeira	(1.037.827)	866.650	(1.412.644)	753.013
CHF	(21.150)	22.643	(19.380)	20.748
CAD	(1.130)	1.047	(938)	870
EUR	(239.595)	197.785	(231.243)	190.890
GBP	(19.291)	14.762	(1.106)	1.446
JPY	(6.136)	4.745	(31.160)	24.094
USD	(378.536)	353.203	(438.324)	408.989
Outras moedas	(382.618)	592.640	(1.472.005)	829.554
Commodities	(66.196)	3.632	(5.231)	4.114
Boi gordo	-	-	(680)	88
Café	(5.176)	2.301	(5.863)	4.113
Milho	(64.295)	919	(2.532)	1.146
Soja	(64.815)	1.695	(3.126)	80
Taxas de juros	(453.034)	505.017	(758.755)	742.888
Prefixado	(459.932)	520.959	(808.852)	879.088
Cupom de índices de preço	(13.803)	16.253	(17.200)	20.960
Cupom de moeda estrangeira	(135.538)	126.811	(191.532)	192.012

Analisando as tabelas apresentadas acima, temos que a apuração de ganhos e perdas em condições de estresse obtidas por modelo de simulação de cenários históricos das exposições ativas e passivas que compõem a exposição líquida podem gerar valores superiores à própria exposição líquida.

Teste prospectivo

O método do teste prospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor presente das exposições sujeitas aos fatores de riscos subjacentes à exigência de capital para cobertura de riscos de mercado, mediante a aplicação de choques nos fatores de riscos de mercado, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Diretoria de Estratégia e Organização (Direo) e pela Diretoria de Finanças (Difin), considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da Instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis. Seguem os resultados dos testes prospectivos de estresse da carteira de negociação, de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse, em 31.12.2014, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 18,02%; taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 2,00; e variação negativa de 2,75% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das *commodities*.

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2014	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	3.204.906	218.746
Moedas estrangeiras	2.674.793	(2.134.764)
Commodities	12.277	68.062
Total	5.891.976	

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse, em 31.12.2014, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 9,11%; taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 3,33; e variação positiva de 6,64% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das *commodities*.

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2014	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	3.204.906	(163.942)
Moedas estrangeiras	2.674.793	3.386.577
Commodities	12.277	8.635
Total	5.891.976	

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31.12.2013, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam: com base no julgamento da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, o Banco utilizou taxa média de juros anuais de 17,27% e taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 2,03;
- (ii) para os fatores de risco da parcela Pacs (ações): foi assumida variação negativa de 0,55% correspondente ao pior retorno diário da série histórica observada do Índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04.01.2000 até 31.12.2013, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja): foi assumida variação negativa de 0,97% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04.01.2000 até 31.12.2013, de acordo com metodologia vigente).

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2013	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	(17.676)
Moedas estrangeiras	407.463	(3.702)
Commodities	8.956	196
Total	4.626.720	

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31.12.2013, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam: com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, o Banco utilizou taxa média de juros anuais de 9,00% e taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 3,25;

- (ii) para os fatores de risco da parcela Pacs (ações): foi assumida variação positiva de 18,82% correspondente ao maior retorno diário da série histórica observada do Índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04.01.2000 até 31.12.2013, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja): assumida variação positiva de 5,80% do índice Commodity Research Bureau (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04.01.2000 até 31.12.2013, de acordo com metodologia vigente).

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2013	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.210.301	44.390
Moedas estrangeiras	407.463	8.217
Commodities	8.956	(1.045)
Total	4.626.720	

Para 31.12.2013, os cenários para CRB e IBOVESPA apresentarem-se muito estressados, tem-se que os cenários utilizados para os testes de estresse prospectivos são baseados em variáveis da conjuntura macroeconômicas.

O cenário de estresse de variação positiva no índice CRB é superior ao cenário de estresse de variação negativa pelo fato de que para o cenário de estresse de choque positivo do Índice CRB, foi assumido que as variações mensais para o índice CRB eram iguais às verificadas entre os meses de abril de 2009 e março de 2010, quando ocorreu a maior variação acumulada para um período de 12 meses desde maio de 1982 o que resultou em uma variação de 5,80%.

Já o cenário de estresse de choques de baixa para o mesmo índice, foi adotada a premissa de que o índice CRB volta para a média do indicador verificada entre 2002 e 2003, de aproximadamente 243, período que precedeu uma tendência altista para os preços de commodities, relacionada, por sua vez, ao elevado crescimento de várias economias emergentes, mas principalmente da China, bem como dos Estados Unidos, resultando, portanto, em uma variação de 0,91%, inferior ao choque positivo. Isto também pode ser explicado pelo fato de que, para o período de Dezembro de 2013 esta hipótese era de convergência relativamente suave para essa média, que ocorreria ao longo de um período de aproximadamente quatro anos.

Já para o índice IBOVESPA, temos que a sua projeção é estimada por meio do método de regressão de modelo log-log, cujas variáveis são o índice CRB, a taxa interna de câmbio, a diferença entre a taxa SELIC e os Fed Funds e o próprio IBOVESPA defasado. Pelo fato do índice CRB ser fator relevante nesta projeção, o IBOVESPA segue sua tendência de choques mais suaves.

A diferença entre os resultados dos testes retrospectivo e prospectivo pode ser explicada pelo fato de que, na metodologia prospectiva são adotados cenários específicos de baixa e de alta dos preços, taxas e indicadores, podendo apresentar ganhos ou perdas em função da exposição líquida de cada fator de risco. O resultado total do teste prospectivo é obtido pela soma dos resultados individuais de cada fator de risco. Por sua vez, na metodologia retrospectiva, são calculados piores perdas e maiores ganhos para cada fator de risco, baseados em cenários de variações históricas nas curvas corporativas.

Ou seja, na metodologia prospectiva, com cenários de queda de indicadores, podem-se obter perdas ou ganhos, o mesmo ocorrendo com o cenário de alta. Na metodologia retrospectiva, a métrica de piores perdas apresentam apenas perdas, e a métrica de maiores ganhos apresentam apenas ganhos.

Na sua gestão de risco de mercado a instituição utiliza-se da metodologia que apresente a pior perda nos cenários apresentados. Portanto, para o ano de 2013, os resultados dos testes retrospectivos foram considerados para determinar a necessidade de capital dos riscos de Pilar II. Para o ano de 2014, foi considerado, para o mesmo propósito, o resultado da metodologia prospectiva.

Exposição cambial e exposição ao ouro

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2014, é passiva no valor de US\$ 1.355.291 mil e, para o período de 31.12.2013, é passiva no valor de US\$ 1.466.068 mil.

Balanço em moedas estrangeiras e ouro

Moeda	Contas patrimoniais				R\$ mil
	31.12.2014		31.12.2013		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Dólar dos EUA	165.156.584	170.747.092	137.688.048	144.684.286	
Euro	14.252.632	14.859.234	17.324.518	16.724.629	
Libra Esterlina	164.802	1.181.768	2.442.766	1.273.969	
Iene	2.048.371	3.146.327	1.388.838	2.125.877	
Franco Suíço	10.340	929.426	13.602	986.402	
Dólar Canadense	7.724	5.806	4.964	2.004	
Ouro	20.129	-	17.346	-	
Demais moedas	12.351.561	11.940.373	10.644.929	12.567.222	
Total	194.012.143	202.810.026	169.525.011	178.364.389	
Posição líquida – contas patrimoniais		(8.797.883)		(8.839.378)	

Moeda	Derivativos				R\$ mil
	31.12.2014		31.12.2013		
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Dólar dos EUA	47.445.690	45.659.025	26.845.759	21.648.000	
Euro	5.123.988	4.756.443	4.029.682	4.787.820	
Libra Esterlina	831.866	194.277	1.024.842	2.468.934	
Iene	960.944	9.029	565.379	27.744	
Franco Suíço	1.055.592	93.505	1.027.333	5.003	
Dólar Canadense	-	285	-	269	
Demais moedas	589.674	97.230	917.743	68.002	
Total	56.007.754	50.809.794	34.410.738	29.005.772	
Posição líquida – derivativos	5.197.960		5.404.966		

Moeda	31.12.2014		31.12.2013		R\$ mil
	Posição líquida		Posição líquida		
Dólar dos EUA		(3.803.843)		(1.798.479)	
Euro		(239.057)		(158.249)	
Libra Esterlina		(379.377)		(275.296)	
Iene		(146.041)		(199.403)	
Franco Suíço		43.001		49.530	
Dólar Canadense		1.633		2.691	
Ouro		20.129		17.346	
Demais moedas		903.633		(1.072.551)	
Posição líquida total		(3.599.923)		(3.434.412)	

Resumo	R\$ mil			
	31.12.2014		31.12.2013	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	250.019.897	253.619.820	203.935.749	207.370.161
Posição líquida total		(3.599.923)		(3.434.412)
Posição líquida total – em US\$		(1.355.291)		(1.466.068)

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez: (i) Reserva de Liquidez (RL), (ii) Colchão de Liquidez e (iii) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL).

A RL é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações patrimoniais e fora do balanço e das condições de mercado. Esta metodologia é utilizada diariamente como parâmetro para identificação de estados de contingência e consequente acionamento do plano de contingência de liquidez.

O Colchão de Liquidez é o limite de nível prudencial de liquidez adotado no controle diário do risco de liquidez em cenários de estresse.

O Indicador DRL é utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual. Visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez em moeda nacional com recursos estáveis. O limite mínimo do DRL é definido anualmente pelo CRG e seu monitoramento ocorre com periodicidade mensal.

O plano de contingência de liquidez estabelece um conjunto de procedimentos, a fim de identificar, gerenciar e relatar situações de contingência de liquidez, permitindo a ativação de ações de contingência de liquidez de proteger a capacidade de pagamento da instituição.

Como um controle adicional, a capacidade de gerar liquidez, por meio das medidas de contingência de liquidez, previstos no plano de contingência, é testado mensalmente durante o teste de estresse de liquidez do potencial das medidas de contingência de liquidez, tendo em conta os efeitos de diferentes cenários sobre a liquidez da Instituição e sua capacidade de geração de recursos líquidos.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da Instituição. Enquanto os limites da Reserva de Liquidez e Colchão de Liquidez asseguram o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diários em condições normais de mercado e em cenários de estresse, respectivamente, o Indicador DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da Instituição, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento de plano

de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos de clientes, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida tendo os seus vencimentos para fins de gestão de riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos com participações relevantes são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros. Destaca-se entre outras captações comerciais as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio que tem disponibilidade diária para o poupador.

As captações realizadas por meio de operações compromissadas lastreadas em títulos e captações realizadas pela tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, outras captações comerciais e depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir. As demais captações são apresentadas pelo fluxo futuro nos seus respectivos intervalos de vencimento.

A elevação observada de cerca de R\$ 96 bilhões no volume total das captações entre dezembro de 2014 e dezembro 2013 deve-se, principalmente, ao bom desempenho da captação em depósitos judiciais, captações no mercado externo e emissão de letras de crédito do agronegócio contemplada em outras captações comerciais SMD.

Composição das captações

Passivo	31.12.2014						R\$ mil
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos ⁽¹⁾	Total	Part%
Depósitos a prazo fixo	1.253.075	285.044	278.314	4.685.989	-	6.502.422	0,6%
Captação de tesouraria	3.738.083	4.531.638	8.096.471	34.868.987	16.452.341	67.687.520	6,3%
Depósitos judiciais	114.849.798	-	-	-	-	114.849.798	10,7%
Captação no mercado externo	1.163.370	8.130.386	6.872.042	24.634.006	98.052.479	138.852.283	13,0%
Outras captações comerciais	9.346.393	8.481	40	19	-	9.354.933	0,9%
Depósitos Comerciais SMD	271.461.321	-	-	-	-	271.461.321	25,4%
Outras Captações Comerciais SMD	116.481.244	-	-	-	-	116.481.244	10,9%
Fundos e repasses	17.717.718	7.753.164	8.106.922	40.325.108	23.569.439	97.472.351	9,1%
Operações compromissadas	236.175.309	6.070.293	1.566.215	3.438.794	347	247.250.958	23,1%
Total	772.186.311	26.779.006	24.920.004	107.952.903	138.074.606	1.069.912.830	100,0%

(1) Inclui as captações com vencimento indefinido.

Passivo	31.12.2013						R\$ mil
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos ⁽¹⁾	Total	Part%
Depósitos a prazo fixo	323.966	437.189	1.103.626	3.406.118	-	5.270.899	0,5%
Captação de tesouraria	5.073.640	9.347.398	4.732.399	32.312.140	18.788.422	70.253.999	7,2%
Depósitos judiciais	101.668.711	-	-	-	-	101.668.711	10,4%
Captação no mercado externo	1.652.212	8.124.257	4.928.496	17.674.589	75.981.612	108.361.166	11,1%
Outras captações comerciais	12.728.225	1.185	347	274	-	12.730.031	1,3%
Depósitos Comerciais SMD	298.505.775	-	-	-	-	298.505.775	30,7%
Outras Captações Comerciais SMD	77.887.575	-	-	-	-	77.887.575	8,0%
Fundos e repasses	7.488.567	8.833.353	10.087.716	50.978.989	32.421.320	109.809.945	11,3%
Operações compromissadas	171.817.439	11.485.540	2.237.331	3.458.907	22.679	189.021.896	19,4%
Total	677.146.110	38.228.922	23.089.915	107.831.017	127.214.033	973.509.997	100,0%

(1) Inclui as captações com vencimento indefinido.

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente.

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco:

Contratos de garantias financeiras

Descrição	31.12.2014					R\$ mil
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Instituições Financeiras	867.884	75.733	143.761	1.986.446	3.073.824	
PF e PJ	3.086.938	1.931.110	6.898.494	1.602.950	13.519.492	
Cooperações em cessões de crédito	51	-	2	5.979	6.032	
Demais cooperações	1.235.497	-	-	-	1.235.497	
Total	5.190.370	2.006.843	7.042.257	3.595.375	17.834.845	

Descrição	31.12.2013					R\$ mil
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Instituições Financeiras	793.891	285.693	870.171	2.035.142	3.984.896	
PF e PJ	4.130.789	2.200.633	8.088.657	1.918.980	16.339.060	
Cooperações em cessões de crédito	447	-	8	60.503	60.958	
Demais cooperações	1.374.715	-	-	-	1.374.715	
Total	6.299.842	2.486.326	8.958.836	4.014.625	21.759.629	

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

O perfil de maturidade contratual do passivo com derivativos financeiros está apresentado na Nota 39.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco de Contraparte: possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- Risco País: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- Risco de Commitment: possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Risco de Intermediadora ou Conveniente: possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;
- Risco de Concentração: possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir os interesses dos acionistas.

Política de crédito

A política específica de crédito orienta o comportamento com relação ao crédito e se aplica a todos os negócios que envolvam risco de crédito no Banco do Brasil. É aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente. Esta Política compreende a assunção e gerenciamento do risco de crédito, a cobrança e recuperação do crédito e se aplica a todos os negócios que envolvam risco de crédito, inclusive aqueles realizados por conta e risco de terceiros, ressalvada, neste caso, a adoção de regra diferenciada decorrente de análise específica ou de orientações do alocador de recursos.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco do Brasil é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência do Banco e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

A gestão de cobrança estabelece a postura do Banco nos processos de cobrança em operações em curso anormal a partir do seu vencimento, em situações de infringência de qualquer obrigação contratual ou legal e em situações peculiares à atuação internacional, arbitragem ou legislação específica do país onde as dependências do Banco estejam localizadas.

Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionam a cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito, em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Para a vinculação em garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico-financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas no Banco, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente e aborda, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

A quantidade e a natureza das nossas operações, a diversidade e a complexidade de nossos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

O Banco utiliza informações fornecidas pelas diversas bases corporativas e considera, para a apuração do risco final de operações, natureza da operação, garantias, inadimplência, prazo, risco do cliente, limite de crédito, nível de endividamento, atrasos observados nos pagamentos das operações, bem como operações com riscos mais elevados, presentes no portfólio do cliente ou do grupo empresarial.

Os critérios de classificação do risco das operações no Banco do Brasil dividem-se, de acordo com as características das operações, conforme abaixo:

- (i) operações específicas: são assim consideradas as operações que possuam alguma característica que minimize o risco de crédito, tais como garantias ou produtos específicos;
- (ii) operações de clientes em situação de concordata, falência, recuperação judicial/extrajudicial ou similares constantes no Código Civil Brasileiro: esse tipo de situação é ponderada na classificação do risco das operações;
- (iii) operações de renegociação de dívidas: classificadas com base no risco final da operação renegociada; e
- (iv) demais operações: aquelas não enquadradas nas situações anteriores, subdividindo-se em dois subgrupos:
 - (a) clientes com endividamento igual ou inferior a R\$ 50 mil: classificação massificada em função do produto de crédito no qual a operação é contratada; e
 - (b) clientes com endividamento superior a R\$ 50 mil: ponderam-se aspectos relacionados ao devedor (limite de crédito e endividamento total) e aspectos da própria operação (natureza, finalidade, prazo e garantias) por meio de metodologia específica.

O quadro a seguir demonstra a classificação de risco utilizada pelo Banco ao se aplicar os critérios de apuração de risco, baseada em dados da operação (natureza, finalidade, garantias, prazos, risco do projeto) e do cliente (risco, limite de crédito e endividamento total) capturados diretamente dos sistemas operacionais.

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA	Baixo Risco	Operações classificadas em menores <i>ratings</i> , consideradas como de baixa probabilidade de <i>default</i> .
A		
B		
C		
D	Médio Risco	Operações classificadas em <i>ratings</i> médios. Normalmente são operações de clientes recentes ou com histórico de restrições, podendo também ser operações renegociadas ou classificadas por atraso ou arrasto ⁽¹⁾ .
E		
F	Alto Risco	Operações de <i>ratings</i> mais elevados, com alta probabilidade de <i>default</i> , podendo ser operações em atraso, sujeitas a arrasto ⁽¹⁾ ou renegociadas.
G		
H		

(1) Mecanismo de mudança automática do risco de uma operação causada pela existência, no portfólio do cliente ou grupo ao qual pertença, de operações com risco mais elevado.

A classificação constante na tabela, que varia de risco AA ao risco H, é uma analogia ao definido pela norma do Banco Central do Brasil, onde é estabelecido que a classificação de risco de operações de crédito deve ser realizada em ordem decrescente de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores. Pela tabela, quanto maior a classificação, maior é o risco da operação para a instituição financeira.

Exposição máxima ao risco de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários	13.337.180	11.386.337
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.224.237	90.682.209
Empréstimos a instituições financeiras	57.808.321	65.119.694
Aplicações em operações compromissadas	263.325.089	183.390.984
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.441.262	18.991.047
Ativos financeiros disponíveis para venda	93.803.982	90.385.074
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	359.875	643.283
Empréstimos a clientes	650.584.264	580.419.815
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	1.154.884.210	1.041.018.443
Itens não registrados no balanço patrimonial	162.372.958	164.337.296
Total da exposição a risco de crédito	1.317.257.168	1.205.355.739

Os ativos representativos de caixa e depósitos bancários e depósitos compulsórios em bancos centrais não apresentam risco de crédito relevante. As demais exposições são detalhadas a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente e são apresentados na Nota 17.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por *rating* interno e apresentam baixo risco de crédito.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são representados por títulos e valores mobiliários mantidos para negociação e por instrumentos financeiros derivativos, cujas variações em seus valores, negativas ou positivas, impactam o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos por títulos públicos, predominantemente emitidos pelo Governo Federal, e também por títulos privados. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são avaliados pelo valor justo e as variações impactam diretamente o patrimônio líquido.

Na composição do valor dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e dos disponíveis para venda já é considerado o risco de crédito da contraparte.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos, em sua maioria, por títulos públicos federais e não apresentam risco de crédito relevante.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado estão apresentados na Nota 40.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes estão classificados em:

- (i) não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável;
- (ii) vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável; e
- (iii) sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável.

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	608.939.585	545.031.533
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	11.668.732	11.211.977
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	29.975.947	24.176.305
Total de empréstimos a clientes	650.584.264	580.419.815
Perdas por redução ao valor recuperável	(18.950.969)	(15.653.209)
Total líquido	631.633.295	564.766.606

(1) Inclui o valor de empréstimos em atraso e de curso anormal

Empréstimos a Clientes – não vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
Nível de risco	31.12.2014	31.12.2013
Baixo risco	602.988.405	539.461.131
Médio risco	5.621.456	5.120.495
Alto risco	329.724	449.907
Total	608.939.585	545.031.533

Integram essa categoria os empréstimos a clientes em situação de normalidade e sem indícios de perda.

Os empréstimos classificados como "alto risco" não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade desses empréstimos. Em 31.12.2014, apenas 0,05% das exposições dessa categoria estão concentradas nos empréstimos a clientes considerados de alto risco.

Exposições classificadas como de médio e alto risco são justificadas, principalmente, por empréstimos a clientes que, apesar de terem operações de crédito ativas, possuem baixo perfil de tomada de crédito, perfil de tomada de crédito antigo ou limites de crédito inativos e, consequentemente, sem contratação de novas operações, porém com manutenção e pagamentos de parcelas das operações existentes.

De modo prudencial, o Banco do Brasil atribui níveis de risco mais conservadores às operações desses clientes em função da escassez de informações para sua análise.

Empréstimos a Clientes – vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
1 a 60 dias	11.382.160	10.814.547
61 a 90 dias	67.478	19.621
Acima de 90 dias	219.094	377.809
Total	11.668.732	11.211.977

Integra essa categoria o saldo total dos empréstimos a clientes vencidos sem indício de perda, ou vencidos com indício de perda que, conforme metodologia, não foi apurada perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos a clientes com prazo vencido por mais de 90 dias (normalmente relacionados ao agronegócio) classificados como "vencidos e não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável" são considerados como "sem perda por imparidade" pois as normas do CMN e BACEN permitem ao Banco garantir a seus clientes um prazo para regularização com novas condições de pagamento (por exemplo, pagamento de parcelas atrasadas e novos cronogramas de pagamento de acordo com condições específicas estabelecidas pelos gestores dos produtos). Se o cliente regularizar sua situação de acordo com os novos termos, o empréstimo é reclassificado para o status de não inadimplente. Do contrário, esses empréstimos devem ser reclassificados e a imparidade pode ser calculada.

Nível de risco	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Baixo risco	10.693.962	10.371.339
Médio risco	831.423	477.656
Alto risco	143.347	362.982
Total	11.668.732	11.211.977

Os empréstimos vencidos classificados como "alto risco" não estão sujeitos à perda por redução ao valor recuperável em função dos critérios adotados e a inexistência de evidências com problemas de recuperabilidade desses empréstimos. Em 31.12.2014, apenas 1,23% das exposições dessa categoria estão concentradas nos empréstimos a clientes considerados de alto risco e 7,13% com clientes considerados de médio risco.

Empréstimos a Clientes – sujeitos a perda por redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Avaliação coletiva	27.642.520	23.046.381
Avaliação individual	2.333.427	1.129.924
Total	29.975.947	24.176.305

Integram essa categoria os empréstimos a clientes com indício de perda e para os quais, segundo metodologia adotada, foi apurada perda por redução ao valor recuperável. Para empréstimos a clientes com valores significativos e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas. Para os demais empréstimos a clientes o Banco efetua análise massificada.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal, bem como os empréstimos em que for provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação às operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e consequente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual, são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- (i) situação das operações do cliente;
- (ii) compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil *versus* risco de terceiros);
- (iii) situação econômico-financeira do cliente;
- (iv) restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (política de crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em *bureaus* de crédito); e
- (v) garantias das operações.

Nível de risco	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Baixo risco	3.240.518	2.685.723
Médio risco	6.286.610	5.015.157
Alto risco	20.448.819	16.475.425
Total	29.975.947	24.176.305

Em 2014, os empréstimos a clientes sujeitos a perda por redução ao valor recuperável apresentou 68,22% das exposições classificados como "alto risco" e 20,97% classificadas como médio risco.

Ativos recebidos em garantia

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (Hortaliças, frutas, flores etc) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) operações do Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações - FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial - CCC, Cédulas de Crédito Industrial - CCI, Cédulas de Crédito à Exportação - CCE, Cédulas do Produtor Rural - CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil - Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam auto liquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Percentual de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de *swap*.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de *hedge* cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de aval utilizados como garantia pelo Banco, mitigando o risco de crédito das operações, possuem as seguintes características:

- (i) limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: investimento ou capital de giro;
- (ii) público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- (iii) existência ou não da apresentação de contragarantias;
- (iv) limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido do fundo (índice de alavancagem); e
- (v) limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (*stop loss*).

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

A tabela a seguir apresenta o valor das garantias sobre as quais o Banco tem direito, com relação aos empréstimos. O valor de garantias é considerado na metodologia de cálculo de perda por empréstimos.

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Valor das operações	10.587.000	7.476.000
Valor das garantias	6.601.154	11.747.164

Os valores das garantias apresentadas na tabela acima se referem às garantias reais, vinculadas ao Banco, por meio de instrumentos de crédito (cédula ou contrato), passíveis de serem executadas judicialmente, para realização dos créditos, até o limite do valor contratado ou arbitrado judicialmente no caso de judicialização da cobrança.

Em relação às garantias dos empréstimos analisadas pelo Banco do Brasil para definição das perdas dos clientes classificados como impairment relevante (tratadas de forma individualizada), são adotados os seguintes critérios:

- (i) consideradas todas as garantias registradas em sistema proprietário do Banco;
- (ii) consideradas como garantias reais os bens imóveis, títulos e direitos, operações no BB, rede externa, e os bens móveis (apenas máquinas, veículos e bens industriais com maior prazo de vida útil);
- (iii) excluídas as garantias com preço extremamente volátil, a exemplo de ações;
- (iv) excluídas as garantias de fácil deterioração, a exemplo de safras e animais, com avaliação realizada há mais de um ano da data de referência; e
- (v) excluídas as garantias constituídas por Nota promissória sem aval, Aval/Fiança GBB, Aval/Fiança empresa coligada, Aval/Fiança de sócio PF ou dirigente e carta de crédito stand by.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados para gerenciar a concentração das exposições, o acompanhamento dos limites setoriais e as exposições individuais e por grupo empresarial. Adicionalmente, o Banco desenvolveu e implementou sistemática de mensuração e acompanhamento da concentração do risco de crédito na carteira de pessoas jurídicas. O modelo, baseado no Índice de *Herfindahl*, avalia a concentração a partir do risco de crédito dos tomadores e considera a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito de pessoas jurídicas.

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na nota 22 – Empréstimos a Clientes.

Exposições por região geográfica

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil		
Mercado interno	598.468.370	530.747.984
Sudeste	329.146.537	292.604.749
Sul	109.057.574	99.393.550
Centro Oeste	72.221.459	61.478.728
Nordeste	62.070.669	54.475.165
Norte	25.972.131	22.795.792
Mercado externo	52.115.894	49.671.831
Total	650.584.264	580.419.815

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Os saldos relativos às operações renegociadas constam na Nota 22.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Imóveis	201.113	213.544
Máquinas e equipamentos	3.425	4.395
Veículos e afins	240	288
Outros	55	55
Total	204.833	218.282

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de Leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Com o objetivo de cumprir as estratégias e políticas definidas para risco operacional e atendendo aos requisitos regulatórios, as atividades referentes às fases de gestão, estão sintetizadas na tabela a seguir.

Fases do processo de gestão do risco operacional

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de risco operacional

A política de risco operacional, aprovada e revisada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, esperando-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN 3.380, a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos associados a cada instituição individualmente do Conglomerado Financeiro, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais empresas integrantes no Consolidado Econômico-Financeiro.

Monitoramento

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- (i) problemas trabalhistas;
- (ii) falhas nos negócios (planos econômicos, indenização cobrança e sucumbência, exclusão de cadastro restritivo, repetição de indébito e falhas em serviço);
- (iii) fraudes e roubos externos (roubos externos, fraude eletrônica externa, perdas com cartões e fraude documental);
- (iv) fraudes internas; e
- (v) falhas em sistemas.

O acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê de Risco Global e do Subcomitê de Risco Operacional. Em caso de extrapolações dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço são acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

43 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras, respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31.12.2014		31.12.2013	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	765.873	764.410	4.477.637	4.474.827
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.125.407	13.262.906	33.724.932	33.703.766
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	42.384.813	42.409.823	21.526.587	21.513.077
Total	57.276.094	56.437.139	59.729.156	59.691.670

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	R\$ mil			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação⁽¹⁾				
Ativos financeiros transferidos	321.251	313.899	207.612	206.281
Passivos financeiros associados	321.366	321.366	207.616	207.616
Posição líquida	(115)	(7.467)	(4)	(1.335)

(1) Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes" e "Valores a pagar a instituições financeiras", respectivamente.

Vendas com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Conglomerado.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como valores a pagar a instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

44 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos critérios de compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os Contratos Globais de Derivativos (CGD/ISDA) e os Contratos Globais de Operações Compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos, transacionadas pelo Banco em ambientes que não bolsa de valores, são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *Netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *Multiple Transaction Payment Netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *Set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte inocente (aquela que não está em default) opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (*netting of payments ou multiple transaction payment netting*) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (*set off*).

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2014	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil	
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	4.711.310	(3.833.770)	877.539	(4.957)	(195.723)	-	676.859	615.776	1.493.315
Aplicações em operações compromissadas	282.787	-	282.787	(24.366)	-	(257.185)	1.236	263.042.302	263.325.089
Total	4.994.096	(3.833.770)	1.160.326	(29.323)	(195.723)	(257.185)	655.683	263.658.078	264.818.404

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2014	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil	
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(4.318.225)	3.833.770	(484.455)	4.957	-	-	(479.498)	(2.165.729)	(2.650.184)
Obrigações por operações compromissadas	(1.598.740)	-	(1.598.740)	24.366	-	1.573.337	(1.037)	(292.321.694)	(293.920.434)
Total	(5.916.965)	3.833.770	(2.083.195)	29.323	-	1.573.337	(480.535)	(294.487.423)	(296.570.618)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis;

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2013	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados					
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos	Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
					Caixa	Títulos			
Derivativos	672.446	-	672.446	(20.301)	(4.553)	-	647.592	312.233	984.679
Aplicações em operações compromissadas	320.785	-	320.785	(164.017)	-	(154.336)	2.433	183.070.199	183.390.984
Total	993.231	-	993.231	(184.318)	(4.553)	(154.336)	650.025	183.382.432	184.375.663

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

R\$ mil									
31.12.2013	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Saldo contábil	
	Valores Brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impacto dos acordos de compensação	Garantias financeiras oferecidas		Valores líquidos		Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(612.596)	-	(612.596)	20.301	164.926	-	(427.369)	(2.478.373)	(3.090.969)
Obrigações por operações compromissadas	(4.466.131)	-	(4.466.131)	164.017	-	4.295.527	(6.587)	(219.451.008)	(223.917.139)
Total	(5.078.727)	-	(5.078.727)	184.318	164.926	4.295.527	(433.956)	(221.929.381)	(227.008.108)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis;

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

45 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2014			31.12.2013		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.096	104.823	219.919	115.509	104.071	219.580
Plano de Benefícios 1 – Previ	23.981	88.138	112.119	25.849	87.167	113.016
Plano Previ Futuro	74.284	777	75.061	72.584	660	73.244
Plano Informal	-	3.709	3.709	-	3.917	3.917
Outros Planos	16.831	12.199	29.030	17.076	12.327	29.403
Planos de Assistência Médica	116.337	95.533	211.870	116.806	95.065	211.871
Cassi	103.269	88.134	191.403	103.459	87.136	190.595
Outros Planos	13.068	7.399	20.467	13.347	7.929	21.276

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.320.227	1.835.959	2.243.701
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	581.637	1.137.810	1.521.578
Plano Previ Futuro	427.359	361.039	299.276
Plano Informal	185.402	192.370	297.589
Outros Planos	125.829	144.740	125.258
Planos de Assistência Médica	1.013.570	970.181	927.960
Cassi	896.175	895.454	817.542
Outros Planos	117.395	74.727	110.418
Total	2.333.797	2.806.140	3.171.661

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 45.f.1) e dos Fundos de Contribuição e Utilização (Nota 45.f.2). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou que venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 1º semestre de 2015, estão estimadas em R\$ 743.064 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Planos de Aposentadoria e Pensão	633.799	(35.459)	1.453.449
Plano de Benefícios 1 – Previ	1.348.061	598.311	1.355.234
Plano Previ Futuro	(427.359)	(361.039)	(299.276)
Plano Informal	(146.705)	(142.999)	463.240
Outros Planos	(140.198)	(129.732)	(65.749)
Planos de Assistência Médica	(1.379.055)	(1.323.661)	(1.302.529)
Cassi	(1.260.715)	(1.213.209)	(1.151.709)
Outros Planos	(118.340)	(110.452)	(150.820)
Total	(745.256)	(1.359.120)	150.920

a) Planos de Aposentadoria e Pensão
Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013. Considerando que, em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, as contribuições do Banco e dos participantes retornaram a partir de janeiro de 2014.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (i) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (ii) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (iii) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais (Nota 45.f).

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos "B" e "C" e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusc e Prev, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusc e Prev) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2014 e 31.12.2013.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2014		Exercício/2013		Exercício/2014		Exercício/2013	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	(113.522.849)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)
Custo de juros	(14.412.148)	(11.946.190)	(121.305)	(99.016)	(755.247)	(718.314)	(750.257)	(634.651)
Custo do serviço passado	-	-	(25.402)	(43.983)	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(502.741)	(565.900)	-	-	(116.703)	(136.080)	(38.970)	(41.725)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	8.394.631	9.268.627	185.004	192.084	507.409	536.639	424.664	426.885
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais	(2.841.570)	18.134.054	45.434	37.821	867.788	1.702.032	(92.328)	1.227.193
Saldo Final	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(122.884.677)	(113.522.849)	-	-	-	-	(5.115.870)	(5.033.968)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(938.008)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2014		Exercício/2013		Exercício/2014		Exercício/2013	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	144.420.740	152.029.136	-	-	-	-	5.033.968	4.921.429
Receita de juros	17.611.010	13.708.711	-	-	-	-	621.916	475.875
Contribuições recebidas	581.637	1.137.977	185.004	192.084	507.409	536.639	151.576	149.825
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(8.394.631)	(9.268.627)	(185.004)	(192.084)	(507.409)	(536.639)	(424.664)	(426.885)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(19.073.110)	(13.186.457)	-	-	-	-	(266.926)	(86.276)
Saldo Final	135.145.646	144.420.740	-	-	-	-	5.115.870	5.033.968

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1) Valor justo dos ativos do plano	135.145.646	144.420.740	-	-	-	-	5.115.870	5.033.968
2) Valor presente das obrigações atuariais	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	12.260.969	30.897.891	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(938.008)
4) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado⁽¹⁾	6.130.485	15.448.946	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(916.046)	(702.015)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros ativos (Nota 28) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				Total
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	acima 5 anos	
Plano 1 (Previ)	9,53	9.580.530	9.585.544	28.697.230	203.223.602	251.086.906
Plano Informal (Previ)	5,16	159.009	145.010	349.747	793.841	1.447.607
Plano de Associados (Cassi)	10,63	564.389	545.141	1.539.332	13.571.513	16.220.375
Regulamento Geral (Economus)	9,07	435.580	430.583	1.280.397	8.385.446	10.532.006
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,44	1.312	1.432	5.111	94.972	102.827
Plus I e II (Economus)	5,38	49.466	45.203	112.862	282.783	490.314
Grupo B' (Economus)	7,72	12.704	12.524	36.333	174.218	235.779
Prevmais (Economus)	13,96	9.960	10.339	33.390	573.358	627.047
Multifuturo I (Fusesc)	11,19	4.973	5.040	15.493	157.083	182.589
Plano I (Fusesc)	11,73	29.708	31.223	103.850	1.274.497	1.439.278
Plano BEP (Prevbep)	10,42	2.427	2.533	8.541	77.201	90.702

(1) Duração média ponderada da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	R\$ mil											
	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	Exerc/2014	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2014	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2014	Exerc/2013	Exerc/2012	Exerc/2014	Exerc/2013	Exerc/2012
Custo do serviço corrente	(251.370)	(282.950)	(257.040)	-	-	-	(116.704)	(136.080)	(95.589)	(19.522)	(17.696)	(13.653)
Custo dos juros	(7.206.074)	(5.973.094)	(5.117.860)	(121.304)	(99.016)	(177.875)	(755.247)	(718.314)	(625.078)	(267.520)	(106.479)	(91.889)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	8.805.505	6.854.355	6.730.134	-	-	-	-	-	-	173.729	-	-
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	-	-	-	-	-	(259.387)	-	-	(91.006)	-	-	(106.314)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	(25.401)	(43.983)	-	-	-	(9.912)	-	-	-
Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	(388.764)	(358.815)	(330.124)	(149.403)	(135.779)	(131.300)
Outros ajustes/reversões	-	-	-	-	-	900.502	-	-	-	4.178	19.770	126.587
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	1.348.061	598.311	1.355.234	(146.705)	(142.999)	463.240	(1.260.715)	(1.213.209)	(1.151.709)	(258.538)	(240.184)	(216.569)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	R\$ mil			
	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Renda fixa	46.440.688	44.380.493	4.490.711	4.101.845
Renda variável ⁽¹⁾	74.607.857	86.219.182	227.912	457.923
Investimentos imobiliários	8.177.129	8.159.772	165.839	179.461
Empréstimos e financiamentos	4.946.825	4.823.653	104.875	102.190
Outros	973.147	837.640	126.533	192.549
Total	135.145.646	144.420.740	5.115.870	5.033.968
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.940.267	10.356.950	25.537	-
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	163.817	162.322	7.621	4.788

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 28.835.180 mil (R\$ 40.714.439 mil em 31.12.2013), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de inflação (a.a.)	6,07%	6,66%	6,23%	6,66%	6,04%	6,66%	6,07%	6,66%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	6,41%	6,19%	6,15%	6,33%	6,50%	6,31%	6,45%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,76%	13,50%	-	-	-	-	12,76%	13,55%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,01%	0,25%	-	-	-	-	0,73%	0,43%
Tábua de sobrevivência	AT-2000		AT-2000		AT-2000		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	R\$ mil					
	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor apurado - Previ	134.450.819	138.817.850	(122.073.122)	(114.220.748)	12.377.697	24.597.102
Incorporação dos valores do Contrato 97	13.687.582	13.663.084	(13.687.582)	(13.663.084)	-	-
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.071.445	1.056.555	(1.071.445)	(1.056.555)	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(14.064.200)	(9.116.749)	-	-	(14.064.200)	(9.116.749)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	13.947.472	15.417.538	13.947.472	15.417.538
Valor apurado – Banco	135.145.646	144.420.740	(122.884.677)	(113.522.849)	12.260.969	30.897.891

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		R\$ mil						
31.12.2014			Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	122.884.677	120.819.653	124.918.653	123.107.300	122.663.904	120.566.239	125.298.519
	Superávit/(déficit) do plano	12.260.969	14.325.994	10.226.994	12.038.347	12.481.743	14.579.408	9.847.128
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	920.380	885.132	956.509	-	-	909.699	931.342
	Superávit/(déficit) do plano	(920.380)	(885.132)	(956.509)	-	-	(909.699)	(931.342)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	5.830.331	5.700.483	5.958.207	5.831.606	5.829.089	5.707.305	5.958.359
	Superávit/(déficit) do plano	(5.830.331)	(5.700.483)	(5.958.207)	(5.831.606)	(5.829.089)	(5.707.305)	(5.958.359)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.042.173	4.983.974	5.098.047	-	-	4.944.403	5.144.583
	Superávit/(déficit) do plano	(1.031.152)	(972.947)	(1.087.020)	-	-	(933.376)	(1.133.556)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	31.638	32.879	30.431	-	-	30.629	32.697
	Superávit/(déficit) do plano	(1.956)	(3.196)	(748)	-	-	(947)	(3.014)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	360.249	341.135	379.984	-	-	352.996	367.793
	Superávit/(déficit) do plano	(360.249)	(341.135)	(379.984)	-	-	(352.996)	(367.793)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	125.278	122.355	128.125	-	-	122.923	127.716
	Superávit/(déficit) do plano	(125.278)	(122.355)	(128.125)	-	-	(122.923)	(127.716)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	190.028	189.861	190.231	-	-	184.695	195.641
	Superávit/(déficit) do plano	77.022	77.190	76.820	-	-	82.356	71.409
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	73.926	73.029	74.791	-	-	72.246	75.678
	Superávit/(déficit) do plano	57.201	58.098	56.337	-	-	58.882	55.450
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	561.185	559.500	562.867	561.186	561.182	554.996	567.606
	Superávit/(déficit) do plano	30.012	31.695	28.328	30.010	30.013	36.199	23.590
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	44.390	43.728	45.030	44.587	44.186	43.460	45.358
	Superávit/(déficit) do plano	41.403	42.066	40.765	41.208	41.608	42.334	40.436

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

R\$ mil				
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Plano 1 (Previ)	6.130.485	15.448.946	-	-
Plano Informal (Previ)	-	-	(920.380)	(1.004.111)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	(5.830.331)	(6.333.578)
Regulamento Geral (Economus)	-	-	(532.645)	(353.961)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	-	-	(694)	(218)
Plus I e II (Economus)	-	-	(360.250)	(327.519)
Grupo B' (Economus)	-	-	(125.279)	(115.589)
Prevmais (Economus)	38.511	31.513	-	-
Multifuturo I (Fusesc)	28.602	22.870	-	-
Plano I (Fusesc)	15.006	19.436	-	-
Plano BEP (Prevbep)	20.703	21.453	-	-
Total	6.233.307	15.544.218	(7.769.579)	(8.134.976)

f) Destinações do superávit – Plano 1

R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013
Fundo Paridade		
Saldo Inicial	172.124	740.643
Atualização	15.181	78.060
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(60.552)	(603.066)
Contribuição amortizante antecipada Grupo Especial ⁽¹⁾	(7.864)	(43.513)
Saldo Final	118.889	172.124
Fundo de Destinação		
Saldo Inicial	-	2.373.525
Atualização	-	148.012
Valores transferidos para o Plano 1	-	(223.687)
Transferência para o Fundo de Utilização	-	(1.769.790)
Valores revertidos para o Plano 1	-	(528.060)
Saldo Final	-	-
Fundo de Contribuição		
Saldo Inicial	-	726.637
Atualização	-	55.745
Contribuições ao Plano 1	-	(491.231)
Valores revertidos para o Plano 1	-	(291.151)
Saldo Final	-	-
Fundo de Utilização		
Saldo Inicial	7.794.154	5.357.912
Valores transferidos do Fundo de Destinação	-	1.769.790
Contribuições ao Plano 1	(513.220)	-
Atualização	874.309	666.452
Saldo Final	8.155.243	7.794.154
Total dos fundos de destinação do superávit	8.274.132	7.966.278

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20,

tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros ativos. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Destinação e de Contribuição

Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Outros ativos, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros ativos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição era constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco era transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição era corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Reversão dos Fundos de Destinação e de Contribuição

Em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, exigindo a sua recomposição. Dessa forma, conforme previsto no artigo 18 da Resolução CGPC n.º 26/2008, a utilização da Reserva Especial do plano foi interrompida e os valores contabilizados nos Fundos de Destinação e de Contribuições dos participantes e do patrocinador foram revertidos à Reserva de Contingência.

f.3) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

46 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil (Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

	R\$ mil		
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Benefícios de curto prazo	53.030	54.425	40.673
Honorários e encargos sociais	41.039	36.097	31.416
Diretoria Executiva	37.669	32.964	28.784
Comitê de Auditoria	2.677	2.520	2.057
Conselho de Administração	348	259	284
Conselho Fiscal	345	354	291
Participações no lucro	10.236	16.729	8.393
Outros	1.755	1.599	864
Benefícios de rescisão de trabalho	-	2.968	9.109
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	3.372	-	4.946
Total	56.402	57.393	54.728

(1) Com relação ao Programa de Pagamento baseado em ações de 2011, o pagamento efetuado pelo Banco ocorreu em 2012 e o desbloqueio das ações em 08.03.2013 (Nota 36.I).

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 36.I).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banco optou pela isenção parcial de acordo com a IAS 24. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 19 e 33, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência à comunidades urbano-rurais. No exercício de 2014, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 51.838 mil (R\$ 115.539 mil no exercício de 2013).

As informações referentes às contribuições do Banco e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 45.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

							R\$ mil
31.12.2014							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativo							
Empréstimos a instituições financeiras	-	64.763.332	15.259.733	-	-	-	80.023.065
Ativos financeiros	-	45.379.081	129.205	-	-	-	45.508.286
Empréstimos a clientes	-	136.470	715.424	85.546	-	25.481.303	26.418.743
Outros ativos ⁽⁷⁾	14.729.641	97.570	2.284.034	-	-	-	17.111.245
Total	14.729.641	110.376.453	18.388.396	85.546	-	25.481.303	169.061.338
Passivo							
Depósitos de clientes	434.785	10.093.606	4.127.486	121	3.480	18.229.848	32.889.327
Obrigações por operações compromissadas	-	6.783.048	3.735.579	-	-	2.842.272	13.360.899
Obrigações de longo prazo	284.612	48.350.388	-	-	-	88.870.865	137.505.864
Outros passivos	310.139	46.160.229	7.519	18.528	-	184.523	46.680.938
Total	1.029.536	111.387.271	7.870.584	18.649	3.480	110.127.508	230.437.027
Garantias e outras coobrigações ⁽⁸⁾	-	3.058.388	6.800.000	-	-	-	9.858.388
Demonstração do Resultado Consolidado							
Exercício/2014							
Receitas de juros e prestação de serviços	5.468.940	7.390.129	2.447.498	1.307	-	2.071.969	17.379.843
Despesas com captação	(38.976)	(6.823.500)	(257.621)	(29.867)	(356)	(4.841.793)	(11.992.114)
Total líquido	5.429.964	566.629	2.189.877	(28.560)	(356)	(2.769.824)	5.387.730

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 5.

(3) *Joint Ventures* – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(4) Coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(5) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se a títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

31.12.2013							R\$ mil
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativo							
Empréstimos a instituições financeiras	-	42.181.597	11.772.354	-	-	7.086	53.961.037
Ativos financeiros	-	21.421.483	166.656	-	-	-	21.588.139
Empréstimos a clientes	-	5.762	430.590	95.429	-	22.272.921	22.804.702
Outros ativos ⁽⁷⁾	9.097.436	102.909	201.835	551	-	-	9.402.731
Total	9.097.436	63.711.751	12.571.435	95.980	-	22.280.007	107.756.609
Passivo							
Depósitos de clientes	568.307	4.957.044	519.173	811	4.836	17.145.478	23.195.649
Obrigações por operações compromissadas	-	5.894.871	1.358.646	-	-	110.076	7.363.593
Obrigações de longo prazo	473.365	31.889.552	-	-	-	84.334.852	116.697.769
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.555.950	22.265.207	145.509	12.753	-	-	30.979.419
Total	9.597.622	65.006.674	2.023.328	13.564	4.836	101.590.406	178.236.430
Garantias e outras coobrigações ⁽⁹⁾	-	1.344.595	6.800.000	-	-	-	8.144.595

Demonstração do Resultado Consolidado

	Exercício/2013						
Receitas de juros e prestação de serviços	4.029.379	4.652.116	1.334.400	5.002	--	412.978	10.433.875
Despesas com captação	(81.854)	(4.790.708)	(65.455)	(6.405)	(337)	(4.707.438)	(9.652.197)
Total líquido	3.947.525	(138.592)	1.268.945	(1.403)	(337)	(4.294.460)	781.678

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 5.

(3) Joint Ventures – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(4) Coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 25.

(5) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(7) As transações com o Controlador referem-se a títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida – Bônus Perpétuo com o Governo Federal, reclassificado em 28.08.2014 para o Patrimônio Líquido (Nota 36.c).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

47 – ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

	R\$ mil		
	31.12.2014		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	13.337.180	-	13.337.180
Depósitos compulsórios em bancos centrais	63.224.237	-	63.224.237
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	55.007.214	2.801.107	57.808.321
Aplicações em operações compromissadas	263.085.888	239.201	263.325.089
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.441.262	-	12.441.262
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.947.947	-	10.947.947
Derivativos	1.493.315	-	1.493.315
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.630.439	75.173.543	93.803.982
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	205.542	154.333	359.875
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	265.334.004	366.299.291	631.633.295
Ativos não correntes disponíveis para venda	24.165	-	24.165
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	15.922.103	15.922.103
Ativo imobilizado	-	7.179.878	7.179.878
Ativos intangíveis	-	9.932.264	9.932.264
Ágio sobre investimentos	-	630.301	630.301
Outros	-	9.301.963	9.301.963
Ativos fiscais	8.976.160	23.556.195	32.532.355
Correntes	8.976.160	436	8.976.596
Diferidos	-	23.555.759	23.555.759
Outros ativos	55.508.240	21.104.702	76.612.942
Total	755.774.331	522.362.617	1.278.136.948
Passivo			
Depósitos de clientes	382.383.731	55.438.022	437.821.753
Valores a pagar a instituições financeiras	25.197.137	5.478.112	30.675.249
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.995.367	-	2.995.367
Instrumentos de dívida	345.183	-	345.183
Derivativos	2.650.184	-	2.650.184
Obrigações por operações compromissadas	281.316.505	12.603.929	293.920.434
Obrigações de curto prazo	15.577.586	4.750.357	20.327.943
Obrigações de longo prazo	95.384.467	227.495.665	322.880.132
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	7.671.791	921	7.672.712
Passivos fiscais	2.641.450	2.457.073	5.098.523
Correntes	2.641.450	-	2.641.450
Diferidos	-	2.457.073	2.457.073
Outros passivos	62.730.255	8.574.544	71.304.799
Patrimônio líquido	-	85.440.036	85.440.036
Total	875.898.289	402.238.659	1.278.136.948

	31.12.2013		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
R\$ mil			
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	11.386.337	-	11.386.337
Depósitos compulsórios em bancos centrais	90.682.209	-	90.682.209
Empréstimos a instituições financeiras líquidos de provisão	56.858.854	8.260.840	65.119.694
Aplicações em operações compromissadas	183.187.678	203.306	183.390.984
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.991.047	-	18.991.047
Instrumentos de dívida e patrimônio	18.006.368	-	18.006.368
Derivativos	984.679	-	984.679
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.426.504	63.958.570	90.385.074
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	223.346	419.937	643.283
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	252.705.578	312.061.028	564.766.606
Ativos não correntes disponíveis para venda	43.904	-	43.904
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	-	14.213.312	14.213.312
Ativo imobilizado	-	6.575.390	6.575.390
Ativos intangíveis	-	10.346.522	10.346.522
Ágio sobre investimentos	-	625.729	625.729
Outros	-	9.720.793	9.720.793
Ativos fiscais	11.683.583	21.954.897	33.638.480
Correntes	11.683.583	437	11.684.020
Diferidos	-	21.954.460	21.954.460
Outros ativos	43.474.003	28.511.037	71.985.040
Total	695.663.043	466.504.839	1.162.167.882
Passivo			
Depósitos de clientes	383.466.222	77.959.187	461.425.409
Valores a pagar a instituições financeiras	24.318.761	1.850.296	26.169.057
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.433.119	-	3.433.119
Instrumentos de dívida	342.150	-	342.150
Derivativos	3.090.969	-	3.090.969
Obrigações por operações compromissadas	213.777.149	10.139.990	223.917.139
Obrigações de curto prazo	13.837.773	1.352.437	15.190.210
Obrigações de longo prazo	46.590.243	225.445.813	272.036.056
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	7.456.554	29.987	7.486.541
Passivos fiscais	5.454.383	6.153.998	11.608.381
Correntes	5.454.383	-	5.454.383
Diferidos	-	6.153.998	6.153.998
Outros passivos	50.765.481	13.754.493	64.519.974
Patrimônio líquido	-	76.381.996	76.381.996
Total	749.099.685	413.068.197	1.162.167.882

48 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRS:

		R\$ mil	
	Referência	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		77.519.742	69.526.297
Ajustes de IFRS		4.264.982	3.666.000
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(894.912)	(894.478)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	2.952.601	2.062.802
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(2.730.442)	(2.148.137)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	<u>887.535</u>	<u>907.834</u>
Ganho		985.537	985.537
Baixa de ágios (líquido dos efeitos tributários)		(440.595)	(440.595)
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		342.593	362.892
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	<u>518.570</u>	<u>476.398</u>
Amortização de ágio sobre investimentos		442.878	425.821
Cessão de créditos com coobrigação		(22.414)	(68.284)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		44.998	(44.986)
Provisões técnicas – Contratos de seguros		-	29.228
Outros ajustes		53.108	134.619
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	6.316.651	5.833.370
Mudanças na proporção detida por acionistas não controladores	(f)	-	-
Outros ajustes		240.244	23.564
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(g)	(3.025.265)	(2.595.353)
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em IFRS		81.784.724	73.192.297
Participações de acionistas não controladores		3.655.312	3.189.699
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		85.440.036	76.381.996

		R\$ mil		
	Referência	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2012
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		11.245.814	15.757.937	12.205.120
Ajustes de IFRS		607.282	(5.319.871)	(959.198)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(434)	(174.500)	(194.301)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	889.799	757.312	627.896
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(582.305)	(635.690)	(545.471)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	(20.299)	(19.992)	(23.861)
Alocação do preço de compra (líquido dos efeitos tributários)		(20.299)	(19.992)	(23.861)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(d)	42.172	187.883	(31.771)
Amortização de ágio sobre investimentos		17.057	87.915	84.646
Cessão de créditos com coobrigação		45.870	139.323	271.071
Provisão para perdas em empréstimos a clientes		89.984	32.511	(112.254)
Provisões técnicas – Contratos de seguros		(29.228)	2.332	193
Outros ajustes		(81.511)	(74.198)	(275.427)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(e)	483.281	304.766	(1.287.630)
Mudanças na proporção detida por acionistas não controladores	(f)	-	(9.648.423)	-
Outros ajustes		224.980	219.604	(30.007)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(g)	(429.912)	3.689.169	525.947
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		11.853.096	10.438.066	11.245.922
Participações de acionistas não controladores		1.490.400	850.768	159.395
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		13.343.496	11.288.834	11.405.317

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela origemação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IAS 39, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo médio calculado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como "Combinações de Negócios" referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Formação de *joint ventures* – Parceria BB Mapfre

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a formação das *joint ventures* SH1 e SH2 em parceria com a Mapfre foi registrada como uma troca de participações societárias considerando o valor contábil dos patrimônios líquidos contribuídos e recebidos. Para fins de equalização dessa parceria, houve aporte de recursos oriundos do Banco.

Em conformidade com a IFRS 10 – Demonstrações consolidadas, as participações societárias recebidas na formação da Parceria são registradas a valor justo, o valor contábil dos ativos contribuídos pelo Banco, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

d) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Os ajustes apresentados nessa categoria refletem os efeitos líquidos da reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido dos investimentos em participações societárias avaliados por equivalência patrimonial, apurados em conformidade com as IFRS. Nesse grupamento, destacam-se as diferenças de práticas relacionadas à amortização de ágio sobre investimentos detidos pela BB Seguros Participações S.A. e os ajustes de reconciliação de patrimônio líquido e resultado do Banco Votorantim S.A.

e) Provisão para perdas em empréstimos a clientes

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a: (i) situação econômico-financeira do devedor; (ii) grau de endividamento; (iii) capacidade de geração de resultados; (iv) fluxo de caixa; (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (vi) limite de crédito; (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Segundo as IFRS, a partir das disposições da IAS 39, o Banco classifica seus empréstimos a clientes em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade é segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolve a valoração de cada operação, onde são ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva é realizada mediante a aplicação dos índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e à operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade).

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda.

f) Mudanças na proporção detida por acionistas não controladores

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade gerou um ganho na alienação de investimentos permanentes registrados em Receitas não operacionais.

Em conformidade com a IFRS 10, as mudanças na participação societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultam na perda de controle da subsidiária pela controladora constituem transações patrimoniais. Desta forma, o Banco reconheceu diretamente no patrimônio líquido a diferença entre o valor ajustado das participações de acionistas não controladores e o valor justo da contrapartida recebida e atribuiu essa diferença ao acionista controlador.

g) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas em conformidade com as IFRS.

49 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19.11.2014, o Banco do Brasil S.A. comunicou ao mercado que a BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios de pagamento, por meio da constituição de uma nova sociedade.

Em 27.02.2015 foi aprovada e constituída a nova sociedade – Token Gestão de Contas de Pagamento S.A. (Token) – para explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão de funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O capital social total da Token será dividido à proporção de 30% para a BB Elo Cartões e 70% para a Cielo. A participação societária indireta do Banco no capital da nova empresa será de 50,05%, pois possui participação indireta na Cielo de 28,75%.

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE		720.435.904	650.144.147	845.371.438	748.834.255
Disponibilidades	(Nota 6)	12.200.359	10.520.371	13.786.585	11.834.158
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	313.830.594	229.610.974	301.620.235	227.258.441
Aplicações no mercado aberto		263.004.352	183.159.259	264.237.748	187.854.433
Aplicações em depósitos interfinanceiros		50.826.242	46.451.715	37.382.487	39.404.008
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	27.266.256	43.308.435	134.593.926	113.913.434
Carteira própria		22.212.082	22.124.613	126.674.173	88.429.987
Vinculados a compromissos de recompra		2.543.542	16.794.521	4.998.373	20.334.621
Vinculados ao Banco Central		--	15	--	15
Vinculados à prestação de garantias		1.436.575	3.836.104	1.627.105	4.493.312
Instrumentos financeiros derivativos		1.074.057	553.182	1.302.657	655.499
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		--	--	(8.382)	--
Relações Interfinanceiras		66.885.998	93.875.867	66.923.660	93.994.844
Pagamentos e recebimentos a liquidar		10.428	24.538	10.428	24.538
Créditos vinculados	(Nota 9.a)	65.606.579	92.874.887	65.634.181	92.938.774
Depósitos no Banco Central		63.224.237	90.682.209	63.251.839	90.746.096
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		78.861	53.704	78.861	53.704
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.303.481	2.138.974	2.303.481	2.138.974
Repasse interfinanceiros		1.069	611	10.883	55.321
Correspondentes		1.267.922	975.831	1.268.168	976.211
Relações Interdependências		592.943	670.056	593.631	670.744
Transferências internas de recursos		592.943	670.056	593.631	670.744
Operações de Crédito	(Nota 10)	180.383.769	168.573.496	199.159.425	188.116.629
Setor público		2.217.867	1.809.350	2.260.346	1.846.918
Setor privado		186.104.639	173.888.073	206.057.526	195.011.653
Operações de crédito vinculadas à cessão		469	408	469	408
(Provisão para operações de crédito)		(7.939.206)	(7.124.335)	(9.158.916)	(8.742.350)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	--	534	474.943	703.051
Setor público		--	534	--	534
Setor privado		--	--	507.749	752.176
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(32.806)	(49.659)
Outros Créditos		118.928.415	103.052.216	125.529.228	109.671.685
Créditos por avais e fianças honrados		235.369	136.228	539.570	442.422
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	17.411.520	17.025.091	18.362.653	17.524.195
Rendas a receber		4.093.920	3.595.710	3.800.572	2.059.030
Negociação e intermediação de valores		462.885	35.292	861.083	251.258
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	--	--	4.104.489	3.739.624
Diversos	(Nota 11.b)	98.221.116	83.189.969	99.851.614	87.030.697
(Provisão para outros créditos)		(1.496.395)	(930.074)	(1.990.753)	(1.375.541)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	347.570	532.198	2.689.805	2.671.269
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		256.974	301.871	618.273	553.570
(Provisão para desvalorizações)		(121.944)	(143.042)	(147.365)	(165.221)
Despesas antecipadas		212.540	373.369	2.218.897	2.282.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO NÃO CIRCULANTE		660.718.827	574.314.450	592.114.074	555.080.868
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		623.741.818	539.248.425	569.846.879	532.102.352
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	50.618.352	35.493.088	2.616.369	3.873.345
Aplicações no mercado aberto		285.666	203.306	251.925	203.306
Aplicações em depósitos interfinanceiros		50.332.686	35.289.782	2.364.444	3.670.039
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	119.772.113	84.560.570	88.049.531	88.025.296
Carteira própria		54.413.849	34.640.059	58.910.715	38.688.797
Vinculados a compromissos de recompra		53.263.726	48.148.592	15.414.310	46.240.231
Vinculados à prestação de garantias		11.672.620	1.336.596	12.857.630	2.266.862
Instrumentos financeiros derivativos		421.918	435.323	898.809	865.157
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		--	--	(31.933)	(35.751)
Relações Interfinanceiras		325.356	155.154	325.356	155.154
Créditos vinculados	(Nota 9.a)	50.649	3.666	50.649	3.666
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		50.649	3.666	50.649	3.666
Repasse interfinanceiros		274.707	151.488	274.707	151.488
Operações de Crédito	(Nota 10)	402.392.854	357.713.961	419.339.736	372.086.512
Setor público		57.562.918	46.934.459	58.015.534	47.366.542
Setor privado		360.819.717	323.922.668	377.949.159	338.422.391
Operações de crédito vinculadas à cessão		320.782	207.204	320.782	207.204
(Provisão para operações de crédito)		(16.310.563)	(13.350.370)	(16.945.739)	(13.909.625)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	--	--	549.153	587.874
Setor privado		--	--	563.081	605.547
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		--	--	(13.928)	(17.673)
Outros Créditos		50.531.451	60.902.689	57.578.124	66.215.605
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	--	--	5.246	949
Rendas a receber		33.068	33.506	64.515	34.474
Negociação e intermediação de valores		397.159	865.007	431.573	1.011.466
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.549.300	1.390.451	1.550.087	1.390.451
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	--	--	905.696	17.331
Diversos	(Nota 11.b)	48.775.452	59.017.316	54.933.964	64.183.270
(Provisão para outros créditos)		(223.528)	(403.591)	(312.957)	(422.336)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	101.692	422.963	1.388.610	1.158.566
Despesas antecipadas		101.692	422.963	1.388.610	1.158.566
PERMANENTE		36.977.009	35.066.025	22.267.195	22.978.516
Investimentos		19.304.061	17.262.877	3.419.631	3.536.188
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	19.204.571	17.184.915	1.767.548	1.644.173
No país		15.437.919	14.314.834	1.181.056	1.372.326
No exterior		3.766.652	2.870.081	586.492	271.847
Outros investimentos	(Nota 14.b)	148.203	126.667	1.745.575	2.014.045
(Imparidade acumulada)		(48.713)	(48.705)	(93.492)	(122.030)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	6.934.420	6.271.209	7.556.737	7.258.491
Imóveis de uso		6.184.847	5.350.039	6.370.075	5.967.995
Outras imobilizações de uso		8.625.435	8.015.866	9.864.596	9.095.123
(Depreciação acumulada)		(7.875.862)	(7.094.696)	(8.677.934)	(7.804.627)
Intangível	(Nota 16)	10.708.814	11.489.241	11.249.232	12.128.138
Ativos intangíveis		17.493.664	18.282.595	18.432.244	19.259.270
(Amortização acumulada)		(6.784.850)	(6.793.354)	(7.183.012)	(7.131.132)
Diferido		29.714	42.698	41.595	55.699
Gastos de organização e expansão		1.647.042	1.668.051	1.673.307	1.696.577
(Amortização acumulada)		(1.617.328)	(1.625.353)	(1.631.712)	(1.640.878)
TOTAL DO ATIVO		1.381.154.731	1.224.458.597	1.437.485.512	1.303.915.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE		931.500.709	783.736.092	931.769.187	812.028.739
Depósitos	(Nota 17.a)	401.776.941	388.416.293	401.177.785	395.192.185
Depósitos à vista		71.382.508	73.591.657	74.210.189	75.818.389
Depósitos de poupança		148.698.890	140.728.107	148.698.890	140.728.107
Depósitos interfinanceiros		34.574.344	28.747.646	25.154.397	24.850.168
Depósitos a prazo		147.121.199	145.348.883	153.114.309	153.795.521
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	288.017.924	219.614.390	292.361.623	228.235.770
Carteira própria		52.906.261	62.352.028	61.110.895	71.036.165
Carteira de terceiros		235.111.663	157.262.362	231.250.728	157.048.739
Carteira de livre movimentação		--	--	--	150.866
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	50.163.240	23.934.892	51.246.818	25.167.346
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		38.239.208	16.323.035	38.260.204	16.326.298
Recursos de debêntures		--	--	--	7.571
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		11.921.648	7.611.857	12.968.090	8.833.477
Certificados de operações estruturadas		2.384	--	18.524	--
Relações Interfinanceiras		31.463	34.862	31.463	34.862
Recebimentos e pagamentos a liquidar		16	500	16	500
Correspondentes		31.447	34.362	31.447	34.362
Relações Interdependências		5.272.762	4.807.165	5.290.841	4.825.539
Recursos em trânsito de terceiros		5.272.699	4.800.328	5.288.673	4.813.518
Transferências internas de recursos		63	6.837	2.168	12.021
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	17.128.042	16.047.009	17.398.060	15.480.736
Empréstimos no país - outras instituições		--	--	1.909	297.226
Empréstimos no exterior		17.128.042	16.047.009	17.396.151	15.183.510
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	33.760.190	31.456.475	34.415.072	32.268.744
Tesouro Nacional		--	--	50.670	62.368
BNDES		14.705.219	12.378.775	15.065.291	12.810.221
Caixa Econômica Federal		12.359.686	4.219.810	12.359.686	4.219.810
Finame		5.831.396	4.954.768	6.075.536	5.273.223
Outras instituições		863.889	9.903.122	863.889	9.903.122
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	261.067	24.079	95	24.079
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	47.373.790	24.162.216	2.420.029	2.977.391
Outras Obrigações		87.715.290	75.238.711	127.427.401	107.822.087
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		334.885	276.183	437.888	358.009
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	17.378.967	10.493.750	17.991.924	10.569.094
Sociais e estatutárias		1.042.030	1.164.727	2.356.593	1.413.174
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	16.830.606	19.696.585	20.370.981	22.222.882
Negociação e intermediação de valores		173.465	70.911	756.060	255.929
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	--	--	24.494.597	19.733.882
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	6.629.365	5.219.026	6.629.365	5.219.026
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	4.110.613	2.179.794	4.110.613	3.251.281
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	368.814	320.248	368.814	320.248
Diversas	(Nota 20.e)	40.846.545	35.817.487	49.910.566	44.478.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		371.733.810	370.862.776	425.103.131	419.661.589
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		371.317.891	370.444.561	424.663.164	419.227.134
Depósitos	(Nota 17.a)	66.540.548	95.218.952	67.183.984	95.820.823
Depósitos interfinanceiros		5.475.665	2.068.108	5.814.349	2.305.091
Depósitos a prazo		61.064.883	93.150.844	61.369.635	93.515.732
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	12.650.394	10.165.886	13.683.952	11.228.808
Carteira própria		2.180.192	2.625.005	3.254.679	3.687.927
Carteira de terceiros		10.470.202	7.540.881	10.423.741	7.540.881
Carteira de livre movimentação		--	--	5.532	--
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	96.131.212	86.054.840	107.787.719	97.885.746
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		80.788.842	67.242.063	88.902.537	75.071.734
Recursos de debêntures		--	--	59	762.389
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		15.342.370	18.812.777	18.885.123	22.051.623
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	31.950.339	19.545.465	6.598.377	1.834.473
Empréstimos no país - outras instituições		--	--	1.751.978	1.890
Empréstimos no exterior		31.950.339	19.545.465	4.846.399	1.832.583
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	55.395.287	53.351.742	56.634.949	54.836.239
Tesouro Nacional		284.612	473.365	289.228	474.365
BNDES		28.545.425	30.306.657	29.216.507	31.157.753
Finame		26.565.250	22.571.720	27.129.214	23.204.121
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	19.336.277	11.828.004	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	621.908	330.036	1.023.130	717.019
Outras Obrigações		88.691.926	93.949.636	171.750.671	156.903.644
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	3.715.002	10.925.595	3.715.002	10.925.595
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	458.609	4.776.577	2.412.810	6.654.063
Negociação e intermediação de valores		242.655	1.089.127	74.383	806.852
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	--	--	77.725.415	57.995.462
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	4.211.033	2.442.396	4.211.033	2.442.396
Operações especiais		2.153	2.131	2.153	2.131
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	45.313.130	45.189.906	48.205.228	47.797.035
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	4.505.247	12.070.441	4.496.926	12.064.325
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	21.250.525	8.489.750	21.467.670	8.489.750
Diversas	(Nota 20.e)	8.993.572	8.963.713	9.440.051	9.726.035
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		415.919	418.215	439.967	434.455
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 24)	77.920.212	69.859.729	80.613.194	72.224.795
Capital		54.000.000	54.000.000	54.000.000	54.000.000
De domiciliados no país		42.957.421	43.852.577	42.957.421	43.852.577
De domiciliados no exterior		11.042.579	10.147.423	11.042.579	10.147.423
Instrumento Elegível ao Capital Principal	(Nota 24.c)	8.100.000	--	8.100.000	--
Reservas de Capital		10.051	5.684	10.773	6.023
Reservas de Reavaliação		2.805	4.564	2.805	4.564
Reservas de Lucros		27.025.981	20.305.598	26.625.511	19.972.166
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(9.597.840)	(3.132.049)	(9.597.840)	(3.132.049)
(Ações em Tesouraria)		(1.620.785)	(1.324.068)	(1.621.507)	(1.324.407)
Participação dos Não Controladores		--	--	3.093.452	2.698.498
TOTAL DO PASSIVO		1.381.154.731	1.224.458.597	1.437.485.512	1.303.915.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Sem/2014	2014	2013	2º Sem/2014	2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		75.450.791	133.845.081	103.568.863	81.687.380	147.026.911	114.976.457
Operações de crédito	(Nota 10.b)	45.660.808	82.080.542	67.640.226	49.957.870	91.080.146	74.418.316
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	--	548	12.252	666.404	1.346.097	1.768.243
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	27.896.370	47.740.183	30.752.196	25.344.351	44.010.048	29.970.137
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	(1.758.681)	(3.798.174)	(1.062.480)	1.024.967	300.162	1.156.331
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	--	389.206	326.017	--	633.639	605.959
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.b)	2.781.635	5.668.507	4.686.104	2.781.635	5.668.646	4.697.085
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		870.659	1.764.269	1.214.548	255.477	601.398	607.254
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	1.656.676	3.386.775	1.753.132
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(64.597.298)	(109.888.574)	(78.744.356)	(67.771.087)	(117.525.459)	(86.610.678)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(41.142.963)	(76.559.482)	(52.657.236)	(43.402.072)	(80.518.581)	(56.625.845)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(13.637.148)	(15.492.281)	(12.392.115)	(12.712.635)	(14.631.754)	(11.185.018)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10.i)	--	(534)	(11.754)	(595.385)	(1.201.426)	(1.593.410)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	(321.222)	--	--	(228.996)	--	--
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(14.605)	(21.653)	(13.164)	(17.743)	(23.710)	(70.638)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	(831.445)	(2.000.536)	(1.075.250)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10.f e g)	(9.481.360)	(17.814.624)	(13.670.087)	(9.982.811)	(19.149.452)	(16.060.517)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.853.493	23.956.507	24.824.507	13.916.293	29.501.452	28.365.779
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(5.373.788)	(11.312.437)	(13.153.699)	(5.572.594)	(11.667.464)	(13.745.840)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	5.655.899	10.848.613	9.870.545	9.691.741	18.433.680	16.753.530
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	3.123.996	6.001.522	5.918.107	3.468.771	6.636.276	6.546.984
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(8.931.608)	(17.166.497)	(16.436.920)	(10.123.138)	(19.499.684)	(18.401.095)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(7.823.568)	(15.643.368)	(14.588.451)	(8.687.980)	(17.195.465)	(16.398.789)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(1.785.075)	(3.362.084)	(3.287.749)	(2.650.998)	(4.986.935)	(4.759.457)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	4.499.240	6.456.130	5.188.499	1.280.214	573.973	605.585
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	2.368.082	4.471.328	3.230.354
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	4.200.721	10.576.176	6.554.609	5.383.702	12.594.226	8.162.655
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(4.313.393)	(9.022.929)	(6.372.339)	(6.302.988)	(12.694.863)	(9.485.607)
RESULTADO OPERACIONAL		5.479.705	12.644.070	11.670.808	8.343.699	17.833.988	14.619.939
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23)		65.118	114.602	9.947.914	66.918	200.662	10.176.139
Receitas não operacionais		97.346	176.465	10.011.038	215.287	416.421	10.365.535
Despesas não operacionais		(32.228)	(61.863)	(63.124)	(148.369)	(215.759)	(189.396)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		5.544.823	12.758.672	21.618.722	8.410.617	18.034.650	24.796.078
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25.a)		944.530	14.774	(3.779.944)	(1.016.322)	(3.690.796)	(5.993.494)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(741.691)	(1.460.594)	(2.028.407)	(827.406)	(1.622.845)	(2.204.278)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		--	--	--	(827.249)	(1.475.195)	(840.369)
LUCRO LÍQUIDO		5.747.662	11.312.852	15.810.371	5.739.640	11.245.814	15.757.937
LUCRO POR AÇÃO (Nota 24.f)							
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.797.135.631	2.800.275.232	2.834.080.029	--	--	--
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,05	4,04	5,58	--	--	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		BB Banco Múltiplo										
		Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas			
Saldos em 31.12.2012		48.400.000	--	1	4.645	4.112.056	12.300.988	(3.539.268)	389.074	(461.248)	--	61.206.248
Aumento de capital - capitalização de reservas		5.600.000	--	--	--	--	(5.600.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(1.325.873)	(555.934)	--	--	(1.881.807)
Ajuste de avaliação patrimonial - planos de benefícios	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	1.899.952	--	--	--	1.899.952
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	5.683	--	--	--	--	--	(5.683)	--	--
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(857.137)	--	(857.137)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.250	6.250
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(81)	--	--	--	--	--	81	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	15.810.371	15.810.371
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	790.519	9.169.197	--	--	--	(9.959.716)	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(467.162)	--	--	--	(2.543.063)	(3.010.225)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.313.923)	(3.313.923)
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	--	5.684	4.564	4.902.575	15.403.023	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.068)	--	69.859.729
Mutações do período		5.600.000	--	5.683	(81)	790.519	3.102.035	574.079	(555.934)	(862.820)	--	8.653.481
Saldos em 30.06.2014		54.000.000	--	10.046	4.524	5.180.834	18.471.754	(6.589.529)	(77.659)	(1.557.550)	--	69.442.420
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(408.617)	(82.376)	--	--	(490.993)
Ajuste de avaliação patrimonial - planos de benefícios	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(2.439.659)	--	--	--	(2.439.659)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	5	--	--	--	--	--	1	--	6
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(63.236)	--	(63.236)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.124	4.124
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(1.719)	--	--	--	--	--	1.051	(668)
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.747.662	5.747.662
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(80.380)	(80.380)
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	287.383	3.241.826	--	--	--	(3.529.209)	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(155.816)	--	--	--	(251.260)	(407.076)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.891.988)	(1.891.988)
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.051	2.805	5.468.217	21.557.764	(9.437.805)	(160.035)	(1.620.785)	--	77.920.212
Mutações do período		--	8.100.000	5	(1.719)	287.383	3.086.010	(2.848.276)	(82.376)	(63.235)	--	8.477.792
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	--	5.684	4.564	4.902.575	15.403.023	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.068)	--	69.859.729
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(463.121)	6.825	--	--	(456.296)
Ajuste de avaliação patrimonial - planos de benefícios	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(6.009.495)	--	--	--	(6.009.495)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.367	--	--	--	--	--	3.419	--	7.786
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(300.136)	--	(300.136)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.960	11.960
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(1.759)	--	--	--	--	--	1.091	(668)
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.312.852	11.312.852
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(80.380)	(80.380)
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	565.642	6.538.168	--	--	--	(7.103.810)	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(383.427)	--	--	--	(467.677)	(851.104)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.674.036)	(3.674.036)
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.051	2.805	5.468.217	21.557.764	(9.437.805)	(160.035)	(1.620.785)	--	77.920.212
Mutações do período		--	8.100.000	4.367	(1.759)	565.642	6.154.741	(6.472.616)	6.825	(296.717)	--	8.060.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	BB Consolidado												
		Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2012		48.400.000	--	1	4.645	4.112.056	12.019.990	(3.539.268)	389.074	(461.248)	--	574.167	61.499.417
Aumento de capital - capitalização de reservas		5.600.000	--	--	--	--	(5.600.000)	--	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(1.325.873)	(555.934)	--	--	--	(1.881.807)
Ajuste de avaliação patrimonial - planos de benefícios	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	1.899.952	--	--	--	--	1.899.952
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	6.022	--	--	--	--	--	(6.022)	--	--	--
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(857.137)	--	--	(857.137)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.250	--	6.250
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(81)	--	--	--	--	--	81	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.124.331	2.124.331
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	15.757.937	--	15.757.937
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	--	(52.434)	--	--	--	52.434	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	790.519	9.169.197	--	--	--	(9.959.716)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(467.162)	--	--	--	(2.543.063)	--	(3.010.225)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.313.923)	--	(3.313.923)
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	--	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Mutações do período		5.600.000	--	6.022	(81)	790.519	3.049.601	574.079	(555.934)	(863.159)	--	2.124.331	10.725.378
Saldos em 30.06.2014		54.000.000	--	10.768	4.524	5.180.834	18.079.306	(6.589.529)	(77.659)	(1.558.272)	--	2.740.653	71.790.625
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(408.617)	(82.376)	--	--	--	(490.993)
Ajuste de avaliação patrimonial - planos de benefícios	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(2.439.659)	--	--	--	--	(2.439.659)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	5	--	--	--	--	--	1	--	--	6
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(63.236)	--	--	(63.236)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.124	--	4.124
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas		--	--	--	(1.719)	--	--	--	--	--	1.051	--	(668)
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	352.799	352.799
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.739.640	--	5.739.640
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(80.380)	--	(80.380)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	--	(8.022)	--	--	--	8.022	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	287.383	3.241.826	--	--	--	(3.529.209)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(155.816)	--	--	--	(251.260)	--	(407.076)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.891.988)	--	(1.891.988)
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.773	2.805	5.468.217	21.157.294	(9.437.805)	(160.035)	(1.621.507)	--	3.093.452	80.613.194
Mutações do período		--	8.100.000	5	(1.719)	287.383	3.077.988	(2.848.276)	(82.376)	(63.235)	--	352.799	8.822.569
Saldos em 31.12.2013		54.000.000	--	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Instrumento elegível ao capital principal	(Nota 24.c)	--	8.100.000	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.100.000
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(463.121)	6.825	--	--	--	(456.296)
Ajuste de avaliação patrimonial - planos de benefícios	(Nota 24.i)	--	--	--	--	--	--	(6.009.495)	--	--	--	--	(6.009.495)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.750	--	--	--	--	--	3.036	--	--	7.786
Programa de recompra de ações		--	--	--	--	--	--	--	--	(300.136)	--	--	(300.136)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.960	--	11.960
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	(Nota 24.d)	--	--	--	(1.759)	--	--	--	--	--	1.091	--	(668)
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	394.954	394.954
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.245.814	--	11.245.814
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(80.380)	--	(80.380)
Resultado não realizado	(Nota 24.h)	--	--	--	--	--	(67.038)	--	--	--	67.038	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	565.642	6.538.168	--	--	--	(7.103.810)	--	--
- Dividendos	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	(383.427)	--	--	--	(467.677)	--	(851.104)
- Juros sobre o capital próprio	(Nota 24.g)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.674.036)	--	(3.674.036)
Saldos em 31.12.2014		54.000.000	8.100.000	10.773	2.805	5.468.217	21.157.294	(9.437.805)	(160.035)	(1.621.507)	--	3.093.452	80.613.194
Mutações do período		--	8.100.000	4.750	(1.759)	565.642	6.087.703	(6.472.616)	6.825	(297.100)	--	394.954	8.388.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Sem/2014	2014	2013	2º Sem/2014	2014	2013
Fluxos de caixa provenientes das operações							
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		5.544.823	12.758.672	21.618.722	8.410.617	18.034.650	24.796.078
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		900.167	10.991.773	569.005	19.683.079	47.428.682	30.538.516
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	(Notas 10.f e 10.g)	9.481.360	17.814.624	13.670.087	9.982.811	19.149.452	16.060.517
Depreciações e amortizações	(Nota 22.d)	1.915.891	4.239.361	3.795.859	2.001.459	4.399.560	3.930.076
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(Notas 15 e 16)	4.083	3.123	2.530	12.696	9.876	6.194
Resultado de participação em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	(4.499.240)	(6.456.130)	(5.188.499)	(1.280.214)	(573.973)	(605.585)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	(Nota 23)	(24.949)	(42.312)	(33.001)	(34.268)	(52.628)	(62.719)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	(Nota 23)	--	(94)	(9.821.827)	(4.591)	(6.705)	(10.015.818)
(Ganho) Perda de capital	(Nota 23)	4.663	12.024	15.628	7.220	12.618	17.888
Resultado da conversão de moeda estrangeira	(Nota 14.a)	825.604	562.744	545.532	1.262.337	584.069	581.690
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 23)	(10.109)	(16.990)	(25.012)	1.498	(2.151)	(15.896)
Amortização de ágios em investimentos	(Notas 14.c e 22.d)	46.201	92.029	101.004	126.156	241.790	322.055
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(Nota 28.a)	1.163.162	1.957.080	2.464.408	1.129.811	2.241.996	2.945.790
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	--	--	--	15.702.843	29.794.004	22.947.811
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	(Nota 27)	(750.610)	(1.904.258)	(1.300.992)	(750.610)	(1.904.258)	(1.300.992)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(7.174.847)	(5.192.776)	(3.663.956)	(7.567.669)	(4.912.194)	(3.445.340)
Resultado dos não controladores		--	--	--	(827.249)	(1.475.195)	(840.369)
Outros ajustes		(81.042)	(76.652)	7.244	(79.151)	(77.579)	13.214
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		6.444.990	23.750.445	22.187.727	28.093.696	65.463.332	55.334.594
Variações Patrimoniais		(21.624.672)	(8.575.272)	(4.673.218)	(46.721.393)	(79.809.765)	(52.730.941)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(31.667.438)	(98.947.243)	(7.654.986)	(18.995.982)	(81.526.159)	2.659.889
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		2.224.594	31.624.658	20.798.273	(14.396.188)	(18.350.908)	(9.659.963)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		2.387.524	(98.994)	(751.560)	2.395.077	(54.259)	(742.158)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		23.342.780	27.457.972	(11.172.904)	23.347.043	27.494.257	(10.648.231)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(39.571.520)	(73.867.146)	(103.245.574)	(42.279.790)	(76.838.268)	(105.936.978)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		--	534	11.754	29.884	223.102	536.133
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(5.257.833)	(804.357)	(25.965.323)	(8.054.229)	(2.747.217)	(22.605.761)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		422.475	869.280	1.170.939	190.764	110.278	(146.059)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(451.285)	(1.665.413)	(5.713.678)	(1.569.373)	(4.356.283)	(9.129.271)
(Redução) Aumento em depósitos		(9.714.049)	(15.317.756)	22.934.472	(11.521.034)	(22.651.239)	18.927.607
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		16.450.830	70.888.042	20.265.352	16.946.169	66.580.997	13.677.706
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		8.985.541	36.304.720	51.896.524	9.342.716	35.981.445	52.382.968
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		16.162.823	25.578.428	35.241.867	3.381.005	10.602.282	26.757.504
(Redução) Aumento em outras obrigações		(4.964.564)	(10.595.701)	(2.535.220)	(5.561.270)	(14.283.305)	(8.851.491)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		25.450	(2.296)	46.846	23.815	5.512	47.164
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(15.179.682)	15.175.173	17.514.509	(18.627.697)	(14.346.433)	2.603.653
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento							
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(773.076)	(3.371.310)	(9.149.677)	(1.811.672)	(3.710.016)	(7.679.908)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(2.243.415)	(23.697.687)	(17.398.291)	1.008.670	649.933	(1.875.763)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.787.108	3.849.173	1.751.182	--	--	--
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(1.000.202)	(1.655.355)	(1.349.393)	(443.862)	(1.366.829)	(1.536.415)
(Aquisição) Alienação de investimentos		(372.271)	(1.116.544)	12.312.960	(203.047)	(141.242)	13.494.641
(Aquisição) Baixa de intangíveis/diferidos		(1.785.688)	(2.761.007)	(1.321.305)	(1.930.787)	(2.751.924)	(5.213.245)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.387.544)	(28.752.730)	(15.154.524)	(3.380.698)	(7.320.078)	(2.810.690)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento							
Variação da participação dos acionistas não controladores		--	--	--	352.799	394.954	2.124.331
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		3.230.746	7.171.798	10.185.545	2.513.290	6.602.425	10.372.136
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		3.492.897	8.226.391	5.818.077	3.498.384	8.224.186	5.813.253
(Aquisição) Alienação de ações em tesouraria		(63.235)	(296.717)	(862.820)	(63.235)	(297.100)	(863.159)
Dividendos pagos		(372.233)	(965.026)	(3.379.273)	(372.233)	(965.026)	(3.379.273)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.891.988)	(3.674.036)	(3.313.923)	(1.891.988)	(3.674.036)	(3.313.923)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		4.396.187	10.462.410	8.447.606	4.037.017	10.285.403	10.753.365
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(15.171.039)	(3.115.147)	10.807.591	(17.971.378)	(11.381.108)	10.546.328
Início do período		82.729.792	72.655.971	58.184.424	75.732.281	71.797.486	57.805.818
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		7.174.847	5.192.776	3.663.956	7.567.669	4.912.194	3.445.340
Fim do período		74.733.600	74.733.600	72.655.971	65.328.572	65.328.572	71.797.486
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(15.171.039)	(3.115.147)	10.807.591	(17.971.378)	(11.381.108)	10.546.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

		BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Sem/2014	2014	2013	2º Sem/2014	2014	2013
Receitas		74.368.062	133.949.704	115.183.339	85.852.245	156.607.716	133.259.059
Receitas de intermediação financeira		75.450.791	133.845.081	103.568.863	81.687.380	147.026.911	114.976.457
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		8.779.895	16.850.135	15.788.652	13.160.512	25.069.956	23.300.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.481.360)	(17.814.624)	(13.670.087)	(9.982.811)	(19.149.452)	(16.060.517)
Lucro na alienação de investimentos/participação societária	(Nota 23)	--	94	9.821.827	4.591	6.705	10.015.818
Outras receitas/despesas		(381.264)	1.069.018	(325.916)	982.573	3.653.596	1.026.787
Despesas da Intermediação Financeira		(55.115.938)	(92.073.950)	(65.074.269)	(57.788.276)	(98.376.007)	(70.550.161)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.933.869)	(9.598.599)	(9.066.125)	(5.353.660)	(10.365.950)	(10.011.312)
Materiais, água, energia e gás	(Nota 22.d)	(251.320)	(486.990)	(460.914)	(275.309)	(527.713)	(500.976)
Serviços de terceiros	(Nota 22.d)	(900.464)	(1.847.386)	(1.908.961)	(893.041)	(1.841.642)	(1.932.967)
Comunicações	(Nota 22.d)	(738.010)	(1.456.449)	(1.367.701)	(790.749)	(1.559.881)	(1.462.321)
Processamento de dados	(Nota 22.d)	(637.653)	(1.255.145)	(1.119.937)	(430.627)	(864.339)	(838.222)
Transporte	(Nota 22.d)	(619.900)	(1.225.382)	(1.147.315)	(660.136)	(1.298.176)	(1.198.368)
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 22.d)	(546.558)	(981.622)	(818.024)	(563.944)	(1.010.762)	(845.012)
Serviços do sistema financeiro	(Nota 22.d)	(317.462)	(620.111)	(709.261)	(401.719)	(788.211)	(897.001)
Propaganda e publicidade	(Nota 22.d)	(206.357)	(399.800)	(371.097)	(286.469)	(544.339)	(493.383)
Outras		(716.145)	(1.325.714)	(1.162.915)	(1.051.666)	(1.930.887)	(1.843.062)
Valor Adicionado Bruto		14.318.255	32.277.155	41.042.945	22.710.309	47.865.759	52.697.586
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 22.d)	(1.962.092)	(4.331.390)	(3.896.863)	(2.127.615)	(4.641.350)	(4.252.131)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		12.356.163	27.945.765	37.146.082	20.582.694	43.224.409	48.445.455
Valor Adicionado Recebido em Transferência		4.499.240	6.456.130	5.188.499	1.280.214	573.973	605.585
Resultado de participações em coligadas/controladas		4.499.240	6.456.130	5.188.499	1.280.214	573.973	605.585
Valor Adicionado a Distribuir		16.855.403	34.401.895	42.334.581	21.862.908	43.798.382	49.051.040
Valor Adicionado Distribuído		16.855.403	34.401.895	42.334.581	21.862.908	43.798.382	49.051.040
Pessoal		8.400.422	16.216.016	16.278.008	9.566.650	18.495.532	18.179.883
Salários e honorários		5.598.627	10.654.376	10.267.727	6.425.490	12.294.194	11.599.871
Participação de empregados e administradores no lucro		741.691	1.460.594	2.028.407	827.406	1.622.845	2.204.278
Benefícios e treinamentos		1.221.674	2.388.937	2.233.595	1.378.708	2.662.350	2.434.115
FGTS		349.345	674.465	632.769	391.434	775.877	729.946
Outros encargos		489.085	1.037.644	1.115.510	543.612	1.140.266	1.211.673
Impostos, Taxas e Contribuições		2.113.422	5.734.469	9.255.010	5.051.214	11.280.812	13.128.500
Federais		1.732.665	5.000.095	8.548.057	4.369.525	10.022.260	11.963.701
Estaduais		377	738	822	411	802	887
Municipais		380.380	733.636	706.131	681.278	1.257.750	1.163.912
Remuneração de Capitais de Terceiros		593.897	1.138.558	991.192	678.155	1.301.029	1.144.351
Aluguéis	(Nota 22.d)	593.897	1.138.558	991.192	678.155	1.301.029	1.144.351
Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 24.g)	5.747.662	11.312.852	15.810.371	6.566.889	12.721.009	16.598.306
Juros sobre capital próprio da União		1.095.414	2.132.696	1.932.180	1.095.414	2.132.696	1.932.180
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		796.574	1.541.340	1.381.743	796.574	1.541.340	1.381.743
Dividendos da União		235.687	494.144	1.755.109	235.687	494.144	1.755.109
Dividendos de outros acionistas		171.389	356.960	1.255.116	171.389	356.960	1.255.116
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		80.380	80.380	--	80.380	80.380	--
Lucro retido		3.368.218	6.707.332	9.486.223	3.360.196	6.640.294	9.433.789
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--	--	827.249	1.475.195	840.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2– REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

BB Seguridade Participações S.A.

Em 20.02.2013, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco do Brasil decidiu pela realização de Oferta Pública de Ações (OPA) da BB Seguridade. A ata da assembleia foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 14.03.2013, sob o n.º 20130248401, e publicada no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília em 25.03.2013.

A oferta, cujo emissor foi a BB Seguridade Participações S.A., consistiu na distribuição pública secundária de ações, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM n.º 400/2003.

Em 25.04.2013, foram ofertadas 500 milhões de ações, 100% Ordinárias, negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o *ticker* BBSE3, com preço fixado em R\$ 17,00. A liquidação da Oferta Base (500 milhões de ações), acrescida do Lote Adicional (100 milhões de ações), produziu um ganho bruto no resultado do Banco do Brasil de R\$ 8,374 bilhões, resultante da alienação de 30% das ações.

Em 20.05.2013, foi encerrada a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade com o exercício integral do lote suplementar da oferta (75 milhões de ações). Com isso, o Banco do Brasil obteve um ganho bruto total na operação de R\$ 9,820 bilhões, e passou a deter 66,25% das ações ordinárias da BB Seguridade.

Os recursos arrecadados foram integralmente revertidos ao Banco do Brasil, acionista vendedor. A BB Seguridade não recebeu nenhum recurso decorrente da oferta.

IRB - Brasil Resseguros S.A.

Em 24.05.2013, a BB Seguros Participações e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a BB Seguros, a União, o Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Além da celebração do Acordo de Acionistas, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu, entre outras, as seguintes etapas:

- conversão das ações preferencias do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* (ação preferencial com direito a veto em determinadas deliberações), detida pela União; e
- aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas, com emissão de novas ações, renunciando a União ao seu direito de preferência.

Em 20.08.2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para a homologação do aumento de capital do IRB, a qual era condição precedente para o pagamento pela BB Seguros da aquisição das ações ordinárias.

Em 27.08.2013, a BB Seguros passou a deter 20,5% do capital do IRB por meio da transferência das ações e do pagamento efetuado à União, conforme demonstrado a seguir:

Quantidade de ações	212.421 ações
Valor unitário da ação (em R\$)	2.577,00
Valor total pago na aquisição	547.409
Valor do patrimônio líquido ajustado em 31.08.2013	527.951
Valor total do ágio	19.458

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) em 16.04.2013 e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 16.09.2013.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO). A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 07.07.2014, autorizou as operações da Brasildental e, em 05.08.2014, aprovou os produtos a serem comercializados pela Brasildental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.

Em 30.11.2013, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência), recebendo todo o seu acervo líquido pelo valor de R\$ 23.020 mil. O capital social da Brasilprev não foi aumentado em decorrência da incorporação, visto que era a

única acionista da Brasilprev Nosso Futuro e o valor do acervo líquido da incorporada já estava representado em seu patrimônio líquido.

Grupo Segurador BB Mapfre

Em 01.11.2014, a Mapfre Vida S.A. incorporou a Vida Seguradora S.A., empresa pertencente à holding BB Mapfre SH1 Participações S.A. Na mesma data, a Mapfre Seguros Gerais S.A. incorporou a Mapfre Affinity Seguradora S.A., empresa pertencente à holding Mapfre BB SH2 Participações S.A. Ambas as incorporações foram realizadas na totalidade de seus patrimônios, as quais foram deferidas pela SUSEP, através das cartas 206 e 207/2014/SUSEP-SEGER, respectivamente.

O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 160.471 mil para a Vida Seguradora S.A. e R\$ 448.618 para a Mapfre Affinity Seguradora S.A.

Como decorrência natural, a Mapfre Vida S.A. e a Mapfre Seguros Gerais S.A. passaram à condição de sucessoras a título universal da Vida Seguradora S.A. e da Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente, em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

As incorporações propiciaram maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório.

BB Capitalização S.A.

Em 28.11.2014, os administradores da BB Seguros aprovaram a incorporação da BB Capitalização ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, 28.11.2014, no montante de R\$ 5.573 mil. Considerando que a data-base do laudo de avaliação contábil coincide com a data dos eventos societários que aprovaram a operação, não ocorreram variações patrimoniais após a incorporação.

A incorporação justifica-se pela desnecessidade da manutenção da BB Capitalização no processo de revisão do modelo de negócios no segmento de capitalização, bem como em razão da ausência de perspectivas de que a empresa viesse a desenvolver atividades operacionais.

Como decorrência natural, a BB Seguros passou à condição de sucessora a título universal da BB Capitalização em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais.

Considerando que a BB Seguros é a única acionista da incorporada na data da incorporação, não houve relação de troca de ações de acionistas não controladores da incorporada por ações da incorporadora, não ocorrendo, portanto, qualquer alteração do capital social da BB Seguros.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB USA Holding Company Inc.

Em 03.05.2013, o Banco do Brasil adquiriu a totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., que anteriormente pertenciam ao BB AG Viena.

O valor da transação foi efetivado com base no Patrimônio Líquido Ajustado da BB USA Holding Company Inc. de 30.04.2013 pelo valor de USD 644 mil (R\$ 1.293 mil).

A BB USA Holding Company Inc. é uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de White Plains no Estado de Nova Iorque.

Bloco Europa

Desde 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao BB AG Viena, subsidiária integral do Banco do Brasil na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do BB AG Viena. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

China

No dia 30.05.2014, o Banco inaugurou sua primeira agência na China. O Banco possuía um escritório de representação em Xangai, o qual foi transformado em agência com o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial com o país, buscar o aumento dos investimentos chineses no Brasil e, também, para dar suporte às multinacionais brasileiras no mercado chinês.

BB Money Transfers

Em 08.12.2014, ocorreu a dissolução da BB Money Transfers, localizada no estado de Nova York. O Conselho Diretor decidiu pelo encerramento da empresa e repatriação do seu capital para a sua controladora, com base em estudo de inviabilidade econômica do negócio.

O capital da BB Money Transfers foi repassado ao Banco, por meio da BB USA Holding Company Inc. (sua controladora, com 100% das ações). No entanto, uma parte deste capital ficou retida na BB USA Holding Company, com a finalidade de pagamento das despesas decorrentes das atividades operacionais para encerramento da subsidiária e de dispêndios da própria *holding*.

O Banco realizará a integralização do referido capital no mesmo local de investimento, por meio da BB Grand Cayman, não ocorrendo ingresso de recursos no Brasil.

c) Reorganização Societária – Banco Votorantim

Em 31.07.2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30.06.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920 mil; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados.

Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco Votorantim, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 de ações ordinárias e 262.199.310 de ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no capital social da empresa, em substituição das ações da BV Participações que foram extintas.

d) Reorganização Societária – Itapebi

Em 16.12.2013, foi aprovada a alienação de participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimento S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referentes à venda dessa participação.

e) Parcerias no setor de cartões**Alelo**

A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), empresa atuante na área de cartões pré-pagos, até então controlada pelo BB Banco de Investimento S.A. e pela Bradescard na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente, foi transferida, a partir de agosto de 2013, para a Elo Participações, que passou a deter 100% do seu capital social.

O objetivo da reestruturação foi maximizar a governança da Alelo por meio da estrutura de governança própria da Elo Participações. Os atos societários se realizaram de modo que as participações finais indiretas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco na Alelo e na Elo Participações não sofreram alterações.

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), lançaram, em 16.04.2014, a Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

O principal propósito é o de criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a Alelo celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo, atualmente subsidiária integral da Alelo.

A empresa encontra-se em processo de estruturação para início de suas atividades e já obteve autorização dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior (BB Banco Múltiplo), as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das entidades sob controle conjunto, das Entidades de Propósitos Específicos - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações, BV Financeira FIDC I, BV Financeira FIDC II e BV Financeira FIDC VI) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen (BB Consolidado).

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 41 - Resultado por Ação.

Os pronunciamentos CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais, CPC 17 - Contratos de Construção, CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 35 - Demonstrações Separadas, não conflitantes com as normas do Bacen, poderão ser aplicados pelo Banco na medida em que ocorrerem eventos ou transações abrangidos por esses CPCs.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 - Ativos Intangíveis e CPC 15 - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 - Demonstrações Consolidadas - consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos e passivos totais do Conglomerado.

CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09.02.2015.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		Atividade	31.12.2014	31.12.2013
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	(1)	Bancária	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1)	Arrendamento	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%
BB Securities LLC.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	(1)	Corretora	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	Holding	100,00%	100,00%
Brasilian American Merchant Bank	(1)	Bancária	100,00%	100,00%
BB Americas	(1)	Bancária	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	Bancária	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	Bancária	50,00%	50,00%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	Banco de Investimento	100,00%	100,00%
Kepler Weber S.A.	(2)	Indústria	17,46%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	(3) (4)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2)	Energia	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	Administração de Ativos	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%
BB Cor Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	66,25%	66,25%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	66,25%	66,25%
BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.)	(5)	Capitalização	--	66,25%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	Holding	49,68%	49,68%
Brasildental S.A.	(2)	Prestação de Serviços	49,68%	--
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	Seguradora	49,68%	49,68%
Mapfre Vida S.A.	(2)	Previdência	49,68%	49,68%
Vida Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	49,68%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	Seguradora/Previdência	49,68%	49,68%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	Capitalização	44,16%	44,16%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	Holding	33,13%	33,13%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%
Brasilveículos Companhia de Seguros	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	Seguradora	33,13%	33,13%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(5)	Seguradora	--	33,13%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,13%	33,13%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	Corretora	50,00%	50,00%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(3)	Seguradora	12,09%	12,09%
IRB - Brasil Resseguros S.A.	(2)	Resseguradora	13,53%	13,58%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	100,00%	100,00%
Elo Participações S.A.	(2)	Holding	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(2)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	Prestação de Serviços	28,75%	28,68%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(3)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	Consórcio	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (4)	Turismo	100,00%	100,00%
BB Money Transfers Inc.	(5)	Prestação de Serviços	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1)	Informática	99,97%	99,97%

(1) Controladas

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2014.

(5) Empresas descontinuadas durante o exercício/2014.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações no Balanço Patrimonial:

- Prêmio pago a clientes por fidelidade/performance do grupamento Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas para Intangível – Ativos intangíveis – R\$ 304.079 mil.

Balanço Patrimonial

31.12.2013	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	650.448.226	(304.079)	650.144.147	749.138.334	(304.079)	748.834.255
Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas	677.448	(304.079)	373.369	2.586.999	(304.079)	2.282.920
ATIVO NÃO CIRCULANTE	574.010.371	304.079	574.314.450	554.776.789	304.079	555.080.868
PERMANENTE	34.761.946	304.079	35.066.025	22.674.437	304.079	22.978.516
Intangível – Ativos intangíveis	17.978.516	304.079	18.282.595	18.955.191	304.079	19.259.270

Foram realizadas, ainda, as seguintes reclassificações na Demonstração de Resultado:

- Receitas de Antecipação de Recebíveis VisaNet (ARV) da Cielo do grupamento Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários para Outras Receitas Operacionais – R\$ 344.806 mil;
- Despesas de Demandas Trabalhistas do Banco Votorantim do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal – R\$ 49.933 mil;
- Despesas de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados - Proagro do grupamento Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Resultado das Aplicações Compulsórias – R\$ 15.832 mil.

Demonstração do Resultado

Exercício/2013	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	103.584.695	(15.832)	103.568.863	115.337.095	(360.638)	114.976.457
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.752.196	--	30.752.196	30.314.943	(344.806)	29.970.137
Resultado das aplicações compulsórias	4.701.936	(15.832)	4.686.104	4.712.917	(15.832)	4.697.085
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(78.760.188)	15.832	(78.744.356)	(86.626.510)	15.832	(86.610.678)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.685.919)	15.832	(13.670.087)	(16.076.349)	15.832	(16.060.517)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.824.507	--	24.824.507	28.710.585	(344.806)	28.365.779
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(13.153.699)	--	(13.153.699)	(14.090.646)	344.806	(13.745.840)
Despesas de pessoal	(16.436.920)	--	(16.436.920)	(18.351.162)	(49.933)	(18.401.095)
Outras receitas operacionais	6.554.609	--	6.554.609	7.817.849	344.806	8.162.655
Outras despesas operacionais	(6.372.339)	--	(6.372.339)	(9.535.540)	49.933	(9.485.607)

4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou

despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (impairidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%, veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens de imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são devidamente baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n.º 695/2012 (Nota 27). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos fiscais.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

Teste de adequação de passivos - TAP

Para as operações de seguro, resseguro e de previdência complementar, são realizados Testes de Adequação de Passivos conforme regras e procedimentos instituídos pela Circular Susep n.º 457/2012. O teste de adequação de passivos é realizado semestralmente e tem o objetivo de verificar se as provisões constituídas estão adequadas, devendo essa avaliação ser feita com o uso de estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos.

A metodologia utilizada considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, levando em conta premissas de cancelamento, sinistralidade, longevidade, anuitização, outras despesas relacionadas às operações e as receitas inerentes ao negócio.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ publicada pela Susep, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor.

O teste realizado pela Brasilprev, na data-base 31.12.2014, apresentou insuficiência total de R\$ 385.490 mil, integralmente provisionada na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), dado que, nessa data, a companhia optou pela não utilização da faculdade prevista no § 2º e no § 3º do artigo 8º da Circular Susep n.º 457/2012.

Os testes realizados nas demais empresas para a data-base de 31.12.2014 não apresentaram insuficiência para contratos de seguros, resseguros e previdência complementar.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em “Outros Segmentos”.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Composição por segmento

	2º Semestre/2014							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	95.143.130	614.151	804.072	5.197.984	1.975.859	1.264.208	(1.133.223)	103.866.181
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	50.998.038	--	--	--	--	26.554	(144.841)	50.879.751
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26.428.981	28.061	33.219	4.844	--	46.124	(171.911)	26.369.318
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	2.552.639	--	--	--	--	212	(212)	2.552.639
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.598.265	--	--	58.411	1.656.676
Rendas de prestação de serviços	6.167.727	298.386	568.695	1.037.311	1.534.867	630.411	(545.656)	9.691.741
Rendas com tarifas, taxas e comissões	3.272.660	17.978	178.133	--	--	--	--	3.468.771
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.271.146	(151)	--	(239)	4.459	4.999	--	1.280.214
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.373.943	--	--	(5.861)	2.368.082
Outras receitas ⁽¹⁾	4.451.939	269.877	24.025	183.860	436.533	555.908	(323.153)	5.598.989
Despesas	(91.954.743)	(474.664)	(140.200)	(2.062.208)	(1.144.719)	(798.230)	1.119.200	(95.455.564)
Despesas de captação no mercado	(43.549.999)	(123.460)	--	--	--	(10.716)	282.103	(43.402.072)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(13.308.998)	--	--	--	--	--	978	(13.308.020)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.950.553)	(70.598)	1.703	--	--	36.637	--	(9.982.811)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(831.445)	--	--	--	(831.445)
Despesas de pessoal	(9.553.603)	(36.551)	(36.278)	(246.685)	(115.473)	(138.279)	3.731	(10.123.138)
Outras despesas administrativas	(6.363.815)	(41.323)	(17.045)	(392.228)	(214.346)	(128.420)	596.812	(6.560.365)
Depreciação	(530.983)	(1.639)	--	(10.155)	(10.626)	(3.451)	--	(556.854)
Amortização do diferido	(6.843)	--	--	(20.509)	(1.997)	(838)	--	(30.187)
Amortização de intangíveis	(1.401.198)	(328)	--	--	(12.706)	(186)	--	(1.414.418)
Amortização de ágios	(45.580)	(48.197)	--	(17.183)	(15.196)	--	--	(126.156)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(44.297)	--	--	--	--	--	26.554	(17.743)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(11.066)	--	--	--	(1.630)	--	--	(12.696)
Outras despesas	(7.187.807)	(152.568)	(88.580)	(544.003)	(772.745)	(552.977)	209.021	(9.089.659)
Lucro antes da tributação e participações	3.188.387	139.487	663.872	3.135.776	831.140	465.978	(14.023)	8.410.617
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	751.904	(16.697)	(259.574)	(1.112.028)	(276.930)	(108.997)	6.000	(1.016.322)
Participações no lucro	(791.391)	--	(814)	(30.234)	(1.529)	(3.438)	--	(827.406)
Participação dos não controladores	(165.855)	--	--	(661.386)	--	(8)	--	(827.249)
Lucro Líquido	2.983.045	122.790	403.484	1.332.128	552.681	353.535	(8.023)	5.739.640
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.324.141.119	6.013.027	985.885	116.832.752	8.057.890	4.394.219	(22.939.380)	1.437.485.512
Investimento em coligadas e controladas	8.382.786	2.676.920	--	417.182	485.564	--	(10.203.922)	1.758.530
Passivos	1.245.365.656	3.185.616	854.247	110.095.099	6.125.718	1.640.633	(10.394.652)	1.356.872.318

	Exercício/2014							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	173.842.097	1.106.077	1.492.704	10.000.137	3.714.450	2.202.851	(2.205.501)	190.152.815
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	93.329.632	--	--	--	--	26.554	(328.545)	93.027.641
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	44.366.110	69.205	56.715	4.844	64	129.349	(316.077)	44.310.210
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	6.302.921	--	--	--	--	145	(781)	6.302.285
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.278.480	--	--	108.295	3.386.775
Rendas de prestação de serviços	11.777.667	561.716	1.079.172	1.941.023	2.911.409	1.174.340	(1.011.647)	18.433.680
Rendas com tarifas, taxas e comissões	6.284.286	33.593	318.397	--	--	--	--	6.636.276
Resultado de participações em coligadas e controladas	565.202	(448)	--	(239)	4.459	4.999	--	573.973
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.448.896	--	--	22.432	4.471.328
Outras receitas	11.216.279	442.011	38.420	327.133	798.518	867.464	(679.178)	13.010.647
Despesas	(165.134.414)	(839.667)	(247.155)	(4.404.315)	(2.068.123)	(1.512.813)	2.088.322	(172.118.165)
Despesas de captação no mercado	(80.794.234)	(233.170)	--	--	--	(18.104)	526.927	(80.518.581)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(15.834.158)	--	--	--	--	--	978	(15.833.180)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.107.942)	(70.565)	1.704	--	233	27.118	--	(19.149.452)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(2.000.536)	--	--	--	(2.000.536)
Despesas de pessoal	(18.409.705)	(67.040)	(66.760)	(490.474)	(212.527)	(260.120)	6.942	(19.499.684)
Outras despesas administrativas	(12.229.757)	(77.248)	(29.032)	(771.335)	(370.140)	(238.001)	1.161.398	(12.554.115)
Depreciação	(1.017.334)	(2.927)	--	(20.160)	(20.430)	(6.895)	--	(1.067.746)
Amortização do diferido	(14.510)	--	--	(38.649)	(3.731)	(1.546)	--	(58.436)
Amortização de intangíveis	(3.247.295)	(668)	--	--	(25.033)	(382)	--	(3.273.378)
Amortização de ágios	(93.468)	(96.394)	--	(31.687)	(20.241)	--	--	(241.790)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(50.264)	--	--	--	--	--	26.554	(23.710)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(9.039)	--	--	--	(837)	--	--	(9.876)
Outras despesas	(14.326.707)	(291.655)	(153.067)	(1.051.474)	(1.415.417)	(1.014.883)	365.522	(17.887.681)
Lucro antes da tributação e participações	8.707.683	266.410	1.245.549	5.595.822	1.646.327	690.038	(117.179)	18.034.650
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(484.429)	(55.172)	(488.689)	(1.999.507)	(549.211)	(163.928)	50.140	(3.690.796)
Participações no lucro	(1.564.636)	(6)	(1.806)	(48.199)	(3.293)	(4.905)	--	(1.622.845)
Participação dos não controladores	(306.705)	--	--	(1.168.475)	--	(15)	--	(1.475.195)
Lucro Líquido	6.351.913	211.232	755.054	2.379.641	1.093.823	521.190	(67.039)	11.245.814
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.324.141.119	6.013.027	985.885	116.832.752	8.057.890	4.394.219	(22.939.380)	1.437.485.512
Investimento em coligadas e controladas	8.382.786	2.676.920	--	417.182	485.564	--	(10.203.922)	1.758.530
Passivos	1.245.365.656	3.185.616	854.247	110.095.099	6.125.718	1.640.633	(10.394.652)	1.356.872.318

	Exercício/2013							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Total
Receitas	148.519.413	1.574.325	1.705.539	6.927.213	3.218.512	1.783.842	(3.071.912)	160.641.100
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	77.011.876	-	-	-	-	-	(218.063)	76.793.813
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	31.144.798	248.521	60.096	126.978	392.248	76.625	(577.992)	31.126.468
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.318.815	-	-	-	63	62	(64)	5.303.044
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	-	-	-	1.701.867	-	-	51.265	1.753.132
Rendas de prestação de serviços	10.777.150	538.074	972.220	1.586.930	2.669.463	1.032.014	(822.321)	16.753.530
Rendas com tarifas, taxas e comissões	6.185.090	39.265	322.629	-	-	-	-	6.546.984
Resultado de participações em coligadas e controladas	579.438	26.147	-	-	-	-	-	605.585
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	-	-	-	3.220.199	-	-	10.155	3.230.354
Outras receitas ⁽¹⁾	17.502.246	722.318	350.594	291.239	156.738	675.141	(1.514.892)	18.528.190
Despesas	(131.261.625)	(704.154)	(319.895)	(3.359.802)	(1.769.017)	(1.426.132)	2.980.262	(135.845.022)
Despesas de captação no mercado	(56.781.729)	(199.879)	-	-	(11.331)	(27.538)	394.632	(56.625.845)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(12.778.380)	-	-	-	-	(48)	-	(12.778.428)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.084.143)	(34)	9	-	(170)	7.989	-	(16.060.517)
Atualização e juros de provisões técnicas	-	-	-	(1.075.250)	-	-	-	(1.075.250)
Despesas de pessoal	(17.447.195)	(52.573)	(59.245)	(393.510)	(179.454)	(225.759)	6.574	(18.401.095)
Outras despesas administrativas	(11.827.484)	(75.061)	(25.676)	(749.893)	(243.538)	(243.863)	1.018.857	(12.146.658)
Depreciação	(863.768)	(2.935)	-	(22.253)	(17.054)	(6.212)	-	(912.222)
Amortização do diferido	(26.445)	-	-	(32.545)	(5.133)	(1.623)	-	(65.746)
Amortização de intangíveis	(2.941.044)	(10)	-	-	(10.790)	(264)	-	(2.952.108)
Amortização de ágios	(100.511)	(89.950)	-	(131.103)	-	-	-	(322.055)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(70.638)	-	-	-	-	-	-	(70.638)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(3.508)	-	-	-	(2.686)	-	-	(6.194)
Outras despesas	(12.336.780)	(283.712)	(234.983)	(955.248)	(1.298.861)	(928.814)	1.560.199	(14.428.266)
Lucro antes da tributação e participações	17.257.788	870.171	1.385.644	3.567.411	1.449.495	357.710	(91.650)	24.796.078
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3.736.338)	(210.787)	(416.783)	(1.074.915)	(475.481)	(73.712)	(5.478)	(5.993.494)
Participações no lucro	(2.151.017)	-	(1.876)	(42.129)	(2.323)	(6.933)	-	(2.204.278)
Participação dos não controladores	(192.276)	-	-	(648.084)	-	(9)	-	(840.369)
Lucro Líquido	11.178.157	659.384	966.985	1.802.283	971.691	277.056	(97.128)	15.757.937
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.217.435.342	5.903.659	689.319	88.908.626	6.080.062	4.004.768	(19.106.653)	1.303.915.123
Investimento em coligadas e controladas	7.755.075	2.374.447	83	(272.326)	44.810	-	(8.264.914)	1.637.175
Passivos	1.147.834.122	2.495.981	151.399	82.833.118	4.582.743	1.881.023	(8.088.058)	1.231.690.328

(1) Inclui o ganho com a alienação de ações da BB Seguridade no valor de R\$ 9.820.460 mil.

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	12.200.359	10.520.371	13.786.585	11.834.158
Disponibilidades em moeda nacional	9.188.696	9.163.811	10.144.869	10.005.556
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.011.663	1.356.560	3.621.616	1.811.002
Aplicações em ouro	--	--	20.100	17.600
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	62.533.241	62.135.600	51.541.987	59.963.328
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	16.971.089	20.118.178	15.534.017	22.624.314
Aplicações em depósitos interfinanceiros	45.562.152	42.017.422	35.785.262	37.127.196
Aplicações em moeda estrangeira	--	--	222.708	211.818
Total	74.733.600	72.655.971	65.328.572	71.797.486

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações no Mercado Aberto	263.290.018	183.362.565	264.489.673	188.057.739
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	16.971.091	20.118.179	15.538.967	22.612.836
Letras Financeiras do Tesouro	--	678	--	830.385
Letras do Tesouro Nacional	16.970.392	20.000.000	15.452.873	21.405.495
Notas do Tesouro Nacional	699	--	698	125.907
Outros Títulos	--	117.501	85.396	251.049
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	246.318.927	163.244.386	248.941.840	165.291.264
Letras Financeiras do Tesouro	33.002.160	89.412.016	33.002.160	88.929.186
Letras do Tesouro Nacional	125.529.282	64.619.972	128.174.414	66.675.571
Notas do Tesouro Nacional	87.501.820	9.009.092	87.520.298	9.553.241
Outros Títulos	285.665	203.306	244.968	133.266
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	--	--	8.866	153.639
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	--	--	--	153.639
Outros	--	--	8.866	--
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	101.158.928	81.741.497	39.746.931	43.074.047
Total	364.448.946	265.104.062	304.236.604	231.131.786
Ativo circulante	313.830.594	229.610.974	301.620.235	227.258.441
Ativo não circulante	50.618.352	35.493.088	2.616.369	3.873.345

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	15.367.489	27.867.072	15.974.282	15.463.022	28.156.261	16.590.004
Posição bancada	1.213.954	2.298.955	936.280	1.232.970	2.431.649	1.076.204
Posição financiada	14.153.535	25.568.117	15.038.002	14.223.740	25.707.707	15.486.034
Posição vendida	--	--	--	6.312	16.905	27.766
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.525.956	2.730.937	2.358.918	255.139	486.002	416.969
Total	16.893.445	30.598.009	18.333.200	15.718.161	28.642.263	17.006.973

8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2014								31.12.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	--	541.923	1.327.189	1.868.815	4.226.554	8.088.811	7.964.481	(124.330)	16.799.025	16.593.163	(205.862)
Títulos Públicos	--	541.923	1.327.189	1.868.815	4.226.554	8.088.811	7.964.481	(124.330)	16.789.920	16.583.239	(206.681)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	451.073	591.463	723.661	1.766.614	1.766.197	(417)	3.313.937	3.314.326	389
Letras do Tesouro Nacional	--	541.923	876.116	1.277.352	3.454.315	6.270.594	6.149.706	(120.888)	12.501.921	12.299.118	(202.803)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	48.578	51.603	48.578	(3.025)	974.062	969.795	(4.267)
Títulos Privados	--	--	--	--	--	--	--	--	9.105	9.924	819
Letras Financeiras	--	--	--	--	--	--	--	--	9.105	9.924	819
2 - Títulos Disponíveis para Venda	551.491	1.579.962	13.159.510	2.933.521	73.723.086	93.249.092	91.947.570	(1.301.522)	88.903.673	88.354.681	(548.992)
Títulos Públicos	22.220	430.643	7.114.247	1.675.334	36.548.159	46.265.672	45.790.603	(475.069)	44.267.644	43.676.733	(590.911)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	4.009.344	1.060.908	21.925.930	27.003.028	26.996.182	(6.846)	24.446.044	24.452.969	6.925
Letras do Tesouro Nacional	--	428.514	1.636.516	613.234	2.202.348	4.995.067	4.880.612	(114.455)	6.891.425	6.726.582	(164.843)
Notas do Tesouro Nacional	--	2.097	578.593	--	2.710.830	3.654.048	3.291.520	(362.528)	3.672.861	3.221.771	(451.090)
Títulos da Dívida Agrária	--	32	565	1.192	4.210	6.314	5.999	(315)	8.075	7.716	(359)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	863.032	--	2.534.303	3.369.300	3.397.335	28.035	3.541.879	3.690.909	149.030
Títulos de governos estrangeiros	22.220	--	26.197	--	6.541.810	6.578.927	6.590.227	11.300	5.068.239	4.957.778	(110.461)
Outros	--	--	--	--	628.728	658.988	628.728	(30.260)	639.121	619.008	(20.113)
Títulos Privados	529.271	1.149.319	6.045.263	1.258.187	37.174.927	46.983.420	46.156.967	(826.453)	44.636.029	44.677.948	41.919
Debêntures	--	104.893	2.561.161	868.569	32.693.294	36.445.901	36.227.917	(217.984)	34.337.201	34.659.790	322.589
Notas promissórias	--	157.397	1.194.418	--	--	1.352.518	1.351.815	(703)	996.222	998.062	1.840
Cêdulas de crédito bancário	--	--	--	--	47.558	53.169	47.558	(5.611)	54.911	55.645	734
Cotas de fundos de investimentos	528.417	--	--	--	1.627.714	2.621.068	2.156.131	(464.937)	2.095.729	1.818.888	(276.841)
Ações	854	--	--	--	--	810	854	44	810	673	(137)
Cêdulas de produto rural - commodities	--	76.032	856.679	314.412	1.784	1.252.950	1.248.907	(4.043)	697.847	699.872	2.025
Certificados de depósito bancário	--	531.219	--	--	--	531.243	531.219	(24)	309.200	309.134	(66)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	14.620	--	14.414	14.620	206	28.775	29.510	735
Letras Financeiras	--	58.633	1.425.519	60.586	17.467	1.569.689	1.562.205	(7.484)	3.419.418	3.429.499	10.081
Certificados Recebíveis Imobiliários	--	--	2	--	486.489	495.439	486.491	(8.948)	--	--	--
Outros	--	221.145	7.484	--	2.300.621	2.646.219	2.529.250	(116.969)	2.695.916	2.676.875	(19.041)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2014								31.12.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	--	3.438	39.807.810	45.630.343	39.811.248	(5.819.095)	21.932.656	21.405.311	(527.345)
Títulos Públicos	--	--	--	--	--	--	--	--	224.078	223.346	(732)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	--	--	--	--	154.740	154.576	(164)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	--	--	--	--	69.338	68.770	(568)
Títulos Privados	--	--	--	3.438	39.807.810	45.630.343	39.811.248	(5.819.095)	21.708.578	21.181.965	(526.613)
Debêntures	--	--	--	--	39.659.172	45.307.873	39.659.172	(5.648.701)	21.404.623	21.007.836	(396.787)
Certificados Recebíveis Imobiliários	--	--	--	3.438	148.638	322.470	152.076	(170.394)	303.955	174.129	(129.826)
Total	551.491	2.121.885	14.486.699	4.805.774	117.757.450	146.968.246	139.723.299	(7.244.947)	127.635.354	126.353.155	(1.282.199)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	31.12.2014								31.12.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	551.491	2.121.885	14.486.699	4.805.774	117.757.450	146.968.246	139.723.299	(7.244.947)	127.635.354	126.353.155	(1.282.199)
Carteira própria	551.491	1.590.666	12.246.532	4.015.244	57.421.938	77.773.501	75.825.871	(1.947.630)	57.226.679	56.400.277	(826.402)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	1.471.224	674.148	48.642.861	56.080.333	50.788.233	(5.292.100)	65.236.569	64.780.231	(456.338)
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	--	--	28	15	(13)
Vinculados à prestação de garantias	--	531.219	768.943	116.382	11.692.651	13.114.412	13.109.195	(5.217)	5.172.078	5.172.632	554

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2014								31.12.2013	
	Valor de Mercado					Total			Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado		Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	551.491	21.414.358	46.122.476	68.625.793	3.009.181	146.968.246	139.723.299		127.635.354	126.353.155
1 - Títulos para Negociação	--	3.737.927	4.182.221	35.086	9.247	8.088.811	7.964.481		16.799.025	16.593.163
2 - Títulos Disponíveis para Venda	551.491	17.672.993	41.940.255	28.931.033	2.851.798	93.249.092	91.947.570		88.903.673	88.354.681
3 - Mantidos até o Vencimento	--	3.438	--	39.659.674	148.136	45.630.343	39.811.248		21.932.656	21.405.311

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	26.192.199	119.350.195	145.542.394	42.755.253	84.125.247	126.880.500
Carteira própria	22.212.082	54.413.849	76.625.931	22.124.613	34.640.059	56.764.672
Vinculados a compromissos de recompra	2.543.542	53.263.726	55.807.268	16.794.521	48.148.592	64.943.113
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	15	--	15
Vinculados à prestação de garantias	1.436.575	11.672.620	13.109.195	3.836.104	1.336.596	5.172.700

a.5) Resumo da carteira por categoria

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2014		31.12.2013	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	7.964.481	6%	16.593.163	13%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	91.947.570	63%	88.354.681	70%
3 - Mantidos até o Vencimento	45.630.343	31%	21.932.656	17%
Valor contábil da carteira	145.542.394	100%	126.880.500	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(5.819.095)		(527.345)	
Valor de mercado da carteira	139.723.299		126.353.155	

a.6) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2014								31.12.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	1.777.662	36.133.024	7.615.513	7.281.247	49.131.533	103.037.462	101.938.979	(1.098.483)	85.832.337	84.520.132	(1.312.205)
Títulos Públicos	55.575	33.806.898	4.635.388	4.333.958	33.493.997	77.261.412	76.325.816	(935.596)	66.980.133	65.665.722	(1.314.411)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	1.195.955	1.893.075	4.005.778	7.074.241	7.094.808	20.567	13.010.675	13.026.056	15.381
Letras do Tesouro Nacional	--	31.743.881	1.441.196	2.356.470	19.587.110	55.914.411	55.128.657	(785.754)	34.899.452	33.991.186	(908.265)
Notas do Tesouro Nacional	--	626.101	911.462	--	8.961.550	10.709.043	10.499.113	(209.930)	16.947.018	16.439.969	(507.049)
Títulos da Dívida Agrária	--	67	1.245	2.748	5.164	9.224	9.224	--	113.051	113.051	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	8.749	--	72.652	84.480	81.401	(3.079)	83.809	81.696	(2.113)
Títulos de governos estrangeiros	55.575	303.692	1.076.781	81.665	763.180	2.234.141	2.280.893	46.752	505.191	563.234	58.043
Outros	--	1.133.157	--	--	98.563	1.235.872	1.231.720	(4.152)	1.420.937	1.450.530	29.593
Títulos Privados	1.722.087	2.326.126	2.980.125	2.947.289	15.637.536	25.776.050	25.613.163	(162.887)	18.852.204	18.854.410	2.206
Debêntures	--	376.184	382.639	630.342	5.950.512	7.452.173	7.339.677	(112.496)	5.575.675	5.536.135	(39.540)
Notas promissórias	--	--	150.305	9.786	--	160.090	160.091	1	140.500	141.319	819
Cotas de Fundos de Investimento	369.622	240.280	371.209	794	603.609	1.642.874	1.585.514	(57.360)	2.093.885	2.121.641	27.756
Ações	1.346.417	--	--	5.717	--	1.337.614	1.352.134	14.520	1.459.735	1.473.798	14.063
Cédulas de produto rural - commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	94.421	91.489	(2.932)
Certificados de depósito bancário	228	--	396.539	830.114	61.573	1.287.971	1.288.454	483	1.385.609	1.392.554	6.945
Eurobonds	--	17.571	21.819	32.132	162.215	245.938	233.737	(12.201)	158.314	156.949	(1.365)
Letras Financeiras	--	1.689.365	1.657.614	1.438.380	7.625.085	12.407.532	12.410.444	2.912	279.227	279.357	130
Outros	5.820	2.726	--	24	1.234.542	1.241.858	1.243.112	1.254	7.664.838	7.661.168	(3.670)

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2014								31.12.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.208.650	2.724.757	14.959.915	3.668.953	81.805.054	105.818.164	104.367.329	(1.450.835)	101.905.327	101.112.326	(793.001)
Títulos Públicos	81.469	1.485.673	8.484.098	1.998.721	40.115.316	52.645.692	52.165.277	(480.415)	52.114.457	51.332.563	(781.894)
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	4.169.521	1.126.837	22.381.248	27.609.922	27.677.606	67.684	24.751.356	24.758.350	6.994
Letras do Tesouro Nacional	--	1.478.053	2.790.579	853.742	3.306.770	8.580.765	8.429.144	(151.621)	12.468.676	12.179.278	(289.398)
Notas do Tesouro Nacional	--	2.097	604.154	--	4.470.313	5.508.297	5.076.564	(431.733)	5.440.116	4.905.198	(534.918)
Títulos da Dívida Agrária	--	5.523	30.614	18.142	59.543	114.606	113.822	(784)	19.366	19.230	(136)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	863.033	--	2.719.439	3.552.696	3.582.472	29.776	3.696.909	3.838.645	141.736
Títulos de governos estrangeiros	22.220	--	26.197	--	6.549.273	6.586.352	6.597.690	11.338	5.069.424	4.958.980	(110.444)
Outros	59.249	--	--	--	628.730	693.054	687.979	(5.075)	668.610	672.882	4.272
Títulos Privados	1.127.181	1.239.084	6.475.817	1.670.232	41.689.738	53.172.472	52.202.052	(970.420)	49.790.870	49.779.763	(11.107)
Debêntures	--	111.300	2.625.108	906.538	34.453.138	38.376.718	38.096.084	(280.634)	36.058.042	36.378.402	320.360
Notas promissórias	--	157.397	1.305.489	4.506	--	1.468.386	1.467.392	(994)	1.149.427	1.151.267	1.840
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	47.558	53.169	47.558	(5.611)	60.455	61.219	764
Cotas de Fundos de Investimento	564.538	--	48.155	104.516	3.493.970	4.681.476	4.211.179	(470.297)	3.288.252	3.008.105	(280.147)
Ações	560.396	--	--	--	--	606.448	560.396	(46.052)	648.007	613.180	(34.827)
Cédulas de produto rural - commodities	--	120.240	927.989	372.390	130.056	1.564.540	1.550.675	(13.865)	1.094.295	1.092.464	(1.831)
Certificados de depósito bancário	--	531.219	--	29.172	2.377	562.700	562.768	68	345.134	345.389	255
Eurobonds	--	95	--	--	240.110	264.263	240.205	(24.058)	--	2	2
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	14.620	--	14.414	14.620	206	28.775	29.510	735
Letras Financeiras	--	97.688	1.512.114	157.290	151.094	1.925.850	1.918.186	(7.664)	3.583.928	3.594.489	10.561
Certificados Recebíveis Imobiliários	--	--	2	--	486.489	495.439	486.491	(8.948)	--	--	--
Outros	2.247	221.145	56.960	81.200	2.684.946	3.159.069	3.046.498	(112.571)	3.534.555	3.505.736	(28.819)
3 - Mantidos até o Vencimento	--	895.038	932.554	345.327	15.674.248	14.135.683	17.847.167	3.711.484	14.785.616	15.673.931	888.315
Títulos Públicos	--	819.391	915.044	341.889	15.349.831	13.543.540	17.426.155	3.882.615	14.161.634	15.180.394	1.018.760
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	--	--	--	--	167.629	167.465	(164)
Letras do Tesouro Nacional	--	701.460	722.954	341.889	3.753.949	5.533.872	5.520.252	(13.620)	2.594.917	2.592.565	(2.352)
Notas do Tesouro Nacional	--	117.931	192.090	--	11.595.882	8.009.668	11.905.903	3.896.235	11.329.750	12.351.594	1.021.844
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	--	--	--	--	69.338	68.770	(568)
Títulos Privados	--	75.647	17.510	3.438	324.417	592.143	421.012	(171.131)	623.982	493.537	(130.445)
Debêntures	--	--	--	--	19.494	20.232	19.494	(738)	19.063	18.444	(619)
Cotas de Fundos de Investimento	--	--	--	--	--	--	--	--	1.824	1.824	--
Certificados de depósito bancário	--	--	16.460	--	143.986	160.446	160.446	--	290.681	290.681	--
Eurobonds	--	--	--	--	6.603	6.603	6.603	--	8.182	8.182	--
Certificados Recebíveis Imobiliários	--	75.647	1.050	3.438	148.639	399.167	228.774	(170.393)	303.955	174.129	(129.826)
Outros	--	--	--	--	5.695	5.695	5.695	--	277	277	--
Total	2.986.312	39.752.819	23.507.982	11.295.527	146.610.835	222.991.309	224.153.475	1.162.166	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)

a.7) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	31.12.2014								31.12.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.986.312	39.752.819	23.507.982	11.295.527	146.610.835	222.991.309	224.153.475	1.162.166	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)
Carteira própria	2.986.312	39.229.982	19.644.234	10.300.375	117.127.856	188.688.724	189.288.759	600.035	121.596.303	121.122.080	(474.223)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	2.989.812	833.928	16.598.747	19.787.244	20.422.487	635.243	74.098.631	73.459.940	(638.691)
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	--	--	--	--	--	28	15	(13)
Vinculados à prestação de garantias	--	531.219	873.936	161.224	12.916.165	14.515.341	14.482.544	(32.797)	6.828.318	6.760.105	(68.213)
Provisão para desvalorização de títulos livres	--	(8.382)	--	--	(31.933)	--	(40.315)	(40.315)	--	(35.751)	(35.751)

a.8) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Consolidado								
	31.12.2014							31.12.2013	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	2.986.312	74.556.328	94.767.608	37.456.411	14.386.816	222.991.309	224.153.475	202.523.280	201.306.389
1 - Títulos para Negociação	1.777.662	51.029.784	41.105.758	5.139.923	2.885.852	103.037.462	101.938.979	85.832.337	84.520.132
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.208.650	21.353.625	46.518.930	31.048.586	4.237.538	105.818.164	104.367.329	101.905.327	101.112.326
3 - Mantidos até o Vencimento	--	2.172.919	7.142.920	1.267.902	7.263.426	14.135.683	17.847.167	14.785.616	15.673.931

a.9) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	BB Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	133.291.269	87.150.722	220.441.991	113.257.935	87.160.139	200.418.074
Carteira própria	126.674.173	58.910.715	185.584.888	88.429.987	38.688.797	127.118.784
Vinculados a compromissos de recompra	4.998.373	15.414.310	20.412.683	20.334.621	46.240.231	66.574.852
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	15	--	15
Vinculados à prestação de garantias	1.627.105	12.857.630	14.484.735	4.493.312	2.266.862	6.760.174
Provisão para desvalorização de títulos livres	(8.382)	(31.933)	(40.315)	--	(35.751)	(35.751)

a.10) Resumo da carteira por categoria

	BB Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	101.938.979	46%	84.520.132	42%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	104.367.329	47%	101.112.326	51%
3 - Mantidos até o Vencimento	14.135.683	7%	14.785.616	7%
Valor contábil da carteira	220.441.991	100%	200.418.074	100%
Marcação a mercado da categoria 3	3.711.484		888.315	
Valor de mercado da carteira	224.153.475		201.306.389	

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	16.893.445	30.598.009	18.333.200	15.718.161	28.642.263	17.006.973
Títulos de renda fixa	8.230.340	14.370.039	9.464.940	6.759.821	12.319.819	9.976.463
Títulos de renda variável	2.772.585	2.772.135	2.954.056	2.866.369	3.047.966	2.986.701
Total	27.896.370	47.740.183	30.752.196	25.344.351	44.010.048	29.970.137

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31.12.2014, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 915.960 mil (em 31.12.2013, títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 1.900.798 mil, e títulos de Notas do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 198.958 mil), passando da categoria "Títulos disponíveis para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação desses títulos não gera impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido nas respectivas datas-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 508.717 mil em 31.12.2014 (R\$ 546.642 mil em 31.12.2013).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013			31.12.2014			31.12.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	3.867.780	--	--	3.598.208	--	--	14.885.592	--	--	12.602.133	--	--
DI	1.039.869	--	--	135.893	--	--	4.989.390	--	--	2.713.399	--	--
Moedas	2.820.606	--	--	3.304.942	--	--	3.470.456	--	--	4.139.017	--	--
Índice Bovespa	505	--	--	--	--	--	145.461	--	--	47.973	--	--
Cupom cambial	1.327	--	--	152.679	--	--	6.274.197	--	--	5.692.290	--	--
Commodities	5.473	--	--	4.694	--	--	6.088	--	--	9.454	--	--
Compromissos de Venda	9.453.414	--	--	11.280.667	--	--	35.480.800	--	--	44.125.001	--	--
DI	8.240.543	--	--	8.323.242	--	--	22.698.805	--	--	27.762.473	--	--
Moedas	403.338	--	--	417.955	--	--	1.621.697	--	--	1.218.356	--	--
T-Note	712.179	--	--	--	--	--	712.179	--	--			
Cupom cambial	--	--	--	290.023	--	--	10.350.422	--	--	12.887.888	--	--
Libor	53.049	--	--	1.999.704	--	--	53.049	--	--	1.999.704	--	--
Commodities	44.305	--	--	14.696	--	--	44.648	--	--	21.533	--	--
SCC ⁽²⁾	--	--	--	235.047	--	--	--	--	--	235.047	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	10.155.637	444.144	576.994	7.180.478	184.818	259.062	10.175.507	464.014	596.864	7.187.094	204.343	278.869
Termo de título	22.497	22.497	22.497	--	--	--	22.497	22.497	22.497	--	--	--
Termo de moeda	10.076.826	416.333	538.000	7.171.743	183.878	256.971	10.096.696	436.203	557.870	7.178.359	203.403	276.778
Termo de mercadoria	56.314	5.314	16.497	8.735	940	2.091	56.314	5.314	16.497	8.735	940	2.091
Posição Passiva	5.333.561	(240.339)	(136.004)	5.180.123	(316.185)	(142.502)	5.353.431	(260.209)	(154.147)	5.192.973	(341.149)	(167.863)
Termo de título	22.497	(22.497)	(22.497)	--	--	--	22.497	(22.497)	(22.497)	--	--	--
Termo de moeda	5.292.794	(213.887)	(111.385)	5.164.438	(313.479)	(138.217)	5.312.664	(233.757)	(129.528)	5.177.288	(338.443)	(163.579)
Termo de mercadoria	18.270	(3.955)	(2.122)	15.685	(2.706)	(4.285)	18.270	(3.955)	(2.122)	15.685	(2.706)	(4.284)

(1) Contratos futuros de boi gordo.

(2) Swap cambial com ajuste periódico.

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013			31.12.2014			31.12.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	36.297	426	61	215.487	3.471	1.452	2.308.815	88.886	116.342	2.108.665	43.218	53.157
Moeda Estrangeira	36.297	426	61	215.487	3.471	1.452	1.382.525	37.934	41.301	1.760.949	21.730	30.577
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	800.790	48.194	73.425	261.716	20.292	21.463
Ações	--	--	--	--	--	--	56.500	2.357	1.595	86.000	1.196	1.117
Outros	--	--	--	--	--	--	69.000	401	21	--	--	--
De Venda - Posição Comprada	--	--	--	--	--	--	22.274.647	61.354	15.962	2.870.736	13.486	8.573
Moeda Estrangeira	--	--	--	--	--	--	1.780.139	12.711	3.887	586.075	2.515	451
Índice DI	--	--	--	--	--	--	19.375.800	7.769	--	1.964.000	247	--
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	904.368	33.126	1.389	74.561	1.447	539
Ações	--	--	--	--	--	--	203.000	7.585	10.658	219.600	7.366	6.090
Outros	--	--	--	--	--	--	11.340	163	28	26.500	1.911	1.493
De Compra - Posição Vendida	46.496.861	(685.923)	(1.048.760)	23.662.280	(402.018)	(747.682)	5.320.625	(195.238)	(654.765)	4.340.278	(189.800)	(416.572)
Moeda Estrangeira	18.150	(491)	(647)	1.081	(75)	(19)	1.946.705	(52.862)	(98.003)	1.436.456	(15.916)	(33.160)
Pré-fixados	46.478.711	(685.432)	(1.048.113)	23.661.199	(401.943)	(747.663)	1.547.218	(92)	(362.772)	2.344.824	(102.193)	(323.495)
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	1.573.202	(138.540)	(193.237)	542.298	(71.235)	(59.763)
Ações	--	--	--	--	--	--	253.500	(3.744)	(753)	16.700	(456)	(154)
De Venda - Posição Vendida	46.761.702	(45.974.210)	(45.689.876)	23.934.610	(23.111.317)	(22.932.672)	22.805.890	(1.524.902)	(1.055.175)	5.767.504	(2.034.090)	(1.957.906)
Moeda Estrangeira	36.297	(420)	(71)	215.487	(3.471)	(1.509)	1.124.846	(10.468)	(1.583)	1.120.449	(7.385)	(2.110)
Pré-fixados	46.478.711	(45.969.404)	(45.687.640)	23.661.199	(23.105.697)	(22.928.960)	1.547.218	(1.492.456)	(1.042.289)	2.344.824	(2.015.367)	(1.947.447)
Índice DI	--	--	--	--	--	--	19.371.250	(5.747)	--	1.962.750	(102)	--
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	390.612	(8.165)	(4.843)	145.556	(4.940)	(3.418)
Ações	--	--	--	--	--	--	112.850	(3.314)	(4.167)	136.001	(4.147)	(2.728)
Commodities	246.694	(4.386)	(2.165)	57.924	(2.149)	(2.203)	246.694	(4.386)	(2.165)	57.924	(2.149)	(2.203)
Outros	--	--	--	--	--	--	12.420	(366)	(128)	--	--	--

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013			31.12.2014			31.12.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps												
Posição Ativa	52.829.606	827.168	847.795	31.569.769	621.177	691.924	17.515.377	1.206.385	1.322.672	37.296.513	867.304	1.036.163
DI	511.871	3.979	5.997	353.692	27.694	27.367	6.812.672	26.554	111.906	3.099.199	70.401	115.476
Moeda Estrangeira	6.422.397	776.846	786.765	8.872.143	500.834	566.498	7.553.136	935.268	943.065	10.079.132	551.663	653.261
Pré-fixado	45.895.338	46.343	55.033	22.338.834	91.597	96.788	736.473	52.704	88.329	22.441.253	95.822	102.722
IPCA	--	--	--	5.100	1.052	1.271	2.072.506	112.153	89.905	1.303.815	68.538	60.401
IGPM	--	--	--	--	--	--	226.500	39.207	38.866	256.575	52.692	60.929
Libor	--	--	--	--	--	--	91.200	40.354	49.573	--	--	--
Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	477	--	16
Outros	--	--	--	--	--	--	22.890	145	1.028	116.062	28.188	43.358
Posição Passiva	11.032.438	(755.604)	(881.301)	9.090.618	(427.171)	(574.318)	15.739.272	(1.140.369)	(1.315.869)	15.273.355	(730.578)	(955.240)
DI	136.599	659	(2.824)	141.346	(1.186)	(2.480)	1.072.754	(13.779)	(43.425)	2.608.350	(31.912)	(62.593)
Moeda Estrangeira	10.356.380	(690.981)	(814.406)	7.332.449	(318.128)	(443.985)	11.899.496	(740.518)	(865.010)	8.178.170	(297.589)	(441.226)
Pré-fixado	539.459	(65.282)	(64.071)	1.086.087	(109.397)	(122.638)	837.901	(90.886)	(106.603)	1.752.844	(147.743)	(168.349)
TMS	--	--	--	530.736	1.540	(5.215)	--	--	--	530.736	1.540	(5.215)
TR	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.933	(1.083)	(1.215)
IGPM	--	--	--	--	--	--	131.000	(39.953)	(42.452)	166.000	(46.675)	(56.058)
IPCA	--	--	--	--	--	--	1.653.368	(242.787)	(246.043)	1.807.744	(195.531)	(205.856)
Libor	--	--	--	--	--	--	125.702	(12.277)	(11.980)	191.916	(8.828)	(12.277)
Commodities	--	--	--	--	--	--	5.037	--	(98)	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	14.014	(169)	(258)	33.662	(2.757)	(2.451)
Outros Derivativos ⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Moeda Estrangeira	2.462.188	61.607	71.125	3.883.044	31.628	36.067	3.739.804	154.110	161.216	5.119.037	27.583	142.927
Posição Passiva												
Moeda Estrangeira	3.987.685	(227.893)	(239.757)	5.297.622	(88.006)	(95.078)	3.898.176	(245.932)	(257.966)	8.169.623	(88.689)	(193.925)

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2014	31.12.2013	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2014	31.12.2013
Contratos futuros	957.531	4.184.210	353.345	7.826.108	13.321.194	14.878.875	5.091.527	10.178.446	4.847.038	30.249.381	50.366.392	56.727.134
Contratos a termo	6.839.024	4.958.027	2.428.099	1.264.048	15.489.198	12.360.601	6.839.614	4.997.177	2.428.099	1.264.048	15.528.938	12.380.067
Contratos de Opções	89.993.963	2.418.442	785.358	97.097	93.294.860	47.812.377	3.230.596	42.479.273	5.868.011	1.132.097	52.709.977	15.087.183
Contratos de swaps	48.520.607	3.945.800	5.148.730	6.246.907	63.862.044	40.660.387	4.163.221	7.660.884	5.817.514	15.613.030	33.254.649	31.143.833
Derivativos de crédito	--	--	--	--	--	--	2.214	2.214	64.193	263.407	332.028	458.764
Outros	4.189.897	841.505	1.292.627	125.844	6.449.873	9.180.666	4.152.994	1.673.037	1.574.615	237.334	7.637.980	13.288.660

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2014)

	BB Banco Múltiplo					BB Consolidado					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
BM&FBovespa	13.268.145	--	246.693	--	--	50.313.343	--	139.378	--	--	--
Balcão											
Instituições financeiras	53.049	44.994	3.148.883	58.389.669	6.449.873	53.049	84.734	1.779.064	24.014.010	332.028	5.561.959
Cliente	--	15.444.204	89.899.284	5.472.375	--	--	15.444.204	50.791.535	9.240.639	--	2.076.021

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013			31.12.2014			31.12.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Credit Default Swap - CDS												
Posição Ativa - Risco Recebido	--	--	--	--	--	--	112.891	--	(2.641)	206.934	--	(844)
Posição Passiva - Risco Transferido	--	--	--	--	--	--	219.137	--	1.992	251.830	--	1.093
Por Indexador												
Posição Ativa - Pré-fixado	--	--	--	--	--	--	92.970	2.692	2.715	206.934	1.030	967
Posição Passiva - Pré-fixado	--	--	--	--	--	--	239.058	(2.977)	(3.364)	251.830	(338)	(2.904)

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (notional) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CAPD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Letras Financeiras do Tesouro	1.583.333	924.907	1.612.176	935.737
Notas do Tesouro Nacional	--	--	314.794	974.615
Letras do Tesouro Nacional	--	--	818.029	372.270
Títulos de governos estrangeiros	--	--	--	11.712
Outros	--	--	196.550	191.651
Total	1.583.333	924.907	2.941.549	2.485.985

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de Hedge				
Ativo	345.853	343.552	4.305.233	4.075.360
Futuro	--	--	3.812.821	3.595.161
Swap	345.853	343.552	492.412	480.199
Passivo	--	--	14.625.809	17.665.374
Futuro	--	--	12.321.527	17.665.374
Swap	--	--	2.304.282	--
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	14.410.885	16.926.492
Operações de crédito	--	--	11.901.850	15.822.393
Títulos e valores mobiliários	--	--	2.363.815	640.999
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	145.220	463.100
Passivo	345.183	342.150	4.191.103	3.719.542
Outros Passivos	345.183	342.150	4.191.103	3.719.542
Hedge de fluxo de caixa				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	--	--	359.018	300.422
Empréstimo - Bonds (principal)	--	--	359.018	300.422
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	238.312	199.417
Investimentos externos	--	--	238.312	199.417

Para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, o Banco contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de *hedge*

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Perdas dos itens objeto de hedge	--	(8.416)	--	(1.115.607)	(1.566.024)	(1.520.258)
Ganhos dos instrumentos de hedge	--	8.282	--	1.092.714	1.526.529	1.504.081
Efeito líquido	--	(134)	--	(22.893)	(39.495)	(16.177)
Ganhos dos itens objeto de hedge	5.143	5.143	46.229	2.410.942	4.022.996	1.974.731
Perda dos instrumentos de hedge	(5.986)	(5.986)	(43.536)	(2.389.111)	(3.987.706)	(1.987.549)
Efeito líquido	(843)	(843)	2.693	21.831	35.290	(12.818)

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013		31.12.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações de termo	514.395	62.599	210.211	48.851	534.265	62.599	229.958	48.911
Mercado de opções	61	--	1.452	--	61.495	70.809	40.859	20.871
Contratos de swaps	494.279	353.516	309.047	382.877	568.597	739.770	272.096	764.067
Derivativos de crédito	--	--	--	--	141	2.574	895	72
Outros Derivativos	65.322	5.803	32.472	3.595	138.159	23.057	111.691	31.236
Total	1.074.057	421.918	553.182	435.323	1.302.657	898.809	655.499	865.157
Passivo								
Operações de termo	(120.800)	(15.204)	(137.133)	(5.369)	(138.943)	(15.204)	(162.494)	(5.369)
Mercado de opções	(46.697.392)	(41.244)	(23.680.354)	--	(1.552.025)	(157.915)	(2.333.728)	(40.750)
Contratos de swaps	(321.365)	(559.936)	(254.053)	(320.265)	(477.313)	(840.429)	(289.410)	(665.830)
Derivativos de crédito	--	--	--	--	(73)	(3.291)	(2.904)	--
Outros Derivativos	(234.233)	(5.524)	(90.676)	(4.402)	(251.675)	(6.291)	(188.855)	(5.070)
Total	(47.373.790)	(621.908)	(24.162.216)	(330.036)	(2.420.029)	(1.023.130)	(2.977.391)	(717.019)

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Swap	327.212	121.012	267.774	268.600	78.587	502.090
Termo	74.076	187.530	101.223	76.000	339.396	304.996
Opções	(2.461.470)	(3.937.872)	(1.461.125)	(129.979)	(232.872)	(110.351)
Futuro	347.052	(183.237)	131.193	833.977	181.329	517.372
Derivativos de crédito	--	--	--	112	(3.536)	2.810
Outros Derivativos	(45.551)	14.393	(101.545)	(23.743)	(62.742)	(60.586)
Total	(1.758.681)	(3.798.174)	(1.062.480)	1.024.967	300.162	1.156.331

9 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	63.224.237	90.682.209	63.251.839	90.746.096
Exigibilidade adicional sobre depósitos	22.768.271	26.218.854	22.768.271	26.218.854
Depósitos de poupança	20.603.108	25.455.147	20.603.108	25.455.147
Depósitos à vista	14.087.807	16.275.235	14.113.482	16.317.471
Depósitos a prazo	5.761.416	13.396.071	5.761.416	13.414.844
Outros	3.635	--	3.635	--
Recursos de microfinanças	--	308.132	1.927	311.010
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	--	9.028.770	--	9.028.770
Sistema Financeiro da Habitação	2.303.481	2.138.974	2.303.481	2.138.974
Fundo de compensação de variações salariais	2.489.081	2.324.579	2.489.081	2.324.579
Provisão para perdas em créditos vinculados	(193.120)	(193.863)	(193.120)	(193.863)
Demais	7.520	8.258	7.520	8.258
Tesouro Nacional - Crédito Rural	129.510	57.370	129.510	57.370
Crédito rural - Proagro	260.361	167.310	260.361	167.310
Provisão para perdas em créditos vinculados	(130.851)	(109.940)	(130.851)	(109.940)
Total	65.657.228	92.878.553	65.684.830	92.942.440
Ativo circulante	65.606.579	92.874.887	65.634.181	92.938.774
Ativo não circulante	50.649	3.666	50.649	3.666

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

b) Resultado das aplicações compulsórias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.694.615	5.507.134	4.590.072	2.694.615	5.507.273	4.601.052
Exigibilidade adicional sobre depósitos	1.321.606	2.592.755	2.107.372	1.321.606	2.592.755	2.109.400
Depósitos de poupança	901.464	1.771.202	1.387.296	901.464	1.771.202	1.387.296
Exigibilidade sobre recursos a prazo	462.346	1.103.871	1.080.637	462.346	1.104.010	1.089.589
Recursos do crédito rural	9.199	39.306	14.767	9.199	39.306	14.767
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	81.434	150.844	163.844	81.434	150.844	163.845
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	16.559	31.131	24.415	16.559	31.131	24.415
Desvalorização de Créditos Vinculados	(10.973)	(20.602)	(92.227)	(10.973)	(20.602)	(92.227)
Total	2.781.635	5.668.507	4.686.104	2.781.635	5.668.646	4.697.085

10 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Operações de crédito	607.026.392	546.762.162	644.603.816	582.855.116
Empréstimos e títulos descontados	229.003.246	220.393.663	245.748.854	236.308.748
Financiamentos	169.129.871	152.132.201	189.218.205	171.619.948
Financiamentos rurais e agroindustriais	170.127.548	149.840.731	170.401.721	150.139.533
Financiamentos imobiliários	38.443.983	24.187.342	38.913.292	24.578.662
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	493	613	493	613
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	321.251	207.612	321.251	207.612
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	47.711.742	43.373.351	42.236.643	39.393.132
Operações com cartão de crédito ⁽²⁾	19.925.427	17.533.567	20.257.650	17.800.194
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽³⁾	12.566.495	11.238.040	12.906.242	11.683.692
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽⁴⁾	14.664.270	14.240.134	8.212.988	9.241.406
Avais e fianças honrados	235.369	136.228	539.570	442.422
Diversos	320.181	225.382	320.193	225.418
Operações de Arrendamento Mercantil	--	534	1.070.830	1.358.257
Total da Carteira de Crédito	654.738.134	590.136.047	687.911.289	623.606.505
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.060.164)	(21.142.418)	(27.311.720)	(23.661.823)
(Provisão para operações de crédito)	(24.249.769)	(20.474.705)	(26.104.655)	(22.651.975)
(Provisão para outros créditos)	(810.395)	(667.713)	(1.160.331)	(942.516)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(46.734)	(67.332)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	629.677.970	568.993.629	660.599.569	599.944.682

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Foram reclassificadas, em 31.12.2013, no BB Consolidado, de "Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito" as faturas de cartão de crédito a receber dos clientes do Banco Votorantim, no montante de R\$ 266.627 mil, para harmonização de práticas contábeis com o Banco do Brasil.

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(4) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Receitas de Operações de Crédito	45.660.808	82.080.542	67.640.226	49.957.870	91.080.146	74.418.316
Empréstimos e títulos descontados	23.541.650	45.104.295	39.369.824	25.160.387	49.097.110	42.363.140
Financiamentos	9.938.073	14.262.824	11.096.035	11.811.676	18.146.733	13.875.982
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.362.933	10.241.777	7.646.539	5.372.788	10.259.387	7.667.427
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	1.495.280	3.046.220	2.834.745	1.967.736	3.763.119	3.430.237
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.970.858	5.454.108	3.990.782	2.970.858	5.454.108	3.990.782
Financiamentos de moedas estrangeiras	551.060	810.224	870.349	565.396	836.417	892.491
Financiamentos habitacionais	1.492.967	2.628.278	1.434.533	1.498.179	2.636.847	1.440.305
Adiantamento sobre contratos de câmbio	151.497	273.061	274.906	429.271	572.346	557.684
Avais e fianças honrados	17.743	26.913	17.688	17.801	29.574	21.852
Demais	138.747	232.842	104.825	163.778	284.505	178.416
Receitas de arrendamento mercantil (Nota 10.i)	--	548	12.252	666.404	1.346.097	1.768.243
Total	45.660.808	82.081.090	67.652.478	50.624.274	92.426.243	76.186.559

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 95.266 mil no segundo semestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 54.502 mil), R\$ 122.746 mil no exercício de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 70.223 mil) e R\$ 61.096 mil no exercício de 2013 (com impacto no resultado de R\$ 34.953 mil). O valor contábil dessas operações era de R\$ 197.771 mil, R\$ 211.545 mil e R\$ 109.355 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Nessas demonstrações, apresentamos a carteira de crédito por setores de atividade econômica de modo mais amplo, de acordo com a atividade econômica principal do tomador de crédito, observada a aderência ao setor econômico do grupo controlador, quando aplicável, bem como em conformidade com as melhores práticas de mercado.

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Setor Público ⁽¹⁾	59.780.785	9,1%	48.743.809	8,3%	60.275.880	8,8%	49.213.460	7,9%
Administração pública	28.741.202	4,3%	18.833.290	3,2%	29.203.007	4,2%	19.243.566	3,1%
Petroleiro	19.480.155	3,0%	18.454.510	3,1%	19.480.155	2,8%	18.455.043	3,0%
Energia elétrica	10.198.015	1,6%	9.788.995	1,7%	10.231.265	1,5%	9.847.658	1,6%
Serviços	416.493	0,1%	284.130	0,1%	416.533	0,1%	284.309	0,0%
Demais atividades	944.920	0,1%	1.382.884	0,2%	944.920	0,1%	1.382.884	0,2%
Setor Privado ⁽²⁾	594.957.349	90,9%	541.392.238	91,7%	627.635.409	91,2%	574.393.045	92,1%
Pessoa Física	284.914.740	43,5%	250.235.736	42,4%	303.959.602	44,2%	269.167.839	43,2%
Pessoa Jurídica	310.042.609	47,4%	291.156.502	49,3%	323.675.807	47,0%	305.225.206	48,9%
Mineração e metalurgia	35.917.338	5,5%	36.064.201	6,1%	36.853.990	5,4%	36.302.161	5,8%
Agronegócio de origem vegetal	33.718.481	5,1%	32.866.138	5,6%	34.506.174	5,0%	33.388.924	5,4%
Automotivo	21.602.573	3,3%	21.192.160	3,6%	22.529.029	3,3%	21.958.119	3,5%
Serviços	22.135.085	3,4%	21.719.432	3,7%	23.120.702	3,4%	22.857.847	3,7%
Transportes	19.726.179	3,0%	16.866.702	2,9%	20.076.409	2,9%	17.216.362	2,8%
Combustíveis	19.427.654	3,0%	18.570.676	3,1%	19.820.970	2,9%	19.377.987	3,1%
Imobiliário	18.022.956	2,8%	13.564.649	2,3%	18.426.753	2,7%	13.679.510	2,2%
Comércio varejista	16.450.483	2,5%	15.562.894	2,6%	17.115.910	2,5%	16.113.480	2,6%
Energia elétrica	15.045.711	2,3%	8.549.828	1,5%	15.232.338	2,2%	8.715.117	1,4%
Agronegócio de origem animal	13.769.901	2,1%	12.766.056	2,2%	14.034.401	2,0%	12.985.749	2,1%
Atividades específicas da construção	12.286.046	1,9%	12.562.702	2,1%	12.693.680	1,8%	12.890.317	2,1%
Eletroeletrônico	10.416.396	1,6%	10.707.186	1,8%	10.529.628	1,5%	10.778.265	1,7%
Textil e confecções	11.068.425	1,7%	11.398.459	1,9%	11.413.662	1,7%	11.728.827	1,9%
Insumos agrícolas	9.548.536	1,5%	8.520.531	1,4%	9.697.249	1,4%	8.606.759	1,4%
Papel e celulose	9.229.934	1,4%	9.222.457	1,6%	9.568.838	1,4%	9.477.628	1,5%
Químico	7.644.071	1,2%	8.027.872	1,4%	7.986.785	1,2%	8.285.801	1,3%
Comércio atacadista e indústrias diversas	7.341.571	1,1%	7.063.738	1,2%	7.449.699	1,1%	7.117.910	1,1%
Madeireiro e moveleiro	6.697.376	1,0%	6.817.436	1,2%	6.754.916	1,0%	6.893.994	1,1%
Construção pesada	5.332.310	0,8%	5.437.991	0,9%	5.947.526	0,8%	5.530.739	0,8%
Telecomunicações	5.425.767	0,8%	6.166.398	1,0%	5.574.951	0,8%	6.742.232	1,1%
Instituições e serviços financeiros	4.785.499	0,7%	3.176.336	0,5%	5.803.057	0,8%	3.632.439	0,5%
Demais atividades	4.450.317	0,7%	4.332.660	0,7%	8.539.140	1,2%	10.945.039	1,8%
Total	654.738.134	100,0%	590.136.047	100,0%	687.911.289	100,0%	623.606.505	100,0%

(1) Os valores de R\$ 28.774.485 mil (BB Banco Múltiplo) e de R\$ 29.243.464 mil (BB Consolidado) divulgados nas demonstrações contábeis de 2013 referiam-se apenas a operações contratadas com a administração pública direta. Os valores constantes destas demonstrações contábeis referem-se a operações contratadas com a administração pública direta e órgãos da administração pública indireta, assim como com as empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços e instituições financeiras de propriedade ou controladas pelos governos, bem como com suas respectivas coligadas e controladas.

(2) Os valores evidenciados no item "Pessoa Física" incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	BB Banco Múltiplo										31.12.2014	31.12.2013	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H				
Operações em Curso Normal													
Parcelas Vencidas													
01 a 30	20.138.953	6.998.136	15.824.500	2.149.756	241.723	256.641	67.367	21.885	126.901	45.825.861	40.819.564		
31 a 60	16.608.881	4.786.741	6.054.659	1.097.285	95.250	171.401	44.465	16.036	267.152	29.141.870	28.040.479		
61 a 90	13.774.183	3.984.192	4.404.750	954.473	110.524	131.615	46.403	12.212	82.057	23.500.409	24.119.927		
91 a 180	39.910.299	8.853.300	11.000.151	2.355.825	246.491	443.315	154.739	59.212	267.675	63.291.007	60.171.731		
181 a 360	58.796.493	15.407.142	18.974.000	3.617.840	354.716	1.007.086	272.214	133.144	499.861	99.062.496	95.091.749		
Acima de 360	240.397.173	48.603.278	62.497.918	10.489.365	1.161.715	5.146.298	1.260.051	638.591	3.789.087	373.983.476	324.894.855		
Parcelas Vencidas													
Até 14 dias	156.234	110.884	243.425	95.032	27.217	42.966	10.558	19.645	26.463	732.424	651.785		
Demais ⁽¹⁾	355.522	--	--	--	--	--	--	--	--	355.522	611.022		
Subtotal	390.137.738	88.743.673	118.999.403	20.759.576	2.237.636	7.199.322	1.855.797	900.725	5.059.196	635.893.065	574.401.112		
Operações em Curso Anormal													
Parcelas Vencidas													
01 a 30	--	--	145.162	132.256	63.810	91.890	64.874	83.801	430.551	1.012.344	826.097		
31 a 60	--	--	47.654	75.368	37.595	55.684	39.176	49.188	215.021	519.686	474.357		
61 a 90	--	--	37.195	59.754	31.389	47.902	34.773	39.961	215.630	466.604	395.578		
91 a 180	--	--	94.087	160.555	76.602	137.933	102.659	126.853	556.577	1.255.266	1.100.070		
181 a 360	--	--	152.655	240.943	127.487	250.142	183.844	208.257	989.220	2.152.548	1.801.422		
Acima de 360	--	--	344.943	590.058	340.005	1.002.395	734.717	661.038	2.866.394	6.539.550	5.212.456		
Parcelas Vencidas													
01 a 14	--	--	11.652	28.722	20.413	24.408	16.839	17.534	94.191	213.759	193.792		
15 a 30	--	--	291.135	97.231	46.284	74.226	32.678	36.369	148.056	725.979	507.847		
31 a 60	--	--	4.926	235.706	83.111	129.979	67.778	66.622	308.228	896.350	771.110		
61 a 90	--	--	--	3.300	168.786	132.167	92.419	75.528	348.438	820.638	623.977		
91 a 180	--	--	--	1.604	3.673	186.181	266.423	165.540	660.445	1.283.866	1.132.539		
181 a 360	--	--	--	1	1.921	10.233	8.996	215.647	1.419.118	1.655.916	1.389.895		
Acima de 360	--	--	--	--	--	--	5.262	9.766	1.287.535	1.302.563	1.305.795		
Subtotal	--	--	1.129.409	1.625.498	1.001.076	2.143.140	1.650.438	1.756.104	9.539.404	18.845.069	15.734.935		
Total	390.137.738	88.743.673	120.128.812	22.385.074	3.238.712	9.342.462	3.506.235	2.656.829	14.598.600	654.738.134	590.136.047		

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procer, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 25.999 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

	BB Consolidado										31.12.2014	31.12.2013
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	20.502.012	8.571.382	16.031.716	2.283.597	292.066	269.298	71.766	23.811	144.301	48.189.949	43.859.134	
31 a 60	16.963.409	5.638.278	6.192.322	1.280.048	103.472	177.081	47.035	17.938	273.582	30.693.165	29.691.507	
61 a 90	14.144.430	4.813.288	4.549.610	1.089.761	120.903	139.181	49.354	13.936	99.934	25.020.397	26.251.216	
91 a 180	41.560.188	10.937.948	11.423.156	2.698.003	270.511	479.543	162.940	65.063	330.782	67.928.134	63.685.590	
181 a 360	60.005.238	18.177.917	19.782.540	4.220.444	403.618	1.039.410	287.305	143.332	526.254	104.586.058	100.588.076	
Acima de 360	242.247.602	54.363.819	65.320.283	12.373.904	1.395.594	5.214.476	1.288.348	659.078	3.966.818	386.829.922	339.124.689	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	156.250	1.820.007	307.728	96.979	31.244	43.304	10.617	19.661	27.948	2.513.738	688.039	
Demais ⁽¹⁾	355.522	--	--	--	--	--	--	--	--	355.522	611.023	
Subtotal	395.934.651	104.322.639	123.607.355	24.042.736	2.617.408	7.362.293	1.917.365	942.819	5.369.619	666.116.885	604.499.274	
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	166.875	155.087	74.276	100.519	70.978	89.465	476.319	1.133.519	948.391	
31 a 60	--	--	67.625	97.588	47.280	63.795	46.253	54.047	237.384	613.972	600.494	
61 a 90	--	--	55.858	82.847	40.710	55.430	40.034	44.502	236.851	556.232	537.738	
91 a 180	--	--	145.187	216.750	116.624	160.791	116.630	138.937	616.865	1.511.784	1.456.589	
181 a 360	--	--	230.790	329.567	165.388	284.915	207.216	227.830	1.080.836	2.526.542	2.387.361	
Acima de 360	--	--	468.675	745.628	406.263	1.076.388	775.349	689.669	3.026.674	7.188.646	6.142.851	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	13.384	43.964	30.135	30.501	20.029	19.851	105.367	263.231	238.656	
15 a 30	--	--	341.803	121.765	57.184	87.698	38.148	231.327	171.600	1.049.525	629.950	
31 a 60	--	--	7.218	287.303	99.039	141.359	74.864	75.155	335.502	1.020.440	1.182.843	
61 a 90	--	--	11.952	5.871	197.878	143.420	99.079	81.417	378.102	917.719	725.636	
91 a 180	--	--	--	2.612	6.310	210.313	293.465	191.915	751.173	1.455.788	1.303.101	
181 a 360	--	--	--	1	1.921	11.515	10.887	535.088	1.620.500	2.179.912	1.611.792	
Acima de 360	--	--	--	17.122	--	--	5.262	9.766	1.344.944	1.377.094	1.341.829	
Subtotal	--	--	1.509.367	2.106.105	1.243.008	2.366.644	1.798.194	2.388.969	10.382.117	21.794.404	19.107.231	
Total	395.934.651	104.322.639	125.116.722	26.148.841	3.860.416	9.728.937	3.715.559	3.331.788	15.751.736	687.911.289	623.606.505	

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procer, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 25.999 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	BB Banco Múltiplo							
		31.12.2014				31.12.2013			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	390.137.737	--	--	--	342.147.153	--	--	--
A	0,5	88.743.673	443.718	73.063	516.781	87.499.475	437.497	37.976	475.473
B	1	120.128.812	1.201.288	--	1.201.288	111.152.471	1.111.525	1	1.111.526
C	3	22.385.074	671.552	77.889	749.441	21.660.428	649.813	61.242	711.055
D	10	3.238.712	323.871	60.861	384.732	3.333.080	333.308	58.765	392.073
E	30	9.342.462	2.802.739	689.577	3.492.316	7.176.668	2.153.000	601.069	2.754.069
F	50	3.506.235	1.753.118	319.311	2.072.429	2.549.470	1.274.735	324.142	1.598.877
G	70	2.656.829	1.859.780	184.797	2.044.577	2.206.765	1.544.736	144.072	1.688.808
H	100	14.598.600	14.598.600	--	14.598.600	12.410.537	12.410.537	--	12.410.537
Total		654.738.134	23.654.666	1.405.498	25.060.164	590.136.047	19.915.151	1.227.267	21.142.418

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

Nível de Risco	% Provisão	BB Consolidado							
		31.12.2014				31.12.2013			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
AA	0	395.934.651	--	--	--	346.907.605	--	--	--
A	0,5	104.322.639	521.613	92.644	614.257	102.077.362	510.387	241.833	752.220
B	1	125.116.722	1.251.167	22.833	1.274.000	118.149.962	1.181.500	7.504	1.189.004
C	3	26.148.841	784.465	77.889	862.354	25.537.650	766.130	67.201	833.331
D	10	3.860.416	386.042	60.861	446.903	4.006.319	400.632	70.757	471.389
E	30	9.728.937	2.918.681	689.577	3.608.258	7.541.134	2.262.340	604.573	2.866.913
F	50	3.715.559	1.857.780	319.311	2.177.091	2.899.353	1.449.677	327.782	1.777.459
G	70	3.331.788	2.332.252	244.869	2.577.121	2.873.272	2.011.290	146.369	2.157.659
H	100	15.751.736	15.751.736	--	15.751.736	13.613.848	13.613.848	--	13.613.848
Total		687.911.289	25.803.736	1.507.984	27.311.720	623.606.505	22.195.804	1.466.019	23.661.823

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	22.362.954	21.142.418	18.867.399	24.796.813	23.661.823	21.210.060
Reforço/(reversão)	9.305.922	17.563.089	13.594.630	9.773.964	18.854.020	15.995.582
Provisão mínima requerida	9.270.643	17.384.858	13.414.999	9.880.390	18.812.055	15.685.345
Provisão adicional	35.279	178.231	179.631	(106.426)	41.965	310.237
Variação cambial - provisões no exterior	28.412	21.329	21.682	68.129	(23.433)	(5.514)
Baixas para prejuízo	(6.637.124)	(13.666.672)	(11.341.293)	(7.327.186)	(15.180.690)	(13.538.305)
Saldo Final	25.060.164	25.060.164	21.142.418	27.311.720	27.311.720	23.661.823

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	735.850	665.952	748.176	946.979	855.361	821.736
Reforço/(reversão)	175.438	251.535	75.457	208.847	295.432	64.935
Variação cambial - provisões no exterior	49	(117)	251	3.267	(3.243)	(2.082)
Baixas para prejuízo /outros ajustes	(1.809)	(7.842)	(157.932)	(15.714)	(4.171)	(29.228)
Saldo Final	909.528	909.528	665.952	1.143.379	1.143.379	855.361

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	534	507.749	752.710
De 1 a 5 anos	--	--	559.274	601.762
Acima de 5 anos	--	--	3.807	3.785
Total a Valor Presente	--	534	1.070.830	1.358.257

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Receitas de Arrendamento Mercantil	--	548	12.252	666.404	1.346.097	1.768.243
Arrendamento financeiro	--	548	12.252	666.404	1.346.097	1.768.243
Despesas de Arrendamento Mercantil	--	(534)	(11.754)	(595.385)	(1.201.426)	(1.593.410)
Arrendamento financeiro	--	(534)	(11.754)	(595.193)	(1.200.987)	(1.590.072)
Arrendamento operacional	--	--	--	(10)	(68)	(116)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	--	--	--	(182)	(371)	(3.222)
Total	--	14	498	71.019	144.671	174.833

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2014	% da Carteira	31.12.2013	% da Carteira
Maior Devedor	20.038.724	2,9	19.646.829	3,2
10 Maiores devedores	70.014.552	10,2	66.914.403	10,7
20 Maiores devedores	99.797.944	14,5	91.941.723	14,7
50 Maiores devedores	139.116.007	20,2	124.444.208	20,0
100 Maiores devedores	166.767.185	24,2	148.324.784	23,8

k) Créditos Renegociados

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	22.415.172	43.067.092	34.135.854	23.817.974	45.455.484	37.351.267
Renegociados por atraso ⁽²⁾	2.886.176	4.616.717	2.537.886	3.133.439	5.024.731	2.952.146
Renovados ⁽³⁾	19.528.996	38.450.375	31.597.968	20.684.535	40.430.753	34.399.121
Movimento dos créditos renegociados por atraso						
Saldo Inicial	7.564.163	7.093.500	6.260.714	8.658.508	8.192.010	7.265.675
Contratações ⁽²⁾	2.886.176	4.616.717	2.537.886	3.133.439	5.024.731	2.952.146
(Recebimento) e apropriação de juros	(428.359)	(746.527)	(70.293)	(632.191)	(1.113.084)	(324.506)
Baixas para prejuízo	(848.849)	(1.790.559)	(1.634.807)	(928.064)	(1.871.965)	(1.701.305)
Saldo Final ⁽⁴⁾	9.173.131	9.173.131	7.093.500	10.231.692	10.231.692	8.192.010
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		5.741.725	4.767.705		5.931.213	4.933.966
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		62,6%	67,2%		58,0%	60,2%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		1.424.479	1.382.830		1.446.326	1.408.352
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		15,5%	19,5%		14,1%	17,2%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 158.367 mil no Banco Múltiplo (R\$ 193.517 mil em 31.12.2013) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.230.776 mil (R\$ 5.394.415 mil em 31.12.2013) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Créditos contratados a liberar	154.664.706	158.529.128	147.956.001	146.983.600
Garantias prestadas ⁽¹⁾	11.368.409	12.957.636	12.981.696	17.373.241
Créditos de exportação confirmados	2.421.183	2.150.712	2.449.198	2.174.783
Créditos abertos para importação contratados	823.894	491.976	874.343	538.429
Recursos vinculados ⁽²⁾	1.216.845	1.051.800	1.264.972	1.060.628
Operações de crédito vinculadas ⁽²⁾	145.084	982.978	145.084	982.995

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 182.805 mil no Banco Múltiplo (R\$ 139.787 mil em 31.12.2013), e R\$ 193.877 no BB Consolidado (R\$ 145.678 mil em 31.12.2013) apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

(2) Em 31.12.2014, não há operações inadimplentes e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nestas operações.

m) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

	TADE ⁽¹⁾	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos e títulos descontados		3.369.930	3.402.755
Proger Urbano Investimento	18/2005	3.369.908	3.402.707
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	9	20
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	13	28
Financiamentos		690.573	707.323
Proger Exportação	27/2005	12.052	5.169
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	--	113
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	--	428
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	--	1.787
FAT Taxista	02/2009	258.634	195.550
FAT Turismo – Investimento	01/2012	163.091	97.950
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	256.796	406.326
Financiamentos rurais e agroindustriais		291.653	780.592
Proger Rural Custeio	02/2006	1.835	2.504
Proger Rural Investimento	13/2005	23.807	46.809
Pronaf Custeio	04/2005	3.626	8.162
Pronaf Investimento	05/2005	254.633	700.728
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	7.747	22.385
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	5	4
Total		4.352.156	4.890.670

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 – OUTROS CRÉDITOS
a) Créditos Específicos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.549.300	1.390.451	1.549.300	1.390.451
Outros	--	--	787	--
Total	1.549.300	1.390.451	1.550.087	1.390.451

b) Diversos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 25.e)	24.193.724	22.312.756	29.500.564	27.461.707
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	20.677.150	16.250.494	23.256.148	18.496.440
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a) ⁽¹⁾	19.925.427	17.533.567	20.257.650	17.800.194
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	15.418.982	14.606.013	15.418.982	14.606.013
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	10.914.595	6.333.283	10.914.595	6.333.283
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.878.585	11.996.386	10.435.285	13.225.990
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	8.274.132	7.966.278	8.274.132	7.966.278
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽²⁾	14.664.270	14.240.134	8.212.988	9.241.406
Ativos atuariais (Nota 27.e)	6.233.307	15.544.218	6.233.307	15.544.218
Aquisição de recebíveis	3.991.029	4.200.708	3.991.029	4.200.708
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	--	--	3.940.801	4.016.626
Títulos e créditos a receber - outros	1.412.782	1.349.593	2.581.984	2.406.375
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional	2.265.746	1.373.702	2.265.746	1.373.702
Devedores diversos – país ⁽¹⁾	1.519.239	1.232.332	2.054.404	1.576.201
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal ⁽³⁾	1.985.128	--	1.985.128	--
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	2.405.945	2.278.509	1.758.968	2.277.876
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	1.226.441	1.116.919	1.226.441	1.116.919
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	2.056.693	2.559.304	1.143.583	1.671.864
Adiantamentos e antecipações salariais	276.306	281.522	305.609	315.353
Devedores diversos - exterior	126.167	179.638	245.015	269.082
Devedores por depósitos em garantia - outros	8.375	12.807	178.967	164.241
Devedores por compra de valores e bens	51.367	61.847	51.896	62.009
Outros	491.178	777.275	552.356	1.087.482
Total	146.996.568	142.207.285	154.785.578	151.213.967
Ativo circulante	98.221.116	83.189.969	99.851.614	87.030.697
Ativo não circulante	48.775.452	59.017.316	54.933.964	64.183.270

(1) Em 31.12.2013, no BB Consolidado, foram reclassificadas do grupamento "Devedores diversos - país" para o grupamento "Operações com cartões de crédito", no montante de R\$ 266.627 mil, as faturas de cartão de crédito a receber dos clientes do Banco Votorantim.

(2) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(3) Recebíveis oriundos da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pela utilização da rede Banco Postal (Nota 16. a).

12 – CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar	15.745.408	14.296.217	16.424.851	14.766.729
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	32.788	28.916	32.788	28.916
Direitos sobre vendas de câmbio	15.007.433	15.561.219	15.318.188	15.585.514
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(13.522.786)	(13.008.908)	(13.568.454)	(13.015.143)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.655	5.341	5.655	5.341
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	143.022	142.306	154.871	153.787
Total	17.411.520	17.025.091	18.367.899	17.525.144
Ativo circulante	17.411.520	17.025.091	18.362.653	17.524.195
Ativo não circulante	--	--	5.246	949
Outras Obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	18.967.647	18.532.315	19.294.332	18.553.333
(Importação Financiada)	(10.177)	(16.289)	(10.177)	(16.289)
Obrigações por compras de câmbio	14.280.034	13.615.311	14.841.470	14.052.666
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(12.153.685)	(10.720.483)	(12.481.583)	(11.153.787)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	6.157	5.662	58.891	55.937
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	3.993	2.829	3.993	2.829
Total	21.093.969	21.419.345	21.706.926	21.494.689
Passivo circulante	17.378.967	10.493.750	17.991.924	10.569.094
Passivo não circulante	3.715.002	10.925.595	3.715.002	10.925.595
Carteira de Câmbio Líquida	(3.682.449)	(4.394.254)	(3.339.027)	(3.969.545)
Contas de Compensação				
Créditos abertos para importação	1.069.173	694.994	1.162.424	775.933
Créditos de exportação confirmados	2.421.183	2.150.712	2.449.198	2.174.783

b) Resultado de Operações de Câmbio

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Rendas de câmbio	5.166.806	9.348.541	9.647.976	6.350.031	11.401.729	11.270.412
Despesas de câmbio	(5.488.028)	(8.959.335)	(9.321.959)	(6.579.027)	(10.768.090)	(10.664.453)
Resultado de operações de câmbio	(321.222)	389.206	326.017	(228.996)	633.639	605.959

13 – OUTROS VALORES E BENS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Bens não de Uso Próprio	229.862	265.950	528.207	459.678
Imóveis	66.561	95.999	194.825	117.133
Bens em regime especial	152.023	159.202	152.890	160.810
Veículos e afins	240	288	146.687	162.824
Imóveis habitacionais	7.557	6.010	7.907	6.604
Máquinas e equipamentos	3.425	4.395	4.270	5.103
Outros	56	56	21.628	7.204
Material em Estoque	27.112	35.921	90.066	93.892
Subtotal	256.974	301.871	618.273	553.570
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(121.944)	(143.042)	(147.365)	(165.221)
Despesas Antecipadas	314.232	796.332	3.607.507	3.441.486
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	--	--	2.983.184	2.437.940
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	57	702	296.602	330.719
Despesa de pessoal - programa de alimentação	147.658	136.118	147.658	136.118
Dependências no exterior	24.953	16.925	52.390	35.305
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	111.923	525.427	27.296	288.107
Aluguéis	5.901	5.998	5.901	5.998
Promoções e relações públicas	1.598	--	1.598	--
Tributárias	31	21	31	21
Despesas com programa de relacionamento – milhas	--	89.081	--	89.081
Outros	22.111	22.060	92.847	118.197
Total	449.262	955.161	4.078.415	3.829.835
Ativo circulante	347.570	532.198	2.689.805	2.671.269
Ativo não circulante	101.692	422.963	1.388.610	1.158.566

(1) O Banco reconheceu, no exercício/2014, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 16.963 mil (reversão no valor de R\$ 25.007 mil no exercício/2013) no BB Banco Múltiplo e no valor de R\$ 2.150 mil (reversão no valor de R\$ 15.892 mil no exercício/2013) no BB Consolidado.

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 – INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2014			Saldo contábil	Resultado de equivalência	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2014			Saldo contábil	Resultado de equivalência
	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	31.12.2014	Exercício/2013	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	31.12.2014	Exercício/2013
No país	14.314.834	(4.112.445)	(38.114)	5.273.644	15.437.919	4.235.057	1.372.326	(114)	(175.392)	(15.764)	1.181.056	19.357
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.716.195	(55.132)	--	232.132	3.893.195	217.075	--	--	--	--	--	--
Banco Votorantim S.A. ⁽¹⁾	3.433.969	(59.666)	587	339.181	3.714.071	(35.699)	--	--	--	--	--	--
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	3.180.736	(1.832.042)	19.663	2.293.685	3.662.042	1.698.083	--	--	--	--	--	--
BB Banco de Investimento S.A.	2.766.615	(1.149.298)	(1.946)	1.209.765	2.825.136	1.347.555	--	--	--	--	--	--
BB Elo Cartões Participações S.A.	463.718	(57.358)	--	180.555	586.915	68.671	--	--	--	--	--	--
BB Tecnologia e Serviços S.A. ⁽¹⁾	161.639	(14.186)	90	60.063	207.606	32.280	--	--	--	--	--	--
BB Administradora de Consórcios S.A.	155.094	(172.295)	--	181.363	164.162	145.595	--	--	--	--	--	--
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	131.501	(755.067)	137	755.067	131.638	736.175	--	--	--	--	--	--
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	19.023	(17.142)	7	17.142	19.030	26.446	--	--	--	--	--	--
Cadam S.A.	25.929	--	--	(728)	25.201	(2.070)	25.929	--	--	(728)	25.201	(2.070)
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	12.011	--	--	5.161	17.172	3.258	--	--	--	--	--	--
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	7.136	(171)	--	180	7.145	97	--	--	--	--	--	--
Cia. Hidromineral Piratuba	2.462	(36)	32	67	2.525	201	2.462	(36)	32	67	2.525	201
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec ⁽³⁾	2.278	(52)	38	11	2.275	116	--	--	--	--	--	--
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽⁴⁾	228	--	--	--	228	--	228	--	--	--	228	--
BV Participações S.A. ⁽⁵⁾	--	--	--	--	--	(2.726)	--	--	--	--	--	--
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	--	--	--	--	--	--	8.747	(78)	--	(448)	8.221	4.089
Itapebi ⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22.058
Outras Participações ⁽⁷⁾	--	--	--	--	--	--	28.952	--	(5.664)	(14.655)	8.633	(4.921)
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	236.300	--	(56.722)	--	179.578	--	1.306.008	--	(169.760)	--	1.136.248	--

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2014			Saldo contábil	Resultado de equivalência	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2014			Saldo contábil	Resultado de equivalência
	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	31.12.2014	Exercício/2013	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado de equivalência	31.12.2014	Exercício/2013
No Exterior	2.870.081	(74.440)	(211.475)	1.182.486	3.766.652	953.442	271.847	--	(277.112)	591.757	586.492	586.228
Brasileira American Merchant Bank	1.023.383	--	147.186	51.180	1.221.749	57.393	--	--	--	--	--	--
Banco Patagonia	973.600	(74.440)	(110.850)	440.689	1.228.999	276.271	--	--	--	--	--	--
Banco do Brasil AG Viena ⁽⁸⁾	332.003	--	354.978	38.076	725.057	18.902	--	--	--	--	--	--
BB Securities LLC	88.352	--	16.539	38.077	142.968	23.395	--	--	--	--	--	--
BB Leasing Company Ltd	106.823	--	14.385	623	121.831	1.171	--	--	--	--	--	--
BB Americas	70.000	--	27.037	22.500	119.537	(8.725)	--	--	--	--	--	--
BB USA Holding Company	4.073	--	(3.127)	(371)	575	(1.193)	--	--	--	--	--	--
Outras participações no exterior	--	--	--	--	--	1.470	--	--	(45)	45	--	1.470
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	271.847	--	(65.911)	--	205.936	--	271.847	--	314.645	--	586.492	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	(562.744)	562.744	--	545.532	--	--	(562.744)	562.744	--	545.532
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	--	--	(21.325)	21.325	--	36.158	--	--	(21.325)	21.325	--	36.158
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	(7.643)	7.643	--	3.068	--	--	(7.643)	7.643	--	3.068
Total das Participações em Coligadas e Controladas	17.184.915	(4.186.885)	(249.589)	6.456.130	19.204.571	5.188.499	1.644.173	(114)	(452.504)	575.993	1.767.548	605.585
Imparidade acumulada	(4.267)	--	--	--	(4.267)	--	(6.998)	--	--	(2.020)	(9.018)	--

(1) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(2) Em 30.12.2014, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 32,16.

(3) As informações referem-se ao período de dezembro/2013 a novembro/2014.

(4) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(5) Empresa incorporada pelo Banco Votorantim (Nota 2.c).

(6) A participação na empresa Itapebi foi transferida para o grupo Neoenergia (Nota 2.d).

(7) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

(8) Inclui as participações societárias nas agências do Banco do Brasil em Madri e Paris, no montante de R\$ 357.346 mil, conforme reestruturação societária (Nota 2.b).

Saldos em 31.12.2014	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) líquido Exercício/2014	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No país						
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	3.893.195	232.132	3.000	--	100,00
Banco Votorantim S.A.	7.125.762	7.553.874	502.446	43.114.693	9.581.043	50,00
BB Seguridade Participações S.A.	5.646.767	6.631.538	3.462.145	1.325.000	--	66,25
BB Banco de Investimento S.A.	1.821.082	2.825.136	1.209.765	2.541	--	100,00
BB Elo Cartões Participações S.A.	406.515	586.915	180.555	10.000	--	100,00
BB Tecnologia e Serviços S.A.	121.807	222.974	55.809	248.458	248.586	99,97
BB Administradora de Consórcios S.A.	98.539	164.162	181.363	14	--	100,00
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	131.638	755.067	100.000	--	100,00
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	19.030	17.142	398.158	--	100,00
Cadam S.A.	183.904	90.230	(18.106)	--	4.762	21,64
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban ⁽¹⁾	265.802	380.746	104.272	508.185	--	13,53
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	6.288	7.172	181	10.168.639	--	99,62
Cia. Hidromineral Piratuba	4.098	16.588	1.205	663	--	15,44
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec ⁽²⁾	68.482	75.074	1.312	8	--	12,12
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	73.992	(4.067)	5.076	1.736	11,11
No Exterior						
Braslian American Merchant Bank	640.061	1.221.749	51.180	241.023	--	100,00
Banco Patagonia	223.260	2.084.223	747.395	424.102	--	58,96
Banco do Brasil AG Viena	259.634	725.057	38.076	338	--	100,00
BB Securities LLC	13.278	142.968	38.077	5.000	--	100,00
BB Leasing Company Ltd.	--	121.831	623	1.000	--	100,00
BB Americas	163.319	119.537	22.500	10.086	--	100,00
BB USA Holding Company	--	575	(371)	--	--	100,00

(1) Participação direta do BB Banco Múltiplo de 4,51%.

(2) Participação direta do BB Banco Múltiplo de 3,03%.

b) Outros Investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Investimentos por incentivos fiscais	10.834	10.833	94.585	98.533
Títulos patrimoniais	58	58	146	146
Ações e cotas	70.989	56.912	76.366	62.210
Outros Investimentos ⁽¹⁾	3.009	3.027	1.511.165	1.797.319
Outras participações no exterior	63.313	55.837	63.313	55.837
Total	148.203	126.667	1.745.575	2.014.045
(Imparidade acumulada)	(44.446)	(44.438)	(84.474)	(115.032)

(1) Inclui, no BB Consolidado, o montante de R\$ 1.067.909 mil (R\$ 1.019.478 mil em 31.12.2013), relativo aos investimentos da *holding* Neoenergia.**c) Ágios na Aquisição de Investimentos**

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	402.753	508.147	643.716	1.717.447	1.579.416	1.972.891
Adições ⁽¹⁾	--	--	--	51.110	410.024	19.458
Reduções ⁽²⁾	--	--	--	--	(45.683)	(56.313)
Amortizações ⁽³⁾	(46.201)	(92.029)	(101.004)	(126.156)	(241.790)	(322.055)
Variação cambial ⁽⁴⁾	28.962	(30.604)	(34.565)	81.900	22.334	(34.565)
Saldo Final	385.514	385.514	508.147	1.724.301	1.724.301	1.579.416

(1) Ajustes decorrentes da harmonização de práticas contábeis das investidas às práticas da investidora.

(2) Transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. para o grupamento "Intangível" (Nota 16.a).

(3) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(4) Incidente sobre os ágios do BB Americas, Banco Patagonia e da Merchant e-Solutions, Inc.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	93.301	95.095	94.670	34.548	35.230	32.670	385.514
Banco Votorantim S.A.	57.978	60.466	61.133	--	--	--	179.577
Banco Patagonia	32.252	30.590	27.851	28.390	28.955	24.541	172.579
BB Americas	3.071	4.039	5.686	6.158	6.275	8.129	33.358
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(37.320)	(38.038)	(37.868)	(13.819)	(14.092)	(13.068)	(154.205)
Total líquido	55.981	57.057	56.802	20.729	21.138	19.602	231.309
Outras participações							
BB-BI	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	629.290
Cielo S.A.	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	629.290
Cielo S.A.	45.233	47.075	47.016	44.525	18.126	192.683	394.658
Merchant e-Solutions, Inc.	44.032	45.694	45.416	42.927	16.428	186.059	380.556
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	730	854	1.031	984	1.042	3.734	8.375
Multisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.	222	256	283	311	336	1.638	3.046
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon)	249	271	286	303	320	1.252	2.681
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	100.467
Vida Seguradora S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	100.467
Elo Participações S.A.	19.439	22.876	23.591	24.330	--	--	90.236
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	19.439	22.876	23.591	24.330	--	--	90.236
BB Seguros Participações S.A.	17.409	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	65.701
Brasilcap Capitalização S.A.	13.659	9.154	8.593	8.780	7.659	--	47.845
IRB-Brasil Resseguros S.A.	3.750	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	17.657	19.429	21.349	--	--	--	58.435
Brasilveiculos Companhia de Seguros	17.657	19.429	21.349	--	--	--	58.435
Consolidado	296.964	322.151	343.140	280.189	251.248	230.609	1.724.301
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(112.197)	(121.697)	(129.759)	(105.839)	(97.291)	(80.367)	(647.150)
Total líquido	184.767	200.454	213.381	174.350	153.957	150.242	1.077.151

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM (Capital Asset Pricing Model)* ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,60%	12,22%
BB Americas	2,00%	9,44%
Vida Seguradora	3,00%	11,22%
Alelo	3,60%	12,21%
Brasilcap	3,60%	12,38%
IRB-Brasil Resseguros	3,60%	10,58%
Brasilveículos	3,00%	11,22%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos sete anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável dos ágios na aquisição da Cielo e do Banco Patagonia foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na BM&FBovespa e na Merval (Mercado de Valores de Buenos Aires), respectivamente.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
Banco Patagonia	R\$ 5,04 ⁽²⁾
Cielo (CIEL3)	R\$ 40,00

(1) Preço de fechamento das ações em 30.09.2014.

(2) Valor equivalente a ARS 17,45, conforme cotação ARS/BRL em 30.09.2014.

Nos exercícios de 2014 e 2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 – IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo							
	31.12.2013	Exercício/2014			31.12.2014			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Provisão)/ Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.103.773	843.419	(307.886)	(1.705)	6.010.462	(2.364.170)	(8.691)	3.637.601
Móveis e equipamentos de uso	1.203.074	387.074	(198.222)	--	3.152.953	(1.761.027)	--	1.391.926
Sistemas de processamento de dados	1.032.434	512.450	(410.781)	960	3.777.033	(2.641.970)	--	1.135.063
Instalações	203.569	31.478	(34.625)	--	939.472	(739.050)	--	200.422
Terrenos	185.682	(2.606)	--	--	183.076	--	--	183.076
Sistemas de segurança	168.028	21.907	(25.617)	--	382.898	(218.580)	--	164.318
Imobilizações em curso	286.905	(158.241)	--	--	128.664	--	--	128.664
Sistemas de comunicação	81.096	19.100	(13.622)	--	234.650	(148.076)	--	86.574
Sistemas de transporte	4.855	796	(646)	--	7.994	(2.989)	--	5.005
Móveis e equipamentos em estoque	1.793	(22)	--	--	1.771	--	--	1.771
Total	6.271.209	1.655.355	(991.399)	(745)	14.818.973	(7.875.862)	(8.691)	6.934.420

	BB Consolidado							
	31.12.2013	Exercício/2014			31.12.2014			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Provisão)/ Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.217.429	859.474	(314.555)	(1.705)	6.178.623	(2.409.289)	(8.691)	3.760.643
Móveis e equipamentos de uso	1.434.355	411.920	(240.758)	(92)	3.873.741	(2.267.192)	(1.124)	1.605.425
Sistemas de processamento de dados	1.135.391	608.749	(428.028)	960	4.126.516	(2.809.444)	--	1.317.072
Instalações	236.830	38.217	(39.486)	--	1.002.805	(767.244)	--	235.561
Terrenos	647.449	(447.306)	--	--	200.143	--	--	200.143
Sistemas de segurança	170.409	24.797	(26.024)	--	391.648	(222.466)	--	169.182
Imobilizações em curso	308.071	(154.499)	--	--	153.572	--	--	153.572
Sistemas de comunicação	95.889	21.051	(16.235)	--	276.533	(175.828)	--	100.705
Sistemas de transporte	10.875	4.448	(2.660)	--	39.134	(26.471)	--	12.663
Móveis e equipamentos em estoque	1.793	(22)	--	--	1.771	--	--	1.771
Total	7.258.491	1.366.829	(1.067.746)	(837)	16.244.486	(8.677.934)	(9.815)	7.556.737

16 – INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	BB Banco Múltiplo								
	31.12.2013	Exercício/2014				31.12.2014			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão) / Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.535.492	4.342.232	(447.343)	(1.919.569)	--	10.382.328	(3.821.776)	(49.740)	6.510.812
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ⁽²⁾	3.424.764	--	--	(709.393)	--	4.961.028	(2.245.657)	--	2.715.371
Softwares	878.698	469.212	--	(125.094)	(2.378)	1.940.233	(717.417)	(2.378)	1.220.438
Outros ativos intangíveis ⁽³⁾	2.650.287	--	(1.907.252)	(480.842)	--	262.193	--	--	262.193
Total	11.489.241	4.811.444	(2.354.595)	(3.234.898)	(2.378)	17.545.782	(6.784.850)	(52.118)	10.708.814

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Em 30.06.2014 o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil.

	BB Consolidado								
	31.12.2013	Exercício/2014				31.12.2014			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão) / Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.535.492	4.342.232	(447.343)	(1.919.569)	--	10.382.328	(3.821.776)	(49.740)	6.510.812
Ágio na aquisição de sociedades incorporadas ^{(2) (3)}	3.424.764	45.683	--	(707.956)	--	5.015.276	(2.252.785)	--	2.762.491
Softwares	1.505.299	370.751	(394)	(162.477)	(2.378)	2.815.829	(1.102.650)	(2.378)	1.710.801
Outros ativos intangíveis ⁽⁴⁾	2.662.583	--	(1.907.418)	(483.376)	(6.661)	282.141	(5.801)	(11.212)	265.128
Total	12.128.138	4.758.666	(2.355.155)	(3.273.378)	(9.039)	18.495.574	(7.183.012)	(63.330)	11.249.232

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se principalmente ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Inclui o valor de R\$ 45.683 mil referente à transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. do grupamento "Investimentos" (Nota 14.c).

(4) Em 30.06.2014 o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil.

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo					
	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Valores a amortizar	3.010.946	3.019.295	2.590.514	1.342.052	746.007	10.708.814

	BB Consolidado					
	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Valores a amortizar	3.113.302	3.121.649	2.692.334	1.443.123	878.824	11.249.232

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). O fluxo de caixa tem por base o resultado de 2014 da unidade geradora de caixa, o orçamento de 2015 e projeções internas de resultado a partir de 2016, por cinco anos.

As premissas adotadas para o cálculo são baseadas na Estratégia Corporativa do BB e em cenário macroeconômico. Elas consideram o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

O teste de imparidade do ágio da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. segue a mesma metodologia dos demais ágios por aquisição de investimentos, constantes na nota 14.e.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a.	Taxa de Desconto a.a.
Banco do Brasil - Estado de São Paulo - Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,5%	12,3%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ^{(1) (2)}	3,0%	13,9%

(1) Média geométrica dos cinco anos de projeção.

(2) Crescimento nominal na perpetuidade.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos exercícios de 2014 e 2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios de sociedades incorporadas.

17 – DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos à Vista	71.382.508	73.591.657	74.210.189	75.818.389
Pessoas físicas	33.550.409	32.481.255	33.942.740	32.614.732
Pessoas jurídicas	25.990.910	27.437.211	28.437.427	29.595.017
Vinculados	5.927.324	7.049.414	5.970.418	7.072.664
Governos	2.226.009	2.790.445	2.226.009	2.790.445
Empresas ligadas	1.020.371	776.660	982.662	732.097
Instituições do sistema financeiro	846.662	569.415	832.896	527.120
Moedas estrangeiras	706.951	1.355.823	706.951	1.355.823
Especiais do Tesouro Nacional	403.878	559.571	403.878	559.571
Domiciliados no exterior	204.987	131.480	202.201	130.537
Outros	505.007	440.383	505.007	440.383
Depósitos de Poupança	148.698.890	140.728.107	148.698.890	140.728.107
Pessoas físicas	140.036.529	132.510.762	140.036.529	132.510.762
Pessoas jurídicas	8.407.859	7.951.473	8.407.859	7.951.473
Empresas ligadas	240.767	250.253	240.767	250.253
Instituições do sistema financeiro	13.735	15.619	13.735	15.619
Depósitos Interfinanceiros	40.050.009	30.815.754	30.968.746	27.155.259
Depósitos a Prazo	208.186.082	238.499.727	214.483.944	247.311.253
Judiciais	114.899.093	101.669.497	115.010.129	101.768.835
Moeda Nacional	70.568.994	112.789.676	70.136.390	115.179.497
Moedas estrangeiras	17.117.521	17.920.965	23.736.951	24.243.332
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.478.914	5.208.690	4.478.914	5.208.690
Funproger (Nota 17.f)	233.939	201.236	233.939	201.236
Outros	887.621	709.663	887.621	709.663
Total	468.317.489	483.635.245	468.361.769	491.013.008
Passivo circulante	401.776.941	388.416.293	401.177.785	395.192.185
Passivo não circulante	66.540.548	95.218.952	67.183.984	95.820.823

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						31.12.2014	31.12.2013
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	120.330.838	15.477.724	11.312.637	25.232.952	35.831.931	--	208.186.082	238.499.727
Depósitos de poupança	148.698.890	--	--	--	--	--	148.698.890	140.728.107
Depósitos à vista	71.382.508	--	--	--	--	--	71.382.508	73.591.657
Depósitos interfinanceiros	1.813.337	18.540.807	14.220.200	4.828.213	638.241	9.211	40.050.009	30.815.754
Total	342.225.573	34.018.531	25.532.837	30.061.165	36.470.172	9.211	468.317.489	483.635.245

(1) Inclui o valor de R\$ 69.447.868 mil (R\$ 111.697.626 mil em 31.12.2013), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	BB Consolidado						31.12.2014	31.12.2013
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	120.431.058	20.211.289	12.471.962	25.510.321	35.853.007	6.307	214.483.944	247.311.253
Depósitos de poupança	148.698.890	--	--	--	--	--	148.698.890	140.728.107
Depósitos à vista	74.210.189	--	--	--	--	--	74.210.189	75.818.389
Depósitos interfinanceiros	1.635.636	10.000.534	13.518.227	4.630.916	719.546	463.887	30.968.746	27.155.259
Total	344.975.773	30.211.823	25.990.189	30.141.237	36.572.553	470.194	468.361.769	491.013.008

(1) Inclui o valor de R\$ 70.102.638 mil (R\$ 113.214.820 mil em 31.12.2013), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Carteira Própria	55.086.453	64.977.033	64.365.574	74.724.092
Títulos privados	48.323.785	34.122.356	56.847.255	41.630.853
Letras Financeiras do Tesouro	6.511.284	21.191.216	4.053.439	15.966.088
Letras do Tesouro Nacional	20.199	6.709.995	1.736.675	12.974.134
Notas do Tesouro Nacional	--	--	1.405.033	1.172.757
Títulos no exterior	231.185	2.953.466	285.865	2.973.368
Outros	--	--	37.307	6.892
Carteira de Terceiros	245.581.865	164.803.243	241.674.469	164.589.620
Letras do Tesouro Nacional	125.057.631	64.763.743	121.222.071	64.583.676
Notas do Tesouro Nacional	86.329.420	9.025.901	86.303.943	9.483.748
Letras Financeiras do Tesouro	32.999.180	89.405.617	32.999.180	88.984.254
Títulos no exterior	1.195.634	1.607.982	1.149.275	1.537.942
Carteira de Livre Movimentação	--	--	5.532	150.866
Total	300.668.318	229.780.276	306.045.575	239.464.578
Passivo circulante	288.017.924	219.614.390	292.361.623	228.235.770
Passivo não circulante	12.650.394	10.165.886	13.683.952	11.228.808

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Despesas de Captações com Depósitos	(15.671.363)	(30.594.571)	(26.122.053)	(16.266.276)	(31.817.482)	(27.281.304)
Depósitos a prazo	(5.011.588)	(10.235.381)	(10.261.467)	(5.568.558)	(11.364.701)	(11.327.518)
Depósitos de poupança	(5.164.518)	(9.928.837)	(7.676.350)	(5.164.518)	(9.928.837)	(7.676.350)
Depósitos judiciais	(5.160.050)	(9.722.944)	(7.703.528)	(5.159.804)	(9.722.656)	(7.703.382)
Depósitos interfinanceiros	(335.207)	(707.409)	(480.708)	(373.396)	(801.288)	(574.054)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(16.699.861)	(30.313.278)	(17.955.852)	(17.020.318)	(31.043.794)	(19.032.055)
Carteira de terceiros	(14.180.433)	(25.545.681)	(15.091.047)	(14.139.547)	(25.435.002)	(15.282.183)
Carteira Própria	(2.519.428)	(4.767.597)	(2.864.805)	(2.866.724)	(5.571.123)	(3.739.213)
Carteira de livre movimentação	--	--	--	(14.047)	(37.669)	(10.659)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	(7.238.352)	(12.847.674)	(6.192.376)	(8.545.726)	(14.774.139)	(7.854.576)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(4.994.838)	(8.833.146)	(3.727.834)	(5.065.559)	(8.962.770)	(3.817.446)
Letras financeiras	(1.343.314)	(2.421.485)	(1.572.101)	(1.796.270)	(3.296.364)	(2.182.274)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(489.143)	(906.529)	(808.035)	(1.261.096)	(1.809.908)	(1.763.375)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(411.057)	(686.514)	(84.406)	(422.801)	(705.097)	(91.481)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽²⁾	(242.260)	(458.582)	(445.704)	(242.260)	(458.582)	(445.704)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida ⁽³⁾	(928.789)	(1.631.395)	(1.377.464)	(928.789)	(1.628.687)	(1.374.029)
Outras	(362.338)	(713.982)	(563.787)	(398.703)	(795.897)	(638.177)
Total	(41.142.963)	(76.559.482)	(52.657.236)	(43.402.072)	(80.518.581)	(56.625.845)

(1) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 19.

(2) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(3) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital de Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			31.12.2014			31.12.2013		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Data final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf					120.175	289.782	409.957	224.913	719.632	944.545
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	481	2.362	2.843	--	4.060	4.060
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	110.778	270.733	381.511	202.257	668.763	871.020
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	4.476	--	4.476	2.316	11.914	14.230
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	11.813	7	11.820
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	258	1.152	1.410	341	1.859	2.200
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	4.182	15.535	19.717	8.186	33.029	41.215
Proger Urbano					52.129	3.190.908	3.243.037	148.006	3.223.491	3.371.497
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	52.126	3.190.902	3.243.028	147.996	3.223.478	3.371.474
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	3	6	9	10	13	23
Outros					142.537	683.383	825.920	187.860	704.788	892.648
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	408	11.947	12.355	423	5.123	5.546
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	RA	09/2007	--	--	--	--	474	--	474
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	903	425	1.328
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	--	--	--	4.641	1.668	6.309
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	65.397	257.715	323.112	72.164	195.143	267.307
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	9.228	162.119	171.347	99.311	97.737	197.048
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	67.504	251.602	319.106	9.944	404.692	414.636
Total					314.841	4.164.073	4.478.914	560.779	4.647.911	5.208.690

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2014 é de R\$ 233.939 mil (R\$ 201.236 mil em 31.12.2013).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Obrigações por Empréstimos

	BB Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2014	31.12.2013
No Exterior						
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	297.925	1.196.522	26.485.275	--	27.979.722	19.950.721
Tomados junto a banqueiros no exterior	3.760.534	11.536.410	3.761.382	1.630.542	20.688.868	14.990.617
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	162.009	--	--	162.009	428.631
Importação	102.154	66.129	73.140	--	241.423	218.065
Exportação	6.359	--	--	--	6.359	4.440
Total	4.166.972	12.961.070	30.319.797	1.630.542	49.078.381	35.592.474
Passivo circulante					17.128.042	16.047.009
Passivo não circulante					31.950.339	19.545.465

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2014	31.12.2013
No país						
Tomados pelas empresas não financeiras	--	--	1.751.978	--	1.751.978	295.302
Demais linhas de crédito	--	1.909	--	--	1.909	3.814
No Exterior						
Tomados junto a banqueiros no exterior	5.196.887	11.826.132	3.106.181	1.670.128	21.799.328	16.154.776
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	162.009	--	--	162.009	428.631
Importação	40.694	43.609	70.090	--	154.393	128.561
Exportação	77.345	49.475	--	--	126.820	304.125
Total	5.314.926	12.083.134	4.928.249	1.670.128	23.996.437	17.315.209
Passivo circulante					17.398.060	15.480.736
Passivo não circulante					6.598.377	1.834.473

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses**Do País – Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Tesouro Nacional - Crédito Rural		284.612	473.365	339.898	536.733
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	158.098	332.048	158.098	332.048
Cacau	Pré 6,35% a.a. IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a.	87.435	85.372	87.435	85.372
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	37.723	54.590	37.723	54.590
Outros		1.356	1.355	56.642	64.723
BNDES		43.250.644	42.685.432	44.281.798	43.967.974
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 0,40% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 1,30% a.a. a 6,83% a.a.	43.250.644	42.685.432	43.250.644	42.685.432
Banco Votorantim	Pré 0,70% a.a. a 7,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,50% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 1,30% a.a. a 2,50% a.a. Var. Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	--	--	1.031.154	1.282.542
Caixa Econômica Federal		12.359.686	4.219.810	12.359.686	4.219.810
Finame		32.396.646	27.526.488	33.204.750	28.477.344
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	32.396.646	27.526.488	32.398.036	27.528.447
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 8,30% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a.	--	--	806.714	948.897
Outras Instituições Oficiais		863.889	9.903.122	863.889	9.903.122
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.a)	TR	--	8.696.735	--	8.696.735
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.a)	--	--	332.035	--	332.035
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. ou 6,75% a.a. (se aplicado)	863.861	874.324	863.861	874.324
Outros		28	28	28	28
Total		89.155.477	84.808.217	91.050.021	87.104.983
Passivo circulante		33.760.190	31.456.475	34.415.072	32.268.744
Passivo não circulante		55.395.287	53.351.742	56.634.949	54.836.239

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	19.596.867	11.851.606	--	23.984
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477	477
Total	19.597.344	11.852.083	477	24.461
Passivo circulante	261.067	24.079	95	24.079
Passivo não circulante	19.336.277	11.828.004	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(4.805.160)	(4.918.092)	(5.152.111)	(4.157.331)	(4.284.032)	(4.014.169)
Despesas de Obrigações por Repasses	(5.763.134)	(7.468.775)	(4.737.461)	(5.456.713)	(7.212.571)	(4.572.466)
BNDES	(1.381.114)	(2.646.073)	(2.507.436)	(1.419.923)	(2.718.768)	(2.598.762)
do Exterior ⁽¹⁾	(3.706.416)	(3.706.416)	(1.409.888)	(3.345.161)	(3.345.161)	(1.113.731)
Finame	(308.185)	(590.251)	(616.595)	(321.167)	(617.803)	(652.292)
Tesouro Nacional	(608)	(38.976)	(81.854)	(3.651)	(43.017)	(85.993)
Caixa Econômica Federal	(292.447)	(341.014)	(38.387)	(292.447)	(341.014)	(38.387)
Outras	(74.364)	(146.045)	(83.301)	(74.364)	(146.808)	(83.301)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	(2.190.328)	(2.190.328)	(1.738.260)	(2.220.065)	(2.220.065)	(1.834.100)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(878.526)	(915.086)	(764.283)	(878.526)	(915.086)	(764.283)
Total	(13.637.148)	(15.492.281)	(12.392.115)	(12.712.635)	(14.631.754)	(11.185.018)

(1) No 1º semestre/2014 houve reclassificação dos saldos credores dessas despesas para o grupamento "Outras Receitas Operacionais – Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos" (Nota 22.e), em função do registro da variação cambial incidente sobre operações passivas com cláusula de reajuste cambial.

19 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil						146.294.452	109.989.732
Programa "Global Medium - Term Notes"						11.376.533	10.113.652
	R\$	350.000	9,75%	07/2007	07/2017	345.183	342.150
	USD	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	--	237.271
	USD	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	2.572.930	2.268.011
	USD	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.358.763	1.197.145
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	3.284.535	2.515.367
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	551.404	553.411
	EUR	700.000 300.000	3,75%	07/2013 03/2014	07/2018	2.519.088	2.280.146
	CHF	275.000	2,50%	12/2013	06/2019	744.630	720.151
"Senior Notes"						6.452.265	5.682.804
	USD	500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.346.214	1.185.458
	USD	1.925.000	3,88%	10/2012	10/2022	5.106.051	4.497.346
Notas Estruturadas	USD	50.230	0,9 a 3,55%		06/2021	143.540	302.680
Certificados de Depósitos ⁽¹⁾						9.291.680	10.325.498
Curto Prazo			0,06 a 4,54%			8.797.314	7.071.906
Longo Prazo			1,61 a 4,54%		06/2017	494.366	3.253.592
Certificados de Operações Estruturadas					02/2015	2.384	--
Letras de Crédito Imobiliário						14.155.946	3.390.290
Letras de Crédito do Agronegócio						102.325.298	77.887.575
Curto Prazo ⁽²⁾						21.576.941	12.932.745
Longo Prazo ⁽³⁾					12/2019	80.748.357	64.954.830
Letras Financeiras						2.546.806	2.287.233
Curto Prazo ⁽²⁾						2.506.321	--
Longo Prazo			104,00% a 106,50% DI		01/2017	40.485	2.287.233
Banco Patagonia ⁽⁴⁾						395.309	641.635
Curto Prazo	ARS					308.060	387.824
Longo Prazo	ARS				03/2016	87.249	253.811
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾						968.025	475.461
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior							
	USD	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	--	58.571
	USD	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	223.591	253.526
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	79.402	163.364
Notas Estruturadas	USD	250.000	Libor 6m + 2,5%	12/2014	04/2021	665.032	--
Banco Votorantim						11.456.946	12.018.845
Programa "Global Medium - Term Notes"						3.290.931	3.381.188
Curto Prazo ⁽²⁾						658.980	750.245
Longo Prazo ⁽⁶⁾					07/2020	2.631.951	2.630.943
Credit Linked Notes						16.672	54.965
Curto Prazo ⁽²⁾						--	24.980
Longo Prazo ⁽⁶⁾					12/2016	16.672	29.985

		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
Debêntures						59	752.209
Pós-fixado	R\$		100,00% a 111,00% DI	06/2006	07/2027	59	752.209
Certificados de Operações Estruturadas	R\$		11,25%	06/2014	06/2015	16.140	--
Letras de Crédito Imobiliário			85,00% a 100,00% DI	01/2014	10/2017	200.433	93.918
Letras de Crédito do Agronegócio						1.426.963	1.266.062
Pré-fixado	R\$		10,20% a 11,81%	02/2014	12/2016	1.782	--
Pós-fixado	R\$		85,00 a 98,50% do DI	12/2007	03/2020	1.425.087	1.265.250
Pós-fixado	R\$		3,65% + IPCA	07/2014	07/2015	94	--
Pré-fixado	R\$		9,22% a 9,60%	06/2013	08/2014	--	812
Letras Financeiras						6.505.748	6.470.503
Pré-fixado	R\$		8,27% a 14,06%	07/2011	02/2024	397.352	343.092
Pós-fixado	R\$		3,67% a 5,90% + IGPM	06/2013	06/2016	6.417	1.133
Pós-fixado	R\$		100,00 a 118,00% do DI	06/2011	04/2019	5.880.620	5.843.861
Pós-fixado	R\$		3,11% a 7,42% + IPCA	01/2012	09/2021	202.004	207.080
Pós-fixado	R\$		109,30% da Selic	04/2012	04/2015	19.355	75.337
Empresas não Financeiras						1.547	20.202
Cibrasec							
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾	R\$		10,30%			1.547	2.451
Kepler Weber S.A.							
Debêntures	R\$		TJLP + 3,80%	09/2007	10/2020 ⁽⁸⁾	--	10.180
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros							
Debêntures	R\$		CDI + 1,50%	03/2010	03/2014	--	7.571
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁹⁾						(81.742)	(92.783)
Total						159.034.537	123.053.092
Passivo circulante						51.246.818	25.167.346
Passivo não circulante						107.787.719	97.885.746

(1) Títulos emitidos no exterior em USD, EUR, GBP, RMB, AUD, CHF e SGD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.891 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 21,00% a.a. a 28,00% a.a. e *Badlar* + 297 pto., a *Badlar* + 450 pto.

(5) As Entidades de Propósito Específico (EPE) "*Dollar Diversified Payment Rights Finance Company*" e "*Loans Finance Company Ltd*" foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. As EPE declaram não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pelas EPE com os recursos acumulados em sua conta.

(6) Operações com vencimento superior a 360 dias, sendo os certificados emitidos em moeda estrangeira e nacional.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Operação liquidada antecipadamente.

(9) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de dependências/controladas no exterior.

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações legais (Nota 28.d)	13.141.399	12.602.564	13.142.356	12.602.564
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	763.916	4.729.026	2.261.519	5.429.259
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	174.611	184.580	1.997.160	2.016.385
Impostos e contribuições a recolher	1.009.799	906.963	1.836.002	1.605.069
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	1.224.727	5.651.543	1.627.873	6.241.771
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	657.937	81.660	1.596.292	701.527
Outras	316.826	316.826	322.589	280.370
Total	17.289.215	24.473.162	22.783.791	28.876.945
Passivo circulante	16.830.606	19.696.585	20.370.981	22.222.882
Passivo não circulante	458.609	4.776.577	2.412.810	6.654.063

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Marinha Mercante	5.813.891	4.351.838	5.813.891	4.351.838
Pasep ⁽¹⁾	2.259.845	2.063.491	2.259.845	2.063.491
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.534.405	387.000	1.534.405	387.000
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	725.304	729.816	725.304	729.816
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	254.640	--	254.640	--
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera	--	21.995	--	21.995
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	--	25.241	--	25.241
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR/NPT	--	14.883	--	14.883
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	9.494	12.939	9.494	12.939
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	51.632	--	51.632	--
Outros	191.187	54.219	191.187	54.219
Total	10.840.398	7.661.422	10.840.398	7.661.422
Passivo circulante	6.629.365	5.219.026	6.629.365	5.219.026
Passivo não circulante	4.211.033	2.442.396	4.211.033	2.442.396

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						20.467.309	18.529.802
Recursos aplicados ⁽¹⁾						19.898.074	17.925.347
Recursos disponíveis ⁽²⁾						563.304	591.651
Encargos a capitalizar						5.931	12.804
CDBs Subordinados Emitidos no País						4.110.613	5.137.043
		900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	--	1.468.869
		1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.461.107	2.187.159
		1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.649.506	1.481.015
Dívidas Subordinadas no Exterior						7.861.671	7.644.863
	USD	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	--	710.925
	USD	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.787.935	1.584.030
	USD	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	4.045.769	3.563.218
	USD	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	2.027.967	1.786.690
Letras Financeiras Subordinadas						22.101.905	16.057.992
		1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.618.598	1.448.056
		1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.478.868	1.319.658
		335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	489.988	437.238
		13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	19.536	17.433
		700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	962.833	859.178
		512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	657.343	586.275
		215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	275.968	246.006
		115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	147.720	131.614
		35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	47.073	41.892
		49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	63.375	56.523
		690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	880.550	786.372
		300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	396	353
		873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	1.153.646	1.027.447
		52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	67.048	59.799
		308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	395.001	352.613
		184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	236.829	211.397
		12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	15.358	13.697
		7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	9.497	8.464
		100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	132.244	117.746
		20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	26.485	23.558
		500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	663.389	590.094
		315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	418.195	371.773
		100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	127.122	113.379
		10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	12.962	11.561
		27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	35.299	31.476
		40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	51.884	46.275
		17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	22.804	20.317
		22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	28.221	25.170
		1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.251.347	1.133.034
		4.680.900	111,00% do CDI	01/2013	01/2019	5.694.568	5.681.470
		266.400	111,00% do CDI	02/2013	02/2019 ⁽³⁾	--	288.124
		1.000.000	114,00% do CDI	03/2014	03/2021	1.095.127	--
		265.091	115,00% do CDI	04/2014	04/2021	288.116	--
		71.674	113,00% do CDI	05/2014	05/2021	77.577	--
		400.000	IPCA+8,08%	05/2014	05/2022	431.255	--
		52.000	112,00% do CDI	05/2014	05/2020	55.967	--
		3.037	114,00% do CDI	05/2014	04/2020	3.288	--
		78.386	114,00% do CDI	05/2014	05/2020	84.532	--
		64.000	114,00% do CDI	05/2014	05/2021	68.792	--
		703.341	115,00% do CDI	05/2014	05/2021	758.757	--
		30.100	112,00% do CDI	06/2014	06/2020	32.215	--
		50.000	114,00% do CDI	06/2014	06/2021	53.429	--
		119.700	115,00% do CDI	06/2014	06/2021	128.514	--

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
		12.000	113,00% do CDI	08/2014	08/2021	12.606	--
		15.600	112,00% do CDI	08/2014	08/2020	16.350	--
		261.500	114,00% do CDI	08/2014	08/2020	274.042	--
		14.700	115,00% do CDI	08/2014	08/2021	15.402	--
		30.000	113,00% do CDI	09/2014	09/2021	31.104	--
		100.000	114,00% do CDI	09/2014	09/2020	103.249	--
		1.500.000	115,00% do CDI	09/2014	09/2021	1.548.444	--
		37.880	115,00% do CDI	10/2014	10/2021	38.992	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil						54.541.498	47.369.700
Banco Votorantim							
CDBs Subordinados Emitidos no País						--	1.071.487
		260.000	CDI+1,67%	08/2009	08/2014	--	415.180
		7.500	IPCA+7,86%	08/2009	08/2014	--	13.376
		5.250	IPCA+7,92%	08/2009	08/2014	--	9.390
		2.500	IPCA+7,95%	08/2009	08/2014	--	4.475
		19.500	IPCA+8,00%	08/2009	08/2014	--	34.991
		250.000	CDI+1,64%	12/2009	12/2014	--	385.618
		135.000	CDI+1,67%	12/2009	12/2014	--	208.457
Nota Subordinada	USD	1.527.315	Pré 7,38%	01/2010	01/2020	1.690.932	1.481.180
Letras Financeiras Subordinadas						1.428.838	1.126.440
		94.950	CDI+1,28%	11/2010	11/2016	95.924	95.793
		30.000	CDI+1,57%	12/2010	12/2016	30.032	30.026
		324.900	CDI+1,91%	05/2011	05/2017	329.995	329.258
		35.550	IGPM+7,42%	05/2011	05/2017	51.473	46.246
		1.400	IPCA+7,63%	05/2011	05/2017	2.248	1.959
		4.650	IPCA+7,71%	05/2011	05/2017	7.493	6.524
		7.500	IPCA+7,81%	05/2011	05/2017	12.086	10.515
		45.000	IPCA+7,82%	07/2011	07/2016	71.328	62.032
		15.000	IGPM+7,57%	07/2011	07/2017	21.390	19.181
		6.922	IPCA+7,86%	07/2011	07/2019	10.936	9.509
		25.000	IPCA+7,77%	08/2011	08/2016	39.312	34.400
		1.250	115,00% do CDI	08/2011	08/2017	1.778	1.580
		10.050	IGPM+7,57%	08/2011	08/2017	14.335	12.864
		20.000	IPCA+7,76%	08/2011	08/2017 ⁽³⁾	--	27.249
		11.000	IPCA+7,72%	08/2011	08/2017	17.211	15.056
		25.000	IPCA+7,79%	08/2011	08/2017	39.245	34.315
		33.000	117,00% do CDI	09/2011	09/2017	34.068	33.893
		15.000	IGPM+6,62%	09/2011	09/2017	20.473	18.523
		250.000	119,00% do CDI	10/2011	10/2017	257.109	255.850
		18.000	IGPM+6,6%	10/2011	10/2017	24.377	22.076
		1.194	IPCA+7,00%	11/2013	11/2016 ⁽³⁾	--	1.214
		17.908	IPCA+7,10%	11/2013	11/2016 ⁽³⁾	--	18.208
		5.976	IPCA+7,20%	11/2013	11/2016 ⁽³⁾	--	6.046
		5.969	IPCA+7,25%	11/2013	11/2020 ⁽³⁾	--	6.052
		27.500	IPCA+7,94%	11/2013	11/2023	32.300	28.071
		25.000	CDI+1,72%	01/2014	01/2020	28.171	--
		22.050	118,00% do CDI	03/2014	03/2020	24.299	--
		10.000	118,00% do CDI	03/2014	03/2021	11.012	--
		25.000	CDI+2,16%	03/2014	03/2021	27.669	--
		400	116,00% do CDI	04/2014	04/2020	438	--
		5.100	118,00% do CDI	04/2014	04/2021	5.561	--
		1.500	IPCA+8,01%	04/2014	04/2020	1.657	--
		3.000	118,00% do CDI	05/2014	05/2020	3.250	--
		3.000	118,00% do CDI	05/2014	05/2021	3.248	--
		14.400	119,00% do CDI	05/2014	05/2021	15.507	--
		3.496	IPCA+8,02%	05/2014	05/2020	3.800	--
		4.800	IPCA+8,13%	05/2014	05/2021	5.167	--
		1.500	IPCA+8,63%	05/2014	05/2024	1.630	--
		2.500	IPCA+8,14%	05/2014	05/2024	2.710	--

Captações		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
		5.500	118,00% do CDI	06/2014	06/2020	5.917	--
		750	119,00% do CDI	06/2014	05/2021	808	--
		1.500	117,00% do CDI	06/2014	06/2020	1.612	--
		150	118,00% do CDI	06/2014	06/2021	160	--
		200	IPCA+7,98%	06/2014	06/2021	215	--
		5.500	IPCA+8,14%	06/2014	06/2024	5.910	--
		3.750	119,00% do CDI	06/2014	06/2021	4.035	--
		780	117,00% do CDI	07/2014	07/2020	823	--
		450	118,00% do CDI	07/2014	07/2021	477	--
		252	117,00% do CDI	09/2014	08/2020	262	--
		258	117,00% do CDI	09/2014	09/2020	268	--
		18.300	118,00% do CDI	09/2014	09/2021	19.069	--
		250	IPCA+7,32%	09/2014	08/2020	260	--
		150	IPCA+7,48%	09/2014	09/2020	156	--
		150	IPCA+7,61%	09/2014	08/2020	156	--
		74.700	118,00% do CDI	10/2014	10/2021	77.065	--
		30.000	IPCA+7,52%	10/2014	10/2020	30.808	--
		1.272	IPCA+6,84%	11/2014	11/2016	1.294	--
		19.087	IPCA+6,94%	11/2014	11/2016	19.412	--
		6.362	IPCA+7,09%	11/2014	11/2020	6.451	--
		6.362	IPCA+7,02%	12/2014	11/2016	6.448	--
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim						3.119.770	3.679.107
Valor eliminado na consolidação						(10.527)	(491)
Total das Dívidas Subordinadas (4)/(5)						57.650.741	51.048.316
Passivo circulante						4.110.613	3.251.281
Passivo não circulante						53.540.128	47.797.035

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente

(4) O montante de R\$ 37.065.165 mil (R\$ 32.747.645 mil em 31.12.2013) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR). Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil (Nota 29.f).

(5) Inclui o montante de R\$ 5.334.900 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado					
		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2014	31.12.2013
Bônus Perpétuos						
	USD	1.500.000	8,50%	10/2009	4.037.923	3.558.392
	USD	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	4.835.886	4.277.041
	USD	2.000.000	6,25%	01/2013	5.355.519	4.720.277
	R\$	8.100.000 ⁽¹⁾	5,50%	09/2012	149.587	8.324.729
	USD	2.500.000	9,00%	06/2014	6.627.916	--
Total Banco do Brasil					21.006.831	20.880.439
Valor eliminado na consolidação					(8.321)	(6.116)
Total Consolidado					20.998.510	20.874.323
Passivo circulante					368.814	320.248
Passivo não circulante					20.629.696	20.554.075

(1) Os bônus emitidos em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, oriundos de Contrato de Mútuo com a União, até 27.08.2014, eram autorizados pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (Capital Complementar) e estavam sujeitos ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192/2013, portanto eram reconhecidos nesse grupamento. Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793/2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar esse instrumento elegível ao capital principal. Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido (Nota 24.c), permanecendo neste grupamento o saldo de juros a pagar.

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 18.502.534 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.445.734 mil em 31.12.2013), sendo o montante de R\$ 16.132.770 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 29.f).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Operações com cartão de crédito/débito	19.548.519	17.409.035	19.548.519	17.409.035
Passivos atuariais (Nota 27.e)	7.769.579	8.134.976	7.769.579	8.134.976
Credores diversos no país	4.221.812	2.343.410	7.740.859	6.177.422
Provisões para pagamentos a efetuar	4.133.442	3.823.052	7.544.606	6.744.857
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	5.435.157	4.511.016	5.772.357	4.811.852
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.143.463	2.959.477	2.735.089	3.425.747
Recursos vinculados a operações de crédito	1.216.845	1.051.800	1.264.972	1.060.628
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.120.746	692.248	1.120.747	692.256
Credores diversos no exterior	61.130	129.015	1.092.004	870.196
Credores por recursos a liberar	1.003.725	1.323.398	1.003.725	1.323.398
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	973.651	534.975	973.651	534.975
Obrigações por convênios oficiais	733.450	711.949	733.450	711.949
Obrigações por cotas de fundos de investimento	--	--	634.174	1.006.711
Obrigações por aquisição de bens e direitos	492.936	517.694	506.966	530.579
Obrigações por operações vinculadas a cessão	321.366	209.474	345.409	264.918
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS	246.586	230.556	246.586	230.556
Provisões para garantias prestadas	182.805	139.787	193.877	145.678
Coobrigações em cessões de crédito	1.107	1.411	1.107	1.411
Outras	233.798	57.927	122.940	127.453
Total	49.840.117	44.781.200	59.350.617	54.204.597
Passivo circulante	40.846.545	35.817.487	49.910.566	44.478.562
Passivo não circulante	8.993.572	8.963.713	9.440.051	9.726.035

21 – OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Créditos das Operações

BB Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Prêmios diretos de seguros a receber	3.397.512	2.232.640
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.239.800	1.120.978
Crédito de operações de seguros com seguradoras	365.105	392.069
Crédito de operações com capitalização	7.692	11.252
Crédito de operações de previdência complementar	76	16
Total	5.010.185	3.756.955
Ativo circulante	4.104.489	3.739.624
Ativo não circulante	905.696	17.331

b) Provisões Técnicas

BB Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Seguros	10.442.325	8.722.993
Provisão de prêmios não ganhos	5.933.486	4.788.037
Provisão de sinistros a liquidar	3.405.527	2.856.839
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	759.609	644.026
Provisão complementar de cobertura	269.306	226.438
Outras provisões	74.397	207.653
Previdência	83.969.011	62.689.440
Provisão matemática de benefícios a conceder	81.648.799	60.270.487
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.207.718	1.032.773
Provisão de excedente financeiro	453.322	442.926
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	14.350	14.621
Outras provisões	644.822	928.633
Capitalização	7.808.676	6.316.911
Provisão matemática para capitalização	7.419.815	6.005.339
Provisão para sorteios e resgates	388.861	256.566
Outras provisões	--	55.006
Total	102.220.012	77.729.344
Passivo circulante	24.494.597	19.733.882
Passivo não circulante	77.725.415	57.995.462

c) Provisões Técnicas por Produto

BB Consolidado	31.12.2014	31.12.2013
Seguros	10.442.325	8.722.993
Vida	5.041.816	3.685.813
Ramos elementares	2.663.406	2.744.006
Auto	2.318.491	1.859.889
Dpvt	418.612	433.285
Previdência	83.969.011	62.689.440
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	60.362.072	41.363.459
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	17.451.080	15.252.001
Planos tradicionais	6.155.859	6.073.980
Capitalização	7.808.676	6.316.911
Total	102.220.012	77.729.344

d) Garantia das Provisões Técnicas

BB Consolidado	31.12.2014				31.12.2013			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	77.362.267	--	77.362.267	--	56.201.307	--	56.201.307
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.501.338	4.831.352	4.201.507	13.534.197	4.291.376	4.678.669	2.786.984	11.757.029
Títulos públicos	2.925.739	2.586.063	2.295.753	7.807.555	1.867.399	2.338.568	2.804.407	7.010.374
Títulos privados	1.406.515	200.694	1.675.544	3.282.753	1.319.635	194.925	863.378	2.377.938
Direitos creditórios	2.571.754	--	--	2.571.754	1.761.615	--	60.350	1.821.965
Imóveis	25.203	--	--	25.203	14.916	--	--	14.916
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	327	--	--	327	8.619	--	--	8.619
Total	11.430.876	84.980.376	8.172.804	104.584.056	9.263.560	63.413.469	6.515.119	79.192.148

e) Resultado Financeiro e Operacional

BB Consolidado	2º Semestre/2014				Exercício/2014				Exercício/2013			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Resultado financeiro	250.196	1.022.962	383.518	1.656.676	521.355	2.135.348	730.072	3.386.775	374.192	987.190	391.750	1.753.132
Receitas financeiras	715.137	3.455.250	403.796	4.574.183	1.221.962	7.080.345	757.050	9.059.357	569.282	3.212.623	423.221	4.205.126
Despesas financeiras	(464.941)	(2.432.288)	(20.278)	(2.917.507)	(700.607)	(4.944.997)	(26.978)	(5.672.582)	(195.090)	(2.225.433)	(31.471)	(2.451.994)
Atualização e juros de provisões técnicas	(31.402)	(560.787)	(239.256)	(831.445)	(48.732)	(1.509.448)	(442.356)	(2.000.536)	(30.578)	(743.224)	(301.448)	(1.075.250)
Resultado das operações	2.042.310	144.527	181.245	2.368.082	3.883.557	269.357	318.414	4.471.328	2.842.350	140.215	247.789	3.230.354
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	5.587.028	12.537.207	2.276.103	20.400.338	10.108.440	23.419.096	4.448.398	37.975.934	7.873.283	17.381.161	4.170.185	29.424.629
Variação das provisões técnicas	(682.264)	(12.307.398)	(1.881.736)	(14.871.398)	(1.076.841)	(23.008.755)	(3.707.872)	(27.793.468)	(1.158.027)	(17.172.363)	(3.542.171)	(21.872.561)
Sinistros retidos	(2.340.847)	(21.148)	--	(2.361.995)	(4.169.066)	(25.995)	--	(4.195.061)	(2.979.245)	(12.809)	--	(2.992.054)
Despesas de comercialização	(521.607)	(54.858)	(141.509)	(717.974)	(978.976)	(97.537)	(272.430)	(1.348.943)	(893.661)	(26.312)	(217.036)	(1.137.009)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(71.613)	(71.613)	--	--	(149.682)	(149.682)	--	--	(163.189)	(163.189)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(9.276)	--	(9.276)	--	(17.452)	--	(17.452)	--	(29.462)	--	(29.462)
Total	2.261.104	606.702	325.507	3.193.313	4.356.180	895.257	606.130	5.857.567	3.185.964	384.181	338.091	3.908.236

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

BB Consolidado	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Seguros	5.587.028	10.108.440	7.873.283
Prêmios emitidos	5.903.790	11.131.734	8.917.044
Prêmios de cosseguros cedidos	(98.591)	(203.999)	(129.711)
Prêmios restituídos	(13.060)	(21.764)	(25.245)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(205.111)	(797.531)	(888.805)
Previdência	12.537.207	23.419.096	17.381.161
Prêmios emitidos	11.258.003	21.199.704	15.255.635
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	1.279.204	2.219.392	2.125.526
Capitalização	2.276.103	4.448.398	4.170.185
Comercialização de títulos de capitalização	2.276.103	4.448.398	4.170.185
Total	20.400.338	37.975.934	29.424.629

22 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Rendas de cartões	1.451.713	2.757.818	2.328.475	2.911.568	5.521.924	4.872.563
Administração de fundos	1.052.757	2.056.478	1.755.364	2.065.312	3.846.008	3.422.617
Cobrança	758.633	1.461.966	1.385.138	772.891	1.486.877	1.411.187
Seguros, previdência e capitalização	215.890	414.624	380.035	742.339	1.426.635	1.198.844
Arrecadações	492.425	952.870	895.071	488.238	944.384	891.346
Operações de crédito e garantias prestadas	394.395	821.859	988.560	430.798	893.854	1.071.428
Interbancária	385.185	748.990	726.082	385.185	748.990	726.082
Rendas do mercado de capitais	17.493	19.870	5.145	253.443	481.367	524.004
Serviços fiduciários	150.060	190.087	229.215	209.461	397.464	333.365
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	189.724	354.693	277.221	189.724	354.693	277.221
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	191.223	336.437	269.467
Conta corrente	162.764	313.347	318.519	163.712	315.025	323.457
De coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	111.172	228.777	221.162
Prestados a ligadas	5.289	9.963	47.936	39.080	72.603	86.464
Outros serviços	379.571	746.048	533.784	737.595	1.378.642	1.124.323
Total	5.655.899	10.848.613	9.870.545	9.691.741	18.433.680	16.753.530

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Pacote de serviços	1.670.237	3.222.237	3.344.486	1.670.943	3.223.494	3.345.420
Operações de crédito e cadastro	651.717	1.233.828	1.154.489	777.318	1.474.937	1.386.154
Rendas de cartões	459.513	903.411	847.970	479.653	938.793	875.954
Transferência de recursos	164.543	300.053	243.116	164.654	300.306	243.626
Administração de fundos de investimento	238	238	--	160.570	286.828	290.484
Contas de depósito	107.110	206.020	206.600	107.270	206.352	207.111
Serviços fiduciários	8	8	8	25.491	47.594	49.394
Outras	70.630	135.727	121.438	82.872	157.972	148.841
Total	3.123.996	6.001.522	5.918.107	3.468.771	6.636.276	6.546.984

c) Despesas de Pessoal

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Proventos	(4.201.225)	(8.072.422)	(7.537.798)	(4.894.913)	(9.454.352)	(8.748.550)
Encargos sociais	(1.565.397)	(2.957.311)	(2.731.158)	(1.762.087)	(3.358.169)	(3.106.981)
Benefícios	(1.164.346)	(2.271.075)	(2.130.710)	(1.308.500)	(2.525.559)	(2.316.959)
Provisões administrativas de pessoal	(1.199.563)	(2.503.137)	(2.360.394)	(1.199.563)	(2.503.137)	(2.360.394)
Demandas trabalhistas	(513.245)	(850.252)	(1.225.502)	(618.935)	(1.055.164)	(1.350.198)
Previdência complementar	(239.993)	(427.789)	(380.901)	(244.834)	(436.795)	(386.642)
Honorários de diretores e conselheiros	(14.509)	(28.698)	(26.133)	(48.095)	(91.765)	(72.778)
Treinamento	(33.330)	(55.813)	(44.324)	(46.211)	(74.743)	(58.593)
Total	(8.931.608)	(17.166.497)	(16.436.920)	(10.123.138)	(19.499.684)	(18.401.095)

d) Outras Despesas Administrativas

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Amortização	(1.444.990)	(3.339.991)	(3.060.622)	(1.570.761)	(3.573.604)	(3.339.909)
Serviços de terceiros	(900.464)	(1.847.386)	(1.908.961)	(893.041)	(1.841.642)	(1.932.967)
Comunicações	(738.010)	(1.456.449)	(1.367.701)	(790.749)	(1.559.881)	(1.462.321)
Aluguéis	(593.897)	(1.138.558)	(991.192)	(678.155)	(1.301.029)	(1.144.351)
Transporte	(619.900)	(1.225.382)	(1.147.315)	(660.136)	(1.298.176)	(1.198.368)
Depreciação	(517.102)	(991.399)	(836.241)	(556.854)	(1.067.746)	(912.222)
Serviços de vigilância e segurança	(546.558)	(981.622)	(818.024)	(563.944)	(1.010.762)	(845.012)
Processamento de dados	(637.653)	(1.255.145)	(1.119.937)	(430.627)	(864.339)	(838.222)
Serviços técnicos especializados	(181.922)	(317.006)	(262.455)	(449.060)	(802.481)	(810.901)
Serviços do sistema financeiro	(317.462)	(620.111)	(709.261)	(401.719)	(788.211)	(897.001)
Manutenção e conservação de bens	(325.982)	(623.506)	(563.127)	(374.168)	(705.854)	(637.787)
Propaganda e publicidade	(206.357)	(399.800)	(371.097)	(286.469)	(544.339)	(493.383)
Água, energia e gás	(185.587)	(363.497)	(338.078)	(195.008)	(381.385)	(356.058)
Promoções e relações públicas	(149.843)	(260.065)	(230.856)	(155.008)	(268.807)	(260.981)
Viagem no país	(58.398)	(125.137)	(106.477)	(73.429)	(153.743)	(133.393)
Material	(65.733)	(123.493)	(122.836)	(80.301)	(146.328)	(144.918)
Outras	(333.710)	(574.821)	(634.271)	(528.551)	(887.138)	(990.995)
Total	(7.823.568)	(15.643.368)	(14.588.451)	(8.687.980)	(17.195.465)	(16.398.789)

e) Outras Receitas Operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Atualização de depósitos em garantia	1.023.712	1.945.816	1.325.823	1.023.712	1.945.816	1.314.003
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	--	1.700.328	--	98.718	1.839.393	209.747
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	456.661	1.348.061	598.311	456.661	1.348.061	598.311
Operações com cartões	338.447	567.068	274.641	712.961	1.232.582	683.558
Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais	327.753	886.749	801.736	442.579	1.002.452	805.626
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 27.f)	391.650	889.488	948.269	391.651	889.490	948.269
Recuperação de encargos e despesas	562.226	1.093.563	1.011.006	419.355	790.487	726.668
Rendas de títulos e créditos a receber	432.873	732.271	474.519	432.873	732.271	474.519
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	345.807	594.403	544.565
Royalties e participações especiais	45.614	166.746	38.815	45.614	166.746	38.815
Dividendos recebidos	35.347	72.065	44.320	5.017	7.559	22.822
Outras ⁽¹⁾	586.438	1.174.021	1.037.169	1.008.754	2.044.966	1.795.752
Total	4.200.721	10.576.176	6.554.609	5.383.702	12.594.226	8.162.655

(1) Inclui, no Exercício/2013, o montante de R\$ 209.421 mil relativo ao efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários – Refis (Notas 25.b e 28.d).

f) Outras Despesas Operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Operações com cartões crédito/débito	(907.774)	(1.701.417)	(1.575.881)	(1.476.368)	(2.732.840)	(2.484.702)
Demandas cíveis e fiscais	(912.964)	(1.860.974)	(1.789.390)	(931.214)	(1.930.478)	(1.888.460)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	--	(1.301.518)	--	(47.059)	(1.381.416)	(43.485)
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	(534.935)	(1.019.337)	(925.255)
Atualização das obrigações atuariais	(470.147)	(1.014.580)	(974.320)	(470.147)	(1.014.580)	(974.320)
Descontos concedidos em renegociação	(226.417)	(522.111)	(271.790)	(331.460)	(703.479)	(467.431)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(567.319)	(661.870)	--	(567.319)	(661.870)	--
Atualização de depósitos em garantia ⁽¹⁾	(408.453)	(538.835)	(250.126)	(408.453)	(538.835)	(250.126)
Parceiros comerciais ⁽²⁾	(1.225)	(12.229)	(5.244)	(127.961)	(270.271)	(372.374)
Autoatendimento	(104.386)	(237.675)	(261.780)	(104.386)	(237.675)	(263.198)
Falhas/fraudes e outras perdas	(118.622)	(194.367)	(228.850)	(138.224)	(228.943)	(255.268)
Bônus de relacionamento negocial	(87.742)	(196.136)	(210.741)	(87.742)	(196.136)	(210.741)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(93.930)	(158.612)	(129.374)	(93.930)	(158.612)	(129.374)
Convênio INSS	(15.931)	(31.158)	(27.614)	(15.931)	(31.158)	(27.614)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(13.825)	(26.925)	(23.335)	(13.825)	(26.925)	(23.335)
Despesas com Proagro	(12.471)	(25.020)	(18.915)	(12.471)	(25.020)	(18.915)
Previ - Ajuste atuarial	(6.704)	(11.648)	(19.032)	(6.704)	(11.648)	(19.032)
Atualização de JCP/Dividendos	(3.943)	(9.357)	(40.507)	(3.943)	(9.357)	(40.507)
Outras	(361.540)	(518.497)	(545.440)	(930.916)	(1.516.283)	(1.091.470)
Total	(4.313.393)	(9.022.929)	(6.372.339)	(6.302.988)	(12.694.863)	(9.485.607)

(1) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28.d.

(2) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

23 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Receitas não operacionais	97.346	176.465	10.011.038	215.287	416.421	10.365.535
Lucro na alienação de valores e bens	29.086	51.037	40.686	81.284	111.193	104.844
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	22.315	38.744	49.175	22.454	39.982	49.644
Rendas de aluguéis	9.975	18.970	12.864	15.902	28.928	17.447
Ganhos de capital	10.571	18.394	14.534	12.802	23.638	17.930
Lucro na alienação de investimentos / participação societária ⁽¹⁾	--	94	9.821.827	4.591	6.705	10.015.818
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	2.975	6.581	9.616	2.975	6.581	9.616
Outras rendas não operacionais	22.424	42.645	62.336	75.279	199.394	150.236
Despesas não operacionais	(32.228)	(61.863)	(63.124)	(148.369)	(215.759)	(189.396)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.137)	(8.725)	(7.685)	(47.016)	(58.565)	(42.125)
Desvalorização de outros valores e bens	(12.206)	(21.754)	(24.163)	(23.952)	(37.831)	(33.748)
Perdas de capital	(15.234)	(30.418)	(30.162)	(20.022)	(36.256)	(35.818)
Outras despesas não operacionais	(651)	(966)	(1.114)	(57.379)	(83.107)	(77.705)
Total	65.118	114.602	9.947.914	66.918	200.662	10.176.139

(1) Inclui, no exercício/2013, o ganho com a alienação das ações da BB Seguridade S.A. no valor de R\$ 9.820.460 mil.

24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	77.920.212	69.859.729
Valor patrimonial por ação (R\$)	27,86	24,87
Valor de mercado por ação (R\$)	23,77	24,40
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽¹⁾	80.613.194	72.224.795

(1) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.h).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2013) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, sem prazo de vencimento, com remuneração prefixada, pagamentos de juros semestrais, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

A referida captação, até 27.08.2014, era autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (capital complementar) e estava sujeita ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192, de 01.03.2013 (Nota 29.f).

Em 28.08.2014, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, foi celebrado um termo aditivo ao referido contrato com o objetivo de tornar o instrumento híbrido de capital e dívida elegível ao capital principal, em conformidade com o art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Após aditivação do contrato, a remuneração passou a ser integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Em 22.09.2014, o Bacen considerou o referido instrumento como elegível ao capital principal, na forma da Resolução CMN n.º 4.192/2013, a partir de 28.08.2014. Dessa forma, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, o instrumento mencionado foi reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.805 mil (R\$ 4.564 mil em 31.12.2013), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2014, foram realizadas reservas no montante de R\$ 1.759 mil (R\$ 81 mil no exercício de 2013) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2014	31.12.2013
Reservas de Capital	10.773	6.023
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	26.625.511	19.972.166
Reserva legal	5.468.217	4.902.575
Reservas Estatutárias ⁽¹⁾	21.157.294	15.069.591
Margem operacional	16.946.706	10.802.484
Equalização de dividendos	4.210.588	4.267.107

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 31.12.2014, os valores das Reservas de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 27.025.981 mil e R\$ 21.557.764 mil, respectivamente, devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 400.470 mil (Nota 24.h).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

f) Lucro por Ação

	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas	5.747.662	11.312.852	15.810.371
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.797.135.631	2.800.275.232	2.834.080.029
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,05	4,04	5,58

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
2º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	899.716	0,321	11.06.2014	30.06.2014
Dividendos pagos	216.417	0,077	19.08.2014	29.08.2014
3º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	941.310	0,337	11.09.2014	30.09.2014
Dividendos pagos	155.816	0,056	14.11.2014	28.11.2014
4º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	950.678	0,340	11.12.2014	30.12.2014
Dividendos a pagar	251.260	0,090	19.02.2015	27.02.2015
Total destinado aos acionistas	4.525.140	1,617		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.674.036	1,313		
Dividendos	851.104	0,304		
Lucro líquido do período	11.312.852			

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	753.777	0,265	11.03.2013	28.03.2013
Dividendos pagos	279.429	0,098	21.05.2013	31.05.2013
2º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	802.241	0,283	11.06.2013	28.06.2013
Dividendos pagos	2.177.881	0,767	22.08.2013	30.08.2013
3º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	886.279	0,314	11.09.2013	30.09.2013
Dividendos pagos	187.733	0,067	21.11.2013	29.11.2013
4º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	871.626	0,310	11.12.2013	30.12.2013
Dividendos pagos	365.182	0,130	13.02.2014	24.02.2014
Total destinado aos acionistas	6.324.148	2,234		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.313.923	1,172		
Dividendos	3.010.225	1,062		
Lucro líquido do período	15.810.371			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados

antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2014, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.469.614 mil (R\$ 1.325.569 mil no exercício de 2013).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil	5.747.662	11.312.852	15.810.371	77.920.212	69.859.729
Resultado não realizado ⁽¹⁾	(8.022)	(67.038)	(52.434)	(400.470)	(333.432)
Participação dos não controladores	--	--	--	3.093.452	2.698.498
Consolidado	5.739.640	11.245.814	15.757.937	80.613.194	72.224.795

(1) Nos exercícios de 2014 e 2013 houve eliminação de resultados não realizados decorrente de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2014				2º Semestre/2013			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos Tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(349.097)	(470.142)	61.525	(757.714)	(148.004)	(117.092)	(29.497)	(294.593)
Subsidiárias no Exterior	31.018	(815)	(85)	30.118	77.953	(54.151)	852	24.654
Coligadas e controladas	(110.267)	(136.201)	54.599	(191.869)	(103.826)	(148.013)	58.763	(193.076)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	1.590	190	(64)	1.716	1.533	44	(15)	1.562
Ganhos/(Perdas) atuariais – Planos de Benefícios	(6.240.432)	(4.267.706)	1.828.047	(8.680.091)	(7.540.938)	8.448.752	(3.578.410)	(2.670.596)
Total	(6.667.188)	(4.874.674)	1.944.022	(9.597.840)	(7.713.282)	8.129.540	(3.548.307)	(3.132.049)

	Exercício/2014				Exercício/2013			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeitos Tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(294.593)	(726.159)	263.038	(757.714)	1.031.280	(1.476.292)	150.419	(294.593)
Subsidiárias no Exterior	24.654	4.483	981	30.118	95.442	(70.434)	(354)	24.654
Coligadas e controladas	(193.076)	1.771	(564)	(191.869)	292.204	(815.214)	329.934	(193.076)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	1.562	233	(79)	1.716	1.428	203	(69)	1.562
Ganhos/(Perdas) atuariais – Planos de Benefícios	(2.670.596)	(10.539.014)	4.529.519	(8.680.091)	(4.570.548)	3.209.932	(1.309.980)	(2.670.596)
Total	(3.132.049)	(11.258.686)	4.792.895	(9.597.840)	(3.150.194)	848.195	(830.050)	(3.132.049)

j) Participação dos não Controladores

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2014	31.12.2013
Banco Patagonia S.A.	855.224	677.455
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	28	27
BB Tecnologia e Serviços S.A.	57	45
BB Seguridade S.A.	2.238.143	2.020.971
Participação dos não controladores	3.093.452	2.698.498

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2014		31.12.2013	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.659.005.282	57,9	1.670.678.890	58,3
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	87.368.167	3,0	98.145.267	3,4
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
FGO Fundo de Investimento em Ações	--	--	896.508	--
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	297.387.714	10,4	298.792.014	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar ⁽¹⁾	--	--	5.522.648	0,2
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	68.881.576	2,4	56.702.328	2,0
Outros acionistas	840.142.448	29,3	833.721.140	29,1
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.279.461.556	79,6	2.326.961.469	81,2
Residentes no exterior	585.955.464	20,4	538.455.551	18,8

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 31.12.2014 inclui 29.138 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (12.680 ações em 31.12.2013).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2014	31.12.2013
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	10.007	7
Diretoria Executiva	112.867	99.908
Conselho Fiscal	1.176	--
Comitê de Auditoria	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2014		31.12.2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	833.621.216	29,1	848.930.393	29,6
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	10.777.100		7.518.300	
Alienação de ações pelo BNDESPar	5.522.648		--	
Alienação/(aquisição) de ações pela Previ	1.404.300		(1.268.700)	
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	896.508		8.570.300	
Alienação de ações pelo FGEDUC – Investimento Multimercado	--		6.360.290	
Aquisição de ações - programas de recompra	(12.311.300)		(36.277.300)	
Aquisição de ações - pagamento baseado em ações	--		(224.981)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	109.093		12.914	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	840.019.565	29,3	833.621.216	29,1
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme a Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

m) Ações em Tesouraria

Em 13.07.2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08.01.2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13.06.2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06.06.2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.588 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06.06.2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 31.12.2014, foram adquiridas 5.461.900 ações, no montante de R\$ 142.769 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 24,80, R\$ 26,14 e R\$ 29,27, respectivamente.

Em 31.12.2014, o Banco possuía 68.881.576 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.621.507 mil, das quais 68.410.254 ações decorrentes dos programas de recompra, 471.290 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações

Programa 2011

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria. Em 08.03.2012, foram transferidas 130.131 ações aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. A primeira e a segunda parcela anual foram desbloqueadas em 08.03.2013 e 10.03.2014, respectivamente. A terceira parcela, de 43.361 ações será desbloqueada em 09.03.2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

O Banco do Brasil e a BB DTVM adquiriram 232.093 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação. O Banco adquiriu 212.301 ações, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014, e as demais diferidas para transferência futura, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	53.064	11.03.2015
Segunda parcela	53.064	10.03.2016
Terceira parcela	53.065	10.03.2017
Total	159.193	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 10.282 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva (3.170 ações no exercício de 2014). As demais, 9.510 ações, diferidas para transferência futura, em parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.588 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 23,31 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.812 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	70.694	11.03.2015
Segunda parcela	70.694	11.03.2016
Terceira parcela	70.694	13.03.2017
Quarta parcela	70.694	12.03.2018
Total	282.776	

A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil, ao custo médio de R\$ 23,83, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 4.918 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em 4 parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

25 – TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Valores Correntes	2.279	(1.501.563)	(4.658.738)	(2.154.683)	(5.643.787)	(7.771.011)
IR e CSLL no país ⁽¹⁾	40.019	(1.413.450)	(4.576.853)	(1.962.036)	(5.199.340)	(7.335.116)
Imposto de Renda no exterior	(37.740)	(88.113)	(81.885)	(192.647)	(444.447)	(435.895)
Valores Diferidos	942.251	1.516.337	878.794	1.138.361	1.952.991	1.777.517
Passivo Fiscal Diferido	(344.958)	(1.037.784)	(414.200)	(312.971)	(837.916)	(90.610)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	133	2.434	17.217	59.260	160.307
Marcação a mercado	(71.727)	(27.304)	3.339	(56.957)	113.437	169.056
Ganhos atuariais	(190.213)	(634.216)	(228.196)	(190.213)	(634.216)	(228.196)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(163.381)	(310.066)	(236.128)	(163.381)	(310.066)	(236.128)
Lucros do exterior	153.336	--	--	153.336	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(44.444)	10.726	(62.972)	(44.444)	10.726	(62.972)
Créditos recuperados a prazo	(28.529)	(77.057)	107.323	(28.529)	(77.057)	107.323
Ativo fiscal diferido	1.287.209	2.554.121	1.292.994	1.451.332	2.790.907	1.868.127
Diferenças temporárias	1.252.888	2.600.643	1.186.735	1.416.687	2.828.691	1.721.894
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--	--	180	(500)	687
Marcação a mercado	34.321	(46.522)	122.697	34.465	(37.284)	161.984
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--	(16.438)	--	--	(16.438)
Total	944.530	14.774	(3.779.944)	(1.016.322)	(3.690.796)	(5.993.494)

(1) Contempla, no exercício de 2013, os efeitos tributários da adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - Refis - Lei 12.865/2013 (Nota 25.b).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Resultado Antes dos Tributos e Participações	5.544.823	12.758.672	21.618.722	8.410.617	18.034.650	24.796.078
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(2.217.929)	(5.103.469)	(8.647.489)	(3.364.247)	(7.213.860)	(9.918.431)
Encargos sobre JCP	756.795	1.469.614	1.325.569	756.795	1.469.614	1.325.569
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.799.696	2.582.452	2.075.399	512.894	230.397	242.234
Participação de empregados no lucro	292.254	575.392	803.030	325.544	637.527	871.288
Efeitos tributários Refis (Nota 28.d)	--	--	218.760	--	--	377.622
Outros valores	313.714	490.785	444.787	752.692	1.185.526	1.108.224
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	944.530	14.774	(3.779.944)	(1.016.322)	(3.690.796)	(5.993.494)

c) Despesas tributárias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Cofins	(1.208.012)	(2.260.387)	(2.220.031)	(1.686.063)	(3.192.754)	(3.078.065)
ISSQN	(325.925)	(626.059)	(611.562)	(441.109)	(840.854)	(807.533)
PIS/Pasep	(196.306)	(367.324)	(360.765)	(282.972)	(535.253)	(512.983)
Outras	(54.832)	(108.314)	(95.391)	(240.854)	(418.074)	(360.876)
Total	(1.785.075)	(3.362.084)	(3.287.749)	(2.650.998)	(4.986.935)	(4.759.457)

d) Passivo Fiscal Diferido

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	273.173	4.669.398	273.173	4.669.398
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	452.830	415.027	452.830	415.027
Decorrentes da marcação a mercado	244.581	377.472	317.567	435.566
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	183.809	106.752	183.809	106.752
Dependências no Exterior	9.686	10.061	80.324	11.761
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	--	133	141.805	358.779
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	58.616	70.668	58.616	70.668
Outros	2.032	2.032	119.749	173.820
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	1.224.727	5.651.543	1.627.873	6.241.771
Imposto de Renda	663.022	2.981.625	902.872	3.384.314
Contribuição Social	396.595	1.787.689	551.960	1.968.915
Cofins	142.030	758.907	148.853	764.338
PIS/Pasep	23.080	123.322	24.188	124.204

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2013	Exercício/2014		31.12.2014
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	20.853.829	9.874.628	(7.811.322)	22.917.135
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.108.580	7.735.347	(5.628.725)	15.215.202
Provisões passivas	6.358.962	1.677.331	(1.536.762)	6.499.531
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	450.895	--	(284.942)	165.953
Marcação a mercado	685.982	397.297	(341.220)	742.059
Outras provisões	249.410	64.653	(19.673)	294.390
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.458.907	--	(182.337)	1.276.570
Prejuízo fiscal/Base negativa	20	--	(1)	19
Total dos Créditos Tributários Ativados	22.312.756	9.874.628	(7.993.660)	24.193.724
Imposto de Renda	13.011.994	6.157.019	(4.868.476)	14.300.537
Contribuição Social	9.227.119	3.682.552	(3.097.006)	9.812.665
Cofins	63.349	30.157	(24.239)	69.267
PIS/Pasep	10.294	4.900	(3.939)	11.255

	BB Consolidado			
	31.12.2013	Exercício/2014		31.12.2014
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	25.336.978	10.501.181	(8.441.108)	27.397.051
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.934.449	7.885.260	(5.644.379)	17.175.330
Provisões passivas	7.420.265	1.769.958	(1.862.065)	7.328.158
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	450.895	--	(284.941)	165.954
Marcação a mercado	927.710	658.421	(548.296)	1.037.835
Outras provisões	1.603.659	187.542	(101.427)	1.689.774
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.458.907	--	(182.337)	1.276.570
Prejuízo fiscal/Base negativa	117.603	257.395	(1)	374.997
Superveniência de depreciação	548.219	--	(96.273)	451.946
Total dos Créditos Tributários Ativados	27.461.707	10.758.576	(8.719.719)	29.500.564
Imposto de Renda	16.453.646	6.715.887	(5.317.866)	17.851.667
Contribuição Social	10.929.068	3.983.382	(3.351.138)	11.561.312
Cofins	67.951	51.017	(43.626)	75.342
PIS/Pasep	11.042	8.290	(7.089)	12.243

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário – Não Ativado)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Créditos tributários no exterior	863.209	536.821	863.209	536.821
Diferenças temporárias	--	--	81.773	87.485
Total dos Créditos Tributários	863.209	536.821	944.982	624.306
Imposto de Renda	539.506	335.513	590.609	390.201
Contribuição Social	323.703	201.308	354.373	234.105

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	6.745.974	6.522.440	7.874.257	7.223.105
Em 2016	5.848.516	5.508.109	6.984.604	6.181.343
Em 2017	5.753.745	5.285.984	6.582.135	5.663.969
Em 2018	5.442.832	4.884.578	6.414.264	5.327.414
Em 2019	402.657	355.007	905.554	638.158
Em 2020	--	--	235.799	126.983
Em 2021	--	--	135.317	67.663
Em 2022	--	--	68.777	33.356
Em 2023	--	--	65.837	28.604
Em 2024	--	--	63.285	24.660
Em 2025	--	--	170.735	--
Total de Créditos Tributários em 31.12.2014	24.193.724	22.556.118	29.500.564	25.315.255

No exercício de 2014, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 7.993.660 mil, correspondente a 123,78% da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2013.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 28.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2014, está projetada para 4,5 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2015	44%	26%	39%	26%
Em 2016	32%	24%	29%	24%
Em 2017	24%	24%	23%	24%
Em 2018	--	24%	1%	24%
Em 2019	--	2%	2%	2%
A partir de 2020	--	--	6%	--

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Benefícios de curto prazo	27.006	53.030	54.425
Honorários e encargos sociais	20.630	41.039	36.097
Diretoria Executiva	18.827	37.669	32.964
Comitê de Auditoria	1.461	2.677	2.520
Conselho de Administração	164	348	259
Conselho Fiscal	178	345	354
Participações no lucro	5.354	10.236	16.729
Outros	1.022	1.755	1.599
Benefícios de rescisão de trabalho	--	--	2.968
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	3	3.372	--
Total	27.009	56.402	57.393

(1) Refere-se ao custo das ações relativas às parcelas dos programas de pagamentos baseados em ações de 2012 e 2013. No Exercício/2013 houve desbloqueio das ações do programa 2011, porém o custo de aquisição dessas ações foi incorrido pelo Banco no 1º semestre de 2012 (Nota 24.n).

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 24.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banco optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN n.º 3.750/2009. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência à comunidades urbano-rurais. No exercício de 2014, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 51.838 mil (R\$ 115.539 mil no exercício de 2013).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2014	Exercício/2013
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	10.368.449	13.177.301
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	48.415	136.373

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2014						Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	64.763.332	530.948	--	--	--	65.294.280
Títulos e valores mobiliários	--	45.379.081	129.205	--	--	--	45.508.286
Operações de crédito	--	136.470	715.424	85.546	--	25.481.303	26.418.743
Valores a receber de ligadas	--	50.480	14.022	--	--	--	64.502
Outros ativos ⁽⁷⁾	14.729.641	47.090	16.998.797	--	--	--	31.775.528
Passivos							
Depósitos à vista	434.785	14.362	218.328	121	104	1.769.191	2.436.891
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.704	207.993	209.697
Depósitos a prazo remunerados	--	10.079.244	3.909.158	--	1.672	16.252.664	30.242.738
Captações no mercado aberto	--	6.783.048	3.735.579	--	--	2.842.272	13.360.899
Obrigações por empréstimos e repasses	284.612	48.350.388	--	--	--	88.870.865	137.505.865
Outros passivos	310.139	46.160.229	7.519	18.528	--	184.523	46.680.938
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	3.058.388	6.800.000	--	--	--	9.858.388
2º Semestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	2.970.858	4.337.945	1.266.918	635	--	1.149.083	9.725.439
Despesas com captação	(608)	(4.543.931)	(207.947)	(18.242)	(108)	(3.061.226)	(7.832.062)
Exercício/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	5.468.940	7.390.129	2.447.498	1.307	--	2.071.969	17.379.843
Despesas com captação	(38.976)	(6.823.500)	(257.621)	(29.867)	(356)	(4.841.793)	(11.992.113)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobrás, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Além disso, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi e Previ.

(7) As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2013						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	42.181.597	--	--	--	7.086	42.188.683
Títulos e valores mobiliários	--	21.421.483	166.656	--	--	--	21.588.139
Operações de crédito	--	5.762	430.590	95.429	--	22.272.921	22.804.702
Valores a receber de ligadas	--	50.869	22.192	--	--	--	73.061
Outros ativos ⁽⁷⁾	9.097.436	52.040	11.951.997	551	--	--	21.102.024
Passivos							
Depósitos à vista	568.307	21.244	175.606	102	1.279	779.146	1.545.684
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.664	219.786	221.450
Depósitos a prazo remunerados	--	4.935.800	343.567	709	1.893	16.146.546	21.428.515
Captações no mercado aberto	--	5.894.871	1.358.646	--	--	110.076	7.363.593
Obrigações por empréstimos e repasses	473.365	31.889.552	--	--	--	84.334.852	116.697.769
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.555.950	22.265.207	145.509	12.753	--	--	30.979.419
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁹⁾	--	1.344.595	6.800.000	--	--	--	8.144.595
2º Semestre/2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	2.187.581	2.687.919	750.234	4.150	--	336.993	5.966.877
Despesas com captação	(49.789)	(2.775.459)	(12.594)	(5.346)	(172)	(2.842.764)	(5.686.124)
Exercício/2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	4.029.379	4.652.116	1.334.400	5.002	--	412.978	10.433.875
Despesas com captação	(81.854)	(4.790.708)	(65.455)	(6.405)	(337)	(4.707.438)	(9.652.197)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobrás, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Além disso, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi e Previ.

(7) As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (nota 11.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (nota 11.b).

(8) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido e Capital de Dívida - Bônus Perpétuos com o Governo Federal, reclassificado em 28.08.2014 para o Patrimônio Líquido (Nota 24.c).

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2014			31.12.2013		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.096	104.823	219.919	115.509	104.071	219.580
Plano de Benefícios 1 - Previ	23.981	88.138	112.119	25.849	87.167	113.016
Plano Previ Futuro	74.284	777	75.061	72.584	660	73.244
Plano Informal	--	3.709	3.709	--	3.917	3.917
Outros Planos	16.831	12.199	29.030	17.076	12.327	29.403
Planos de Assistência Médica	116.337	95.533	211.870	116.806	95.065	211.871
Cassi	103.269	88.134	191.403	103.459	87.136	190.595
Outros Planos	13.068	7.399	20.467	13.347	7.929	21.276

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Planos de Aposentadoria e Pensão	679.173	1.320.226	1.835.959
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	279.993	581.636	1.137.810
Plano Previ Futuro	237.485	427.359	361.039
Plano Informal	95.908	185.402	192.370
Outros Planos	65.787	125.829	144.740
Planos de Assistência Médica	544.500	1.013.570	970.181
Cassi	482.151	896.175	895.454
Outros Planos	62.349	117.395	74.727
Total	1.223.673	2.333.796	2.806.140

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.f.1) e dos Fundos de Contribuição e Utilização (Nota 27.f.2). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 1º semestre de 2015, estão estimadas em R\$ 743.064 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Planos de Aposentadoria e Pensão	75.673	633.799	(35.459)
Plano de Benefícios 1 - Previ	456.661	1.348.061	598.311
Plano Previ Futuro	(237.485)	(427.359)	(361.039)
Plano Informal	(69.214)	(146.705)	(142.999)
Outros Planos	(74.289)	(140.198)	(129.732)
Planos de Assistência Médica	(663.706)	(1.379.055)	(1.323.661)
Cassi	(603.331)	(1.260.715)	(1.213.209)
Outros Planos	(60.375)	(118.340)	(110.452)
Total	(588.033)	(745.256)	(1.359.120)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013. Considerando que, em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, as contribuições do Banco e dos participantes retornaram a partir de janeiro de 2014.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fuscsc e Prevbp, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fuscsc e Prevbp) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2014 e 31.12.2013.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	(113.522.849)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)
Custo de juros	(14.412.148)	(11.946.190)	(121.305)	(99.016)	(755.247)	(718.314)	(750.257)	(634.651)
Custo do serviço corrente	(502.741)	(565.900)	--	--	(116.703)	(136.080)	(38.970)	(41.725)
Custo do serviço passado	--	--	(25.402)	(43.983)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	8.394.631	9.268.627	185.004	192.084	507.409	536.639	424.664	426.885
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(2.841.570)	18.134.054	45.434	37.821	867.788	1.702.032	(92.328)	1.227.193
Saldo Final	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(122.884.677)	(113.522.849)	--	--	--	--	(5.115.870)	(5.033.968)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(938.008)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2013
Saldo Inicial	144.420.740	152.029.136	--	--	--	--	5.033.968	4.921.429
Receita de juros	17.611.010	13.708.711	--	--	--	--	621.916	475.875
Contribuições recebidas	581.637	1.137.977	185.004	192.084	507.409	536.639	151.576	149.825
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(8.394.631)	(9.268.627)	(185.004)	(192.084)	(507.409)	(536.639)	(424.664)	(426.885)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(19.073.110)	(13.186.457)	--	--	--	--	(266.926)	(86.276)
Saldo Final	135.145.646	144.420.740	--	--	--	--	5.115.870	5.033.968

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1) Valor justo dos ativos do plano	135.145.646	144.420.740	--	--	--	--	5.115.870	5.033.968
2) Valor presente das obrigações atuariais	(122.884.677)	(113.522.849)	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(6.428.867)	(5.971.976)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	12.260.969	30.897.891	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(1.312.997)	(938.008)
4) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	6.130.485	15.448.946	(920.380)	(1.004.111)	(5.830.331)	(6.333.578)	(916.046)	(702.015)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	acima 5 anos	Total
Plano 1 (Previ)	9,53	9.580.530	9.585.544	28.697.230	203.223.602	251.086.906
Plano Informal (Previ)	5,16	159.009	145.010	349.747	793.841	1.447.607
Plano de Associados (Cassi)	10,63	564.389	545.141	1.539.332	13.571.513	16.220.375
Regulamento Geral (Economus)	9,07	435.580	430.583	1.280.397	8.385.446	10.532.006
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,44	1.312	1.432	5.111	94.972	102.827
Plus I e II (Economus)	5,38	49.466	45.203	112.862	282.783	490.314
Grupo B' (Economus)	7,72	12.704	12.524	36.333	174.218	235.779
Prevmais (Economus)	13,96	9.960	10.339	33.390	573.358	627.047
Multifuturo I (Fusesc)	11,19	4.973	5.040	15.493	157.083	182.589
Plano I (Fusesc)	11,73	29.708	31.223	103.850	1.274.497	1.439.278
Plano BEP (Prevbep)	10,42	2.427	2.533	8.541	77.201	90.702

(1) Duração média ponderada da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Custo do serviço corrente	(128.416)	(251.370)	(282.950)	--	--	--	(47.639)	(116.704)	(136.080)	(9.482)	(19.522)	(17.696)
Custo dos juros	(3.575.439)	(7.206.074)	(5.973.094)	(58.637)	(121.304)	(99.016)	(343.253)	(755.247)	(718.314)	(197.496)	(267.520)	(106.479)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	4.160.516	8.805.505	6.854.355	--	--	--	--	--	--	148.801	173.729	--
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(10.577)	(25.401)	(43.983)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(212.439)	(388.764)	(358.815)	(80.131)	(149.403)	(135.779)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.644	4.178	19.770
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	456.661	1.348.061	598.311	(69.214)	(146.705)	(142.999)	(603.331)	(1.260.715)	(1.213.209)	(134.664)	(258.538)	(240.184)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Renda Fixa	46.440.688	44.380.493	4.490.711	4.101.845
Renda Variável ⁽¹⁾	74.607.857	86.219.182	227.912	457.923
Investimentos imobiliários	8.177.129	8.159.772	165.839	179.461
Empréstimos e financiamentos	4.946.825	4.823.653	104.875	102.190
Outros	973.147	837.640	126.533	192.549
Total	135.145.646	144.420.740	5.115.870	5.033.968
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.940.267	10.356.950	25.537	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	163.817	162.322	7.621	4.788

(1) No Plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 28.835.180 mil (R\$ 40.714.439 mil em 31.12.2013), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de inflação (a.a.)	6,07%	6,66%	6,23%	6,66%	6,04%	6,66%	6,07%	6,66%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	6,41%	6,19%	6,15%	6,33%	6,50%	6,31%	6,45%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,76%	13,50%	--	--	--	--	12,76%	13,55%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	1,01%	0,25%	--	--	--	--	0,73%	0,43%
Tábua de sobrevivência	AT-2000		AT-2000		AT-2000		AT-2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,31%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Valor apurado - Previ	134.450.819	138.817.850	(122.073.122)	(114.220.748)	12.377.697	24.597.102
Incorporação dos valores do contrato 97	13.687.582	13.663.084	(13.687.582)	(13.663.084)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.071.445	1.056.555	(1.071.445)	(1.056.555)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(14.064.200)	(9.116.749)	--	--	(14.064.200)	(9.116.749)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	13.947.472	15.417.538	13.947.472	15.417.538
Valor apurado - Banco	135.145.646	144.420.740	(122.884.677)	(113.522.849)	12.260.969	30.897.891

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

31.12.2014			Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	122.884.677	120.819.653	124.918.653	123.107.300	122.663.904	120.566.239	125.298.519
	Superávit/(déficit) do plano	12.260.969	14.325.994	10.226.994	12.038.347	12.481.743	14.579.408	9.847.128
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	920.380	885.132	956.509	--	--	909.699	931.342
	Superávit/(déficit) do plano	(920.380)	(885.132)	(956.509)	--	--	(909.699)	(931.342)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	5.830.331	5.700.483	5.958.207	5.831.606	5.829.089	5.707.305	5.958.359
	Superávit/(déficit) do plano	(5.830.331)	(5.700.483)	(5.958.207)	(5.831.606)	(5.829.089)	(5.707.305)	(5.958.359)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	5.042.173	4.983.974	5.098.047	--	--	4.944.403	5.144.583
	Superávit/(déficit) do plano	(1.031.152)	(972.947)	(1.087.020)	--	--	(933.376)	(1.133.556)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	31.638	32.879	30.431	--	--	30.629	32.697
	Superávit/(déficit) do plano	(1.956)	(3.196)	(748)	--	--	(947)	(3.014)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	360.249	341.135	379.984	--	--	352.996	367.793
	Superávit/(déficit) do plano	(360.249)	(341.135)	(379.984)	--	--	(352.996)	(367.793)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	125.278	122.355	128.125	--	--	122.923	127.716
	Superávit/(déficit) do plano	(125.278)	(122.355)	(128.125)	--	--	(122.923)	(127.716)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	190.028	189.861	190.231	--	--	184.695	195.641
	Superávit/(déficit) do plano	77.022	77.190	76.820	--	--	82.356	71.409
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	73.926	73.029	74.791	--	--	72.246	75.678
	Superávit/(déficit) do plano	57.201	58.098	56.337	--	--	58.882	55.450
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	561.185	559.500	562.867	561.186	561.182	554.996	567.606
	Superávit/(déficit) do plano	30.012	31.695	28.328	30.010	30.013	36.199	23.590
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	44.390	43.728	45.030	44.587	44.186	43.460	45.358
	Superávit/(déficit) do plano	41.403	42.066	40.765	41.208	41.608	42.334	40.436

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Plano 1 (Previ)	6.130.485	15.448.946	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(920.380)	(1.004.111)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(5.830.331)	(6.333.578)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(532.645)	(353.961)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(694)	(218)
Plus I e II (Economus)	--	--	(360.250)	(327.519)
Grupo B' (Economus)	--	--	(125.279)	(115.589)
Prevmais (Economus)	38.511	31.513	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	28.602	22.870	--	--
Plano I (Fusesc)	15.006	19.436	--	--
Plano BEP (Prevbep)	20.703	21.453	--	--
Total	6.233.307	15.544.218	(7.769.579)	(8.134.976)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	116.566	172.124	740.643
Atualização	5.635	15.181	78.060
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	--	(60.552)	(603.066)
Contribuição amortizante antecipada - Grupo Especial ⁽¹⁾	(3.312)	(7.864)	(43.513)
Saldo Final	118.889	118.889	172.124
Fundo de Destinação			
Saldo Inicial	--	--	2.373.525
Atualização	--	--	148.012
Valores transferidos para o Plano 1	--	--	(223.687)
Transferência para o Fundo de Utilização	--	--	(1.769.790)
Valores revertidos para o Plano 1	--	--	(528.060)
Saldo Final	--	--	--
Fundo de Contribuição			
Saldo Inicial	--	--	726.637
Atualização	--	--	55.745
Contribuições ao Plano 1	--	--	(491.231)
Valores revertidos para o Plano 1	--	--	(291.151)
Saldo Final	--	--	--
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	8.045.908	7.794.154	5.357.912
Valores transferidos do Fundo de Destinação	--	--	1.769.790
Contribuições ao Plano 1	(276.681)	(513.220)	--
Atualização	386.016	874.309	666.452
Saldo Final	8.155.243	8.155.243	7.794.154
Total dos fundos de destinação do superávit	8.274.132	8.274.132	7.966.278

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Destinação e de ContribuiçãoFundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Fundos de Destinação - Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros Créditos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição era constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco era transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição era corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Reversão dos Fundos de Destinação e de Contribuição

Em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, exigindo a sua recomposição. Dessa forma, conforme previsto no artigo 18 da Resolução CGPC n.º 26/2008, a utilização da Reserva Especial do plano foi interrompida e os valores contabilizados nos Fundos de Destinação e de Contribuições dos participantes e do patrocinador foram revertidos à Reserva de Contingência.

f.3) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Destacamos abaixo as principais ações fiscais envolvendo as empresas do conglomerado, cujos montantes são demonstrados de forma proporcional à participação detida pelo Banco:

Cofins: Discussões judiciais das empresas do grupo seguridade quanto à constitucionalidade da Lei n.º 9.718/1998, que passou a tributá-las pela Cofins, considerando todas as receitas (prêmios, financeiras e outras receitas não operacionais) na base de cálculo desse tributo. Entre maio/1999 e maio/2009 as companhias depositaram judicialmente a Cofins mantendo provisão em igual valor, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela Selic. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/1998 por meio da Lei n.º 11.941/2009, a partir de junho/2009 as empresas passaram a recolher a Cofins considerando apenas as receitas de prêmios na base de cálculo desse tributo, revertendo a provisão de Cofins constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da Cofins para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT n.º 2.773/2007, as empresas passaram a classificar a probabilidade de perda desse mérito como “possível”. Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é “provável” e encontra-se devidamente provisionada, totalizando R\$ 743.809 mil. Atualmente os autos encontram-se pendentes de julgamento de Recursos Especial e Extraordinário.

A Cielo discute judicialmente o afastamento da exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei n.º 10.833/2003, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, depositando judicialmente os valores apurados mensalmente. Desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa é provisionada, totalizando R\$ 306.883 mil. O processo judicial está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recursos Extraordinário, ainda pendente de julgamento.

CSLL: A Brasilprev discute judicialmente a inconstitucionalidade da Lei n.º 11.727/2008, referente à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15% aplicável às Instituições Financeiras e equiparadas a partir de maio de 2008. Desde janeiro de 2009, a Companhia vem depositando judicialmente o montante do tributo discutido, qual seja, a diferença de 6% da alíquota, mantendo provisão equivalente no montante de R\$ 241.606 mil.

Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em reclamações de clientes e usuários sobre indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários no período dos Planos Econômicos sobre aplicações financeiras e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de correção monetária e juros.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, geralmente julgadas nos Juizados Especiais Cíveis – JEC, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

O Banco é réu em processos exigindo o pagamento da diferença entre a taxa de inflação real e a taxa de inflação utilizada nas aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II) existentes nas décadas de 80 e 90.

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade por meio da opinião dos assessores jurídicos, complementados pela complexidade e pela experiência de transações semelhantes.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Demandas Trabalhistas						
Saldo Inicial	2.419.801	2.959.477	2.496.821	2.959.588	3.425.747	2.945.490
Constituição	283.533	865.211	1.064.039	381.849	1.081.151	1.286.242
Reversão da provisão	(177.149)	(1.111.652)	(86.416)	(191.525)	(1.166.595)	(339.599)
Baixa por pagamento	(529.319)	(875.809)	(794.822)	(590.825)	(967.857)	(850.354)
Atualização monetária	146.597	306.236	279.855	175.301	361.942	301.892
Valores adicionados/incorporados	--	--	--	701	701	82.076
Saldo Final	2.143.463	2.143.463	2.959.477	2.735.089	2.735.089	3.425.747
Demandas Fiscais						
Saldo Inicial	169.542	184.580	140.580	2.159.845	2.016.385	2.020.124
Constituição	36.120	110.848	59.870	167.572	374.637	407.518
Reversão da provisão	(18.200)	(108.724)	(18.608)	(410.058)	(524.446)	(49.726)
Baixa por pagamento	(15.091)	(18.951)	(5.424)	(23.289)	(29.645)	(510.801)
Atualização monetária	2.240	6.857	8.162	43.920	101.059	84.963
Valores adicionados/incorporados	--	--	--	59.170	59.170	64.307
Saldo Final	174.611	174.611	184.580	1.997.160	1.997.160	2.016.385
Demandas Cíveis						
Saldo Inicial	5.069.886	4.511.016	3.945.650	5.377.416	4.811.852	4.208.172
Constituição	1.069.325	3.411.811	3.883.738	1.176.236	3.593.374	4.014.597
Reversão da provisão	(243.069)	(1.694.004)	(2.949.995)	(282.499)	(1.770.030)	(2.989.420)
Baixa por pagamento	(524.750)	(964.162)	(592.140)	(568.050)	(1.053.981)	(650.820)
Atualização monetária	63.765	170.496	223.763	69.015	190.904	229.323
Valores adicionados/incorporados	--	--	--	238	238	--
Saldo Final	5.435.157	5.435.157	4.511.016	5.772.357	5.772.357	4.811.852
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	7.753.231	7.753.231	7.655.073	10.504.606	10.504.606	10.253.984

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.669.433	467.467	4.722.285
De 5 a 10 anos	65.572	1.426.227	1.025.938
Acima de 10 anos	84	103.466	24.134
Total	2.735.089	1.997.160	5.772.357

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que provavelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Demandas Trabalhistas	146.470	107.363	901.466	823.379
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	9.837.703	7.651.604	11.955.386	8.860.255
Demandas Cíveis	2.781.458	3.358.327	4.056.447	4.445.562
Total	12.765.630	11.117.294	16.913.299	14.129.196

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.462.448 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 220.474 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 67.636 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.392.894 mil.

c) Depósitos em Garantia de Recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Demandas Trabalhistas	3.961.215	3.219.484	4.103.332	3.324.680
Demandas Fiscais	6.021.356	5.552.964	8.319.104	7.570.252
Demandas Cíveis	10.694.579	7.478.046	10.833.712	7.601.508
Total	20.677.150	16.250.494	23.256.148	18.496.440

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 13.142.356 mil (R\$ 12.602.884 mil em 31.12.2013) relativo à seguinte ação:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social,

realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi desprovido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 6.569.726 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar", as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.369.980 mil, em 31.12.2014, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos Judiciais	15.418.982	14.606.013
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	7.601.971	6.789.002
Obrigação Legal - Provisão para Processo Judicial	13.141.399	12.602.564
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	6.569.726	6.030.891

O Banco Votorantim possui obrigações legais relativas à PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$ 957 mil em 31.12.2014 (R\$ 320 mil em 31.12.2013).

Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Leis n.º 11.941/2009 e n.º 12.865/2013

Em novembro de 2013, o Banco do Brasil e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei n.º 12.865/2013, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei n.º 9.718/1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras. O Banco do Brasil, também, utilizou da

prerrogativa do artigo 17 da Lei n.º 12.865/2013, que reabriu, até 31 de dezembro 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei n.º 11.941/2009.

Os principais processos incluídos nesses programas referem-se aos questionamentos: (i) calcular e recolher o PIS/Pasep e Cofins, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar n.º 70/1991, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718/1998; ii) CSLL – Dedutibilidade na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, deduzido da despesa de CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei n.º 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa e iii) IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre abonos pagos em dissídio coletivo alusivo ao período 1996/1997.

O total líquido resultante da adesão aos programas foi registrado no grupamento “Outras Receitas Operacionais” (Nota 22.e). O Banco do Brasil não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a Lei n.º 12.865/2013.

29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2014		31.12.2013		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	304.236.604	304.197.645	231.131.786	231.075.033	(38.959)	(56.753)	(38.959)	(56.753)
Títulos e valores mobiliários	220.441.991	224.153.475	200.418.074	201.306.389	2.260.649	95.314	3.711.484	888.315
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.450.835)	(793.001)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	3.711.484	888.315	3.711.484	888.315
Instrumentos financeiros derivativos	2.201.466	2.201.466	1.520.656	1.520.656	--	--	--	--
Operações de crédito	618.499.161	612.894.768	560.203.141	558.842.258	(5.604.393)	(1.360.883)	(5.604.393)	(1.360.883)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	30.968.746	30.908.215	27.155.259	27.232.091	60.531	(76.832)	60.531	(76.832)
Depósitos a prazo	214.483.944	214.533.535	247.311.253	247.321.974	(49.591)	(10.721)	(49.591)	(10.721)
Obrigações por operações compromissadas	306.045.575	304.818.732	239.464.578	238.883.272	1.226.843	581.306	1.226.843	581.306
Obrigações por empréstimos e repasses	115.046.935	115.033.365	104.444.653	104.454.456	13.570	(9.803)	13.570	(9.803)
Instrumentos financeiros derivativos	3.443.159	3.443.159	3.694.410	3.694.410	--	--	--	--
Outras obrigações	299.178.072	297.212.179	264.725.731	263.724.477	1.965.893	1.001.254	1.965.893	1.001.254
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(165.457)	162.882	1.285.378	955.883

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares na data do balanço. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	208.507.774	129.548.096	78.430.915	528.763
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	101.938.979	76.639.926	25.299.053	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.201.466	--	2.201.466	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	104.367.329	52.908.170	50.930.396	528.763
Passivos	7.634.262	--	7.634.262	--
Captação com <i>hedge</i>	4.191.103	--	4.191.103	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.443.159	--	3.443.159	--

	Saldo em 31.12.2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	187.153.114	108.646.325	77.926.704	580.085
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	84.520.132	56.882.741	27.637.391	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.520.656	--	1.520.656	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	101.112.326	51.763.584	48.768.657	580.085
Passivos	7.413.952	--	7.413.952	--
Captação com <i>hedge</i>	3.719.542	--	3.719.542	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.694.410	--	3.694.410	--

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	Exercício/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	580.085	1.613.544	(1.906.832)	241.966	528.763

	Exercício/2013				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Instrumentos financeiros derivativos	938	244	(952)	(230)	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	800.437	332.985	(530.668)	(22.669)	580.085
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	52	--	(6)	(46)	--

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,66 e aumento da taxa Selic para 12,75% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	4.632	Aumento	(1.648)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	2	Redução	14
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(782)	Aumento	(439)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(2.910)	Aumento	1.417

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(15.752)	Aumento	(9.821)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(4)	Aumento	(10)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.141)	Aumento	(1.275)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(59.552)	Redução	(47.685)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(34.081)	Aumento	(19.070)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(8)	Aumento	(20)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.221)	Aumento	(2.471)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(119.103)	Redução	(95.369)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do exercício. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(5.007.316)	Aumento	(1.804.295)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	3.354.120	Aumento	1.389.424
Cupom de TBF		Aumento	2.537	Redução	(3.530)
Cupom de TJLP		Aumento	(9.270)	Aumento	(955)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(6.569)	Redução	(69.107)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(33.626)	Aumento	(62.716)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(183)	Aumento	(125)
Cupom de INPC		Aumento	(107.864)	Aumento	(60.044)
Cupom de IPCA		Aumento	(534.840)	Aumento	(307.121)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	786.498	Aumento	528.880
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(22.884)	Aumento	9.830

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(14.071.513)	Aumento	(10.705.250)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(9.794.504)	Redução	(7.581.031)
Cupom de TBF		Redução	(3.633)	Redução	(1.099)
Cupom de TJLP		Aumento	(48.095)	Aumento	(11.881)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(9.879)	Redução	(53.034)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(45.740)	Aumento	(187.327)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(229)	Aumento	(245)
Cupom de INPC		Aumento	(152.208)	Aumento	(165.878)
Cupom de IPCA		Aumento	(798.715)	Aumento	(906.550)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(851.179)	Redução	(651.673)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(468.260)	Redução	(330.849)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(26.323.491)	Aumento	(20.156.817)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(20.343.843)	Redução	(15.642.186)
Cupom de TBF		Redução	(7.300)	Redução	(2.202)
Cupom de TJLP		Aumento	(94.286)	Aumento	(24.484)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(19.744)	Redução	(106.112)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(101.133)	Aumento	(357.047)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(457)	Aumento	(489)
Cupom de INPC		Aumento	(298.611)	Aumento	(325.466)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.502.484)	Aumento	(1.628.208)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.753.830)	Redução	(1.333.978)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(936.521)	Redução	(661.698)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2014, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 31.12.2014, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições da Carteira de Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(32)	Aumento	(521)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(816)	Aumento	(922)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(586)	Aumento	(1.746)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(742)	Aumento	21
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(61)	Aumento	(25)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(95)	Aumento	(13.119)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(2.604)	Aumento	(3.066)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(20.368)	Aumento	(67.859)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(8.496)	Redução	(237)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(4.452)	Aumento	(4.712)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	--	Aumento	(25.049)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(4.974)	Aumento	(5.934)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(45.082)	Aumento	(137.777)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(16.501)	Redução	(488)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(17.854)	Aumento	--

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das posições das Carteiras de Negociação e de Não Negociação do Banco Votorantim, relativas à participação do Banco do Brasil:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.266)	Aumento	(14.223)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(4.334)	Aumento	(2.764)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	1.172	Aumento	(3.761)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	959	Aumento	332
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	64	Aumento	132
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(580)	Aumento	(169)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(61)	--	--

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(359.616)	Aumento	(361.639)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(13.422)	Aumento	(7.833)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(71.897)	Aumento	(101.702)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(15.907)	Redução	(3.494)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(136)	Redução	(186)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(6.569)	Aumento	(1.406)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(4.452)	--	--

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2014		31.12.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(708.413)	Aumento	(696.413)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(26.349)	Aumento	(15.389)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(114.607)	Aumento	(185.898)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(33.191)	Redução	(6.979)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(270)	Redução	(372)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(12.663)	Aumento	(2.788)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(17.854)	--	--

f) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura a Unidade Contadoria e as Diretorias de Gestão de Riscos, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2014, os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais passaram a ser deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 8.100.000 mil, que compunha o Capital Complementar do Banco, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com a Circular Bacen n.º 3.726/2014, a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Financeiro até 31.12.2017 e, a partir de janeiro de 2015, também com base no Conglomerado Prudencial, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

	Conglomerado Financeiro	
	31.12.2014	31.12.2013
PR - Patrimônio de Referência	126.588.485	118.234.351
Nível I	89.538.218	85.500.897
Capital Principal (CP)	71.035.684	67.055.163
Patrimônio Líquido	70.675.464	70.537.211
Instrumento Elegível a Capital Principal (Nota 24.c)	8.100.000	--
Ajustes prudenciais	(7.739.780)	(3.482.048)
Capital Complementar	18.502.534	18.445.734
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	16.132.770	8.489.750
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	2.369.764	9.955.984
Nível II	37.050.267	32.733.454
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	37.065.165	32.747.645
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	3.959.773	--
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	33.105.392	32.747.645
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	20.467.309	18.529.802
Recursos captados no exterior ⁽³⁾	4.800.822	5.400.925
Recursos captados com CDB ⁽³⁾	1.292.346	1.453.889
Recursos captados com Letras Financeiras ⁽³⁾	6.544.915	7.363.029
Dedução do Nível II	(14.898)	(14.191)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(14.898)	(14.191)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	785.973.522	813.623.083
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	734.716.021	761.431.384
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	11.545.497	15.239.976
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	39.712.004	36.951.723
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	86.457.087	89.498.539
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	40.131.398	28.735.812
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,39%	10,51%
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,04%	8,24%
Índice de Basileia: (PR / RWA)	16,11%	14,53%

(1) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o faseamento de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2014	31.12.2013
	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ⁽¹⁾⁽²⁾	(3.714.071)	(3.433.968)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽³⁾⁽⁴⁾	(1.192.027)	--
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽³⁾	(1.066.295)	--
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ⁽³⁾⁽⁵⁾	(715.281)	--
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽³⁾	(556.174)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽³⁾	(255.318)	--
Participação de não controladores ⁽³⁾	(171.050)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽³⁾	(37.922)	--
Ativos diferidos ⁽²⁾	(31.642)	(48.080)
Total	(7.739.780)	(3.482.048)

(1) Refere-se à participação no Banco Votorantim.

(2) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Vide notas explicativas 27.e – Benefícios a Empregados e 25.d – Tributos.

(5) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 861.037 mil no investimento e R\$ 2.715.371 mil no intangível (notas 14 - Investimentos e 16 - Intangível). No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

g) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em relação ao PR em 31.12.2014 é de 22,18%, exigido para o Consolidado Financeiro (23,47% em 31.12.2013), conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013 e foi apurado em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

30 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Semestre/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	5.747.662	11.312.852	15.810.371	5.739.640	11.245.814	15.757.937
Outros Resultados Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM e IFD (Nota 24.I)	(4.874.674)	(11.258.686)	848.195	(4.874.674)	(11.258.686)	848.195
Banco do Brasil	(4.737.848)	(11.265.173)	1.733.640	(4.737.848)	(11.265.173)	1.733.640
Subsidiárias no exterior	(815)	4.483	(70.434)	(815)	4.483	(70.434)
Coligadas e controladas	(136.011)	2.004	(815.011)	(136.011)	2.004	(815.011)
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.I)	1.944.022	4.792.895	(830.050)	1.944.022	4.792.895	(830.050)
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(2.930.652)	(6.465.791)	18.145	(2.930.652)	(6.465.791)	18.145
Lucro Abrangente	2.817.010	4.847.061	15.828.516	2.808.988	4.780.023	15.776.082
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	--	--	--	827.249	1.475.195	840.369

31 – OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12.02.2014, aprovou a fixação, para o exercício de 2014, do índice de distribuição do resultado (payout) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT "Acordo de Condições Gerais de Associação" (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

A parceria poderá se concretizar mediante a constituição de sociedade de participações e de instituição financeira, cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas para aproximá-los dos modelos internacionais de bancos postais.

A constituição dessa sociedade está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio Administrado	600	565	554.723.895	493.746.010
Fundos de investimentos	592	557	542.399.347	475.026.980
Carteiras administradas	8	8	12.324.548	18.719.030

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo				
Grupo BB	73.366.070	50.192.476	58.695.680	42.311.768
Terceiros	88.366.379	87.959.703	109.798.520	104.993.920
Total do Ativo	161.732.449	138.152.179	168.494.200	147.305.688
Passivo				
Grupo BB	29.265.667	21.921.733	19.296.951	17.073.866
Terceiros	126.692.026	111.199.761	139.149.520	122.013.798
Patrimônio Líquido	5.774.756	5.030.685	10.047.729	8.218.024
Atribuível à controladora	5.774.756	5.030.685	9.192.505	7.540.569
Participação dos não Controladores	--	--	855.224	677.455
TOTAL DO PASSIVO	161.732.449	138.152.179	168.494.200	147.305.688

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Lucro	194.972	574.905	858.834	666.055	1.434.309	1.394.930
Atribuível à controladora	194.972	574.905	858.834	500.199	1.127.603	1.202.654
Participações dos não controladores	--	--	--	165.856	306.706	192.276

e) Recursos de Consórcios

	31.12.2014	31.12.2013
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	187.700	160.351
Obrigações do grupo por contribuições	7.974.156	7.357.910
Consorticiados - bens a contemplar	7.184.003	6.718.088
(Em unidades)		
Quantidade de grupos administrados	551	513
Quantidade de consorciados ativos	565.051	437.591
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	51.769	36.788

	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	43.916	80.807	71.048

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	2º Semestre/2014		Exercício/2014		Exercício/2013	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Governo Federal	--	--	--	--	--	91
Entidades sindicais	223	17.642	223	33.859	225	30.683
Outros órgãos/entidades	2	387	2	746	2	685
Entidades controladas e coligadas	2	620	2	1.176	2	1.076
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	299	--	299	--	285	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	605	--	605	--	591	--
Entidades dos funcionários	87	--	87	--	87	--
Entidades controladas e coligadas	505	--	505	--	394	--
Total	1.723	18.649	1.723	35.781	1.586	32.535

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em reais):

	31.12.2014	31.12.2013
Menor Salário	2.227,26	2.043,36
Maior Salário	37.265,70	34.346,27
Salário Médio	6.363,72	5.794,56
Dirigentes		
Presidente	62.388,59	58.773,99
Vice-presidente	55.842,38	52.607,05
Diretor	47.327,56	44.585,55
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.395,63	5.083,02
Conselho de Administração	5.395,63	5.083,02
Comitê de Auditoria - Titular	42.594,80	40.127,00

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2014

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.153.809	6.798
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	121
Demais	18.707	497

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

Por meio da Lei n.º 12.833, de 20.06.2013, o governo federal estabeleceu que os recursos do FNAC destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos poderão ser geridos e administrados pelo Banco do Brasil, diretamente ou por suas subsidiárias, conforme definido em ato da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O Decreto n.º 8.024, de 04.06.2013, que regulamenta o funcionamento do FNAC, prevê que os recursos do fundo serão transferidos ao Banco do Brasil conforme programação de aplicação de recursos aprovada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e do que for estabelecido no contrato. Segundo o decreto, a remuneração a ser recebida pelo Banco, decorrente da prestação dos serviços, será fixada por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Na função de gestor dos recursos do FNAC, o Banco do Brasil realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados.

Em 03.04.2014, foi publicado no Diário Oficial da União o primeiro edital para contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de implantação do Terminal de Passageiros e Central de Utilidades no aeroporto de Barreiras (BA).

j) Lei n.º 12.973 (Conversão da Medida Provisória n.º 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva o Banco aguardará a regulamentação integral pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei n.º 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei e instruções normativas relacionadas, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis. O Banco do Brasil exerceu a opção pela aplicação dos dispositivos relacionados com a tributação do lucro do exterior conforme previsto no art. 96 da Lei 12.973/2014. A adoção dos demais dispositivos será observada a partir do exercício de 2015.

k) Comercialização de produtos de capitalização

No intuito de possibilitar o início da comercialização de produtos de capitalização nas agências do Banco do Brasil S.A. (BB) oriundas do Banco Nossa Caixa (BNC), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), o BB, a Icatu Capitalização S.A. (Icatu Cap) e a Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap) firmaram Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças (Contrato de Cessão), que formaliza:

- a cessão pela Icatu Cap à Brasilcap dos direitos e obrigações que lhe são atribuídos na qualidade de parceira no Acordo Operacional para Comercialização de Títulos de Capitalização, celebrado em 13.12.2007 entre Icatu Cap e o BNC;
- a cessão pelo BB à BB Corretora dos direitos inerentes à atividade de comercialização de títulos de capitalização nas agências do BB oriundas do BNC, o que possibilitará à BB Corretora, a partir da celebração do ajuste, iniciar a comercialização de produtos de capitalização da Brasilcap nas referidas agências; e
- a obrigação da Brasilcap de pagar à Icatu Cap o montante de R\$ 61.663.685,84 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) (Preço da Cessão), a ser atualizado pela variação do CDI de 13.02.2014 até sua efetiva liquidação, que se dará em quatro parcelas anuais a serem pagas conforme a geração de Resultado Líquido pelas agências oriundas do BNC.

A BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros"), subsidiária integral da BB Seguridade, após período de negociação com a Cia. de Seguros Aliança da Bahia ("Aliança da Bahia") para aquisição de sua participação acionária na Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap"), decidiu:

- manter inalterada sua participação de 66,66% no capital social total da coligada Brasilcap, encerrando, assim, as negociações que, sobre esse tema, eram mantidas com a Aliança da Bahia; e
- não prosseguir com a formação de nova aliança estratégica com o Grupo Icatu, nas condições descritas no Fato Relevante, de 06.01.2010, para o desenvolvimento e comercialização, no mercado brasileiro, de negócios de capitalização. Neste contexto, mantêm-se inalterados a estrutura societária da Brasilcap e o modelo de atuação da BB Seguros no segmento de capitalização.

l) Tecnologia Bancária S.A. - Tecban

Em 17.07.2014, o Banco assinou um novo Acordo de Acionistas para a empresa Tecnologia Bancária S.A. (Tecban), em conjunto com os grupos Bradesco, Caixa, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco e Santander ("Partes").

Esse novo Acordo de Acionistas prevê que, em até 4 (quatro) anos contados de sua entrada em vigor, uma parcela dos TAA das Partes, situados fora do ambiente de agências bancárias ou em locais cujo acesso não seja restrito, exclusivo ou controlado, deverão ser substituídos pelos TAA da Rede Banco24Horas, que são, e continuarão sendo, geridos pela Tecban.

Com isso, em linha com a tendência mundial de melhores práticas da indústria financeira, as Partes, que constituem os principais bancos de varejo do País, consolidarão suas redes de TAA de acesso público nos terminais da Rede Banco24Horas, gerando aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

Em 23.10.2014, o novo Acordo de Acionista foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 14.11.2014, ocorreram os atos societários e aprovação do novo Estatuto Social da entidade, pela Assembleia Geral Extraordinária, o qual passou a refletir os termos e condições do novo Acordo.

m) Parcerias no setor de cartões – BB Elo Cartões e Cielo

Em 19.11.2014, o Banco comunicou ao mercado que a BB Elo Cartões Participações S.A., sua subsidiária integral, e a Cielo S.A. celebraram, nesta data, Acordo de Associação para formação de nova parceria estratégica no setor de meios eletrônicos de pagamento.

Segundo os termos do Acordo, as empresas constituirão uma nova sociedade que terá o direito de explorar as atividades de gestão das transações de contas de pagamento pós-pagas e de gestão da funcionalidade de compras via débito de arranjos de pagamentos. Além disso, o novo negócio tem entre seus objetivos realizar associações com outros parceiros de forma a aproveitar oportunidades em nicho de mercado relacionado a meios eletrônicos de pagamento, buscando a obtenção de ganhos de sinergia e otimizando a estruturação de novos negócios no segmento.

O capital social total da Sociedade será dividido à proporção de 30,00% para a BB Elo Cartões e 70,00% para a Cielo. Entretanto, levando-se em consideração a participação indireta do Banco na Cielo, por meio do BB Banco de Investimento S.A., a participação societária indireta total do Banco na Sociedade ficará distribuída conforme a seguir:

Participação BB - %	Ações ON	Ações PN	Total
Capital Total	42,27	100,00	50,05

A participação societária da BB Elo Cartões e da Cielo na Sociedade foi autorizada pelo Bacen em 30.12.2014.

A criação da Sociedade, oriunda da Parceria, foi considerada autorizada, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após transcorrido o prazo previsto no art. 65 da Lei nº 12.529/2011, sem que houvesse a interposição de recursos ou avocação do processo pelo Tribunal Administrativo.

A nova companhia foi avaliada em R\$ 11,6 bilhões. O impacto financeiro estimado da operação no lucro líquido do Banco do Brasil será da ordem de R\$ 3,2 bilhões.

A efetivação do negócio está condicionada ao cumprimento de condições contratuais precedentes.

n) Lei n.º 13.097 (Conversão da Medida Provisória n.º 656/2014)

A Lei n.º 13.097, de 20.01.2015, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 656/2014, alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

Notas Explicativas

Banco do Brasil S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Administradora de Consórcios S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controle interno efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos sistemas de controle interno e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, com representantes da alta administração e com executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, tecnologia, governança, crédito, finanças, além de trabalhos internos.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controle interno, aspectos contábeis, provisões, processos de gestão de riscos e de capital, ouvidoria, fundos e programas governamentais, dependências no exterior, soluções tecnológicas, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Revisou os relatórios das administrações, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seus relatórios.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. os sistemas de controle interno são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2014 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2015.

Egidio Otmar Ames

Coordenador

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que, em reunião desta data, aprovou o Relatório e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, de conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria e do Relatório da Administração, todos referentes ao exercício de 2014.

Em 10 de fevereiro de 2015.

Tarcísio José Massote de Godoy

Adriana Queiroz de Carvalho

Alexandre Corrêa Abreu

Bernardo Gouthier Macedo

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

Rafael Vieira de Matos

Sergio Eduardo Arbulu Mendonça

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O **CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 10 de fevereiro 2015.

Aldo César Martins Braido
Conselheiro

Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Conselheiro

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Conselheiro

Marcos Machado Guimarães
Conselheiro

Paulo José dos Reis Souza
Presidente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 do Banco do Brasil S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2015.

Alexandre Côrrea Abreu
Presidente

Antonio Mauricio Maurano
Vice-presidente de Negócios de Atacado

Antônio Valmir Campelo Bezerra
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuição e Operações

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 10.02.2015, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2015.

Alexandre Côrrea Abreu
Presidente

Antonio Mauricio Maurano
Vice-presidente de Negócios de Atacado

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuição e Operações

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

Antônio Valmir Campelo Bezerra
Vice-presidente de Governo

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTES

Antonio Mauricio Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
Geraldo Afonso Dezena da Silva
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Robson Rocha
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adilson do Nascimento Anisio
Admilson Monteiro Garcia
Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Eduardo Leal Neri
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Gueitiro Matsuo Genso
Hamilton Rodrigues da Silva
Ives César Fülber
Janio Carlos Endo Macedo
José Carlos Reis da Silva
José Mauricio Pereira Coelho
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marcos Ricardo Lot
Nilson Martiniano Moreira
Raul Francisco Moreira
Sandro José Franco
Sandro Kohler Marcondes
Sergio Peres

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Alexandre Corrêa Abreu
Bernardo Gouthier Macedo
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger
Rafael Vieira de Matos
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Marcos Machado Guimarães
Paulo José dos Reis Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egidio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

ITR - Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais - Banco Consolidado - 4T14

Senhores Acionistas,

Guidance 2014

Na tabela a seguir são apresentadas informações sobre o *Guidance 2014* realizado e o desempenho esperado para 2015. Os indicadores de itens patrimoniais são calculados pela comparação de saldos de final de período. As linhas de resultado são medidas comparando-se os montantes acumulados no ano. As projeções são elaboradas para o ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode refletir eventos específicos do período.

Em 2014, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- a) Captações Comerciais: resultado decorrente da estratégia de gestão do portfólio;
- b) Carteira de Crédito Ampliada: resultado impactado pela menor demanda;
- c) Crédito PF: reflexo do menor volume de carteira adquirida e crédito veículo, compensado parcialmente pelo crédito imobiliário no período;
- d) Crédito PJ: menor crescimento das operações, notadamente com TVM/Privado e MPE;
- e) Crédito Agronegócio: menor volume contratado na linha de crédito Agroindustrial.

Tabela 1. Guidance

Indicadores	Guidance 2014 - %	Realizado 2014 - %	Guidance 2015 - %
RSPL Ajustado ¹	14 - 17	15,1 ✓	14 - 17
Margem Financeira Bruta	5 - 9	8,8 ✓	9 - 13
Captações Comerciais ²	12 - 16	4,5 X	5 - 9
Carteira de Crédito Ampliada - País ³	12 - 16	10,0 X	7 - 11
PF	8 - 12	6,8 X	6 - 10
PJ	12 - 16	9,9 X	7 - 11
Agronegócio	16 - 20	13,9 X	10 - 14
PCLD ⁴	2,7 - 3,1	2,9 ✓	2,7 - 3,1
Rendas de Tarifas	6 - 9	7,6 ✓	7 - 10
Despesas Administrativas	5 - 8	7,1 ✓	5 - 8

1 - O cálculo do RSPL Ajustado de 2014 considera estimativa de Patrimônio Líquido Ajustado, livre dos efeitos: (i) da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da Deliberação CVM/695; (ii) das participações minoritárias nas controladas; e (iii) de R\$ 8,1 bilhões, referente à reclassificação de Instrumento Elegível ao Capital Principal do Passivo para o Patr. Líquido da Instituição.

2 - Inclui Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Inclui Carteira de Crédito Classificada País, TVM privados e Garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos 12 meses / Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período.

O RSPL Ajustado, constante do *Guidance*, é calculado a partir do Patrimônio Líquido Ajustado indicado na tabela a seguir. A partir de 2015, o valor de R\$ 8,1 bilhões referente ao Instrumento Elegível ao Capital Principal passará a ser considerado no PL ajustado, para efeito do cálculo do RSPL ajustado.

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado

R\$ milhões	Dez/13	Dez/14
Patrimônio Líquido Contábil (a)	72.225	80.613
Planos de Benefícios (b)	(2.671)	(8.680)
Participações Minoritárias nas Controladas (c)	2.698	3.093
Instrumento Elegível ao Cap. Principal (d)	-	8.100
Patrimônio Líquido Ajustado (a-b-c-d)	72.197	78.100
Patrimônio Líquido Ajustado - médio		75.148

ITR - Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais - Banco Consolidado - 4T14

As projeções para 2015 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela Administração

1. Rentabilização da carteira de clientes como forma de potencializar receitas;
2. Ausência de novas aquisições e/ou parcerias estratégicas que possam ser firmadas para exploração de segmentos específicos;
3. Manutenção do atual modelo de negócios, sem considerar alienações de empresas ou negócios do Conglomerado;
4. Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado;
5. Crescimento da carteira de crédito observando as condições econômicas.

Premissas que escapam ao controle da Administração

1. Retomada do crescimento mundial, com dinâmicas distintas;
2. Normalização das condições monetárias nos EUA;
3. Manutenção do Brasil no status de grau de investimento;
4. Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica: câmbio flutuante, metas para a inflação e disciplina fiscal;
5. Manutenção da taxa média de desemprego em níveis atuais.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NOVO MERCADO**

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2014 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.659.005.282	57,9	--	--	1.659.005.282	57,9
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	297.387.714	10,4	--	--	297.387.714	10,4
Ações em Tesouraria	68.881.576	2,4	--	--	68.881.576	2,4
Outros	840.142.478	29,3	--	--	840.142.478	29,3
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2014]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.659.005.282	57,9	--	--	1.659.005.282	57,9
Vinculadas ao Controlador	--	--			--	--
BNDES Participações S.A. ⁽¹⁾	--	--			--	--
Administradores	122.874	--	--	--	122.874	--
Conselho de Administração	10.007	--	--	--	10.007	--
Diretoria	112.867	--	--	--	112.867	--
Previ	297.387.714	10,4	--	--	297.387.714	10,4
Conselho Fiscal	1.176	--	--	--	1.176	--
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	68.881.576	2,4	--	--	68.881.576	2,4
Outros	840.018.398	29,3	--	--	840.018.398	29,3
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação	840.019.565	29,3	--	--	840.019.565	29,3

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Inclui 29.138 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2013]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.670.678.890	58,3	--	--	1.670.678.890	58,3
Vinculadas ao Controlador	5.522.648	0,2			5.522.648	0,2
BNDES Participações S.A. ⁽¹⁾	5.522.648	0,2			5.522.648	0,2
Administradores	99.915	--	--	--	99.915	--
Conselho de Administração	7	--	--	--	7	--
Diretoria	99.908	--	--	--	99.908	--
Previ	298.792.014	10,4	--	--	298.792.014	10,4
Conselho Fiscal	--	--	--	--	--	--
Ações em Tesouraria	56.702.328	2,0	--	--	56.702.328	2,0
Outros	833.621.225	29,1	--	--	833.621.225	29,1
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação	833.621.216	29,1	--	--	833.621.216	29,1

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Inclui 12.680 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”.

Brasília, 24 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço

patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 10 de fevereiro 2015.

Aldo César Martins Braidó
Conselheiro

Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Conselheiro

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Conselheiro

Marcos Machado Guimarães
Conselheiro

Paulo José dos Reis Souza
Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 do Banco do Brasil S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2015.

Alexandre Côrrea Abreu
Presidente

Antonio Mauricio Maurano
Vice-presidente de Negócios de Atacado

Antônio Valmir Campelo Bezerra
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuição e Operações

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 10.02.2015, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2015.

Alexandre Côrrea Abreu
Presidente

Antonio Mauricio Maurano
Vice-presidente de Negócios de Atacado

Antônio Valmir Campelo Bezerra
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuição e Operações

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos